

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**NARRATIVA JORNALÍSTICA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL:
A UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA NO JORNAL A RAZÃO**

TESE DE DOUTORADO

Sônia Elisabete Constante

Santa Maria, RS
2018

Sônia Elisabete Constante

**NARRATIVA JORNALÍSTICA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL:
a Universidade de Santa Maria no Jornal A Razão**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em
Comunicação, Área de Concentração em Comunicação Midiática,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS)
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutora em Comunicação.

Orientadora: Dr^a. Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello

**Santa Maria, RS, Brasil
2018**

Constante, Sônia Elisabete

Narrativa jornalística e memória institucional: a
Universidade de Santa Maria no Jornal A Razão / Sônia
Elisabete Constante.- 2018.

305 p.; 30 cm

Orientadora: Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2018

1. Jornal A Razão 2. memória institucional 3.
narrativa jornalística 4. sujeito legitimado 5. UFSM I.
Barichello, Eugenia Maria Mariano da Rocha II. Título.

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Tese de Doutorado**

**NARRATIVA JORNALÍSTICA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL:
A UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA NO JORNAL A RAZÃO**

elaborada por
Sônia Elisabete Constante

Como requisito parcial para obtenção de
Doutor em Comunicação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. (UFSM)
Presidente/ Orientador

Cláudia Peixoto de Moura, PhD.(PUCRS)

Fernanda Kieling Pedrazzi, Dra. (UFSM)

Maria Berenice da Costa Machado, Dra. (UFRGS)

Maria Ivete Trevisan Fossa, Dra. (UFSM)

Santa Maria. 22 de junho de 2018.

Dedico este trabalho aos meus pais, Pedro e Marlene,
irmãos, Cristine e Eduardo e,
Érico Flores, meu companheiro e
minha alma-gêmea, pelo incentivo de sempre.

AGRADECIMENTOS

Ao Reitor Fundador professor **José Mariano da Rocha Filho** (*in memoriam*) pela criação da **Universidade Federal de Santa Maria**, servindo de tema deste estudo. E, a esta Universidade por oportunizar novos conhecimentos, num ambiente repleto de oportunidades como a realização de um curso de pós-graduação de qualidade.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Comunicação** da Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de execução deste trabalho.

À professora **Eugenia Maria da Rocha Barichello**, orientadora e companheira de aprendizagem e de outros momentos, que acreditou neste estudo, incentivando em todos os momentos de sua idealização.

Aos integrantes da banca examinadora do Exame de Qualificação e da Defesa de Tese, professoras **Dras. Cláudia Peixoto de Moura, Fernanda Kieling Pedrazzi, Maria Berenice da Costa Machado** e **Maria Ivete Trevisan Fossa**, pela participação e contribuições no desenvolvimento e finalização deste trabalho.

Aos integrantes do **Arquivo Municipal de Santa Maria**, em especial, a Diretora Arquivista **M^a Daniele Calil**, pela disponibilização do material necessário para a pesquisa e colaboração prestada.

Aos colegas arquivistas do **Departamento de Arquivo Geral da UFSM**, em especial, as diretoras **M^a Dione Calil Gomes** e **Rita Medianeira Ilha**, pela disponibilização do material necessário para a pesquisa e colaboração prestada.

Aos entrevistados, **Geraldo Maissiat, José Moacir Silveira Ramos** e **Quintino Correa de Oliveira**, pela contribuição nas lembranças de fatos vividos na Universidade de Santa Maria no período estudado.

Aos colegas do **Curso de Arquivologia da UFSM**, pela convivência, amizade e colaboração, especialmente, na etapa final deste trabalho, em especial, aos amigos **Fernanda Kieling Pedrazzi** e **Rafael Chaves Ferreira**. A todos, meu respeito e gratidão.

Ao arquivista **Álvaro Pouey de Oliveira Filho** pela colaboração na etapa final dos registros fotográficos das narrativas jornalísticas com o tema USM.

E, imensamente grata, pela enorme colaboração e parceria da arquivista e amiga **Fabia Dalla Nora** na fase inicial de registro fotográfico e descrição das narrativas jornalísticas, fundamentais para a execução deste estudo.

E, a todos os que, de alguma forma, colaboraram ou fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

UNIVERSIDADE

O homem sonhou
Fabricar ideias,
Com luzes no prédio,
E moços com livros
Sonhando futuros
Mais alto que as luzes.
O sonho do homem
Tornou-se verdade...

(A RAZÃO, 1961, N. 124, p. 3)

RESUMO

NARRATIVA JORNALÍSTICA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: A UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA NO JORNAL A RAZÃO

AUTORA: SÔNIA ELISABETE CONSTANTE

ORIENTADORA: EUGENIA MARIA MARIANO DA ROCHA BARICHELLO

A proposta desta pesquisa tem como tema a relação da narrativa jornalística e a memória institucional delimitado empiricamente ao estudo das narrativas jornalísticas sobre a Universidade de Santa Maria (USM) nos dois primeiros anos da década de 1960. Esta delimitação tem como pressuposto a observância da viabilidade da reconstrução da memória a partir das ações das personagens fundamentais para a criação da Instituição em narrativas jornalísticas. A questão central proposta para problematizar o tema está definida na pergunta: “Como as narrativas jornalísticas, enquanto rotina do presente, constroem a memória institucional da Universidade de Santa Maria a partir de personagens?”. O objetivo geral foi investigar a articulação das personagens como sujeitos legitimados da Universidade de Santa Maria nas narrativas jornalísticas do Jornal “A Razão”, enquanto espaço de construção da memória institucional. Como percurso metodológico foi estabelecido um novo método intitulado de critério de memória das personagens jornalísticas, baseado em uma mescla de métodos adotados pela Comunicação, História e Arquivologia, a fim de identificar as personagens e as histórias que contribuíram na constituição da memória institucional da USM. Como resultado identificou-se como personagem principal o sujeito legitimado que harmonizou outras vozes da narrativa que tiveram espaço na mídia local de Santa Maria para apoiar a iniciativa de uma nova instituição de ensino brasileira. O Reitor Fundador José Mariano da Rocha Filho contribuiu efetivamente para a consolidação da Instituição no Jornal, destacando-se entre os demais. Conclui-se, portanto, que as narrativas jornalísticas podem fazer parte da história de uma instituição, como um documento fidedigno, porém devem-se realizar estudos correlatos, como o apresentado nesta tese, para verificação das informações disponibilizadas nos meios de comunicação recorrendo aos conectores narrativos como testemunho dos acontecimentos que se tornam no presente e no futuro, fatos históricos.

Palavras-chave: Jornal A Razão; memória institucional; narrativa jornalística; sujeito legitimado; UFSM.

ABSTRACT

JOURNALISTIC NARRATIVE AND INSTITUTIONAL MEMORY: THE UNIVERSITY OF SANTA MARIA IN THE JOURNAL A RAZÃO

AUTORA: SÔNIA ELISABETE CONSTANTE

ORIENTADORA: EUGENIA MARIA MARIANO DA ROCHA BARICHELLO

The proposal of this research has as its theme the relation of the journalistic narrative and the institutional memory delimited empirically to the study of the journalistic narratives on the University of Santa Maria (USM) in the first two years of the decade of 1960. This delimitation has as presumption the observance of the viability of the reconstruction of the memory from the actions of the fundamental characters for the creation of the Institution in journalistic narratives. The central issue proposed to problematize the theme is defined in the question: "How do journalistic narratives, as a routine of the present, build the institutional memory of the University of Santa Maria from characters?" The aim to understand was to investigate the articulation of the characters as legitimized subjects of the University of Santa Maria in the journalistic narratives of the newspaper "A Razão", as a space for the construction of institutional memory. As a methodological course, a new method called the memory criterion of journalistic characters was established, based on a mixture of methods adopted by Communication, History and Archivology, in order to identify the characters and stories that contributed to the constitution of USM's institutional memory. As a result, the legitimized subject was identified as the main character who harmonized other narrative voices that had space in the local media of Santa Maria to support the initiative of a new Brazilian teaching institution. The Rector Founder José Mariano da Rocha Filho effectively contributed to the consolidation of the Institution in the newspaper, standing out among the others. It is concluded, therefore, that journalistic narratives can be part of the history of an institution, as a reliable document, but it is necessary to carry out correlated studies, as presented in this thesis, to verify the information made available in the media using the connectors narrative as a witness to the events that become in the present and in the future, historical facts.

Key-words: newspaper A Razão, institutional memory, journalistic narrative, legitimized individual, UFSM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Memória institucional por Costa.....	106
Figura 2 – Proposição conceitual para Memória Institucional.....	108
Figura 3 – Quadro de narrativas jornalísticas USM.....	124
Figura 4 – Reconhecimento dos documentos digitais (narrativas jornalísticas).....	125
Figura 5 – USM soberba realidade no serviço da cultura.....	146
Figura 6 – Os prédios que fizeram parte da história da USM.	147
Figura 7 – Registro de crescimento da cidade de Santa Maria.....	149
Figura 8 – I Concurso Nacional de Piano Heitor Villa-Lobos.	151
Figura 9 – Pronunciamento favorável do Bispo Diocesano Dom Antonio Reis.	162
Figura 10 – Pronunciamento do Prefeito Miguel Viero sobre o Instituto Eletrotécnico.	164
Figura 11 – Centro Politécnico como obra de expressão internacional.	165
Figura 12 – Instalação do Centro Politécnico.....	166
Figura 13 – Aprovação da emenda constitucional do Deputado Tarso Dutra de criação da USM.....	168
Figura 14 – As quatro escolas federais e as cinco escolas agregadas na USM.	170
Figura 15 – USM: O maior acontecimento da vida dos santa-marienses.....	171
Figura 16 – Recepção e aplausos ao Reitor da USM, Prefeito e Vice-Prefeito.	173
Figura 17 – Ato de instalação oficial da USM.	179
Figura 18 – Entrega do título Doutor Honoris Causa.	180
Figura 19 – Primeiro Presidente do DCE.	184
Figura 20 – Fala sobre o movimento de interiorização no Brasil.....	187
Figura 21 – Campanha regional de tuberculose.	189
Figura 22 – USM: orçamento de 400 milhões.....	193
Figura 23 – O Reitor JMRF agradecendo em nome da mocidade pobre do RS.....	194
Figura 24 – Reunião da ASPES no Restaurante Centenário.	197
Figura 25 – Assinatura de convênio com a Casa de Saúde da Cooperativa dos Ferroviários..	199
Figura 26 – Do Decreto para a construção do Restaurante Universitário.	200
Figura 27 – A personagem Deputado Federal Tarso Dutra.....	210
Figura 28 – A recepção do Reitor JMRF.....	229
Figura 29 – Tratativas administrativas do Reitor JMRF.	229
Figura 30 – Instalação da USM.	241
Figura 31 – Obras da Cidade Universitária.	245
Figura 32 – Decreto nº 47.436, de 16 dezembro 1959.	251
Figura 33 – Telegrama Tarso Dutra informando a aprovação do Projeto de Lei que cria a USM.....	252
Figura 34 – Quadro de pessoal – arquivista.	254
Figura 35 – Ações do sujeito x mudanças = novo estado.....	277

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contextualizando o jornal A Razão em fevereiro de 2017.....	138
Quadro 2 – Gêneros jornalísticos apresentados no jornal “A Razão” em 1960.	155
Quadro 3 – Gêneros jornalísticos presentes no jornal "A Razão" em 1961	157
Quadro 4 – Distribuição diferencial das narrativas da personagem JMRF.	223
Quadro 5 – Acontecimento de saudação da comunidade e do ato de instalação da USM	237
Quadro 6 – Acontecimento de ações de ensino e da Cidade Universitária.	242
Quadro 7 – A recuperação dos fatos históricos de 1960.	249
Quadro 8 – A recuperação dos fatos históricos de 1961.	256
Quadro 9 – A recuperação dos fatos históricos das ações de ensino e infraestrutura de 1961.	260

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Inauguração da placa de bronze da Cidade Universitária.....	214
Fotografia 2 – Saudação do novo Reitor da USM.....	255
Fotografia 3 – Churrasco de confraternização.....	258
Fotografia 4 – Colação de grau 1ª turma Medicina.....	268

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
1.1	JUSTIFICATIVA TEÓRICA.....	34
2	NARRATIVA JORNALÍSTICA COMO ROTINA DO PRESENTE.....	37
2.1	FONTES E NARRATIVAS.....	37
2.2	PRODUÇÃO DE NARRATIVA JORNALÍSTICA.....	49
2.2.1	A personagem, estória e registro.....	55
3	A MEMÓRIA.....	65
3.1	A MEMÓRIA NA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA DO MEIO.....	65
3.1.1	Construindo a memória a partir do suporte e do meio.....	70
3.2	MEMÓRIA SOCIAL E INSTITUCIONAL.....	75
3.2.1	A memória e a narrativa como fenômeno social.....	83
3.2.2	Concepções de memória institucional.....	92
4	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	118
4.1	PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO.....	118
4.1.1	Primeira fase: identificação das narrativas jornalísticas para o corpus de pesquisa.....	123
4.1.2	Segunda fase: contextualização, reconstrução da estória e gêneros documentais.....	126
4.1.3	Terceira fase: memória institucional construída a partir das personagens jornalísticas.....	127
4.1.4	Quarta fase: verificação da fidedignidade da narrativa jornalística como fonte de pesquisa.....	130
5	A PERSONAGEM NO CASO DA UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA NA NARRATIVA JORNALÍSTICA.....	133
5.1	MOMENTO SÓCIO-HISTÓRICO NO BRASIL E EM SANTA MARIA.....	133
5.1.1	Gêneros jornalísticos das narrativas jornalísticas.....	153
5.1.2	A memória construída através das narrativas jornalísticas.....	158
5.2	A MEMÓRIA DA USM A PARTIR DA PERSONAGEM DA NARRATIVA JORNALÍSTICA.....	203
5.3	O JORNAL COMO FONTE FIDEDIGNA: UMA DISCUSSÃO INTERDISCIPLINAR.....	247
6	CONCLUSÃO.....	283
	APÊNDICE A – QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DE 1960 (PARCIAL).....	303
	APÊNDICE B - QUADRO PROGRAMAÇÃO DO ATO DE INSTALAÇÃO..	305

1 INTRODUÇÃO

As ações cotidianas, que são vivenciadas diariamente em razão de atividades ou dinâmicas individuais ou coletivas, constituem acontecimentos que, a partir do julgamento dos órgãos de informação, podem resultar em produtos de comunicação midiática. Como meio de comunicação, o jornal passa a ser uma extensão desses indivíduos, para McLuhan (1964). Esse acontecimento, publicado no hoje, passa a ser o passado amanhã, portanto, um modelo do presente, com mudanças (ou não), que é rememorado ou esquecido, enfim, lembranças de fatos históricos que podem sofrer interferências do meio/suporte usados na comunicação, num espaçotemporal e, logo, num determinado contexto socioeconômico, conforme apontam McLuhan (1964) e Innis (2006).

O que petrifica, a partir do meio/suporte, passa a ser memória de sujeitos legitimados, o que é abordado neste estudo. O meio/suporte, por si só, traz um vestígio de uma época, enquanto a mensagem traz uma lembrança com significados, em razão dos cinco sentidos dos homens, da visão à fala. O relacionamento entre os indivíduos e suas ações de sobrevivência física, intelectual e emocional, fortaleceram a comunicação de massa no mundo e, conseqüentemente, a evolução de novos meios/suportes como superfície física produzida para a escrita, inicialmente na pedra. Porém, diante da necessidade de expansão espacial, de modo temporal, estudada por Innis (2006), surgiram inovações na Aldeia Global, antevista por McLuhan (1964), para o digital. O papel, inventado pelo chinês T'sai Lun, no ano de 105 d.C., ainda é empregado no cotidiano dos indivíduos, contudo, quando usado, é de forma concomitante com o digital, como já acontece com o jornal.

No caso do jornal produzido em papel, por ser analógico, facilita a estocagem e, conseqüentemente, o seu acesso e a preservação. Já o digital precisa de um processamento via máquina e virtual. Em cada período um contexto socioeconômico distinto, como ocorreu nos anos de 1960, cujo meio/suporte produzido em papel era relevante para disseminação dos acontecimentos cotidianos dos indivíduos. Se existe inovação, independente do meio/suporte, existe transformação que, naturalmente, passa a fazer parte de uma memória coletiva de uma sociedade. Se existe informação sobre determinado sujeito de uma cidade, incluindo as suas atividades, como personagem de fatos históricos, é possível construir a memória coletiva. E, se existe informação sobre determinada organização, instituídas por sujeitos legitimados de uma comunidade, as suas lembranças, que passam a ser petrificadas, viram memórias organizacionais e, caso sejam de uma instituição, tornam-se ainda memórias institucionais.

Os jornais, como fonte de informação, oportunizam a reconstrução dos acontecimentos passados vividos por personagens num espaçotemporal que, contudo, necessita ou não, estar, como fonte de pesquisa, associado com pesquisas que auxiliem a sua compreensão histórica. A partir de estudos de memória, partindo do pressuposto que os sistemas de comunicação e seus meios empregados na vida cotidiana fazem parte do processo de integração social, econômica e cultural, unindo diferentes regiões do mundo, o que foi apontado pelos teóricos Innis e McLuhan. Com o desenvolvimento das sociedades modernas surge a necessidade de reconstruir as histórias, elementos e ramificações que contribuíram com a transformação cultural.

Nas instituições não é diferente, pois as vivências dos indivíduos, em suas respectivas funções, relativas a equívocos ou acertos em atos passados, contribuem para a evolução e planejamento de ações futuras, que podem gerar inovações e, portanto, transformações. Por isso, é crescente o interesse em estudos sobre memória e história, para identificar os valores históricos a fim de renovar os vínculos com as instituições, exercitando a reflexão sobre os fatos e, com isto, sobre a memória institucional de cada entidade.

A presente investigação da tese traz como **Estado da Arte** abordagens das áreas de Comunicação, História e Ciência da Informação (CI), com ênfase, esta última, na Arquivologia, evidenciando a memória institucional. É crescente o interesse por essas áreas no tema memória, inclusive já existem alguns grupos que estão realizando ações de preservação do passado para a construção do presente, como por exemplo: o Grupo de Resgate Histórico (GRH)¹, visando manter viva a história das ações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, criado por iniciativa da Diretoria Técnica e da Presidência da Fundacentro, através da Portaria nº 132, de 14 de maio de 2008 e, atualmente, com nova composição determinada pela Portaria nº 068, de 21 de maio de 2013; o Programa de Memória Institucional da Faculdade de Direito/Universidade de Brasília (ProMI/FD/UnB)², objetivando manter a identidade coletiva e a integração da comunidade da FD; a Série Memória Institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, privilegiando-se os seus estudos e pesquisas, além das personagens que contribuíram para a história do Instituto; Memória Petrobras⁴, que visa divulgar ações da instituição, contando a sua história para o futuro.

¹ Portal Ministério do Trabalho e Emprego/Fundacentro. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/resgate-historico/resgate-historico>. Acesso em: 18 jun. 2015.

² Portal Universidade de Brasília/Faculdade de Direito. Disponível em: http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=448:projeto-memoria-institucional-da-faculdade-de-direito-da-unb-promi&catid=35&Itemid=2730 Acesso em: 18 jun. 2015.

³ Portal IBGE, Memória. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/pt/> Acesso em: 18 jun. 2015.

⁴ Memória Petrobrás. Disponível em: <http://memoria.petrobras.com.br/> Acesso em: 18 jun. 2015.

Existem também projetos que estão sendo realizados em instituições de ensino superior, com financiamento de órgãos de fomento, que visam trabalhar com a memória, como é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), enfocando no Discurso-Informacional⁵, com subsídio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que atende em especial a uma universidade (ORRICO).

É notório também o trabalho realizado pela Rede Nacional de Pesquisadores de História da Mídia, desde o ano de 2001, liderado por José Marques de Melo, tencionando a recuperação histórica dos movimentos que delinearão os 100 primeiros anos da imprensa no Brasil. A partir da formação da Rede cria-se, no ano de 2008, a Associação Brasileira de Pesquisadores da História da Mídia (ALCAR), cuja sigla faz referência ao seu patrono Alfredo Carvalho, como uma organização voltada à memória da mídia em conexão com a história. A reunião de pesquisadores de todas as regiões do país visa à contemplação, através do incentivo em estudos no campo da comunicação, da historicidade dos processos comunicacionais para a trajetória da mídia, ampliando para os mais de 200 anos de imprensa no Brasil (BARBOSA, 2009).

Outro trabalho surgiu em razão da determinação do Governo Federal de interiorizar a educação superior pública, durante o programa de Interiorização do Ensino Superior, que possibilitou a criação, em 21 de agosto de 2006, do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (CAV), constituindo-se em um dos campi da Universidade Federal de Pernambuco. Como construtor de memória, tanto social como institucional, o CAV busca, através da preservação das fotografias, como documento fotográfico, manter viva a memória da instituição⁶ (MENDONÇA; PINHO, 2016).

A comunicação, remontando ao indivíduo na sociedade, apresenta problemas que precisam ser explicados por outras áreas, que por sua vez também estão interessadas pelos fenômenos da mídia e memória, originando estudos interdisciplinares. A interdisciplinaridade torna-se relevante quando necessita explicitar o objeto pesquisado através de uma reflexão que precisa ser dialogada com outras áreas, especialmente em razão do deslocamento do centro da vida social dos indivíduos, indo do passado para o presente, refletindo neste estudo nas áreas de Comunicação, a História e a Ciência da Informação, em específico na Arquivologia.

⁵ ORRICO, E. Disponível em: http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-20_12/artigos/evelin_pt.pdf
Acesso em: 27 abr. 2018.

⁶ MENDONÇA, R; PINHO, F. Disponível em: [file:///C:/Users/pccli/Downloads/document%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pccli/Downloads/document%20(1).pdf)
Acesso em: 27 abr. 2018.

Na área de Comunicação destacam-se os autores que abordam a temática memória como Letícia Cantarela Matheus (2011), Ana Paula Goulart Ribeiro (2011), Lucia Maria Alves Ferreira e Daniele Brasiliense (2007), Marialva Carlos Barbosa (2007, 2011), Paulo Roberto Nassar de Oliveira (2012), conhecido como Nassar, Leandro Lage (2013) e Vinicius Andrade Pereira (2011). Este último investigou a obra de Marshall McLuhan, representante da Escola Canadense, juntamente com outros teóricos como Harold Adams Innis⁷. Para realizar estudos sobre as narrativas, foi preciso conhecer as teorias do jornalismo apresentado por Nelson Traquina (1999, 2005, 2013) e Felipe Pena (2012). Para os procedimentos metodológicos, adotou-se como base os subsídios de Luiz Gonzaga Motta (2007, 2010, 2013) e John B. Thompson (1995), enquanto para os designantes das personagens na montagem do texto, optou-se por Yves Reuter (2007).

Na História, trabalhando com a mídia e a memória, sobre a noção de tempo e espaço, destacam-se Peter Burke (2005), Peter Burke e Asa Briggs (2004), Julio Aróstegui (2006), José D'Assunção Barros (2005; 2013) e a obra “História e memória” de Jacques Le Goff (1994). Sobre fontes primárias, adotou-se, como referenciais, o livro Pesquisa & História de Janete Abrão (2002) e Tania Regina de Luca (2014), autora do livro Fontes Históricas.

Na Ciência da Informação observou-se trabalhos com a temática memória institucional apontando conceitos, revisões bibliográficas e relatos de experiências. Os autores pesquisados foram: Icléia Thiesen Magalhães Costa (1997), Valéria Matias da Silva Rueda, Aline de Freitas e Valéria Martin Valls (2011)⁸ e Jô Gondar (2016).

Os meios de comunicação influenciam e intervêm nas atividades institucionais, sejam organizacionais ou da mídia, por meio de um espaço público para discussão, difusão das ações, entretenimento e, ainda, compartilhamento da memória da sociedade. Compartilham-se muitas informações diariamente, tornando-se necessário viabilizar, através de estudos, a veracidade das fontes, como o jornal, a fim de rememorar a história dos sujeitos, como personagens, em instituições universitárias.

Na Comunicação, merece atenção o estudo de Leticia Cantarela Matheus (2011), que defendeu a tese de doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense, em 2010, intitulada “Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos”, que deu origem à publicação da obra com o mesmo título, publicada em 2011. A autora trabalhou com os jornais como fontes de dados e objeto de reflexão, por entender que apesar

⁷ Historiador e economista canadense, destacando-se em pesquisas econômicas e de comunicação de massa.

⁸ Memória institucional: uma revisão da literatura. Disponível em: <http://www.revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/62/64> Acesso em: 29 maio 2015.

das críticas ao sensacionalismo ou ao comprometimento político, entre outros fatores, os indivíduos sentem necessidade de estar bem informados e, por isso, a atualização contínua das notícias, desenvolvendo, de acordo com sua narratividade, a consolidação de tempo e história.

Outro destaque são as pesquisadoras Ana Paula Goulart Ribeiro e Lucia Maria Alves Ferreira (2007), que organizaram o livro “Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação”, trazendo vários estudos sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, na produção de história e de memória, sobretudo na mídia jornalística, como fonte de memória social, através de recorte temporal e empírico na maioria das pesquisas divulgadas. Deste livro, apresentam-se o estudo de Nilo Sérgio Gomes (2007) e o trabalho de Ana Paula Goulart Ribeiro e Danielle Brasiliense (2007).

Gomes (2007) pesquisou sobre as memórias do Jornal do Brasil de 1901, enfatizando que na era do conhecimento, a informática e a globalização cumprem um papel social importante, o de informar e o de interagir. Devido ao bombardeamento de informações, com muita informação secundária que vai sendo acumulada, formam uma rede de memórias. Então, a mídia torna-se um lugar de memória, pois a partir do que se escreve ou edita, deixa vestígios a serem lembrados no futuro.

Ribeiro e Brasiliense (2007) discutem os conceitos de memória e narrativa percebidas a partir de um fato, cuja articulação desse fato e outros ocorre num certo fluxo temporal e narrativo a partir da percepção dos sentidos, por isso que:

Os meios de comunicação não são os únicos, mas são hoje um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de ‘testemunhas autorizadas’ e, o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere neste processo não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades sociais (RIBEIRO; BRASILIENSE, 2007, p. 22).

Como atesta o fragmento de texto acima destacado, a proposta de estudar a memória analisando as narrativas da chacina da Candelária, publicadas no jornal O Globo, levou Ribeiro e Brasiliense (2007) a concordarem que os meios de comunicação são os grandes mediadores entre os sujeitos e o mundo. Constataram, todavia, que as matérias vão se tornando secundárias a partir do momento em que não apresentam o mesmo interesse do leitor. No entanto, deixam uma contribuição: a memória construída pelo jornal, que é plural e dinâmica, porém contraditória, isto é, a ser pensada.

No artigo intitulado “Meios de comunicação e história: um universo de possíveis”, Marialva Carlos Barbosa (2007), apoiada na noção de narrativa de Paul Ricoeur, supõe que é preciso considerar textos configurados em outros tempos, trazendo para o presente quando se busca a recuperação da historicidade dos meios de comunicação. Aliás, Barbosa é uma das principais pesquisadoras que aborda a história da comunicação no país, com os livros “Os donos do Rio: imprensa, poder e público” (2000) e “História cultural da imprensa: Brasil” (1900-2000) (2007). Para Barbosa (2007, p. 13) a função do historiador é interpretar os vestígios do passado a partir dos documentos/mensagens carregados de significação, para entender o presente. Todo discurso apresenta significados, por isso é necessário considerar que o sujeito, que produziu os documentos, também vivenciaram a sua própria história. O seu estudo foi direcionado na história da imprensa brasileira.

No marco teórico da Ecologia da mídia, Vinicius Andrade Pereira (2011) realizou um estudo sobre a relação entre comunicação e memória na era da teia global, com trocas rápidas de informação, a partir das obras de Herbert Marshall McLuhan e de outros autores que abordam o tema memória. Aliás, esta investigação utiliza como teoria de base a Ecologia da mídia, que tem Marshall McLuhan e Harold Innis como seus representantes precursores. Os teóricos Innis e McLuhan já estudavam a mídia, desde o mundo antigo até a Aldeia Global, enfatizando a importância da oralidade, do alfabeto adotado pela civilização e dos suportes/meios de comunicação, projetado no tempo e no espaço.

A partir da evolução tecnológica, que implicou mudanças nos meios de comunicação, foram gerados questionamentos que necessitam ser respondidos através de estudos que abordem a questão sociológica contemporânea sobre a sociedade moderna, porém trazendo uma abordagem sobre a comunicação, história e memória, como é o caso da proposta de autores como Nassar (2012), Ribeiro e Ferreira (2007), entre outros.

Nassar (2012) já constatou, a partir de um estudo apresentado no livro “Relações Públicas: a construção da responsabilidade histórica e o resgate da memória institucional das organizações”, a atuação da atividade de relações públicas nos planejamentos e nas ações da construção da história em organizações das empresas brasileiras. O autor salienta que as mudanças ocorridas, em razão do movimento de reestruturação produtiva, transformaram suas culturas e identidades e, por isso, por esta movimentação é necessário a preservação das fontes que trazem registros que auxiliam na construção da trajetória de uma empresa.

Sendo assim, o que deve ser considerado como elementos, ou seja, como pilares da memória a partir do reconhecimento dos públicos envolvidos na organização, especialmente os gestores, atenta-se para “[...] a cultura, os comportamentos, os símbolos, a identidade e a

comunicação, o conjunto de elementos que formam a personalidade e a imagem de uma empresa ou instituição” (NASSAR, 2012, p. 121).

Em sua tese, Nassar (2012) realizou uma pesquisa quantitativa em instituições cuja missão eram projetos empresariais analisando, por exemplo, a incorporação de novas tecnologias digitais no planejamento de relações públicas e de comunicação organizacional, observando ações realizadas no jornalismo empresarial - externa e internamente - de e-publicações, agências de notícias *on-line*, atualização e manutenção de conteúdos em *sites*, *blogs*, portais, entre outros. Constatou que existe um crescimento no interesse pela história empresarial lançando tendências de gestão e comunicação.

O estudo é um consenso para a organização ALCAR. Marialva Carlos Barbosa, como membro atuante, enfatiza que existe a necessidade de fazer uma conexão dos conhecimentos da disciplina de História visando analisar o objeto da disciplina de Comunicação e vice-versa, pois os meios de comunicação também são considerados instrumentos para estudar a relação da mídia e da história, inferindo que:

[...] a comunicação vê prioritariamente a história como possibilidade de adentrar o passado para o presente, neste mesmo passado, fontes inegáveis que podem trazer o passado para o presente, a história considera emblematicamente os meios de comunicação como ferramentas disponíveis para a compreensão de um contexto mais amplo invariavelmente localizado no passado (BARBOSA, 2007, p. 15).

Visando a recuperação das memórias para a construção da história, é importante observar critérios relacionados com as teorias, métodos e temas que estabelecem características distintas entre as divisões da História (BARROS, 2005). Algumas das divisões existentes são: História Cultural, História Política, História Serial, História Social, História do Imaginário, História das Ideias, História Regional, História Rural, História das Mulheres, História das Massas, Biografia, História Oral, Arqueologia, História Antropológica, História do Direito, etc.

No seu livro “História e Memória”, de 1994, o historiador Le Goff discute a memória com uma visão histórica, que não é somente política, econômica e social, cultural, mas também uma história de representações, discutindo a memória coletiva e os profissionais científicos da memória, como os historiadores e os jornalistas. Para o historiador, a História ajuda na fundamentação da memória, além disso, auxilia na retificação dos seus erros (LE GOFF, 1994). Outros autores que discutem os meios de comunicação, com um olhar histórico, são Briggs e Burke (2004), que estudaram a mídia observando como comunicadores e ao mesmo tempo historiadores no livro “Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet” de 2004, trazendo a história da mídia. Neste livro, ambos trouxeram o posicionamento dos teóricos da

Ecologia do Meio, como é o caso de Harold Innis (2006) e sua “teoria da matéria-prima” e Marshall McLuhan (1964) e o seu aforismo o “meio é a mensagem”.

Terry Cook, que é um teórico de estudos arquivísticos, afirmou que a concepção de arquivo, de certo modo, foi contemplado pelo inglês Hugh A. Taylor, quando este se juntou à instituição para dirigir seus programas de arquivo, em 1971, no Arquivo Público do Canadá⁹, a partir dos estudos pioneiros de comunicação e mídia realizados por Marshall McLuhan e Harold Innis. McLuhan, por concordar com as ideias da importância da mídia audiovisual; e Innis, por explicitar que o suporte utilizado para o controle de mídia de gravação e de tecnologias de comunicação favoreceu e, conseqüentemente, resultou em monopólio de conhecimento para os grandes impérios. Fundamentado nessas ideias dos teóricos, Taylor transformou os conceitos, as estratégias e o entendimento sobre coleções dos arquivos, especialmente, incorporando um tratamento adequado aos documentos audiovisuais.

O próprio Marshall McLuhan, que cunhou a expressão "Aldeia Global", previu, de certo modo, a internet e, por isso foi chamado de “profeta da era digital”. O seu acervo está preservado pela Biblioteca e Arquivos do Canadá e pela Biblioteca da Universidade de Toronto. São 50 metros de documentos de arquivo, em diversos suportes e seis mil itens publicados, principalmente livros, sendo que muitos escritos de próprio punho (UNESCO; MEMORY OF THE WORLD, 2018). Os estudos de Innis também merecem atenção como o que vem sendo realizado pelo professor Willian J. Buxton de Estudos de Comunicação de Concordia, na Universidade de Montreal no Canadá, a fim de construir a memória cultural canadense no período entre as guerras. O resultado foi apresentado no Centro de Pesquisas de Humanidades de Frankfurt em 2016 (GOETHE UNIVERSITÄT FRANKFURT; THE FRANKFURT MEMORY STUDIES PLATAFORM, 2018).

Na Arquivologia, como subárea da Ciência da Informação¹⁰, foram encontrados trabalhos de relatos de experiência, como o de Icléia Costa (1997), com estudos sobre memória institucional, realizada em seu doutoramento, com a tese “Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica”, trazendo conceitos de informação e a memória vista como um processo. O tema memória institucional também é apresentado, de modo breve, por autores como Rueda, Freitas e Valls (2011), que trazem uma revisão de literatura a partir de memória coletiva, buscando examinar o conceito de memória institucional.

⁹ Atualmente, biblioteca e arquivo conhecido como *Library and Archive Canada*. Disponível em: <http://www.bac-lac.gc.ca/eng/Pages/home.aspx>. Acesso: 30 mar. 2017.

¹⁰ Tabela de Área do Conhecimento, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em vigor desde 1984.

Existem também estudos que trazem recomendações sobre a preservação da memória das instituições, como a da Organização Panamericana de Saúde, que estabelece critérios e metodologias, baseado em padrões internacionais, visando a organização da informação. No manual “*How to organize and preserve the institucional memory*”¹¹ são apresentados conhecimentos científicos e técnicos do emprego da tecnologia para fins de organização e preservação das informações. Outro resultado encontrado empregando a análise pragmática da narrativa, de Motta (2005), agora sobre memória, é “Memória e acontecimento jornalístico: o caso Malhães”, capítulo de Valéria de Castro Fonseca e Célia Ladeira Mota (s. d.), onde os métodos e procedimentos utilizados serviram na orientação do acontecimento jornalístico sobre algumas matérias resultantes do trabalho da Comissão Nacional de Verdade (CNV), instalada em 2012, pela então presidente Dilma Vana Rousseff. Neste estudo foi necessário fazer a reformulação discursiva, a reconstrução das personagens jornalísticas e a identificação da estratégia narrativa para fazer a análise e, deste modo, a revelação das metanarrativas.

Em 2015, a autora Valéria de Castro Fonseca defendeu sua dissertação intitulada “Memória e acontecimento jornalístico: Comissão Nacional da Verdade”¹² na Universidade de Brasília (UnB), visando o “resgate da verdade” sobre a memória dos tempos da ditadura a partir de depoimentos, testemunhas ainda vivas, à CNV, transformando-se em acontecimento jornalístico.

Outro trabalho, de tese, orientado por Luiz Gonzaga Motta, defendida por Antonio Sebastião da Silva, em 2015, “Mídia e política: narrativas de veja na construção do sentido político-ideológico sobre a América latina, entre 2008 e 2012”, empregando a metodologia da Análise Pragmática das Narrativas, a fim de compreender como a mídia brasileira, no caso a revista Veja, organizava o conhecimento social sobre a América Latina naquele período. Para Silva (2015), a metodologia permitiu identificar os acontecimentos-intriga, configuração diegética, pontos de viradas, protagonistas, antagonistas e a matriz narrativa para facilitar a análise do projeto dos narradores.

Por fim, como objeto de estudo desta investigação, é preciso compreender as narrativas, partindo das histórias noticiáveis que podem fazer parte da história de uma instituição. Diante dessa conjectura, a investigação tem o seguinte tema: **a relação da narrativa jornalística e a**

¹¹ *How to organize and preserve the institucional memory*. Disponível em: http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_view&Itemid=270&gid=35630&lang=pt Acesso em: 1º maio 2018.

¹² Repositório institucional da UnB. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18397/1/2015_ValeriadeCastroFonseca.pdf Acesso em: 25 jun. 2018.

memória institucional da Universidade. O tema está **delimitado** empiricamente ao estudo das narrativas jornalísticas sobre a Universidade de Santa Maria nos dois primeiros anos da década de 1960. Esta delimitação tem como **pressuposto** a observância da fidedignidade e viabilidade da reconstrução da memória a partir das ações das personagens em narrativas jornalísticas.

A memória é um fenômeno social que tem sido estudado por áreas como Comunicação, História e Arquivologia (dentro da CI), que estão diretamente relacionadas e serviram de subsídios nesta tese. Com o aparecimento da escrita, a memória passou a ser identificada de duas formas, para Le Goff (1994): uma vinculada a um fato memorável, resultando em um monumento comemorativo e outra relacionada à escrita, criando-se um documento confeccionado num determinado suporte. Ambas as formas trazem informações que levaram a uma transformação da memória coletiva. Tanto o monumento como o documento, produzidos em suportes variados, trazem informações como direito de todos, que se transformam em conhecimentos. Carregados de uma função social. É preciso deste modo, rememora-los através de um distanciamento temporal em determinado espaço, para a construção da memória coletiva.

O jornal, como meio de comunicação, tem como função social informar os acontecimentos diários aos seus leitores de modo linear, como aponta Matheus (2011) que entende o jornalismo como a história do cotidiano, assim como pensa Barbosa (2000; 2007). As narrativas jornalísticas possibilitam a percepção da história ocorrida nas ações do cotidiano, tendo como objeto de investigação a relação com o tempo e espaço. Sua relevância é explicada por Matheus (2011), porque o passado pode ser recuperado através de seus vestígios, citando o Jornal do Brasil, produzido num contexto social vivido no século XIX e XX, no Brasil, cujas lembranças permitem a concepção histórica e, com isso geram novas expectativas para o futuro.

A história pode ser reconstruída pela memória que permanece, especialmente, a que é preservada em meios/suportes, como o papel, que oportunizou a consulta de narrativas jornalísticas como objeto empírico deste estudo. Os estudos sobre os suportes na área de Comunicação estão ancorados especialmente na escola de pensamento denominada Ecologia da mídia cujos autores basilares são Innis e McLuhan.

A legitimidade e o valor simbólico do jornalismo são construídos em razão dos usos do passado, através de estratégias que podem conferir diferentes formas de autoridade. Aróstegui (2006) diz que o historiador deve conhecer a intencionalidade do produtor do documento ao ser utilizado como fonte histórica, dividindo em fontes materiais e culturais, se intencionais (testemunhais) ou não intencionais (não testemunhais). O autor entende que as fontes não testemunhais são menos manipuláveis e, portanto, mais confiáveis.

Os jornais, geralmente, são produzidos de modo intencional, como aponta Charaudeau (2014) e Traquina (1999), por isso que Matheus (2011) reconhece que é uma mídia que requer interpretação e confronto através de um paralelo com outras fontes como fotografias, cartas, monumentos, incluindo as pessoas, mas sempre numa visão ampla. Por isso, discute-se a fidedignidade dos jornais como fonte histórica, uma vez que a mídia jornal mostra os fatos do cotidiano em um determinado tempo, que para Matheus (2011) é um fator relevante como mediador da consciência histórica. A partir destes pressupostos, a **problemática** de pesquisa desta tese pode ser resumida na seguinte questão: como as narrativas jornalísticas, enquanto rotina do presente, constroem a memória institucional da Universidade de Santa Maria a partir de personagens?

A partir da problemática da pesquisa, o **objetivo geral** foi investigar a articulação das personagens como sujeitos legitimados da Universidade de Santa Maria nas narrativas jornalísticas do Jornal “A Razão”, enquanto espaço de construção da memória institucional.

Visando atingir o objetivo geral, foram estabelecidos cinco **objetivos específicos** para o aprofundamento estruturado deste projeto:

- contextualizar as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção jornalística das formas simbólicas em situações espaçotemporais;
- recompor a estória dos acontecimentos de criação e instalação da USM;
- identificar as personagens recorrentes, e como o sujeito legitimado da ação histórica no presente, nas narrativas jornalísticas;
- reconhecer a personagem protagonista, analisando a sua articulação na narrativa;
- verificar a fidedignidade da narrativa jornalística como fonte de pesquisa para a construção da memória institucional a partir das personagens jornalísticas.

A pesquisa histórica investiga um conjunto de informações - passadas e presentes, considerando as fontes primárias e secundárias, que neste estudo são as narrativas jornalísticas¹³. E, como proposta deste estudo, a identificação, se existir, dos documentos que comprovam estes fatos registrados, trazendo as **fontes primárias** como fotografias, por exemplo, e as **fontes secundárias** com materiais, como livros que abordam sobre determinada pessoa ou fato, mas desde que sejam autênticos e relevante ao trabalho (GRESSLER, 2004).

¹³ Fontes de Informação. Disponível em: <http://magisterandre.blogspot.com/2013/02/fontes-primarias-secundarias-e.html> Acesso em: 27 jun. 2018.

Para o aprofundamento desta tese, foi preciso considerar que se tratava de um estudo sobre memória, com ênfase na rememoração da história da USM a partir das narrativas jornalísticas do jornal “A Razão”, incluindo a identificação das personagens que participaram efetivamente da criação e da instalação dessa Instituição. Para tanto, foi elaborado um **percurso metodológico**, aqui intitulado de **critério de memória das personagens jornalísticas**, a ser apresentada no capítulo e, em Estratégia Metodológica.

1.1 JUSTIFICATIVA TEÓRICA

Este projeto contribui teórica e metodologicamente com a área de concentração Comunicação Midiática do Programa de Pós-graduação em Comunicação do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialmente com as investigações desenvolvidas na Linha de Pesquisa Mídias e Estratégias Comunicacionais, já que está alinhado com a visão de “instituir algumas formas de vínculo social entre as instituições e os usuários de suas ofertas”¹⁴.

O jornal impresso, enquanto fonte de pesquisa que pode contribuir com a construção da memória, ainda é pouco investigado em áreas como a Arquivologia, uma subárea da CI. Partindo desta inferência, a justificativa deste estudo tem vários pontos significativos, pois o tema definido para esta tese deve-se à percepção da consulta de narrativas jornalísticas em instituições de ensino. Além disso, abrange um público que, muitas vezes, desconhece a trajetória construída a partir das ações de sujeitos legitimados, que fizeram parte como personagens das narrativas jornalísticas, partícipes da história da instituição. Neste estudo, a definição do jornal “A Razão” deve-se por ter sido a empresa jornalística de maior projeção na cidade interiorana de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de criação, 1960, e instalação, 1961, da Universidade de Santa Maria.

A contribuição desta tese consiste em estudar, de forma interdisciplinar, três áreas do conhecimento, a Comunicação, a História e a CI, representado pela Arquivologia para propor a tese de que as narrativas jornalísticas podem ser consideradas fontes de informação basilares para a recuperação da memória institucional. As narrativas são consideradas como rotinas do presente, no passado, que constroem a memória da UFSM no presente e, conseqüentemente, se preservadas, no futuro.

¹⁴ PPGCOM/UFSM. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/poscom/?page_id=66> Acesso em: 10 out. 2013.

A escolha deste tema foi definida pelo interesse da pesquisadora na narrativa jornalística, como fonte de pesquisa e, conseqüentemente, como rastro escrito de memória. Além disso, justifica-se também pela atividade da autora, como docente da UFSM, no Departamento de Documentação do CCSH, tanto na graduação em Arquivologia como na especialização *Lato-Sensu* em Gestão em Arquivos, desenvolvendo disciplinas nas áreas de patrimônio, cultura, memória e preservação documental, políticas públicas e na orientação de trabalhos de conclusão de curso, monografias, estágios e projetos de pesquisa, ensino e extensão.

2 NARRATIVA JORNALÍSTICA COMO ROTINA DO PRESENTE

Este capítulo apresenta o estudo das fontes - primária, secundária ou terciária - e do jornal e o seu mosaico de narrativas. A fonte é considerada primária se o material é original, secundária quando traz o resultado da interpretação e avaliação de uma fonte primária e, terciária sempre que traz a reunião de dados resultantes de fonte primária e secundária. Por ser um estudo interdisciplinar, foi realizado um compilamento, na visão da Comunicação, especialmente do Jornalismo, da História e da Arquivologia, seguindo abordagem específica de cada área sobre o jornal ser empregado como fonte de pesquisa.

Num segundo momento, visa discutir como ocorre o processo de produção de notícia (Barichello, Charaudeau, Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke, Roberts, Traquina), a partir do cruzamento de fontes primárias e secundárias, para trazer o entendimento sobre registro e estória (Barthes, Motta, Thompson, Sodré), a fim de reconhecer a narrativa jornalística como fonte histórica (Costa, Gordan, Motta, Thompson) amparado pela visão de Innis e McLuhan.

2.1 FONTES E NARRATIVAS

Vive-se, hoje, como aponta McLuhan e Fiore (1971, p. 7), “num ambiente elétrico de informação codificada” que torna as reações do indivíduo praticamente inconscientes, de modo automatizada, como “reações às extensões do seu corpo”. Assim, as reações são naturais do ser humano, que instintivamente não é percebida. Por isso, durante o processo transmissor de informação, o receptor pode entender como verdadeira e autêntica uma informação falsa. Aliás, como previa McLuhan e Fiore (1967), a mídia consegue transmitir percepções sensoriais capazes de alterar a extensão de qualquer sentido, inclusive o pensamento e a forma de agir.

Comunicar é um ato que traz sensações no decorrer de um discurso, oral ou escrito, motivado pela troca de informações. Na **visão do jornalista** não é diferente, todo discurso traz percepções sensoriais do jornalista e, por isso pode-se reconhecer, através da linguagem e dos símbolos empregados no discurso, a sua memória, a sua identidade e o seu laço social (CANDAUI, 2012). É preciso, ainda, verificar a relação de intencionalidade de quem fala ou escreve com o receptor. Outro aspecto a ser considerado é a condição física de troca no processo de transação, que poderá sofrer modificações, tais como a identidade, o efeito, a relação e a regulação (CHARAUDEAU, 2012).

Atuam na comunicação midiática uma entidade produtora e seus atores, identificada como instância de produção, que reproduzem a ideologia deste organismo de informação ao

receptor, que em relação ao *status* e as categorias mentais do seu público é conhecida como instância de recepção. A relação entre ambas as instâncias ocorre através da linguagem empregada no ato do discurso, partindo de alguém que transmite um saber para outro que se supõe não o conhecer (CHARAUDEAU, 2012).

A linguagem, como conteúdo da imprensa, é a fala registrada por meio de formas literárias e por narrativas (*news frames*) em que o jornalista sistematiza o acontecimento, em que esse processo ocorre de modo inconsciente (TRAQUINA, 1999). O produto, entretanto, é concebido numa determinada ordem cultural e social, trazendo notícias com valores e significados diferentes, para Berger e Luckmann (2011), por ser geograficamente distinto um do outro. Isto é, cada sociedade deverá ter formações socioculturais e psicológicas distintas.

Nessa sociedade, o leitor está inserido num plano de fundos, movido temporalmente por determinado contexto social e político. Porém, diante de movimentos ideológicos e culturais, como efeito de confluências, que formam microrelações surgidas pelas práticas sociais, implicam segundo Goffman (2009), na produção de um discurso intencional das instâncias midiáticas. Tanto a produção como a receptividade expressam um comportamento afetado, muitas vezes, pelo emocional, que são projetados no discurso através de significados.

A notícia, produzida pelo sistema jornalístico, é um conjunto de histórias trágicas ou exitosas de personalidade famosa ou do cidadão, mas sem ficção. O jornalista, como agente social, tem como valores essenciais no trabalho a liberdade, contudo precisa ter credibilidade, verdade e objetividade (TRAQUINA, 2005). A produção das notícias é realizada nas redações a partir de fontes de informação, como matéria-prima, que merecem ser divulgadas para conhecimento público em forma de discurso. Existem três tipos de agências: os promotores de notícia (*new promoters*); os jornalistas, editores e *rewritemen* (*new assemblers*); e, os consumidores de notícias (*new consumers*) (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON, CLARKE, ROBERTS, 1999).

Se o fato ocorrido tem valor-notícia (*newsworthiness*), pode ser transformada em notícia através da sua noticiabilidade que, Traquina (2013, p. 61) diz ser “[...] um conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. Nas empresas jornalísticas, os valores-notícias surgem a partir da seleção das fontes de informação, estabelecidos dentro de categorias, previamente selecionadas, que se tornam histórias processadas por tipos específicos e de forma hierarquizadas. A etapa de seleção leva em consideração a organização da sua força de trabalho - como departamentos especializados - e também, a estrutura do jornal, como política, desporto, etc. Mas, sem dúvida, o pessoal que trabalha no jornal direciona, naturalmente, as notícias para certas categorias

refletindo a *ideologia profissional* do que constitui "boas notícias" consoante com o interesse do seu leitor (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON, CLARKE, ROBERTS, 1999).

Como critérios de seleção, Traquina (2013, p. 88-90), baseado em estudos de Ericson, Baranek e Chan (1987) e de Galtung e Ruge (1965), apresenta os valores-notícia de construção: a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância. A personalização é um recurso utilizado para facilitar a identificação da notícia (positivamente ou negativamente) deve-se “valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento: acentuar o fator pessoa)” (IBIDEM, 2013, p. 89).

As fontes são declaradas como oficial, oficiosa ou independente. A fonte oficial, originada pelos governos, empresas, institutos, associações e organizações são beneficiadas pela lógica do poder, que em razão de interesse podem esconder informações relevantes, tornando-as fontes tendenciosas. A fonte oficiosa é uma informação não autorizada de um representante dessas administrações. E, a fonte independente não tem associação direta com a adversidade (PENA, 2012). Já os tipos de acontecimentos, cujo fator tempo interfere na notícia e na sua classificação, podem ser tipificados em acontecimento de rotina, acidentes, escândalos e *serendipity* (acontecimento involuntário) (MOLOTCH; LESTER, 1999).

As fontes provenientes desses acontecimentos são recebidas pelos órgãos jornalísticos de forma bruta por: telefonema e carta do leitor; *e-mail*; consulta a outro órgão de comunicação social; conferência de imprensa; contato pessoal, etc. Classificam-se como tipo de fontes humanas, documentais, eletrônicas, etc. Porém, deve-se observar sua proveniência, função e continuidade de suas atividades, por meio do seu estatuto e de sua proveniência geográfica (SOUSA, 2006).

A empresa jornalística considera, na etapa de seleção dos acontecimentos, a ordem no espaço e no tempo, conforme estudo de Tuchman (1978), apresentado por Traquina (1999). O espaço é definido a partir de três estratégias: a territorialidade geográfica; a especialização organizacional; e, a especialização em termos de tema. O tempo, como o eixo do campo jornalístico, influencia a agenda do trabalho jornalístico no planejamento do fato a ser selecionado. E isto foi perceptível a partir do avanço tecnológico intensificado no século XX, onde o fator tempo acelerou vários sistemas, como mencionou McLuhan e Fiore (1971), inclusive as relações familiares e padrões fechados, como ocorreu na China, que do século IX passou diretamente para o século XX. Esse avanço, no entanto, não foi cronológico. Innis

(2006) apontou como motivo dessa transição acelerada¹⁵ a difusão do papel e da imprensa, tornando-se, hoje, como uma das potências mundiais.

Ainda sobre o avanço tecnológico, é gradativo o interesse pelo fator tempo na rotina de produção de notícias, concebida e processada por meio de critérios de noticiabilidade, com a possibilidade de transmissão imediata (TRAQUINA, 1999). O processo é iniciado pela escolha/recolhimento e seleção, determinado em conformidade com categorias socialmente construídas, em alguns casos relacionados com outros acontecimentos já conhecidos, desde que inseridos num contexto social e de significados familiarizados pelo público (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON, CLARKE, ROBERTS, 1999). Por isso que a etapa de seleção, estabelecida pelos valores-notícia, é imprescindível para a delimitação dos acontecimentos, pois através da seleção que é determinado o campo de significação e, no seu interior, os critérios de importância ou de prioridade a partir do seu interesse e cultura do mediador ou do alvo (TRAQUINA, 2013).

No Brasil, Lopes (2011, p. 124) aponta o diploma de jornalista como um dos fatores de “visibilidade e adesão justamente pelo lugar de fala já privilegiado desses atores nos meios de comunicação social”. O jornalista, como agente social, tem como valores essenciais no trabalho a liberdade, desde que com credibilidade e verdadeira, além da objetividade a partir do emprego de métodos (TRAQUINA, 2005). Por essa confiança estabelecida do (produtor) jornalista com o receptor (leitor, telespectador e ouvinte), compete ao jornalista selecionar as melhores - e verdadeiras - fontes. Já, do outro lado, cabe ao receptor estar consciente que o mesmo faz parte, como membro, de uma singular cultura. Mas, cabe ao leitor, na instância de recepção se certificar se o fato foi narrado de modo autêntico e se foi pertinente o emprego da fonte de informação na narrativa (TRAQUINA, 2013).

Como membro de uma cultura, instintivamente poderá manifestar seu posicionamento ideológico na produção do discurso a partir de um acontecimento, convertido em estória, desde que as fontes de informação sejam confiáveis. O jornalista é incumbido de provar a sua credibilidade, apesar da dependência dos canais de rotina (TRAQUINA, 1999). Sendo assim, para que não ocorra perda de credibilidade no discurso do jornal, as fontes devem ser

¹⁵ Apesar da crise mundial iniciada em 2008, no ano de 2016, o crescimento do PIB ficou em 6,7 mantendo “seu crescimento num patamar elevado em comparação as outras grandes economias do mundo”. Portal Sua Pesquisa.com. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/geografia/economia_da_china.htm. Acesso em: 23 nov. 2017.

apresentadas para fins de confirmação das informações. A comprovação, através dos documentos, atribui autenticidade ao acontecimento (PENA, 2012).

Nessa subordinação, para Molotch e Lester (1999, p. 36), existem propósitos distintos adotados pelas empresas jornalísticas e os indivíduos como “[...] diversas biografias, estatutos, culturas, origens sociais, e situações específicas” e, caso estes propósitos sejam antagônicos, provavelmente irão gerar relatos contraditórios, principalmente no percurso de um acontecimento público. A partir desses propósitos cria-se os mitos, que são reconhecidos a partir de valores construídos de forma simbólica, podendo ser a fala, a imagem, etc., que traz uma mensagem carregada de uma forma e um conceito (BARTHES, 1993).

Como fonte de pesquisa, o jornal, passa a fazer parte da memória institucionalizada, trazendo um saber discursivo - o interdiscurso, conduzido por uma memória discursiva, que pode ser esquecida (ORLANDI, 2015). Por apresentar como produto um saber discursivo, o jornal vem sendo utilizado como material de estudo de historiadores e arquivistas, porém cada área com um tratamento diferenciado. A História para servir de fonte de pesquisa para a construção da história, enquanto a Arquivologia para facilitar o acesso e preservação do jornal como fonte de pesquisa aos pesquisadores, incluindo o historiador.

O jornal até a década de 1930 não era reconhecido como fonte de pesquisa, apesar de ter como função principal a informação de um acontecimento a serviço do cidadão. A “ação e a ficção cotidiana” oportunizada pelo jornal está disposto na forma de mosaico, com cortes nas mensagens (MCLUHAN, 1964, p. 240). A ficção talvez fosse uma característica do jornal que incomodava os historiadores na prática historiográfica chamado por Luca (2014, p. 112) de “enciclopédias do cotidiano”, por apresentarem “[...] registros fragmentários do presente realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”.

A possibilidade de imparcialidade na construção da narrativa pelos jornalistas, traz acontecimentos que tendem a ser humanizados com o complemento de citações em forma de diálogo, detalhes ou opiniões, de tal forma que às vezes não cumpre a função pretendida (BIRD; DARDENE, 1999). Apesar desta pretensa imparcialidade, o jornal como fonte de pesquisa, na **visão dos historiadores**, passou a ter outro viés, já que a prática historiográfica foi sendo renovada de forma lenta a partir de 1930, viabilizada pela concepção crítica da Escola dos *Annales*. Em 1968, com a substituição de Fernand Braudel pelos historiadores Jacques Le Goff, Jean Delumeau e François Furet, conhecido como a Terceira Geração dos *Annales*, foram realizados estudos interdisciplinares em áreas das Ciências Humanas, com a observação do tempo em uma acepção teórico-epistemológico (RUST, 2008).

A partir da escola positivista, o documento conhecido como fonte da história ou fonte para a história passa a ser chamado por informação historiográfica, por permitir ao historiador estabelecer a síntese histórica a partir das informações primárias, testemunhos e materiais de observação (documentos/monumentos). E, após novos estudos, passa a ser chamado de fonte histórica (ARÓSTEGUI, 2006).

A interdisciplinaridade favoreceu a inserção de novos temas nas pesquisas como: “[...] inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausente do território da História” (LUCA, 2014, p. 113). Esses novos temas levaram, de certo modo, ao reconhecimento do jornal como fonte de pesquisa, por permitir o reconhecimento “[...] a vida cotidiana, os padrões de consumo, o vocabulário de uma sociedade, os seus modos de pensamento, sensibilidade e representação” (BARROS, 2005, p. 65).

Santos (2004) justifica o seu interesse por ser um material que permite o restabelecimento de uma determinada sequência do passado, possibilitando a apresentação dos vestígios das ações dos homens. Outra razão é explicada por Martins por permitir a observação da “[...] representação de públicos específicos, visões de mundo e valores particulares da ampla segmentação social do país” (2015, p. 296). Diante do tema escolhido, cabe ao historiador determinar as fontes a serem utilizadas, recorrendo as variadas fontes, mas confrontando-as sistematicamente, como ocorre com as narrativas - como reportagens, que será preciso complementar com fontes não narrativas, sempre adotando “critérios taxonômicos” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 493). É preciso também, certificar-se da veracidade dos acontecimentos baseado, inclusive, em fontes orais.

Ainda sobre as fontes, Barros (2013) afirma que, para os historiadores, quando são utilizados os materiais de pesquisa, o tempo adotado é o tempo vivido, porém o tempo considerado para os historiadores é o tempo humano e coletivo (social), tornando-se o tempo humano, isto é, a “passagem do homem sobre a Terra” (2013, p. 20. Por temporalidade histórica deve-se refletir sobre as sensações e percepções vividas nas instâncias humanas, psicológicas e políticas num determinado espaço, ou seja, as suas espacialidades que são: regionais, climático-naturais ou culturais.

Sobre a síntese espaçotemporal, Le Goff (1994) diz que o tempo é um fator essencial na separação passado do presente porque, na recuperação da memória (fatos passados), a concepção do tempo é um procedimento primordial a ser respondido na operação histórica no presente, em nível individual ou coletivo. Por isso, discernir o tempo presente do tempo passado permite complementar uma terceira dimensão, o futuro. Para Halbwachs (2006), nesta

concepção de memória, entende que o tempo real é visto como uma linha temporal e abstrata que estabelece divisões em anos, meses, dias, horas, minutos e segundos. O tempo corresponde aos períodos necessários para assimilar as imagens e transformar de modo permanente a memória. Envolve, portanto, uma sequência de momentos isolados e descontínuos concebidos em velocidades de tempo e em espaços diferentes para cada grupo. Exemplificando, o tempo no campo é diferente do tempo da cidade, já que cada grupo realiza um número indeterminado de atividades com comportamentos distintos e consoantes com as suas necessidades e tradições.

Por isto que o acontecimento que ocorre num espaço (contexto espacial) e num tempo (rápido ou lento), é transformado, de modo permanente, em memória coletiva. A reconstrução das lembranças de determinado grupo é apoiada pelo tempo, sendo influenciado, direta ou indiretamente pela sociedade em que vive. As cidades se modificam no curso da história, por isso que o tempo não permite a representatividade da sucessão de acontecimentos na sua integralidade porque a acumulação e a guarda das imagens (palavras, gestos) do passado podem ser perdidas (HALBWACHS, 2006), como é o caso de uma grande catástrofe.

O conjunto de registros de um acontecimento torna-se informação historiográfica, como fontes históricas, mas desde que estejam em conformidade com os critérios adotados pelo historiador, que são: intencional (fontes voluntárias ou não voluntárias); posicional (fontes diretas ou indiretas); qualitativo (fontes materiais ou culturais); formal-quantitativo (fontes seriadas ou não seriadas e não seriáveis) (ARÓSTEGUI, 2006).

Cresce o interesse por pesquisas históricas e, conseqüentemente, pela memória coletiva e história, provocando uma revolução científica a partir do surgimento da automação ou cibernação (MCLUHAN, 1964). Diante do avanço tecnológico, o jornal desponta no Mundo Ocidental porque o suporte papel, como um meio leve, facilitou a divulgação de acontecimentos locais, com tendência gradativa à expansão para outros espaços. Isso somente foi possível, para Innis (2006), em razão do tipo de material utilizado na confecção, a partir de investimentos em novos mecanismos de produção do papel, impressão e circulação dos jornais, associado ao poder de influência que a imprensa tinha (e tem) no público leitor, como fatores determinantes para a definição de padrões culturais dominantes.

Em pesquisas históricas, Le Goff (1994) se diz favorável e necessária a intervenção do computador por meio de replicação pela modalidade historiográfica, chamada de história quantitativa. Sua justificativa é porque o computador permite, através do armazenamento e manuseio correto em bancos de dados, a constituição de séries de fontes e abordagens necessárias para a (re)construção da história.

A pesquisa histórica é iniciada com um problema, baseado na divisão convencional dos campos e, conseqüentemente, nas suas hipóteses diretamente relacionada à formulação da pergunta. Os campos de pesquisa ficam divididos em história espacial (territorial), história sistemática e história cronológica, cuja historiografia produzida refere-se a cultura da época estudada, seguido um planejamento de acordo com o tipo de pesquisa (ARÓSTEGUI, 2006).

Os tipos de pesquisa são sócio-histórica e realidade histórica. Na pesquisa sócio-histórica deve-se recorrer aos planos, através de instrumentos, combinando efeitos históricos numa sequência temporal e de espaço ou espaço sócio-histórico e a sociedade global (como sistema) ou, ainda, os fenômenos sócio-históricos particulares (subsistemas de outra realidade superior). Já a pesquisa da realidade histórica deve-se atentar para alguns dos planos da pesquisa sócio-histórica, associado aos assuntos específicos para cada estudo, observando a cronologia dos fatos e o espacial (territorial), sistemática como resultado de temas individualizados, novamente, a partir de um marco cronológico e espacial (ARÓSTEGUI, 2006).

Na Comunicação, Mota (2012) diz existir um plano de fundo que faz a ligação dos fios dos significados culturais e, por isso deve-se observar, na visão de Aróstegui (2006), a realidade social em estudos históricos. Já, Charaudeau (2012), preconiza a observância na dependência do contrato de comunicação e do dispositivo, incluindo a mediação do sujeito, que tem juízos preconcebidos (PENA, 2012).

O discurso, portanto, pode ser produzido de forma intencional, apoiado num posicionamento ideológico moldado pelos acontecimentos que são vividos em distintas fases sociais e políticas de cada sujeito. Orlandi, baseado em Pêcheux (1990), explica isso trazendo a relação entre a língua (materialidade do discurso) e a ideologia (materializada na forma de discurso) que aparece no texto afetando a “constituição do sujeito e do sentido” (2012, p. 20).

Inclui-se verificar as condições técnicas de produção dos impressos e do cumprimento de sua função social, questionando os motivos - o por quê - da escolha do tema. Na etapa de interpretação, como os significados nem sempre estão explícitos nas narrativas, deve-se analisar o discurso a partir dos estudos, como o de Pêcheux (1990), por meio da virada linguística ou desafio semiótico (*linguistic turn, semiotic challenge*) (LUCA, 2014).

Por isso, é preciso trabalhar a historicidade do texto, identificando os sentidos produzidos, que dependendo do intuito do emprego da linguagem, num conjunto complexo de formações discursivas e ideológicas, chamado de interdiscurso, Orlandi (2012) diz que é passível de ocorrer falhas na história. As falhas, trazendo McLuhan (1964) para justificar, ocorrem porque, se o sujeito letrado é um ser ideológico, vivendo numa determinada sociedade, produz discursos por instintos, como uma extensão do homem. Tal impulso é mais frequente

hoje com o advento das redes sociais, como ferramenta da comunicação, cujo próprio meio é a mensagem, isto é, cada vez mais o meio dá poder ao sujeito, com um determinado posicionamento social e político, através do uso da escrita interativa.

Deste modo, os historiadores reconstituem a memória coletiva baseado em uma história linear possibilitada pela coleta dos dados em materiais, reconhecidos por Le Goff (1994) como os monumentos e os documentos, que são selecionados por um pesquisador, que é um sujeito ideológico, num determinado contexto sócio-histórico. O jornal, como fonte de pesquisa, permite rememorar o encadeamento dos fatos, mesmo quando a metanarrativa transforma-se numa ficção. Cabe aos profissionais, como historiadores, seguir critérios classificatórios para a determinação da informação historiográfica a ser utilizada para transformar um fato como herança do passado.

A partir da invenção da eletricidade, especialmente com o avanço dos processos automatizados, a informação passa a ser o bem de consumo mais importante para McLuhan (1964). Como previu o teórico, hoje é incontável o número de fontes de informação disponibilizadas, principalmente após o advento da internet, gerando até excessos de dados. Por outro lado, vem motivando a substituição dos suportes que auxiliam na produção das informações, como ocorre hoje com o jornal produzido em papel, sendo gradativamente substituída pelas mídias sociais, que permite disseminar a informação de forma descentralizada, empregando o suporte digital. Outra mudança foi permitir que o leitor se torne um agente participativo, inclusive nas esferas públicas, tanto na conversação e acesso às informações como em discussões motivadas, especialmente, pelas redes sociais.

O jornal é produzido por entidades não governamentais, resultado das atividades-fim ou por entidades governamentais, decorrente das atividades fim e meio, por efeito de atividades oficiais que geram anexos como circulares, folhetos, impressos, etc., todos documentos oficiais. Por isso, se o jornal é resultado de uma atividade administrativa, para Schellenberg (2002, p. 43), “pode ter ou adquirir um caráter arquivístico”. Se for documento arquivístico, na **visão do arquivista**, na sua fase administrativa - refletindo as atividades-fim e atividades-meio, deve percorrer o percurso natural de vida, isto é, da produção a sua tramitação, até o seu propósito histórico para fins de conhecimento científico e cultural.

Resultado da atividade-fim, geralmente, de uma entidade não-governamental, produz um único produto que tem como característica a reunião de acontecimentos, na forma de mosaico, relatando ações de indivíduos num contexto espaçotemporal. O processo de produção do jornal não é diferente, para fins de exemplo, da elaboração de uma apostila didática resultante da atividade-fim de ensino - com ou sem fins lucrativos, realizado por docentes,

acadêmicos ou outros profissionais. A diferença é o seu fim, um é para o ensino, com a compilação de informações científicas de determinada área, enquanto o outro é para trazer informações dos acontecimentos. Ou seja, a matéria-prima é a mesma, a informação.

Em nova reformulação, na visa dos historiadores, a ideia de “informação documental” passa a ser chamada de “fonte histórica” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 492). Surge, aqui, uma discordância entre História e Arquivologia, apesar de Aróstegui (2006) apontar a necessidade de o historiador ter noções das técnicas empregadas na arquivística. Para os historiadores “fonte histórica” está diretamente relacionada com “informação documental”, contudo para os arquivistas é chamada de informação arquivística, pelo fato de os documentos apresentarem uma relação orgânica entre si. Isto é, existe um órgão produtor responsável pela produção/recebimento além de existir conexões, seja de um documento com outro ou de conjuntos documentais, em conformidade com suas atividades fins e/ou meio.

A entidade não-governamental apresenta uma visão ampla do cotidiano e do mundo. Para Luca (2014), isto somente é possível porque o jornal traz um encadeamento de relatos que são construídos, diariamente, de forma coerente e organizada, criando a história do presente. Com tanta informação num único exemplar é preciso dar um tratamento especial, que Bellotto (2014) diz ser de competência do arquivista.

Se o jornal é resultado da atividade-fim de uma entidade, todo o documento produzido para esse propósito será considerado fonte de informação, pois traz registros que comprovam os atos dos cidadãos, tanto como pessoa física como jurídica. Innis (2006) e McLuhan (1964) consideraram também em seus estudos o tempo e o espaço, trazendo como eixo a mídia e os seus suportes/meios. Terry Cook¹⁶ reconheceu como relevante as contribuições dos teóricos para os arquivos, especialmente, ao material audiovisual. Para os teóricos, o domínio de novas técnicas gera a necessidade do conhecimento e de efeitos sensoriais.

Se os documentos são de interesse público e de valor secundário (histórico), passam a ser patrimônio documental da humanidade, devendo ser preservados para fins de acesso. Mas é preciso reunir os documentos de forma orgânica, isto é, mantendo a relação existente entre si em cada ato praticado, para fins de legitimação. Os documentos legítimos, que apresentam valor secundário, servem à historiografia como matéria-prima da história.

Em 1995, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) iniciou um trabalho pioneiro que serviu de base para o desenvolvimento do

¹⁶ *Library and Archives Canada/Archives as Media of Communication*. Disponível em: <https://www.collectionscanada.gc.ca/innis-mcluhan/030003-4040-e.html>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Programa Memória do Mundo, realizando com a sociedade, governo (público) e os setores industriais e comerciais (privado) um trabalho de conscientização de preservação e acesso ao patrimônio documental da humanidade. O jornal, como documento, é considerado também um patrimônio cultural mundial.

Mas, a notícia como uma articulação discursiva não é, em absoluto, uma representação transparente dos fatos. Para Mota (2012), baseado na teoria da prática discursiva de Foucault (1999), salienta a existência do relato “articulado” do factual da notícia. A prática é chamada de ordem de discurso por desempenhar funções de controle, visando administrar o domínio do que é produzido, de quem produziu e de como é distribuído. Todavia, em razão do poder, deverá ter restrição por meio de seleção, organização dos discursos e validação, a partir das regras do poder de uma sociedade (FOUCAULT, 1999).

Isto ocorre porque a prática cultural alocada em um espaço social e cultural pode perder algumas características significativas no retrocesso (o tempo) necessário para a construção da história da memória (memória social ou memória cultural), por interferências de certas práxis (o espaço) (MOTA, 2012). Por outro lado, a linearidade facilita a recuperação do fato no futuro e, por isso o jornal é reconhecido como patrimônio cultural (MATHEUS, 2011; LE GOFF, 1994). Como fonte de pesquisa contribui para a construção dos fatos passados, por meio da rememoração de fatos da humanidade. Na construção da memória e da história, a linearidade é uma característica positiva para o reconhecimento do jornal como fonte de pesquisa, trazendo traços sociais e culturais em recortes temporais, em determinado espaço, como supremacia do global, conforme apontam Innis (2006) e McLuhan (1964).

Nas etapas de seleção, interpretação e explicação dos fatos recuperados, cabem aos documentos a confirmação dos atos (BELLOTTO, 2014). Por isso que o jornal, por trazer discursos ocasionalmente intencionados, devem ser observados e selecionados com cuidado como fonte de pesquisa pelos historiadores. O cuidado com o uso da fonte jornal para pesquisa é atentar para a forma em que foi produzido, já que os acontecimentos diários são selecionados através de critérios de noticialidade (TRAQUINA, 1999) e os discursos produzidos, por vezes, de forma intencional (ORLANDI, 2012).

Cabe ao arquivista, como profissional que cuida do tratamento da matéria-prima informação, ocupar-se de três elementos básicos em suas atividades: o primeiro refere-se aos motivos pelos quais os materiais foram produzidos; o segundo sobre a preservação dos documentos, definido a partir da atribuição de valores em razão da apresentação de cunho oficial e cultural; e, o terceiro diz respeito à custódia pelo órgão que criou os documentos

modernos (SCHELLENBERG, 2002). Outro elemento refere-se à recuperação da informação, existindo um avanço no terreno da normalização (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

A recuperação da informação somente é possível se houver gestão, seguindo o ciclo de vida dos documentos, o chamado *continuum* (TRACE, 2016). A gestão é relevante pois, como o documento é produzido e utilizado na prestação de contas (como procedimento legal), passa a fazer parte da memória, com suas crenças comuns, de uma comunidade. Esses documentos, após vigência legal, são considerados fontes de provas que carregam ou silenciam, por meio de formas culturais, as ações históricas e comprobatórias dos indivíduos (IACOVINO, 2016).

O historiador ou pesquisador social precisa ficar atento ao interesse e a intenção da produção do documento e de sua preservação, pois o documento não é neutro. Portanto, compete ao pesquisador fazer uma análise crítica a fim de examinar três elementos que corporificam, contextualizam e atribuem identidade ao documento para fins de confirmação do real interesse, tanto na produção como na preservação (SANTOS, 2003).

Certas lacunas podem ser recuperadas se forem adotados procedimentos específicos, até mesmo de caráter político, no acesso e na preservação dos jornais, tanto por profissionais como o bibliotecário, se custodiado por bibliotecas, ou o arquivista, se custodiado por arquivos. Se o jornal, como documento/monumento, é considerado como patrimônio cultural, deve ser recolhido e custodiado, em geral, por instituições públicas, como os arquivos, passando a integrar parte da memória coletiva de uma sociedade como fonte de pesquisa. Os arquivos são considerados como “instituições de memória” (HEDSTROM, 2016).

Os registros devem ser custodiados por instituições para fins de pesquisa (escrito), porém, é preciso também recorrer as testemunhas através da realização de entrevistas (oral). O historiador deve selecionar as narrativas de jornal considerando a sua conservação, ou seja, o estado físico dos materiais, pois para a historicização da fonte jornal, devem ser observados aspectos envolvendo a materialidade do suporte (LUCA, 2014). Por isso, a relevância do papel do arquivista.

A informação arquivística ou informação historiográfica, cuja seleção deverá ser baseada em critérios, permitem (re)construir a memória coletiva e, conseqüentemente, a história de qualquer indivíduo ou grupo. O jornal traz esse tempo humano e coletivo (organizações), num tempo presente, refletido na história imediata que passa a ser a memória de um acontecimento, que Mota (2012) diz ser construída através da metanarrativa. Novos significados surgem, por meio da recomposição das narrativas jornalísticas, como prática cultural do Jornalismo. Como meio/suporte de trabalho da Comunicação, passa a ser igualmente da História e da Arquivologia, ambos como fonte e instrumento de pesquisa científica.

A UNESCO considera o jornal como patrimônio documental, porém esse reconhecimento nunca foi um consenso. Por isso entende-se que é necessário conhecer como as histórias que viram notícias são produzidas e publicadas, para julgar se o jornal pode ser considerado uma fonte de pesquisa fidedigna. Sendo assim, na certificação das fontes como de pesquisa, é fundamental que os pesquisadores compreendam como a informação está sendo disponibilizada pela instância de produção - desde a entidade produtora até o seu grupo de trabalho (atores). Ou seja, verificar se isso se dá de modo parcial, imparcial ou intencional para ser utilizada como fonte histórica para a construção da memória.

2.2 PRODUÇÃO DE NARRATIVA JORNALÍSTICA

Comunicar é um ato motivado pela troca de informações. Na comunicação midiática, atuam neste ato uma entidade produtora e seus atores, identificada como instância de produção, que geralmente reproduzem a ideologia deste organismo de informação ao receptor, que em relação ao *status* e as categorias mentais do seu público é conhecida como instância de recepção. A relação entre ambas as instâncias ocorre através da linguagem empregada no ato do discurso, partindo de alguém que transmite um saber (acontecimento) para outro que se supõe não conhecê-lo (CHARAUDEAU, 2012).

O jornal ganhou um campo de interesse mundial, em alguns momentos como no século XVIII, como armas na luta política, já, no século XIX, como um negócio lucrativo. E no século XX, o interesse pelo jornalismo fortaleceu, através de novas ideologias, o poder de ataque, como aconteceu com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em que a mudança tecnológica na impressão, conduzida pelos Estados Unidos, contribuiu com o crescimento da indústria dos jornais, influenciando o domínio do idioma inglês (INNIS, 2011).

Desponta-se a partir de então, o novo jornalismo - *penny press* -, com a criação de um produto inédito, a transmissão da notícia baseada em fatos (TRAQUINA 2005). O processo produtivo passa a ser estandardizado, empregando métodos de comunicação e conceitos como o *lead*¹⁷ (ou lide), que é uma estratégia empregada para divulgar a essência dos fatos, além da pirâmide invertida, cujo objetivo é apresentar fatos mais importantes no topo da narrativa e terminar com dados não significativos no final do texto (PENA, 2012; TRAQUINA, 2005).

No Brasil, o valor da objetividade ainda é questionável, porque todo indivíduo é um ser ideológico, ou seja, um ser concebido, para Habermas (2004), a partir da sua natureza e da sua

¹⁷ Servidores de um *lead*: “quem”; o “quê”; o “quando”; o “onde”; o “porquê”; o “como” (TRAQUINA, 2005).

tradição, independente das influências nas suas ações da vida cotidiana. Porém, apesar da existência do ser ideológico, existe o posicionamento da instância de produção da informação a quem, de acordo com Charaudeau (2012) e Rodrigues (2001), o jornalista deve satisfação. Mas, como na instância de informação existe a interferência dos acordos de comunicação, associado aos dispositivos, a pretensa objetividade por ser relegada a um segundo plano. O posicionamento da empresa jornalística pode ser identificado na formação discursiva, com a projeção ideológica apresentada, por exemplo, no editorial do jornal. Essa projeção, apresentada de forma simbolizada, deve-se em razão das relações de poder, que para Orlandi (2012), traz o dizer do político.

Em vista disso, os jornalistas não devem partir de invenções, na opinião de Traquina (2005), uma vez que a notícia não é uma ficção e sim um conjunto de estórias exitosas ou trágicas do cidadão ou de personalidade famosa. Ademais, o jornalista é um agente social que tem como valores essenciais no trabalho a liberdade, desde que com credibilidade e verdade, assim como a objetividade, como campo de conhecimento, empregando métodos científicos.

Mas, como os fatos a serem narrados são subjetivos é preciso criar mecanismos para assegurar a confiabilidade, isto é, o rigor científico na interpretação da objetividade. Os métodos são necessários, para Pena (2012, p. 50), porque os acontecimentos são “[...] construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias”. Assim, é preciso compreender a comunicação como processo transmissor de informação que depende do contrato de comunicação e do dispositivo, isto é, as circunstâncias materiais (ambiente, canais de transmissão, parceria) em que a ação de informar está sendo desenvolvida.

A produção de uma notícia, todavia, somente é viável se existir um acontecimento¹⁸ inserido no âmbito de identificações sociais e culturais. Os *media*, como organização burocrática, produzem notícias em tipos específicos ou categorias, estabelecida a partir da seletividade, com a seleção das narrativas a partir dos valores-notícia. Primeiramente, é necessário entender o processo de transformação, enfocando aspectos da criação de notícias, cujo *media* partem de fatos dos poderosos, isto é, a matéria-prima que é a informação, para resultar no produto acabado que são estórias potenciais. Mas, para que as estórias tenham reais

¹⁸ Tipificação dos acontecimentos: • Acontecimentos de rotina (acontecimentos intencionais promovidos por aqueles que neles estão envolvidos); • Acidentes (acontecimentos inesperados, cujos implicados pretendem manter em segredo, promovidos a notícia por alguém que neles não está envolvido); • Escândalos (acontecimentos intencionais promovidos por pessoas que não partilham das estratégias dos envolvidos); • *Serendipity*, ou "feliz acaso" (acontecimentos inesperados revelados inadvertidamente por aqueles que neles estão implicados)(SOUSA, 2006, p. 211).

potencialidades, os *media* impõem critérios próprios que, geralmente, geram transformações nas estórias. Interferem no emprego da retórica - as variações de linguagem pública, e a codificação - imagens - e *stock* comum, resultado da reciprocidade produtor-leitor (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON, CLARKE, ROBERTS, 1999).

Na estruturação do processo, o valor-notícia primário ou fundamental pode ser exemplificado com notícias de interesse de uma comunidade, como por exemplo, de uma universidade, já que “uma instituição é criada para regulamentar relações e dar visibilidade a um determinado pensamento, a um conceito” (BARICHELO, 2004, p. 27).

Logo, deve-se estabelecer a interação com a sociedade por meio de estratégias, que apresentem um conjunto de acontecimentos dos fluxos de saber e de novos formatos organizacionais das instituições de ensino, de modo informativo (BARICHELO, 2004). Uma das possibilidades é a notícia como narrativa e estória, que narra acontecimentos reais que podem fazer parte da memória de uma instituição.

No ato de comunicar considera-se a fonte de informação¹⁹, a transmissão e o receptor e, ainda, “a relação que mantêm entre si” (CHARAUDEAU, 2012, p. 36). E mais, prezar que existe uma terceira instância, a instância institucional a partir de uma relação simbólica de um acontecimento, inicialmente, imprevisível, mas aguardado e reconhecido como familiar, pois é ela que “[...] vigia, normaliza e sanciona o dizer e o fazer dos protagonistas das expressões e das acções trocadas” (RODRIGUES, 2001, p. 69).

Todavia, se a fonte de informação apresentar natureza tendenciosa, é preciso fazer indagações sobre o valor de verdade do fato, a fim de confirmar se é autêntico, se existe verossimilhança e se o acontecimento é pertinente. E, por outro lado, o receptor precisa investigar se o fato é existencialmente e possivelmente verdadeiro, e se é pertinente o emprego dessa fonte na produção da narrativa. Além destes quesitos a serem respondidos, é necessário realizar a etapa de seleção da informação, uma vez que é impossível a transmissão de todos os fatos (CHARAUDEAU, 2012).

Na etapa de produção considera-se a ordem no espaço (territorialidade geográfica, especialização organizacional e tema) e a ordem no tempo (o eixo do campo jornalístico que pode implicar na influência do trabalho jornalístico em determinado acontecimento a ser selecionado). Com o avanço tecnológico intensificado no século XX, o fator tempo passa a merecer uma atenção especial, já que é crescente a atenção pelo acontecimento atual,

¹⁹ Definida como um lugar no qual haveria certa quantidade de informações, sem que seja levantado o problema de saber qual é sua natureza, nem qual é a unidade de medida de sua quantidade (CHARAUDEAU, 2012, p. 35).

concebendo-se um fator de noticiabilidade, com a possibilidade de transmissão imediata da notícia (TRAQUINA, 1999).

Por isso, a etapa de seleção é imprescindível por permitir uma delimitação dos acontecimentos determinando-se, inicialmente, o campo de significação, e no seu interior, os critérios de importância ou de prioridade a partir do interesse - cultura - do mediador ou do alvo. Portanto, a informação proveniente de um acontecimento deve ser processada por meio de critérios de noticiabilidade, em que o processo de construção de notícia passa pela seleção dos acontecimentos, de acordo com os valores-notícia, até a sua construção partilhada para a tribo jornalística. Existem fatos a serem evidenciados e outros omitidos. Como ocorrem muitos acontecimentos, diariamente, é preciso priorizar o que deverá ser noticiado, considerando que certas notícias já estão historicamente incorporadas no trabalho jornalístico, contudo as narrativas devem ser produzidas, seguindo regras do comportamento humano e institucional, empregando significados contemporâneos (TRAQUINA, 2013).

Cabe ao jornalista selecionar as melhores fontes, partindo do entendimento de que são membros de uma singular cultura, que por sua vez é manifestada na criação da narrativa. Com isso, utilizam uma gramática representativa dessa cultura e, por esse motivo Traquina (1999, p. 252) diz que “[...] as notícias ajudam-nos a compreender os valores e os símbolos com significado numa determinada cultura”. Para entender a questão simbólica, em uma dada cultura, devem-se reconhecer os mitos, que Barthes (1993) diz ser um valor.

Para transformar o acontecimento em estória é preciso que as fontes de informação sejam confiáveis, na opinião de Traquina (1999), apesar da dependência dos canais de rotina, os jornalistas necessitam provar a sua credibilidade. Porém, como salienta Mota (2012), não pode ser desconsiderada que existe uma prática discursiva da instituição imprensa, que está alocada em um espaço social e cultural. A prática é chamada de ordem de discurso, por desempenhar funções de controle, segundo Foucault (1996), visando administrar o domínio do que é produzido, de quem produziu e, também, de como é distribuído, mas que em razão do poder deverá ter restrição por meio de uma seleção e organização dos discursos, assim como de validação, a partir das regras do poder de uma sociedade.

Os acontecimentos se transformam em notícias, apresentados através de explicações, imagens e discursos e, por isto, a identificação, a classificação e a contextualização são consideradas etapas fundamentais deste processo em que os acontecimentos se tornam efetivamente significativos pelos *medias*. São significativos porque os jornalistas conseguem apresentar ao leitor os acontecimentos, como os inesperados e invulgares, num mapa de conhecimento cultural, os “mapas dos significados” (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON,

CLARKE, ROBERTS, 1999, p. 226). As notícias, carregada de significados, são facilmente interpretadas e compreendidas, através de características básica da vida cotidiana, por todos os grupos sociais e públicos, porém “[...] oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos” (IBIDEM, 1999, p. 228).

Existem dois tipos de notícias, como produto da organização burocrática ou do jornalismo, classificadas pelo seu conteúdo, mas em conformidade com a característica do acontecimento chamadas de *hard* ou *soft*. A narrativa passa a ser *hard* quando a notícia é informativa e factual, pretendendo, com isto, informar de modo que os leitores aprendem sobre fatos, nomes, detalhes (significantes e insignificantes) e números; por outro lado passa a ser *soft* quando traz o entretenimento, visando a diversão (BIRD; DARDENNE, 1999).

A *hard news* dos editoriais de política, economia, internacional, cidades visam levar até o leitor uma notícia sem manifestação subjetiva, mantendo um referente empírico, mas que gera ao analista desafios conceituais e metodológicos complexos (MOTTA, 2013). Para o autor, as notícias, na maioria das vezes, são iniciadas no final da estória quando surge o *in media*, relacionando com outros fatos de modo generalizado, por isso sugere procedimentos adequados para a análise observando que:

[...] o primeiro procedimento é tornar o difuso tempo jornalístico um tempo narrativo ordenado, a fim de que as confusas informações sobre um episódio se revelem então como uma síntese, uma estória cronológica dramática. Portanto é preciso reordenar inicialmente a difusa cronologia jornalística porque ela não obedece à mesma ordem lógica de um conto ou filme (comandados por narradores oniscientes, onipotentes, direcionados para um desenlace) (MOTTA, 2013, p. 97).

Os acontecimentos são constituídos por atividades cotidianas dos indivíduos, motivados pelo processo análogo de criação de pontos de referência temporais que, para Molotch e Lester (1999), são alterados ao longo do tempo. Originam-se assim, marcações temporais que são compartilhadas de forma comum. O termo “Tempo Público” é utilizado pelos autores para a representação da dimensão temporal da sociedade (passado, presente e futuro), cujo tempo público é reflexo natural dos acontecimentos públicos (1999, p. 36).

Existe um acontecimento e, conseqüentemente, um enquadramento do problema definido pelos *primary definers* institucionais fornecendo critérios para o estabelecimento das contribuições que são relevantes ou irrelevantes para o debate. Todavia, os *media* não se limitam somente em gerar e transmitir o seu papel ideológico, isto é, não são geralmente os definidores primários e, sim no “[...] momento da produção jornalística, os media colocam-se

uma posição de subordinação estruturada no *primary definers*” (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON, CLARKE, ROBERTS, 1999, p. 230).

Por ser agente público, o conteúdo é definido a partir das necessidades de cada acontecimento, visando a promoção de determinado indivíduo público, a fim de incorporá-lo na história da sua comunidade, oriundos de processos análogos, com interesses diferentes e, conseqüentemente, problemáticas públicas. E, diante desse cenário, é preciso reconhecer o sentido do “Tempo Público” com o auxílio dos historiadores, jornalistas, sociólogos e analistas políticos, considerando que cada indivíduo tem sua própria biografia, cultura, origem social e situação específica que ocorreu o acontecimento e, ainda se for uma coletividade é preciso também reconhecer o seu estatuto (MOLOTCH; LESTER, 1999, p. 36).

No processo de produção das notícias, como trabalho dos *media*, destaca-se a codificação utilizada no processo de transformação da notícia com a linguagem utilizada, partindo da “retórica, imagens e *stock* comum de conhecimento subjacente que supõe que o público partilha” que “constitui a base de reciprocidade produtor-leitor”, cuja forma de discurso Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke, Roberts (1999, p. 232) chamam de “o *idioma público dos media*.” Todo discurso é produzido por um sujeito que traz na linguagem a sua vivência prática, isto é, as suas formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009).

Para Pêcheux (2009, p. 199) não existe prática sem sujeito, tem-se a “*forma-sujeito, enquanto relação de desdobramento entre ‘sujeito da enunciação’ e ‘sujeito universal’*”. Surge uma modalidade de discurso do “bom sujeito”, a partir da superposição entre os sujeitos (enunciação e universal) e o do “mau sujeito” em que o sujeito de enunciação se separa do sujeito universal, ocorrendo uma ruptura. Em síntese tudo isto ocorre porque “[...] toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (IBIDEM, 2009, p. 197).

Orlandi, baseado nos estudos de Pêcheux (2011), diz que a materialidade discursiva traz, em sua essência, objetos, sejam científicos, estéticos e ideológicos, carregados de significados de uma determinada conjuntura histórica e, portanto, “[...] Isto é historicidade, interdiscurso, memória discursiva” (2012, p. 44). O discurso é próprio de cada *media*, a partir do emprego do seu idioma público, cuja codificação ocorre numa forma de linguagem particular para cada jornal - com limites ideológicos distintos.

Os meios de comunicação trazem discursos, priorizando o saber, que apresentam fatos estratégicos de legitimação, porém produzidos por sujeitos ideológicos, que por serem bem

estruturados e independentes, os *medias* passam a ter o monopólio do conhecimento social, na opinião de Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke, Roberts (1999) e, também, por Innis (2006).

A força organizacional dos *media* permite ter acesso rápido aos acontecimentos, incluindo a fonte primária de informação, por um jornalista como participantes ativos no processo de construção da realidade (TRAQUINA, 1999, p. 168). Mas a narrativa é delineada de acordo com interesses baseados em “[...] enquadramentos de significado e interpretação, supõe-se que todos nós possuímos e sabemos igualmente como utilizar o enquadramento”, entretanto, “dirigem a passagem entre aqueles que estão <<no saber>> e a ignorância estruturada do público em geral>>” (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON, CLARKE, ROBERTS, 1999, p. 232).

2.2.1 A personagem, estória e registro

A notícia, como gênero sociodiscursivo, é criada a partir de um acontecimento que irá gerar uma informação jornalística construída em um determinado contexto cultural, a partir da experiência cotidiana de grupos/indivíduos com afinidades linguísticas. Ocorre deste modo, uma fronteira entre o jornalismo e a ficção literária (SODRÉ, 2009).

Em um discurso, apresenta-se uma narrativa com mensagens interligadas, que são associadas as figuras como imagens, símbolos, alegorias, etc., partindo de um sistema conotativo transfrásico, uma mitologia, necessitando deste modo, a separação e, após a interpretação de todas as mensagens contidas em um discurso (PINTO, 1972). Toda narrativa é caracterizada por uma diversidade histórica, geográfica e cultural sendo observada, no entanto, por homens com culturas distintas (BARTHES, 1972).

A partir de um acontecimento, que dá origem a uma fábula, um mito, conto, etc., surge uma primeira narrativa jornalística que, a partir de então, irá dar origem aos acontecimentos seguintes. Gritti (1972) apresentou como exemplo a morte da Sua Santidade João XXIII, com uma criação fabuladora, ainda de suspense e, na sequência, a partir da segunda e, conseqüentemente, das demais narrativas, desde o relato completo do acontecimento até dados sobre funerais, eleições no Conclave, etc.

Na sequência das narrativas, passa a existir o desafio metanarrativo, baseado nas relações entre fontes de informação - que permite decifrar o código e mediatizar o contexto - e o narrador cujo papel é manifestado pelo seu posicionamento, que lhe forma outorgado, diante da fonte de informação (GRITTI, 1972).

O mito pode ser a fala, a imagem, etc., isto é, a mensagem que apresenta uma forma e um conceito. A fala traz uma mensagem ou uma forma que, por ser representativa num sistema de comunicação, possui significações independentes do seu conteúdo, ou seja, é um mito que precisa ser estudado pela ciência extensiva à linguística, ou seja, a Semiologia. Mas, diante de um conflituoso contexto social, carregado de cunho ideológico é possível perceber certos propósitos direcionados ao poder (BARTHES, 1993).

O mito pode ser construído, alterado, desfeito, desaparecer, assim como pode ser idealizado e, quando finda um mito é substituído por outro. Ou seja, retira-se da memória, mas não a sua existência. Isto ocorre porque, por existir pouca resistência, a linguagem empregada no discurso, chamada por Barthes (1993, p. 152) de “expressividade da língua”, pode deformar o mito. Isto ocorre por apresentar um sentido aberto em que o conceito, como um ser vivo, por exemplo, pode denotar múltiplas características na narrativa elaborada a partir de fatos relativos aos acontecimentos ocorridos, num determinado contexto cultural.

As pessoas compreendem e processam mais rapidamente a informação, segundo Bird e Dardenne (1999), quando disponibilizada em relatos de notícias, especialmente quando o padrão simbólico é reforçado. Só que ainda não existem fundamentos científicos na comunicação sobre a construção de histórias com qualidades narrativas, já que o jornalista não deve inventar, diferentemente do escritor de ficção.

Na teoria narrativa, a prática jornalística considera tipos diferentes de discursos e gêneros, de modo genérico o discurso informativo²⁰, que seria no âmbito científico como uma “unidade de análise” direcionada para “[...] a construção e comunicação de acontecimentos, relativos a um estado de coisas no ordenamento social. Ele pode coexistir no espaço do jornal com outras formações (didática, política, publicitária, literárias), mas guarda a sua especificidade” (SODRÉ, 2009, p. 141).

Antropólogos e historiadores focam os seus estudos envolvidos no conhecimento histórico, construído a partir da relação entre o passado vivido por homens em um outro tempo, recontando o fato com o auxílio de memórias, documentos, registros, narrativas, incluindo aqui o jornalista que produziu a narrativa, etc., porém, desde que com o conhecimento do historiador sobre esse fato (RICOEUR, 1995; BIRD, DARDENNE, 1999).

Ainda, sobre a análise proposta por Ricoeur (1995), estão as três etapas da *mimesis*, para explicar a relação entre tempo e narrativa para a definição do papel do mediador, já que existe

²⁰ Discurso para linguistas e semiólogos é um objeto de conhecimento da produção de bens culturais (desde textos verbais e escritos até gestos e imagens) e se refere ao que, na língua, é histórico e socialmente prático. (SODRÉ, 2009, p. 141)

uma correlação que não é puramente acidental, mas na forma de necessidade transcultural, com a intenção de apresentar o papel mediador do tempo de construção, que produz alguma mudança na narrativa, que é na verdade um “evento”. Esse movimento permite uma nova reconfiguração da experiência temporal que pode durar em tempo, dias, meses ou anos num único evento.

A tendência atual destes profissionais é a análise de como as narrativas (notícia como tipo específico do sistema simbólico) são construídas, atentando para os mecanismos da produção da estória (BIRD; DARDENNE, 1999). Por isso, é preciso ter consciência, na opinião de Hall, Chritcher, Jeferson, Clarke, Roberts (1999), que existe um delineamento por parte dos *medias*, a partir de enquadramento de significado e interpretação, indiferente dos grupos sociais e políticos.

Tratando-se de significado é preciso retomar ao que Thompson (1995, p. 82) entende por relação das formas simbólicas com ideologia em que estrategicamente podem “[...] delimitar um raio de possibilidades para a operação da ideologia; mas não pode tomar o lugar de uma análise cuidadosa das maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de dominação em circunstâncias particulares e concretas”.

A partir dessas relações existem cinco *modus operandi* da ideologia. O primeiro que é uma exigência de legitimação baseada em certos fundamentos que são racionais, tradicionais e carismáticos. Outro é a dissimulação, onde ideologicamente emprega-se linguagem emprestada visando uma construção simbólica. Um terceiro é a unificação que visa a padronização no nível simbólico, com a construção de símbolos de unidade – de identidade – difundida para grupos – pluralidade. A fragmentação, tem como finalidade segmentar indivíduos e grupos visando a dominação, para tanto é preciso muitas vezes construir, por meio de formas simbólicas, um inimigo, empregando formas simbólicas de diferenciação. Esta estratégia pode-se justapor àquelas que têm como fim a unificação. A reificação é outra forma como a ideologia pode atuar através de relações de dominação, seja eliminando ou ofuscando uma criação social e histórica, para tanto, empregam-se, estrategicamente, formas simbólicas de naturalização, tratando-se como um acontecimento natural. Existem outros recursos gramáticas e sintéticos como a nominalização e a passivização (THOMPSON, 1995).

Resumindo, existe uma coerência na operação da ideologia com o uso estratégico de formas simbólicas que é preciso, no entanto, saber reconhecer as circunstâncias sócio-históricas em que foram empregadas, segundo Thompson (1995, p. 89), para entender os “contextos socialmente estruturados da vida cotidiana”, posição também compartilhada por Geertz (2008). Mas tal acontecimento vivido em determinado período não pode simplesmente ser esquecido,

é necessário, todavia, que as lembranças, que se tornam memórias, sejam mantidas como rotina do presente dos indivíduos.

Para compreender como uma narrativa publicada no presente pode contribuir para a recuperação da memória, é preciso entender que a fala é um ato individual utilizando códigos linguísticos próprios, enquanto a língua “é a instituição social e o sistema de valores que constitui o lugar da comunicação de um agrupamento humano e, como tal, ela não é o ato, não depende do indivíduo nem dos indivíduos, mas do social como um processo histórico e coletivo” (PERUZZOLO, 2004, p. 80).

A linguagem permite integrar e transcender os objetos que podem estar ausentes do “aqui e agora²¹” num determinado contexto social, espacial e temporal. Isto é, se determinado objeto for dotado de algum sentido na realidade da vida cotidiana pode, a qualquer momento ser renovado, desde que reúna experiências e significações. Sendo assim, tornar a linguagem sempre presente nas relações sociais possibilita a lembrança e a reconstituição do passado, projetando, para Berger e Luckmann (2011, p. 58), como “figuras imaginárias do futuro”.

Os acontecimentos são reflexos das ações da vida cotidiana e das organizações, que se tornam noticiáveis a partir de um processo social, considerando a identificação social, classificação e contextualização, “[...] elaborados através de uma variedade de explicações, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade” (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON, CLARKE, ROBERTS, 1999, p. 227). Querendo ou não, na opinião de Ribeiro e Brasiliense (2007, p. 222), os discursos jornalísticos “[...] são investidos de credibilidade e inegável poder simbólico. Parte-se sempre do pressuposto de que o que se lê, se ouve ou se vê é o que efetivamente aconteceu”.

Por facilitar o conhecimento de um acontecimento, atualmente quase que simultâneo, considera-se o jornalismo como fonte de memória social, por ter um papel e função de guardar tudo. No entanto, como é um processo iniciado com uma escolha criteriosa dos *medias*, é carregado de interesses. Esse interesse é percebido por Peruzzolo (2004), isto porque todo texto traz conflitos e compromissos decorrente de acontecimentos resultante de circunstâncias políticas, econômicas, educativas e/ou sociais e do próprio discurso, que é produzido na forma de um dispositivo de enunciação, por grupos e classes que, geralmente, detém o poder.

Como a memória não é espontânea, pode levar ao esquecimento ou mesmo na construção de uma fonte inverídica (GOMES, 2007). Como a memória está associada as funções psíquicas dos seres humanos, conseguindo armazenar e lembrar certas informações,

²¹ Significado de aqui se refere ao “de meu corpo”, enquanto o agora diz respeito ao “do meu presente”.

existem procedimentos e técnicas que permitem viabilizar o debate sobre os problemas do tempo e da história por meio do estudo da memória social. Dos tipos de memórias existentes, em particular ponderando a passagem da oralidade à escrita, é preciso identificar o tipo de sociedade e o momento histórico vivido. Em razão disso, em determinados períodos históricos, em especial após o surgimento da escrita, torna-se mais intenso o interesse pelos documentos/monumentos, como forma de comunicação através do tempo e do espaço e, portanto, propiciando a memorização (LE GOFF, 1994).

Dentre os estudos de memória, cita-se a Hermenêutica de Profundidade (HP) e a Análise Pragmática da Narrativa. A HP oportuniza a realização de uma análise sócio-histórica, apontando possíveis significados que são mediados por métodos de análise formal e discursivo que permite assim, reconhecer as formas simbólicas a fim de compreender, na etapa de interpretação e re-interpretação, as reais significações ideológicas em circunstâncias sócio-históricas (THOMPSON, 1995).

A outra proposta é de autoria de Motta (2013), empregando a narratologia²², cujo trabalho de análise é dividido em seis movimentos, iniciando pela recomposição dos acontecimentos até o entendimento da configuração interna, a fim de identificar os efeitos pretendidos durante a produção das narrativas. Após exame desses movimentos é possível fazer a interpretação e a reconstrução da metanarrativa. A Análise Pragmática da Narrativa ou Análise Crítica da Narrativa é um procedimento que exige a reconstrução da estória, trazendo para o presente, por meio da recomposição das significações, num plano de estrutura de fundos das narrativas jornalísticas como metanarrativas. Considera-se, na etapa de reconstrução, todos os discursos sobre o mesmo fato que ocorre numa determinada realidade social, mesmo àqueles que são aparentemente repetitivos. Parte-se da identificação das narrativas, observando após, as razões pela priorização de determinados aspectos como: as personagens; os conflitos; a linguagem; a estratégia enunciativa; entre outros.

Na verdade, quando um discurso é produzido, cada categoria tem uma função específica. Parte-se, inicialmente, que existem três lugares com condições específicas da máquina midiática para Charaudeau (2012) que são: a produção, o produto e a recepção. Na etapa da produção passa-se a receber influências diretas dos espaços externo-externo (condições socioeconômicas) e externo-interno (condições semiológicas da produção que culmina no produto midiático. Já o produto, é resultado de uma organização semiodiscursiva que, através

²² É a teoria da narrativa e os métodos e procedimentos empregados na análise das narrativas humanas (MOTTA, 2013, p. 75)

do discurso, produz um texto. E, por fim, a recepção com a interpretação dos textos de acordo com um conjunto de questões sociológicas e psicossociológicas.

Para Peruzzolo (2004, p. 141) existe uma “engrenagem maior” e, por isso é difícil de afirmar qual é o “dono da voz” porque é bom recordar que “[...] existem interesses de grupos e classes, circunstâncias políticas, necessidades econômicas, educativas e sociais ressoando na sala da enunciação; participando naquela entidade que se institui em dispositivo de enunciação”. Por isso, na análise de um produto acabado, Charaudeau (2012) diz que é preciso reconhecer os três lugares para o funcionamento da máquina midiática, identificando assim, o que não foi dito, o que foi ocultado e, as significações, levando em consideração a existência de um jogo de aparências que precisa ser explorado.

Então, ao construir uma estória é necessário revisitar as narrativas, que são culturalmente construídas e originadas pelo somatório de outras estórias publicadas pelos meios de comunicação e, considerar também os registros, que se limitam a arrolar a realidade. A partir dos registros narrativos é possível estabelecer, de modo ordenado o mito, seguindo os parâmetros da normalidade diária. Toda configuração da narrativa pode trazer um mito, conforme aponta Barthes (1993), já que é uma mensagem com limites formais produzida em um contexto histórico. A imagem também tem significados e, por isto, transforma-se em uma escrita. Por isso é preciso utilizar da semiologia, como ciência, para entender as significações, já que cada mito pode envolver uma história e uma geografia social.

Bird e Dardenne (1999) entendem que essa aparente normalidade da narratividade compreensível, não significa que tudo é de fato real. E, de fato não são porque, quando ocorrem os registros do dia-a-dia, que são os acontecimentos de rotina, na opinião de Traquina (2013, p. 95) trazem dados “intencionais, pré-planejados e promovidos pelo próprio organizador”.

Os valores-notícia são selecionados baseados em critérios de construção de amplificação, de relevância, de personalização, de dramatização e de consonância. A ampliação do ato, isto é, a amplificação, permite dar maior visibilidade ao acontecimento através de expressões de ampliação. A relevância é fruto do empenho do jornalista em afirmar e atestar o acontecimento que considera substancial aos seus leitores. E, como fator fundamental no discurso, a personalização, com a valorização (positiva ou negativa) da pessoa envolvida no acontecimento. A dramatização, por meio de conflitos, acrescenta ao valor-notícia o lado emocional. E, a consonância, recupera velhas estórias já conhecidas pelo leitor, transformando em um novo acontecimento, facilitando a sua interpretação (TRAQUINA, 2013).

Aliás, o recurso de consonância favorece a construção dos mitos através das narrativas, tanto que uma frase faz parte do jogo, em que cada personagem tem participação diferenciada

em uma esfera de ações (BARTHES, 1972). Por isso, se nesse jogo de frases existir repetitividade, transforma-se um indivíduo num herói ou num vilão, dependendo da sua caracterização, do discurso, das áreas de atuação, da funcionalidade perante a sociedade, das atitudes comportamentais, enfim, como a personagem foi construída a partir do emprego de signos empregados pelo narrador.

Para a personalização, Motta (2013) sugere, a partir da sua proposta da Análise Pragmática da Narrativa, atentar para a vivência e ações das personagens, uma vez que é ele quem pratica e conduz os atos, estando assim, na narratologia moderna, um vínculo direto entre personagem e suas ações. Cada personagem é caracterizada de uma forma própria e, por isso precisa ser analisada individualmente de acordo com critérios, a serem definidos em relação aos gêneros, como as narrativas jornalísticas, associado a história, conforme estudo de Motta (2013) baseados nas obras do linguista Algirdas Julius Greimas (1971), do semiólogo Claude Brémont (1971) e do educador Yves Reuter (2007).

Além da personagem, a língua da narrativa, isto é, a linguística em seus níveis - fonético, fonológico, gramatical, contextual, que estão distribuídos numa perspectiva hierárquica e, logo, fazendo parte do sistema de significação. Mas, é fundamental a compreensão da narrativa, delineando por meio do fio narrativo, tanto no conjunto horizontal de relações narrativas, indo afora desse contexto, no sentido vertical (GREIMAS, 1971).

Brémont (1971) enfatizou que as ações e os acontecimentos tracejam uma narrativa que somente possuem significação se existir uma relação a partir de uma conduta em direção, organizados numa série temporal estruturada e de modo integrado, com um fim, resultado das ações dos papéis do agente, do paciente e do influenciador. Motta (2013) diz que o agente tem a capacidade de induzir a ação e, com isso o estado de equilíbrio sofrido e resistido pelo paciente, como a figura principal, já o influenciador influi no estado de espírito do paciente e do agente. Contudo esse modelo é “[...] demasiadamente imanentistas, eliminam o narrador de cena, ignoram o contexto da produção e da interpretação” (IBIDEM, 2013, p. 182).

Em sua proposta de análise da narrativa, Reuter (2007), enfatiza que toda narrativa terá, pelo menos, uma personagem considerada como elemento-chave, diante da identificação dos leitores, tanto que muitas vezes são vistos como de carne e osso, no entanto, nem sempre são um ser humano. Porém, todas as personagens são construídas pela língua, junto com os seus significados, resultando numa forma textual. Mas, numa narrativa jornalística, geralmente o sujeito vivencia suas ações, partícipes do seu ser, onde é assinalado um *status* dessa personagem. Por isso que, em sua proposta, examina as personagens a partir do “‘fazer’ (suas

ações), de seu ‘ser’, sua posição em um determinado gênero e de como ela é designada pelo seu narrador” (2007, p. 41-42).

Aliás, a matéria produzida traz uma “relação do imaginário com o real” (ORLANDI, 2012, p. 74). Ou seja, o jornalista elabora o discurso a partir do seu imaginário baseado na relação discursiva, a partir da linguagem dos sujeitos com o real de um acontecido factual. Para Barros (2013) o historiador também traz o imaginário em seu discurso. Isto pode ser explicado porque o sujeito que narra a história a partir do reconhecimento de como os homens se organizavam em sociedade em determinado período, incluindo o processo de vida social, política, etc., não vivenciou esses acontecimentos. O acontecido de ontem passa a ser fatos hoje, já como passado (GOMES, 2009; SEIXAS, 2012; LE GOFF, 1994).

Primeiramente, para a recuperação da memória, através das narrativas jornalísticas, deve-se observar como o **fato**, já histórico, ocorreu em determinado contexto social, partindo de um estudo criterioso da produção dos **acontecimentos** por meio de seus valores-notícia. Esses elementos são fundamentais na etapa de seleção e produção das estórias por privilegiarem assuntos mais simbólicos. Se o acontecimento, por intermédio de um discurso entre sujeitos, traz a língua como elemento determinante na validação de um fato, desde que confiável e verdadeiro, que Orlandi (2012, p. 73) chama de “fato social’ e histórico”, em que as narrativas podem servir de fonte de pesquisa ao historiador.

O jornal, como permite a reconstrução linear, favorece a noção de tempo e história, na visão de Matheus (2011), tornando-se um aspecto positivo no reconhecimento dessa fonte como representante de um determinado sistema cultural. Por isso, seguindo a opinião de autores citados neste estudo, como Charaudeau, Traquina e Motta, é necessário que sejam realizadas análises para a certificação da veracidade das fontes.

As narrativas são construídas num espaço, que pode ser realista ou não, formada por eixos fundamentais, que será determinante na orientação temática e genérica das narrativas, que Reuter (2007) definiu em: categorias de lugares convocados (se exótica, rica, urbana ou rural, etc.); número de lugares convocados (apenas um ou vários lugares); modo de construção dos lugares (explícito ou não); importância funcional dos lugares (elemento determinante no desenrolar da história). É preciso, ainda, identificar o local onde vivem as personagens, pois o próprio lugar assume funções múltiplas e identifica, em razão de sua tradição e cultura, a natureza (traços) da personagem.

Assim como o espaço, as narrativas são construídas num tempo, exato ou não, que serve para fazer a fixação realista ou não da história, cujo todo “[...] o efeito do real é um produto da organização textual” (REUTER, 2007, p. 57). Mas, muitas vezes na narrativa, não é

mencionado os acontecimentos do universo, com regularidade e precisão, por isso Thompson recomenda, seguindo a HP, que cada analista adote critérios específicos para cada caso, na etapa da análise socioeconômica, a fim de “[...] reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (1995, p. 366).

O estudo dos elementos tempo e espaço foram fundamentais no reconhecimento dos meios no desenvolvimento da Comunicação e, conseqüentemente do mundo, como poder de conhecimento para Innis e como o surgimento da Aldeia Global por McLuhan. Innis, inclusive, rememorou parte da história da humanidade através do emprego do suporte na comunicação como poder econômico e, conseqüentemente, no desenvolvimento a partir do domínio do conhecimento de algumas civilizações. Enquanto, McLuhan percebeu o emprego da tecnologia como poder de estocagem das informações, como um mecanismo de memória no mundo globalizado, com inúmeras organizações em funcionamento.

Neste estudo, o que se quer é a investigação da fidedignidade nas narrativas jornalísticas, juntamente com os demais conectores jornalísticos, na construção da memória institucional através dos seus sujeitos (as personagens). Deste modo, apresenta-se no capítulo três, “A Memória”, a partir da proposição de Innis e McLuhan, como representantes da *Media Ecology* ou Ecologia da mídia, sobre a visão de suporte/meio na construção da memória.

3 A MEMÓRIA

Neste capítulo é feita uma discussão sobre memória, apresentando a proposta da escola de pensamento conhecida como *Media Ecology* ou Ecologia da mídia, cujos teóricos da Escola Canadense, Harold Adams Innis (1894-1952) e Herbert Marshall McLuhan (1911-1980) são os representantes precursores. Por ser um estudo interdisciplinar é preciso entender a proposição de Innis e McLuhan sobre a visão de suporte/meio, reconhecendo os meios como ambientes culturais. Innis, com o seu discernimento de economista, estudou a comunicação associando ao emprego do suporte, desde as tradições orais até sua evolução material. Já o teórico McLuhan reconhece o meio como a base da comunicação, justificando o seu posicionamento com um olhar histórico construído a partir da literatura.

Posteriormente, este capítulo aborda memória social e institucional, partindo do pressuposto que os sistemas de comunicação e seus meios empregados na vida cotidiana fazem parte do processo de integração social, econômica e cultural, unindo diferentes regiões do mundo, apontado pelos teóricos Innis e McLuhan. O suporte/meio resultam na memória das estruturas organizacionais, conhecidas como instituições e, para fins de caráter social, deveriam perpetuar as conexões que narram a sua história. Todavia, foi necessário revisitar pesquisas sobre memória institucional, como os estudos de Costa (1997) e Gondar (2006), para uma releitura conceitual.

3.1 A MEMÓRIA NA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA DO MEIO

As mudanças tecnológicas apontadas pelos teóricos da Escola Canadense, como a concepção de McLuhan sobre "Aldeia Global" e "o meio é a mensagem" (MCLUHAN, 1964)²³, subsidiaram a perspectiva da Ecologia da Mídia, termo introduzido por Postman, durante a Conferência do *National Council of Teachers of English*, no ano de 1968 (SCOLARI, 2010). Neste evento Postman apresentou uma metáfora que deu origem a uma teoria estabelecendo fundamentos científicos sobre os sistemas de comunicação complexos em ambientes, impulsionando a transformação no estado, organização e aplicação do conhecimento.

²³ Memory of the World. Marshall McLuhan: The Archives of Future. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-5/marshall-mcluhan-the-archives-of-the-future/>> Acesso em: 13 abril 2018.

Consideram-se, nestes estudos, a sua estrutura, conteúdo e impacto social, psicológico e sensorial sobre as pessoas²⁴.

Seguindo o pensamento de McLuhan, especialmente, com a sua contribuição intelectual das obras "A galáxia de Gutenberg" (1962) e "*Understanding Media*" (1964), no ano de 1971, foi criado o primeiro programa de *Media Ecology* na Universidade de Nova York. Existem também outros precursores que foram reivindicados pelo matemático Harold William Kuhn tais como: Lewis Mumford, Jacques Ellul, Siegfried Giedion, Norbert Wiener, Harold Innis e Richard Buckminster Fuller em seu pós-industrial (SCOLARI, 2010).

Innis, apesar de ser economista, realizou estudos relacionados com suportes utilizados na comunicação, que não teve um bom entendimento pelos historiadores da economia. No entanto, McLuhan se interessou tanto que encaminhou uma carta, em 1951, propondo que os seus trabalhos de comunicação fossem utilizados na organização de uma escola de estudos. Foi responsável também por divulgar as suas publicações *Empire and Communications*, *The Bias of Communication* e *Changing Concepts of Time* (WATSON, 2011).

Em razão da necessidade de investigar os fenômenos, novos campos de investigação científica através de disciplinas estão sendo inseridos nesta perspectiva, tanto da física, como das ciências sociais. A *Media Ecology Association* (MEA) é uma organização sem fins lucrativos que promove o estudo, a pesquisa, a crítica e a aplicação de ecologia da mídia no ensino, indústria, contextos políticos, cívicos, sociais, culturais e artísticas²⁵.

Innis e McLuhan, dois teóricos de notável reconhecimento científico, representam a essência da proposta da Ecologia da mídia, mas com particularidades distintas. Conforme Watson (2011), o interesse de Innis²⁶ era realizar a análise histórica, com uma atenção maior pelo papel das "tradições orais", além do emprego de métodos estatísticos nas ciências sociais, como os seus estudos que observavam as consequências culturais dos meios de comunicação, especialmente a televisão. É preciso, assim, identificar a complexidade da interação considerando a forma de comunicação. Já McLuhan transpôs dos meios de comunicação diretamente para as características culturais utilizando a literatura como embasamento teórico para o seu estudo.

Innis entende que somente a escrita não é suficiente para dar o poder, apesar de ser uma tecnologia de poder. Para ele é preciso escolher o suporte adequado para o registro das ações

²⁴*Media Ecology Association*. Disponível em: <http://www.media-ecology.org/media_ecology/index.html> Acesso em: 30 jun. 2014.

²⁵*Media Ecology Association*. Disponível em: <<http://www.media-ecology.org/>> Acesso em: 30 jun. 2014.

²⁶*Media-studies.ca*. Disponível em: <https://www.media-studies.ca/articles/innis.htm>. Acesso em: 13 abil. 2018.

dos indivíduos, como ocorreu com os materiais duráveis, já que apresentam um viés cultural com relação ao tempo e organizações religiosas, mas, por outro lado, se for um suporte leve está relacionado ao espaço e organizações políticas. Por esse motivo, o suporte tem uma função relevante na formação da sociedade, em razão dos dominantes meios de comunicação, já que vai além do seu conteúdo, existindo uma forte relação entre tecnologias de comunicação, poder e cultura (BRIGGS; BURKE, 2004).

Partindo da análise histórica dos suportes utilizados pelas sociedades, Innis desenvolveu a teoria da matéria-prima, contemplando o viés tempo e espaço, em que considera o tempo como passado-presente e espaço como local-global. Para o tempo, é estudado o passado e o presente, por isso é preciso analisar os registros que trazem a memória das civilizações. Por passado considera-se a tradição, enquanto que para o presente a atualidade dos fatos, isto é, para o viés tempo deve-se respeitar as experiências do passado, desde que o presente não seja reprimido, e vice-versa, evitando o empobrecimento cultural das sociedades. Innis entendia que os antigos impérios, por utilizarem a pedra como suporte, e as sociedades orais, pela sua tradição, apresentaram modelos de sociedades com viés para o tempo (MARTINO, 2011).

Para o espaço, é considerado o local e o global, trazendo as características vindas de determinadas circunstâncias ocorridas em determinadas épocas, como as guerras, com a incorporação de hábitos culturais e religiosos. Na comunicação, segundo Martino (2011, p. 22), “Innis talvez seja o primeiro teórico da globalização, de um mundo integrado pelos impérios político-econômico e por um sistema de comunicação que não cessa de se expandir e viabilizar a dominação”, entendendo que a partir da mecanização da escrita, no século XVIII, com o surgimento de meios leves, ocorre um predomínio para o viés espaço, com a criação de centros de influência.

A teoria da matéria-prima serviu para abordar o domínio do comércio na sociedade canadense, assinalando a importância dos suportes materiais na comunicação como monopólio cultural do conhecimento. Os suportes influenciaram as transformações ocorridas na comunicação, especialmente na civilização ocidental, é o que foi dito por Innis durante a sua palestra intitulada ‘A coruja de Minerva’, ao tomar posse na presidência da *Royal Society of Canada*, em 1947. Na ocasião, Innis destacou os principais suportes utilizados em cada período histórico, desde o início da civilização, na Mesopotâmia, com a argila, até o surgimento do

rádio ocorrido em 1896 pelo inventor Guglielmo Marconi, que revolucionou a comunicação à distância, em razão da transmissão e recepção de sinais através do espaço²⁷(WATSON, 2011).

De certo modo, apesar de trazer inúmeros suportes empregados na comunicação, Innis descreveu enfaticamente a história da escrita e, com isso o papel, já que é o suporte que, apesar do avanço tecnológico, ainda é o mais empregado. Para Silva (2013), a partir da escrita é possível conhecer a história da comunicação através suportes datados historicamente, o que de fato Innis conseguiu em sua obra *The bias of communication* (1951).

Os tipos de suportes empregados na comunicação foram sendo substituídos em decorrência da disponibilidade de materiais para a produção, funcionalidades e custo final de mercado. Por exemplo a pedra, como material durável e, portanto, indicada para fins de preservação, passou a ser inviável diante da realidade da Aldeia Global e sua necessidade de descentralização das ações dos indivíduos. Por isso, atualmente, os suportes utilizados em todas as atividades dos indivíduos ainda é o papel, mas já associado ao uso concomitante do digital, seja por digitalização ou por documento digital. Mas, como vem ocorrendo gradativamente, a substituição do papel pelo documento que já nasce digital, isto é, o documento codificado em dígitos binários e, conseqüentemente, acessível somente por meio de sistema computacional²⁸.

Essa realidade foi prevista por Innis (2006), entendendo existir uma tendência para o espaço, servindo como meio de transmissão e memorização da informação, apesar de não viver, já que faleceu em 1952, a expansão do virtual. Mas, mesmo assim, tratou do determinismo tecnológico, percebendo que comunicação é poder e, por isso “levou ao extremo a relação entre poder, cultura e tecnologias de comunicação” (SILVA, 2013, p. 50).

Enfim, a teoria de Innis serviu para elucidar a história da civilização, seja a sua ascensão ou queda a partir da comunicação, empregando suportes diversos, cujo mundo digital é o novo suporte, entendendo que os impérios que conseguiram atingir grandes distâncias, através da tecnologia, como as nações ricas e poderosas, propagam suas tradições e, assim, sua memória.

McLuhan deu continuidade à ideia de Innis sobre o suporte, mas entendendo-o como extensão do homem, já que, para ele, o meio, seguindo os efeitos práticos e operacionais, é a própria mensagem, apresentando assim o seu o aforismo “o meio é a mensagem”, ou melhor, não é somente o conteúdo que a mensagem transmite.

²⁷ Portal História da Comunicação. Disponível em: <http://historia-da-comunicacao.blogspot.com.br/2012/03/o-surgimento-do-radio.html> Acesso em: 30 abr. 2015.

²⁸ É um documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional. Ele nasce desta forma, sem nunca ter passado pelo formato analógico. Disponível em: <http://eliana-rezende.com.br/porque-documento-digitalizado-nao-e-documento-digital/> Acesso em: 21 jul. 2018

Com a Revolução Industrial foi inventada a máquina a vapor, cujo movimento favorecido pelo fogo deu origem a construção de fábricas. Mas, para McLuhan foi com o surgimento da luz elétrica incandescente, inventada em 1878 pelo norte-americano Thomas Edison, que teve início a atual revolução tecnológica. Por isso estudou vários meios, desde a roda até a automação, a partir da sua percepção de que a luz elétrica é informação pura, que gera energia, não necessitando a transmissão de uma mensagem para entender o seu significado. Diante deste significado, o meio proporciona um efeito social que controla as ações e associações humanas (MCLUHAN, 1964).

Para McLuhan (1964, p. 31) “a velocidade elétrica mistura as culturas da pré-história com os detritos dos mercadologistas industriais, os analfabetos com os semiletrados e os pós-letrados”, mas cada sociedade tem particularidades econômicas, em razão das matérias-primas e recursos naturais disponíveis, sejam materiais ou meios tecnológicos, que geram padrões sociais e, conseqüentemente, culturas distintas conferidas pelos produtos que moldam e influenciam a sociedade.

A comunicação antes da era da eletricidade, segundo reflexões de McLuhan (1964), era vista como recurso de ligação, trazendo como exemplo uma ponte de um rio, como ideia de transporte. Por isso, ele sentiu a necessidade de estudar todas as formas de transporte de bens e de informação, seja como metáfora, seja como intercâmbio, através da eletricidade. Surge a automação que engloba o serviço mecânico com o computador, utilizando técnicas para tornar automática a realização de tarefas, em que passado e o presente aparecem juntos e de modo acelerado, devido à velocidade instantânea da informação elétrica. A informação passa então, a ser o bem de consumo da era elétrica. Assim, o indivíduo não consegue mais viver sem a eletricidade, já que pela sua mobilidade permite realizar atividades e eventos simultâneos em uma Aldeia Global (MCLUHAN, 1964).

McLuhan e Postman utilizaram a “metáfora ecológica” nos estudos de comunicação, inclusive no Brasil, considerando os meios a partir da escrita e da leitura, e o impacto dos meios em uma perspectiva global, observando os ambientes das instituições culturais e sociais. Na Comunicação existe uma marcada transição ocorrida pelo emprego da tecnologia, em que a mídia aceita, enquanto “metáfora ecológica”, um ambiente que inclui diferentes mídias e tecnologias, os indivíduos e as forças sociais e políticas. Ou seja, os leitores, espectadores e usuários interagem com os meios de comunicação, cuja interface, que é um dispositivo político, possibilita a manifestação de opiniões, e com isso, expressa as forças sociais, econômicas e culturais (SCOLARI, 2012a).

A midiaticização resulta da evolução de processos midiáticos que se instauram na sociedade moderna, como uma necessidade dos indivíduos que vivem no mundo globalizado, pensamento presente nas propostas dos teóricos da Ecologia da mídia (SODRÉ, 2009). A partir desta teoria, autores como Postman (1994), defenderam os posicionamentos de McLuhan e, ainda, estabeleceram fundamentos científicos sobre os sistemas de comunicação complexos em ambientes que geraram um aumento de informações e, com isso, originou uma mescla de culturas.

O inter-relacionamento dos meios estabelece índices relacionais a partir das extensões dos sentidos dos indivíduos que levaram as mudanças nas mídias, como aconteceu com o rádio, que a partir do surgimento da televisão precisou fazer alterações em sua programação. Os meios não são vistos de forma isolada para McLuhan (1964, p. 75), o encontro dos meios faz surgir o “princípio de hibridização como técnica de descoberta criativa” e, desse modo, as informações tornaram-se bens de consumo na Aldeia Global ou Teia Global, em razão das muitas transformações tecnológicas ocorridas no mundo, que continuam ainda hoje.

3.1.1 Construindo a memória a partir do suporte e do meio

As diversidades de atividades humanas geram tempos diferentes, por isso, na história, o tempo é elemento fundamental para indicar e estabelecer o tempo histórico. É preciso, deste modo, investigar o passado utilizando métodos científicos de estudo, considerando o “antes” e o “depois”, ou seja, a cronologia. Deve-se observar a data e a localização de acontecimentos que são altamente significativos para reunir os atos da humanidade e suas respectivas particularidades (ARÓSTEGUI, 2006; LE GOFF, 1994).

O tempo, na operação histórica, é possível a partir do discernimento entre passado e presente (futuro), cuja história dos antepassados, desde seus costumes até as artes, são relevantes para a construção de um grande homem a partir de novas iniciativas, que naturalmente geram mudanças. As alternâncias precisam ser analisadas empregando métodos científicos, com a comprovação de documentos e testemunhos, a partir de uma sucessão de acontecimentos (LE GOFF, 1994). O historiador Aróstegui (2006) explica essa necessidade de análise porque a concepção do tempo histórico ocorre em ritmos temporais distintos, de acordo com um determinado número de fatores relevantes que fazem parte de um determinado sistema, como o político, econômico, ecológico, ambiental, etc., no chamado espaço de inteligibilidade histórica. Sua elucidação parte da observação minuciosa do surgimento desses fatores e, ainda,

o desaparecimento ou o surgimento de novos fatores, como parte de um complexo sistema característico com duração determinada.

Apesar de a curiosidade pela comunicação ser antiga, foi somente em 1950, com o advento da televisão na América, fato que gerou uma “revolução da comunicação”, que resultou no interesse de autores de outras áreas como história, sociologia, economia, literatura, arte, ciência política, psicologia e antropologia, em estudar a comunicação. Dentre os teóricos, destacam-se Harold Innis (1894-1952), abordando a teoria da matéria-prima, no seu “viés das comunicações” e Marshall McLuhan (1911-1980), trazendo contribuições sobre a Aldeia Global (BRIGGS; BURKE, 2004).

Como representantes da Ecologia da mídia, Innis e McLuhan apresentam pontos comuns e divergentes dos meios de comunicação no que tange a perspectiva da transmissão, preservação e estocagem de informações. Pereira (2011), em seu estudo sobre a obra de McLuhan e sua relação entre comunicação e memória na era da Teia Global, percebeu que os membros da Escola de Toronto, incluindo Eric Haverlock, tinham uma visão diferenciada das transformações sócio-históricas ocorridas a partir do uso das tecnologias comunicacionais.

Os estudos de Innis, ou melhor, o interesse pela matéria na visão de um economista político, “data do início da década de 1940, quando seu pensamento sobre a sociedade industrial levou-o a considerar o papel das tecnologias da comunicação na história” (HEYER, CROWLEY, 2011, p. 51). Mas o seu estudo contemplou o uso dos suportes de comunicação desde as civilizações antigas, como o Império Egípcio.

Já o filósofo e educador McLuhan, apesar de iniciar seus estudos em uma etapa posterior aos de Innis, em razões cronológicas, permite-nos perceber também particularidades, como a sua formação como crítico literário, fatores que contribuíram, de alguma forma, com as suas ideias sobre a comunicação. Para McLuhan, “[...] o importante não era o conteúdo da informação, e sim a forma que ela assumia”, justificável na já aqui citada expressão “o meio é a mensagem” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 23).

O eixo do trabalho de Innis foi o seu entendimento sobre o poder que o suporte utilizado para transmitir e conservar as informações exercia sobre as civilizações e impérios. A partir da sua teoria da matéria-prima, realizando análises teóricas e históricas, o teórico entendia que cada meio de comunicação, o plano material como a pedra, a argila, o papiro, o pergaminho e o papel até o plano simbólico mais genérico (cultura), poderia criar um monopólio de conhecimento (INNIS, 2006). Baseado em suas análises, a título de exemplo, as estátuas criadas na antiguidade, como forma de comunicação, eram imagens que simbolizavam o poder por meio de uma propaganda. Este simbolismo foi forte na era de Augusto, durante o Império

Romano. A Igreja Católica também explorou bastante as imagens por transmitirem informação, como expressão de devoção, idolatria, num poderoso sistema de comunicação (BRIGGS; BURKE, 2004).

A teoria da matéria-prima não foi o cerne do trabalho de McLuhan (1964, p. 103), pois julgava que a marca da sociedade civilizada, que é letrada, tinha como primeira impressão a existência de uniformidade dos códigos e de que o tempo e o espaço tinham continuidade e, por isso mesmo, o indivíduo não vivia de modo isolado. Enquanto nas culturas tribais afirmou ser contrário, de descontinuidade e irregular, cujo cerne era a emoção e a complacência em suas ações. Na visão de McLuhan, a evolução dos suportes como extensões do homem, do artesanal ao industrial e, hoje, o digital, somente foi possível com o surgimento da eletricidade, a chamada Aldeia Global. Com isso cada vez mais o passado e o presente aparecem de modo simultâneo e acelerado, atributo de armazenamento, ou melhor, a memória dos indivíduos disponível em sistemas de automação, isto é perceptível já que:

[...] McLuhan prefere focar as características resultantes no sistema humano do que os recortes que podem ser realizados pelo mesmo sistema. Assim, por exemplo, prefere focar o aparecimento de um certo tipo de *visão*, como *mensagem* decorrente do contato com a escrita, do que as diferentes formas de suporte e registros escritos - das primeiras tábuas de argila sumérias, passando pelo *pergaminhos*, *papiros*, *códex*, *volumen* - que vão se aperfeiçoando até o aparecimento do livro como hoje se conhece (PEREIRA, 2011, p. 144).

A teoria de Innis está direcionada ao plano teórico, empregado na análise das características do Império, concebendo o estudo dos suportes, como duráveis²⁹ e não duráveis³⁰ e suas respectivas propriedades materiais, fundamentado na história econômica, que através dos investimentos em tecnologia de comunicações e as forças/monopólios do passado tiveram influência na tradição cultural. Seu estudo não pode ser finalizado, mas trouxe contribuições significativas para a comunicação, conforme aponta Watson (2011).

Seguindo o pensamento de Innis, McLuhan (1964) também reconhecia o alfabeto fonético como uma tecnologia e, ainda, como única. Para justificar o seu posicionamento apresentou o mito grego de Cadmo, que semeou os dentes do dragão germinando homens armados, concluindo que quando a palavra escrita estava aplicada em determinado material, como o papiro e o tijolo, o suporte também é sinônimo de poder. Por isso, quando o

²⁹ Meios pesados: pedra, argila, pergaminho (WATSON, 2011).

³⁰ Meios leves: papiro, papel, eletrônico (WATSON, 2011).

material/suporte era combinado com o alfabeto traziam um monopólio do poder, com a queda ou ascensão dos impérios e das burocracias militares.

Mesmo na sociedade sem escrita, a memória das civilizações não desapareceu, mas, muitas vezes, estava fundada em certos mitos, segundo Le Goff (1994). Innis tinha uma preocupação com a tradição oral e com a conservação dos suportes, como é possível verificar em sua obra quando comenta sobre o alto custo dos pergaminhos utilizados durante os séculos VII e VIII. Neste período, certos textos de menor interesse foram apagados ou raspados para ceder lugar a outros com maior demanda. O copista reescrevia por cima do texto excluído. Este tipo de manuscrito veio a ser denominado de palimpsesto (do grego "riscar de novo"). Hoje, sofisticadas técnicas de recuperação permitem descobrir as marcas "apagadas" dos manuscritos, revelando-nos, por vezes, textos inéditos. Desta forma, aqueles monges, sem saber, estavam preservando num mesmo pergaminho dois, ou até mais textos simultaneamente (INNIS, 2006).

Esses textos tornaram-se provas documentais, que narraram um acontecimento que de fato aconteceu, como salienta Ricoeur (2007, p. 190), em que o “fato que ele é construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer que, em troca, o estabelecem. Essa reciprocidade entre a construção (pelo procedimento documental complexo) e o estabelecimento do fato (com base no documento) exprime o estatuto epistemológico específico do fato histórico”. O jornal permite, em forma de mosaico de narrativas, para McLuhan (1964), apresentar os fatos de modo linear.

McLuhan reconhecia a “memória” como a função de armazenamento, como traços básicos de qualquer meio de comunicação, a partir da inclusão das novas tecnologias digitais, uma vez que possibilita armazenar uma grande quantidade de informações, possibilitando assim, uma espécie de esclarecimento. Isso significa dizer que o passado e o presente podem ser assistidos, de modo acelerado, como ocorre num filme.

A transmissão surgiu no século II a. C. com o *líber libri* – em latim, confeccionado em papiro, originando a denominação de livro em português e, a partir do século V, do *codex* – ou códice, geralmente empregando o suporte pergaminho, confeccionado com “pele de Pérgamo”, que facilitava a compilação de páginas, em razão de ser um material maleável, e a encadernação dos manuscritos e, conseqüentemente, o reconhecimento definitivo do objeto livro. Foi, porém, com o surgimento do papel e das máquinas de impressão com tipos móveis inventados pelos chineses e, posteriormente, com as instalações e aprimoramento de moinhos de papel na Europa, que culminou com uma das maiores contribuições para o mundo moderno, a impressão do primeiro livro impresso, em 1455, pelo alemão Johannes Gutenberg.

Para Innis a invenção do suporte papel pelos chineses foi um fator decisivo no crescimento do comércio na Itália, a partir da substituição gradativa do pergaminho pelo papel no ano de 1276 e, especialmente, pela propagação da escrita, dos algarismos arábicos e cálculos da ciência grega pela Europa e depois para o mundo, aliado a capacidade de difusão da imprensa, trazendo uma nova revolução, a do papel, já que a impressão possibilitou a replicação da informação, devido ao poder dos meios de comunicação. Mas na opinião de McLuhan (1964, 1977) foi com o surgimento da luz elétrica que a necessidade de transmitir informação ganhou uma significativa dimensão global com o aparecimento de novas tecnologias e, conseqüentemente, novos meios. A tipografia é uma demonstração do início de uma nova extensão do homem, já que motiva as alterações psíquicas, como a perspectiva e o ponto de vista fixo como extensão da faculdade visual, além de exercer influência na vida social, como o despontar do nacionalismo, o industrialismo, os mercados de massa, a alfabetização e a educação universais, resultando em novos padrões de cultura.

Cada nova tecnologia exerce influência na transmissão oral ou na escrita no sistema de comunicação usando o meio para a comunicação a fim de satisfazer a todas as instituições, como é o caso da tipografia. O surgimento do papel, por exemplo, trouxe influências no desenvolvimento das artes e das ciências, oportunizando a substituição do manuscrito pela uniformidade através de qualidades tipográficas.

Diante desta nova configuração ocorrida na metade do século XX, especialmente com o surgimento das novas tecnologias, surge a tecnocultura, denominação utilizada por Sodré (2009), com novas variáveis técnicas, econômicas e políticas, sempre associada às necessidades das empresas que trabalham com fluxo ou rede, temática já discutida por McLuhan quando se refere, por exemplo, à eletricidade e aos transportes. As organizações começaram a investir, gradativamente, em empreendimentos virtuais, fato ocorrido também com a imprensa nas sociedades liberais-democráticas, com a chamada comunicação generalizada (virtual), com a hibridização dos meios e, conseqüentemente, com novos efeitos sociais (SODRÉ, 2009).

Apesar de não terem vivenciado a atual evolução tecnológica, Innis e McLuhan já apontavam para um novo fenômeno, a globalização, no qual a dominação e a extensão do poder dos impérios político-econômicos atingem todos os setores da sociedade, com nítida expansão para a comunicação. As transformações sociais motivadas pela revolução tecnológica do computador e das telecomunicações já eram uma realidade para os teóricos, juntamente com outros colegas da Escola de Toronto. Por isso estudaram o tema mídia, contribuindo com significativos subsídios na comunicação, sendo que neste trabalho o enfoque será o

suporte/meio para a transmissão e preservação/estoque para a construção da memória, ou seja, a possibilidade de trazer informações do passado para o presente.

Por fim, pela importância dos estudos de Harold Innis, o professor William Buxton, da Universidade de Montreal vem adotando em suas pesquisas de memória cultural no Canadá, as fontes de informação produzidas pelo teórico Innis. Já o acervo e as fontes históricas de Marshall McLuhan estão sendo custodiados pela Biblioteca e Arquivos do Canadá e pela Biblioteca da Universidade de Toronto.

3.2 MEMÓRIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

O acontecimento é algo que ocorre num lugar, trazendo consequências imediatas que serão lembradas. No plano fenomenológico, é o sujeito que realiza, experimenta ou conhece este algo, dependendo dos “estados das coisas”, isto é, influenciado por um determinado contexto histórico que somente será lembrado se houver a “mesmidade de reaparecimento” na via da interpretação, ou seja, da hermenêutica (RICOEUR, 2007, p. 42).

Mas a informação também é transmitida por meio de gestos, desenhos, rituais, fotografias, etc. Cada acontecimento irá transmitir algum tipo de informação, que gera conhecimento e/ou simbologia, que podem possuir significados distintos para cada sociedade, justamente por ser constituído por grupos de indivíduos com costumes e culturas próprias, em um determinado tempo e espaço. Como a grande maioria vive em sociedade é preciso transmitir as informações, seja por sobrevivência física e psíquica, planejamento e comprovação de atos (econômicos, sociais e culturais) ou difusão e entretenimento. Quando um conhecimento e/ou simbologia é transmitido ocorre um processo de troca de informação através da comunicação.

A informação e a comunicação facultam um conhecimento que “remetem a fenômenos sociais” (CHARAUDEAU, 2012, p. 15). Se a informação é compartilhada para milhares de indivíduos por uma mídia, como o jornal, tem potencial de transformação comportamental, tanto social como cultural, de uma sociedade. Por isso, em determinado processo social e econômico, os acontecimentos podem, com o auxílio da comunicação, tornar-se um fenômeno social como foi o caso da Bossa Nova³¹, criado em 1958, durante o processo de urbanização e industrialização no Brasil realizado pelo governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Foi um movimento musical cuja função de entretenimento passou a ter um cunho de inovação. E esse

³¹ Portal TodaMatéria/Bossa nova. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/bossa-nova/> Acesso em: 3 jan. 2018.

fenômeno somente será lembrado se, conforme enfatiza Halbwachs (2006), existir um movimento do presente para passado, isto é, se o meio manter latente essa memória, pois como McLuhan (1964, p. 27) já dizia “o meio é a mensagem”.

A mídia transmite informações para um grande número de indivíduos que, segundo Charaudeau (2012, p. 15), ocorre por meio de “um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las por diversas lógicas - econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã)”. Como vantagens, oportuniza uma maior visibilidade social ao mundo político e, ainda, passa a ser fonte de lucro rentável através do *marketing*, uma vez que seu alcance é em escala mundial, unindo a lógica econômica e a tecnológica. Mas, existe também a lógica simbólica, regulada pelo próprio indivíduo, em conformidade com a sua ideologia, durante as suas trocas sociais. Esse conceito é estudado pela área das ciências humanas e sociais como a Sociologia, a Semiologia, a Filosofia e a Antropologia Social (IBIDEM, 2012).

A partir desse conceito de Charaudeau (2012), pode-se acrescentar que no lugar das condições de produção, próprio da lógica econômica, o alcance vai além das empresas, atingindo as instituições, determinada pelas condições socioeconômicas - espaço externo-externo. Já na tecnológica, as condições possibilitam também, a busca por alternativas para a preservação através de mecanismos da memória artificial. E, pela simbólica permite o reconhecimento dos mitos por meio da linguagem e dos signos, cujas condições semiológicas da produção - espaço externo-interno - são determinantes no resultado final do produto midiático. O espaço é fator determinante nesse produto, sendo influenciado, mesmo que indiretamente, por questões ideológicas, tanto pelo produtor como pelo receptor.

Sobre ideologia, seguindo a concepção de Thompson (1995), são formas simbólicas reconhecidas em ações, falas, imagens, textos e gestos (não linguísticas ou quase-linguística), que são utilizadas no estabelecimento e na sustentação das relações de dominação. O sujeito, tanto o produtor como o receptor do produto midiático, está inserido num contexto social, cujas relações de dominação nesse meio social determinam sentidos para as formas simbólicas. É um processo contínuo e oscilante, tanto de produção como de recepção, com aspectos típicos denominados de “‘intencional’, ‘convencional’, ‘estrutural’ e ‘referencial’ das formas simbólicas” (IBIDEM, 1995, p. 79).

No contexto social, conforme afirma Thompson (1995), é relevante o emprego de formas simbólicas na construção do poder, mas o grau de poder de cada indivíduo deve-se ao seu nível de qualificação e da sua localização social, que naturalmente geram maiores

oportunidades. Tal afirmação remete ao que Berger e Luckmann (2011) comentam sobre a questão geográfica em torno do ‘aqui e do agora’.

A Comunicação e suas teorias sempre fizeram parte das sociedades, antes eram implícitas, porém, hoje são explícitas e, por isso, estudada por várias áreas, conforme apontou Charaudeau (2012). Como fenômeno social, é preciso entender como ocorre o processo de comunicação que resulta na apresentação de fatos verídicos da vida coletiva, num cenário diário, de modo ritualizado. A imprensa tem a função de mediador da vontade política e, por isso que, segundo Rodrigues (2011, p. 42), “[...] a opinião pública torna-se, assim, cada vez mais dependente de um novo campo de legitimidade, o da máquina discursiva dos *media*, campo cada vez mais autônomo dos restantes campos sociais como esfera obrigatória de visibilidade e notoriedade”.

O processo de comunicação ocorre num espaço social, vivenciado individualmente ou coletivamente, seguindo ritos sociais ditados por regras específicas de cada sociedade. Por ser um processo ritualizado, as regras devem ser respeitadas, porém é preciso ter ciência da existência do ator e do espectador, num contexto histórico em comum, cujos atores estão em cena num lugar próprio de cada organização, que constitui uma comunidade numa determinada temporalidade (RODRIGUES, 2011).

O conceito linear de tempo tornou-se efetivo a partir dos estudos humanísticos na Renascença controlado, sobretudo, pela Igreja Romana Católica, em especial com a reforma do calendário por Gregório XIII, em 1582, com a introdução do calendário juliano. E, após, com a publicação do livro *Thesaurus tempoum* (1606), de Joseph Justus Scaliger, baseado num estudo do mundo antigo, foi adotada a concepção da unidade na história. Esse estudo favoreceu a percepção do tempo por outras áreas, da Filosofia a Astronomia, em que “o tempo foi estendido ao infinito” (INNIS, 2006, p. 63). O tempo passa a ser controlado pela Igreja e pelo Estado, mas que perdem o controle, gradativamente, para a indústria, surgindo a demanda pelo negócio e, conseqüentemente, a reforma no calendário (IBIDEM, 2006).

A adoção do sistema sexagesimal remete à história da Babilônia, com a divisão do dia em 24 horas, em que uma hora corresponde a 60 minutos e um minuto a 60 segundos, sem fracioná-los. Esse sistema favoreceu, por exemplo, a aviação, que acelerou o ritmo do transporte, levando a descentralização (INNIS, 2006) que, quando aliada ao surgimento da

eletricidade, deu origem a uma “explosão especializada das cidades³²” (MCLUHAN, 1964, p. 211). O entendimento das razões dessa explosão, em que o suporte e o meio têm papel fundamental nesse processo, fez parte dos estudos dos teóricos Innis e McLuhan.

As cidades são organizadas em espaços geográficos que, em detrimento de fatores, como religião, política, economia, social e os meios de comunicação, incluindo a forma oral, podem expandir, enfraquecer, ou até mesmo, desaparecer em um determinado tempo. Innis (2006) estudou a história das civilizações antigas, como a do Egito, até a década de 1950, em relação aos monopólios de conhecimento favorecidos pelos meios de comunicação.

Os suportes empregados pelos meios, associados aos interesses econômicos, tiveram um papel fundamental na construção histórica e na memória dos povos, isto quer dizer que as pedras (meio durável) empregadas nas construções das pirâmides do Egito perduram até os dias atuais, mantendo-se assim, reminiscência da civilização egípcia. Contribuíram também, com o desenvolvimento da escrita, a partir de representação pictórica realizada nas tumbas das pirâmides que se transformaram na escrita hieroglífica. Neste caso, segundo a concepção de Innis (2016), sobre o viés tempo e espaço, existe um controle nítido sobre o tempo.

Esse novo ambiente, que permite o envio e o recebimento imediato de mensagens de forma intensa na Aldeia Global (MCLUHAN (1964), dá origem a um processo imediatista de informações gerando “[...] perda ou, ao menos, a uma transformação profunda das referências nas quais as culturas costumavam se orientar, envolvendo todos em torno de acontecimentos comuns, de forma única, tal como nas pequenas vilas ou cidadezinhas, porém abarcando o mundo inteiro” (PEREIRA, 2011, p. 151-152). Isto quer dizer que, mesmo nas cidades pequenas, sem transformações profundas, onde os indivíduos permaneceram vivendo de um modo mais simples, apenas para fins de sobrevivência, sofrem o “[...] impacto social das novas tecnologias da comunicação” (THOMPSON, 1995, p. 266).

O crescimento da indústria da mídia, principalmente após o surgimento do rádio e da televisão, vem possibilitando a difusão de informações de modo instantâneo e em escala global. Esse interesse cotidiano pela busca instantânea por novas referências sobre questões políticas, econômicas, sociais ou, mesmo entretenimento, podem gerar transformações significativas impactadas pela comunicação, passando a ser deste modo, um fenômeno social. Com a

³² Lewis Mumford utilizou o termo “implosão”, que foi justificado por McLuhan (1964, p. 211) como explosão já que: A “implosão pertence à era da eletrônica, como pertenceu às culturas pré-históricas. Todas as sociedades primitivas são ‘implosivas’, como é a palavra falada. Mas ‘tecnologia é explicitação’, como disse Lyman Bryson: a explicitação, como extensão especializada de funções, também é centralismo e explosão de funções – e não implosão, contração ou simultaneidade” (sic).

inovação de meios midiáticos, que facilitam o compartilhamento dos acontecimentos rapidamente, vive-se hoje na sociedade imediatista, que em razão do grande número de informações produzidas, provavelmente irão desaparecer da memória dos indivíduos.

O que é rememorado com frequência, o que Ricoeur (2007, p. 42) chama, já citado aqui, de “mesmidade de reaparecimento” é lembrado sob o critério do distanciamento temporal. Tal mesmidade é possível com o auxílio da comunicação, que Charraudeau (2012) diz ser um fenômeno humano e social, visto que divulga os acontecimentos diários de um mundo chamado, por Berger e Luckmann (2011, p. 39), de “intersubjetivo”. É um mundo cuja participação na vida cotidiana - interação e comunicação – é de todos (eu e os outros homens), porém desde que seja respeitado o “aqui e agora”, isto é, a realidade individual de cada um.

O “aqui e agora” de cada indivíduo, aliado as diferentes condições temporais e espaciais de cada lugar, é que vão dar aos objetos a sua real significação, isto é, a sua realidade da vida cotidiana. Como o indivíduo vive num mundo intersubjetivo, compartilhando suas experiências com outros, naturalmente ter-se-á uma atitude de consciência usual, dando origem ao conhecimento do senso comum que torna-se evidente nas suas ações cotidianas (BERGER; LUCKMANN, 1991, tradução nossa).

No entanto, cada sujeito tem uma identidade própria, que Charraudeau (2012) dividiu em dois saberes distintos: o conhecimento (o mundo, de modo geral, percebido de forma existencial, evenemencial e explicativa); e, a crença (suas convicções que dependem de sistemas de interpretação). Todo sujeito tem a sua memória individual que, segundo Hedstrom (2016, p. 238) “[...] concentram-se nos processos de codificação, rememoração e reconstrução da memória no cérebro”.

A identidade é o estado, porém sem estar relacionado diretamente ao indivíduo ou ao corpo social. É formada por pedras [angulares] numerárias bem estruturadas em determinada referência temporal, que podem ser “doutrinas, contos, relatos, mitos inscritos em uma trama narrativa”, sendo que a “escola, igreja, estado, família” são categorias organizadoras que, a partir de suas práticas e ritos” conseguem, com maior eficácia, difundirem e conservarem as “memórias organizadoras” (CANDAUI, 2012, p. 182).

A memória é uma faculdade que permite guardar desde ideias até sensações do ser humano, tornando-se difícil a sua conceituação, como adverte Gondan (2016, p. 36), já que “[...] é bem mais que um conjunto de representações; ela se exerce também numa esfera irrepresentável: no corpo, nas sensações, nos afetos, nas invenções e nas práticas de si”. Existe, portanto, a necessidade de se ter uma noção sobre as lembranças voluntárias, que devem ser rememoradas por meio de uma compreensão racional e científica sobre memória.

Para tal compreensão, existem áreas científicas interessadas pelo campo da memória, em geral, diferenciando-as em: memória individual e memória social, grupal ou coletiva. Dentre as áreas interessadas, baseado nas teorias de B. Brothman (2001), L. Millar (2006) e G. Cubitt (2007), Hedstrom (2016, p. 239) citou os cientistas da cognição e os neurocientistas interessados pela “mecânica da memória ou sobre como a informação é codificada”, e os psicólogos, que estudam os “aspectos comportamentais da memória” dos indivíduos. E, portanto, os arquivos, são responsáveis pelo armazenamento, de modo metafórico, dessa memória individual. Entende-se, portanto, que, os arquivos são formados por um conjunto de pedras numerárias (CANDAU, 2016), que correspondem as fontes arquivísticas articuladas num sistema de conectores narrativos produzidas por um sujeito, como memória individual, para outros sujeitos, atuando assim, para Hedstrom (2016), na construção da memória coletiva.

Para Cook³³ o documento arquivístico é o meio e o símbolo da memória coletiva e, portanto, é a teoria e a prática arquivística que permitem que as pessoas encontrem sua identidade, desde que sejam preservados todos os gêneros documentais e, com isso a memória do mundo. Por isso que essa concepção de arquivo tem uma influência e consonância com o trabalho pioneiro de Marshall McLuhan e Harold Innis em comunicação e mídia. As áreas da Comunicação e da História também se interessam pelo campo da memória. Na Comunicação, a partir da identificação de certos acontecimentos sociais que se tornam fenômenos, sendo possível rememorar todas as formas possíveis de memória social (e institucional) alicerçado nas linguagens, dos meios e das tecnologias (PEREIRA, 2011).

Os meios de comunicação, diante de todo aparato tecnológico específico, permitem a transmissão em larga escala e por períodos frequentes ou, como diz Ricoeur (2007), auxilia na divulgação e na memorização dos acontecimentos pelo leitor, telespectador e ouvinte a partir da mesmidade do reaparecimento. O indivíduo, que precisa estocar uma quantidade diária de informações, sofre de esquecimento diante de interferências nos rastros de memória pelos estímulos sensoriais como parte de sua natureza física. Baseado na metáfora da impressão na cera, escritos por Platão e Aristóteles, Ricoeur especificou três rastros: o escrito ou rastro documental (meio/suporte elementar no plano da operação historiográfica); o psíquico ou impressão; o cerebral ou córtex cerebral (tratado pela neurociência).

³³ Cook, Terry. *Archives as Media of Communication*. Disponível em: <https://www.collectionscanada.gc.ca/innis-mcluhan/030003-4040-e.html>. Acesso em: 30 março 2017

³³ Atualmente, biblioteca e arquivo conhecido como *Library and Archive Canada*. Disponível em: <http://www.bac-lac.gc.ca/eng/Pages/home.aspx>. Acesso em: 28 março 2017.

O meio, associado ao aparato tecnológico da comunicação, traz em si um discurso (oral ou escrito), uma imagem, enfim, narrativas com um conhecimento carregado de significados. A construção das narrativas empoderam os sujeitos partícipes de ações políticas, econômicas, sociais e culturais, tanto que conseguem cunhar ou tornar um indivíduo em um mito, herói (anti-herói), ídolo ou mesmo em fã. E, ainda, idealizam e popularizam estilos de modas, músicas, artes, mitologias, etc. que são transformados em um fenômeno social.

Na França, a História, a partir da década de 1980, discutindo novas questões historiográficas passou a transformar um indivíduo de vida comum em protagonista histórico. Os historiadores, auxiliados pela visão da narrativa histórica de Paul Ricoeur, passa a estudar a ação humana associada aos significados, cujo fator tempo - qualidade e poder de transformação - favorecem o surgimento de um evento (BARROS, 2013).

Eis, aqui, a influência dos meios de comunicação no fator tempo, analisando sob a perspectiva de Innis (2006) e McLuhan (1964), aliado ao fator espaço, que cada vez mais vem sofrendo alterações subjetivas diante dos novos meios. E, se as narrativas permitem a construção de um novo protagonista (independente do seu papel) ou produto (independente da sua finalidade), passa a ser considerado um fenômeno social, que poderá ou não fazer parte da cultura de uma sociedade. Logo, Thompson (1995) diz ser preciso investigar a partir de um marco referencial metodológico, debatendo questões sobre cultura, ideologia e comunicação de massa, a fim de reconhecer e interpretar, por meio de análise prática, as formas simbólicas.

A cultura surgiu inicialmente como concepção de “cultivo da mente” no século XVI e, somente na transição do século XVIII para o século XIX, foi inserida no vocabulário francês, como *Cultur*, e alemão, como *Kultur*, mas associada ao termo civilização, que derivou da palavra latina *civilis*. Muitos foram os sentidos dados ao termo cultura, até que no fim do século XIX, o conceito foi incorporado a disciplina de antropologia relacionado “[...] à elucidação dos costumes, práticas, crenças de outras sociedades que não as européias”, que tinha uma concepção clássica (sic) (THOMPSON, 1995, p. 167).

Thompson (1995, p. 173), partindo do conceito de cultura empregado por Malinowski, Tylor e outros, salienta que é o “[...] conjunto de crenças, costumes, idéias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade” (sic). Ou seja, é muito amplo, compilando o âmago e os costumes dos indivíduos, que Habermas (2004) diz ser a natureza e a tradição. Como o indivíduo vive em grupo ou em sociedade, os estudos sobre cultura precisam ser comparados, classificados e analisados cientificamente através da caracterização de “[...] estágios do desenvolvimento social e dos esquemas evolucionistas” (IBIDEM, 1995, p. 173).

O conceito de cultura é intangível, assim como parte do processo que está diretamente relacionada ao sistema sensorial do ser humano ativado pela subjetividade do sujeito. No entanto, o produto material resultante desse processo, que é coletivo, sim é tangível e influenciado por significados e valores. Já, se coletivo, teoricamente existirá uma troca de informações entre o eu (sujeito) e a sociedade formando uma identidade explicada por Hall (2005, p. 11): “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num longo e contínuo diálogo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”.

O fundador da antropologia interpretativa, o antropólogo Clifford Geertz (2008, p. 9), chamada também de antropologia hermenêutica, diz que “a cultura é pública porque o significado o é”, pois, suas estruturas de significados são estabelecidas socialmente. Recomenda considerar a existência de símbolos nos estudos sobre cultura, chamado de semiótico da *cultur*, a fim de traçar as características dos indivíduos que vivem em sociedade, isto é, suas raízes culturais.

No estudo da cultura, os significantes são os próprios atos simbólicos ou conjunto de atos simbólicos a ser realizado através da análise do “‘dito’ no discurso social”, a fim de permitir uma leitura e, conversação com os sujeitos, de modo investigativo para conhecer como eles vivem com o auxílio da etnografia. Os estudos científicos atentam ao sistema de conceitos como: “‘integração’, ‘racionalização’, ‘símbolo’, ‘ideologia’, ‘ethos’, ‘revolução’, ‘identidade’, ‘metáfora’, ‘estrutura’, ‘ritual’, ‘visão do mundo’, ‘ator’, ‘função’, ‘sagrado’ e, naturalmente, a própria ‘cultura’” (GEERTZ, 2008, p. 19).

Diante dos possíveis equívocos, Geertz (2008) recomenda reagir ao subjetivismo, ou seja, não responder as respostas considerando o posicionamento ideológico do analista e, sim através da análise das formas simbólicas dada por quem vivenciou as ações em acontecimentos sociais fundamentado e organizado, considerando as conexões entre a escrita (teórico) e a interpretação. Thompson (1995) também concorda com Geertz, justificando que as ações dos atores, como agentes, auxiliam na interpretação rotineira dos fenômenos.

Por fenômenos culturais, Thompson (1995, p. 181) diz ser “como *formas simbólicas em contextos estruturados*”, que servem para o estabelecimento e sustentação das relações de dominação, através das próprias ações, associando um gesto, um ritual, uma narrativa, manifestação verbal, obra de arte, programa de televisão e rádio. Como formas simbólicas, o autor apresenta cinco características que são: intencionais; convencionais; estruturais; referenciais (ligados aos termos “significado”, “sentido” e “significação”, daquilo que o sujeito

“quer dizer” ou “tenciona” expressar de modo proposital); e, contextuais (relacionada ao contexto social estruturado) (IBIDEM, 1995, p. 183).

Em razão da evolução tecnológica, atualmente a característica referencial diz respeito a prática, porém, envolvendo todos os órgãos do sentido do homem, expressado por um sujeito para outro ou para outros sujeitos, todos imbricados por uma natureza e tradição.

A narrativa faz parte do cotidiano dos indivíduos, independente do lugar, apoiada pela “linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias” (BARTHES, 1971, p. 19).

Portanto, a narrativa está presente numa obra de arte, cuja linguagem permite a criação de diversos gêneros narrativos como fábula, conto, epopeia, mito ou, até mesmo, numa simples conversação, como parte integrante da cultura de uma sociedade. Se faz parte da sociedade, toda e qualquer mudança no mundo irá ocorrer, sobretudo, em razão de determinações políticas, que irá afetar questões culturais, incluindo a cultura cotidiana. Isto é explicado por Innis (2006) ao narrar parte da história mundial associando ao poder de monopólio cultural dos suportes empregados como meio de comunicação, especialmente quando da substituição de um suporte para outro. Tanto que o surgimento de um novo suporte implica em mudanças, desde socioeconômicas até culturais. A imprensa, a título de exemplo, surgiu apoiado por novos campos de atividade, como pintura e música, baseado nos estudos críticos do filósofo-sociólogo Jürgen Habermas (BURKE, 2004).

Sendo assim, a narrativa, diante do poder do narrador, seja por questões ideológicas, por credibilidade baseado em princípios morais e/ou por credibilidade baseado em princípios científicos e, por isso, tem papel fundamental num processo cultural. A mídia, por exemplo, por ter a ética como preceito, auxiliado por sistema de signos, consegue criar, restituir e destruir mitos, processo de construção de mitificação muito recorrente na política. Na ciência, a construção de narrativas, através de publicações de resultados de pesquisas, favorece o reconhecimento de personalidades científicas e também, de estudos influentes no mundo acadêmico. Os meios de comunicação surgem como mecanismo auxiliar no processo de formação de memória social.

3.2.1 A memória e a narrativa como fenômeno social

As lembranças passam a fazer parte do dia-a-dia de um indivíduo, podendo ou não se transformar em memória individual, mas como as sociedades contemporâneas são sociedades amnésicas, para Catroga (2015), percebido por McLuhan (1964) na sua concepção que as

transformações ocorreram com o surgimento da eletricidade, isto porque as coisas - suas ações e estados, podem acontecer de modo simultâneo. Ao mesmo tempo que ando de trem, observando imagens externas (em movimento), é possível ler um livro ou usar um celular, dando origem a novos significados para um indivíduo que ainda continuará em movimento, uma vez que suas atividades são realizadas empregando meios, num determinado ritmo estabelecido, dito por Halbwachs (2006), pelo lugar em que vive. Diante desse ritmo, que pode ser acelerado, não é possível recordar tudo que aconteceu e, ainda mais, todas as informações obtidas de forma coletiva. Por isso mesmo a memória é flexível, segundo Fentress e Wickham (1992), já que todos os significados obtidos no trem, a partir das relações espaciais perceptíveis em imagens visuais captadas, durante a viagem, tendem a ser modificadas e reconstruídas em detrimento de relações temporais ou lógicas. Surge uma inter-relação de causa e consequência que pode ser manifestada de outra forma. Portanto, se ocorrer um incidente que envolva outros indivíduos durante uma viagem de trem, os sentimentos e imagens observadas dificilmente será a mesma para os agentes envolvidos e, tampouco, para quem narra e quem recebe informações sobre o incidente

Se para o indivíduo é difícil memorizar tudo o que aconteceu num dia como sua memória individual, é quase inviável memorizar todo e qualquer acontecimento ocorrido com um grupo de indivíduos, como memória coletiva. Nesse sentido Halbwachs (2006) traz como exemplo os grupos que realizam atividades do tipo mecânico, necessitando de muito tempo para que a acumulação de informações (palavras e gestos) resulte em mudança de modo a alterar a memória dessas organizações, isto é, a imagem do seu passado. Esses acontecimentos resultantes de ações coletivas, como parte do processo de memorização coletiva, geram um conhecimento coletivo e culturalmente reconhecido num determinado tempo e espaço, dando origem a memória social idealizado em determinado contexto. Para o teórico, cada acontecimento leva a um comportamento, concebendo um significado próprio e, conseqüentemente, uma interpretação que é influenciada pelo modo de vive do grupo social em razão da sua consciência nacional (IBIDEM, 2006).

No campo do ensino, a atividade de lecionar conteúdos disciplinares também decorre do tipo mecânico, por ser continuada, o que de fato responde a dificuldade de lembrar de todos os acontecimentos ocorridos durante as atividades didáticas de um docente. Todas as atividades que geram ações e estados tornam-se mais fáceis de serem lembradas, talvez por isso, a relevância de dinâmicas práticas, como as pesquisas científicas.

A realidade da vida cotidiana, ou o que é real, impõe um tempo com uma sequência de acontecimentos que é contínuo, existindo antes do nascimento do indivíduo. Por outro lado,

passa a ser finito com a morte do indivíduo num lugar geograficamente determinado. Esse tempo não pode ser interferido no corpo, “o aqui”, e no presente, “o agora”, pois fazem parte de uma estrutura temporal da vida cotidiana, desde a agenda diária até a biografia completa de um indivíduo (BERGER; LUCKMANN, 1991, p. 36, tradução nossa).

Mas, geograficamente cada lugar apresenta diferenças espaciais e temporais. Na vida cotidiana de uma cidade do interior o tempo torna-se devagar em comparação com uma cidade grande situada no mesmo território. Outro aspecto diz respeito ao comprometimento com os objetos idealizados pelos homens, em que Berger e Luckmann (1991) citam o vocabulário empregado pela sociedade, com significados próprios de cada lugar. Isto significa que, se determinado local geográfico sofreu influência ou foi colonizado por outros povos, de territórios diferentes, este local sofrerá influências. Vive-se num mundo intersubjetivo, em que todos os objetos são dotados de significados consoante com a cultura de cada sociedade.

Para entender território, o geógrafo Santos (2006) explica primeiramente a questão dos objetos, que são considerados como um fenômeno histórico e, por isso são determinantes para a delimitação do lugar geográfico. Este posicionamento compactua, de certo modo, com o pensamento de Berger e Luckmann (1991) sobre a formação do hábito da atividade humana que gera a institucionalização por meio de padrões previamente definidos numa determinada estrutura espacial temporal. A respeito de objetos, o geógrafo diz que são materializados a partir de um agrupamento de recursos como: “técnicas de produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade” (IBIDEM, 2006, p. 35).

O território é um espaço que reúne a forma de produção e emprego de técnicas que são operadas por grupos sociais portadores de modos socioculturais, englobando as técnicas da vida realizada sobre uma superfície maior chamada de território nacional, enquanto que os intermediários, como as províncias, regiões, áreas metropolitanas são nomeadas, somente, de território. Mas cada lugar terá, historicamente, o seu objeto realizado por uma técnica que poderá ou não ser valorizada, dependendo da adequação do objeto ao território e as suas potencialidades. Por exemplo, a existência de terras para a plantação de árvores específicas para a produção de papel em num território específico associado ao aparato científico e tecnológico que dispõe para produzir em larga escala. No entanto, a valorização será possível somente se seguir o “modelo sistemas de objetos/sistemas de ações” baseado “num modelo espaço-temporal” (SANTOS, 2006, p. 104).

Numa biografia de um indivíduo ou numa organização a identidade é elemento essencial na construção da memória, que Candau (2012, p. 95) diz corresponder a um estado, que não é

igualitário para toda a coletividade, mas que fazem parte das “pedras numerárias” como parte integrante de processos identitários. Essas pedras, carregadas de lembranças, têm origem a partir dos acontecimentos vividos em determinadas balizas temporais. A sua origem e o acontecimento que irão formar a identidade. Trazendo Le Goff (1994), pode-se entender que, cada pedra numerária é um elemento chamado de identidade, seja individual ou coletiva, cujo agrupamento permite manter os indivíduos partícipes em uma sociedade.

Se são pedras numerárias (CANDAU, 2012), pode-se citar como caso análogo o processo de formação de rochas sedimentares, com o acúmulo de detritos, que diante do desgaste natural por sofrerem patologias³⁴ em decorrência de fatores internos – propriedade da pedra – e externos, como a ação da chuva, do vento, do rio, mares e das geleiras sobre o relevo³⁵. O mesmo processo ocorre na memória dos indivíduos, na qual as informações vão sendo acumuladas, resultantes dos acontecimentos vivenciados e não vivenciados, consolidando-se em camadas de estratos.

O sistema límbico, como parte do sistema nervoso central, é formado por neurônios e células que constituem o lobo límbico, tendo como função a integração de informações sensitivo-sensoriais com o estado psíquico interno e, por isso é responsável por controlar as emoções e as funções de aprendizado e da memória³⁶.

O hipocampo é a principal estrutura do cérebro humano na estocagem de memória, enquanto o córtex pré-frontal é responsável pelo planejamento das ações, a tomada de decisões e na recuperação seletiva, através de filtros, da memória. Como o cérebro não tem capacidade de estocar tudo o que acontece com os indivíduos, o córtex pré-frontal seleciona informações relevantes, cuja primazia são os dados correlatos, já que o esquecimento pode ser um mecanismo de segurança para não sobrecarregar o cérebro (KOMFUR; TU, 2015). Esse mecanismo é explicado por Ricoeur (2007), uma vez que o próprio indivíduo é suscetível de manipulação e de esquecimento em razão das fragilidades da identidade, que faz parte do normal e do patológico, como disfunções das operações mnésicas.

Em cada acontecimento existe ou existiu uma interação face a face ou através do meio, cujas ações - fala, leitura, canto, aprendizado, etc. - passam a ser lembranças carregadas de

³⁴ Manual de Rochas Ornamentais para Arquitetos. Disponível em: <https://icposgrados.weebly.com/uploads/8/6/0/0/860075/h.pdf> Acesso em: 12 abr. 2018.

³⁵ Toda Matéria. Tipos de rochas. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/tipos-de-rochas/> Acesso em: 30 jan. 2018.

³⁶ Portal educação. Conhecendo as funções do sistema límbico. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/conhecendo-as-funcoes-do-sistema-limbico/50288> Acesso em: 18 abr. 2018.

experiências e sentimentos formando um conjunto desordenado de informações captadas pelos indivíduos. Cabe ao córtex pré-frontal reorganizá-las e selecioná-las de acordo com o grau de interesse. Komfur e Tu (2015) explicam que o cérebro incorpora, por meio de associações, a informação corrente sendo automaticamente sobreposta as informações velhas, que se tornam cada vez mais remotas em razão do mecanismo de segurança, como ocorre com as senhas, cuja senha anterior é substituída na memória pela atual. Por isso que Ricoeur (2007) diz que a lembrança está no plural, passível de ser esquecida, enquanto a memória está no singular.

A memória pode ser objetiva, simplista e subjetiva. Se subjetiva, ao ser utilizada como fonte histórica, deve-se realizar uma análise do seu caráter subjetivo, incluindo os aspectos sociais (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Isto pode ser respondido pelo teórico McLuhan, que entende que a vida sensorial dos indivíduos, como ocorreu durante o processo de inovação da eletricidade, afeta os seus sentimentos, aflorando uma nostalgia cultural diante das novas tecnologias e uma utopia, que tende a desaparecer, dos meios antigos (MCLUHAN, FIORE, 1971). Esses sentimentos geram muitas lembranças, talvez por isso nem toda memória é comunicada corretamente e, tampouco, nem toda memória social passará a fazer parte da memória coletiva (CANDAU, 2012).

Se objetiva, estruturada por linguagem a partir de experiências compartilhadas entre indivíduos, irá facilitar a memorização das informações, sejam triviais, como um agendamento médico ou, como documentos legais, que precisam ser preservados por trazer a memória de modo detalhado (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Para Orlandi (2012), o ato de documentar refere-se ao acontecimento, como objetivo da história (e acrescenta-se da sua comprovação), gerando a memória discursiva que é recorrida aos arquivos, que trazem tanto o passado como a censura, que são os sentimentos silenciados na memória dos indivíduos.

O meio passa a ser a prova documental para Ricoeur (2007, p. 190), que é a memória arquivada que “rege a modalidade de verdade ou de falsidade ligada ao fato”, que pode se tornar histórico. Pode-se afirmar que é a “memória forte” que, apesar de serem “[...] potentes, hierarquizadas, unificadoras, onipotentes, até mesmo totais, aniquilam-se atualmente diante de memórias talvez mais fracas ou menos amplas” (CANDAU, 2004, p. 204). Talvez por isso, a memória forte é alvo de discussão dos pesquisadores, por ser o meio que pode comprovar os fatos históricos ocorridos nas sociedades contemporâneas, transmitida por um *corpus* memorial, que organiza e orienta as identidades coletivas, entretanto pode e, sofre de manipulação, esquecimento, impedida, censurada e, também, usos e abusos (RICOEUR, 2007; ORLANDI, 2012).

Como *corpus* memorial, para Candau (2012), são as crenças, as representações, as doutrinas, os saberes e a memória de baixo nível - a protomemória, que aparentemente tem a tendência de perder significância pelas identidades plurais, fragmentadas e móveis, resultado do surgimento de grupos cada vez mais divididos por seus ideais.

A memória não é somente vital para os indivíduos, é, também, relevante para os historiadores por seu imenso papel social na recuperação da história, sendo necessário preservar os documentos para fins de comprovação, como parte da memória objetiva (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Este posicionamento é compartilhado por Le Goff (1984), entendendo que é a partir da reunião dos monumentos-documentos, nos seus variados suportes, que possibilitam a comprovação das ações e conjunturas observadas em determinadas sociedades, organismos e grupos como parte da memória social.

Os suportes vão além da finalidade de servir de meio de representação da escrita, incluindo os novos recursos tecnológicos, porque o domínio da técnica, o poder econômico e o industrialismo foram considerados, para Innis (2006), fatores determinantes aos valores culturais, especialmente os que afetam a comunicação, como ocorreu com a rádio e a televisão. Como resultado, baseado em sua teoria da matéria-prima, o industrialismo e sua fixação pela especialização, o espaço se torna ilimitado através da comunicação, levando a expansão dos impérios de informação.³⁷

Innis foi o primeiro teórico a reconhecer a contribuição das tecnologias da comunicação, como apontou Pereira (2011), através do emprego dos suportes utilizados pela civilização, como transformação cultural. A partir de processos comunicativos que dão origem aos processos de produção, que é resultante dos meios, das linguagens, das tecnologias, trazem significados que permanecem como memória individual e memória social dos indivíduos, ambas integrando uma forma de memória por meio das tramas da comunicação. Sobre a relevância da comunicação, Ribeiro e Brasiliense justificam em razão da impossibilidade da vivência direta dos acontecimentos pela maioria dos indivíduos, exceto quem vivenciou o episódio. Para exemplificar, as autoras apresentaram o caso ocorrido em 1993, na igreja da Candelária localizado na cidade do Rio de Janeiro, conhecido como a chacina da Candelária³⁸, cujo conhecimento do fato somente foi possível através de relatos de terceiros, seja por

³⁷*The inability to escape the demands of industrialism on time weakens the possibility of an appraisal of limitations of space.*

³⁸ A igreja da Candelária é patrimônio arquitetônico construído no século XVIII, além de ser palco de acontecimentos históricos, como um lugar de memória, sendo considerado por Ribeiro e Brasiliense (2007, p. 224) “um verdadeiro monumento: marco histórico e jornalísticos da repressão política, das reivindicações democráticas, da questão da violência urbana e dos direitos humanos”.

testemunhas e/ou pelos meios de comunicação que são os “[...] grandes mediadores entre os sujeitos e o mundo” (2007, p. 222).

A tecnologia influenciou diretamente o jogo de memória individual e social, pois afetou o modo de estruturar mensagens, desde a linguagem até os mecanismos de transmissão, concluiu Pereira (2011), após estudo com os representantes da Escola de Comunicação de Toronto, como Marshall McLuhan e Harold Innis.

Para Gondar ainda não existe um conceito formado sobre memória social, por isso propôs cinco proposições para pensar numa formulação, trazendo como justificativa que “a memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente, o que faz com que as noções capazes de fornecer inteligibilidade a esse campo devam ser plásticas e móveis” (2016, p. 19).

Como primeira proposição diz que transita num campo **transdisciplinar**, caracterizada como polissêmica, compreendendo as significações e os sistemas de signos³⁹. A segunda diz respeito ao conceito incluindo a **ética** e a **política**, pois tanto a lembrança como o documento são totalmente produzidos intencionalmente pelo seu criador e pela sociedade que recebe a informação, uma vez que trazem posicionamentos e vontades de indivíduos que direcionam o seu intento utilizando-se da polissemia. A terceira está diretamente ligada ao **esquecimento**, que precisa ser investigado através da perspectiva das mídias, considerando que tanto o meio como a técnica de registro empregada pelo produtor foram criadas em detrimento de seus interesses sociais, políticos e culturais. Como quarta proposição, a memória não se reduz à **identidade**, pois os indivíduos que vivem em determinado grupo ou sociedade constroem uma identidade que pode sofrer alterações em decorrência de movimentos favoráveis ao esquecimento, como citou Glissant (2005), trazendo o caso dos nômades, migrantes e exilados que se adaptam, apoiado na memória, a uma nova cultura e, por isso tornam-se uma memória aberta, mas com resíduos dos passados. E, como quinta proposição, a memória não se reduz à **representação** porque, como ocorre com a identidade, pode sofrer alterações em razão dos jogos de força de articulação do presente com o passado, baseado sempre nas relações sociais (GONDAR, 2016).

Fazendo parte desses jogos de força de articulação, a comunicação, que ganhou impulso a partir da evolução dos meios, com o avanço tecnológico, vem afetando o mecanismo de ações decorrentes do sistema sensorial do ser humano e, por conseguinte, a organização mnêmica das

³⁹ O sistema é formado por “signos simbólicos (palavras orais e escritas) quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpadas), e mesmo os signos indiciais (marcas corporais, por exemplo), podem servir de suporte à construção de uma memória” (GONDAR, 2016, p. 20).

mensagens. A tendência é para a expansão material do conhecimento e, conseqüentemente, para o espaço (Innis, 2006), favorecendo o esquecimento em decorrência do aumento considerável de informações.

A propósito, na engrenagem do funcionamento do sistema sensorial, tanto em órgãos sensoriais como motores, podem ocasionar disfunções das operações mnésicas que levam ao esquecimento, seja por vias normais ou por algum tipo de patologia em diversas situações. Se houver disfunção a memória individual é afetada pelo silêncio dos órgãos, como parte do fenômeno mnemônico, ou ainda, por algum tipo de enfermidade sensorial ou motora. Defronta-se com problemas de reconhecimento (do passado no presente), cujas manifestações individuais misturam-se com as coletivas. A sobrevivência das imagens depende da desafetação de fatores gerados a partir de uma antítese psicológica e do apagamento originado por fenômenos mistos (RICOEUR, 2007).

Pelo seu papel histórico, as empresas jornalísticas precisam dar um tratamento adequado, auxiliado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), aos materiais a serem estocados e preservados. Contudo, apesar da aparente credibilidade da mídia, dotado de um incontestável poder simbólico que deu origem a expressão positivista de quarto poder, tem um ser ideológico responsável pela produção dos discursos. Mas, mesmo assim, é inegável o papel dos meios de comunicação na memória social pois,

[...] são hoje um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de 'testemunhas autorizadas', e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere neste processo não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades sociais (RIBEIRO E BRASILIENSE, 2007, p. 222).

Como parte testemunhal da memória social, as informações presentes nos documentos, traz o inconsciente do indivíduo em um discurso produzido num lugar (comum), onde o narrador produz saberes desenvolvido num espaço (anônimo), mas numa determinada cultura. Trata-se de um jogo específico, cujos tipos de operações comuns, que se sucedem nas práticas cotidianas, são manifestados distintamente a partir de uma linguagem, recorrendo, no entanto, a possíveis manipulações a partir de uma retórica que segue uma ordem interna estabelecida ligada a um sistema (CERTEAU, 2014).

No caso dos jornais, são os jornalistas, no processo de transformação de um acontecimento supostamente verídico, precisamente na instância de produção da informação, que produzem os documentos, tornando-os fontes de informação. Cabe ao receptor, na instância

de recepção-interpretação, durante o processo de interpretação, analisar e confirmar a autenticidade do discurso. Os discursos são: informativo e propagandista; informativo e científico; informativo e didático (CHARRADEAU, 2012).

As fontes, produzidas pelos meios de comunicação, trazem informações que permitem a recuperação e, conseqüentemente, a construção de memórias, resultado do exercício de linguagem de trabalho midiático. Mas é necessário atentar para os fins de cada organização, que podem ser comerciais e/ou políticos. Aliás, Barbosa (2007) diz que os vestígios a serem considerados na construção da história, cujo cerne desse estudo foi a imprensa brasileira, podem ser encontrados em diversos materiais e documentos como: filmes da época, mesmo que a imagem esteja turva; histórias orais, incluindo entrevistas dos jornalistas; os jornais, observando todos os cadernos e as edições comemorativas; correspondências dos leitores; etc.

Por isso que, dependendo do estudo, os materiais e documentos a serem pesquisados são outros, porém, deve-se buscar um número considerável de vestígios autênticos e fidedignos para realizar a interpretação num determinado período. É fundamental, ainda, observar que cada espaço social está inserido num contexto histórico a ser delimitado, na opinião de Barbosa (2007, p. 15) “[...] numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo (antes e depois)”.

A memória traz significados próprios, por isso é preciso fazer uma distinção entre os fatos objetivos e a interpretação objetiva na construção da história (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Isto é, existem fontes de significados comprometidas por valores, inclinações ideológicas e, ainda, conforme aponta Charradeau (2012), com o contrato de informação midiático. Harold Innis também já advertia sobre a possibilidade de um documento estar comprometido, pois os arquivos não eram transmissores neutros do conhecimento, podendo ocasionar implicações para a memória cultural⁴⁰ (LIBRARY AND ARCHIVES CANADA, 2018, tradução nossa). E os arquivos ainda não são transmissores neutros do conhecimento, apesar dos documentos serem acumulados por indivíduos civilizados (MCLUHAN, 1977).

Entendendo pela fenomenologia da memória, Ricoeur (2007, p. 107) diz que a memória individual são as lembranças de um sujeito, que é diferente do outro, sendo intransferível e de sua privacidade, por isso “é um modelo de minhadade”. Na construção da história do sujeito é significativo que as lembranças, por meio de narrativas (no plural) e a memória (no singular), sejam rememorados no presente. O passado traz lembranças dos acontecimentos da infância até

⁴⁰*Innis warned that archives were not neutral transmitters of knowledge but had implications for cultural memory.*

o presente do sujeito, numa continuidade temporal, cujos lapsos do tempo tendem a influenciar no futuro a minhadade. A memória individual de cada sujeito cruza com a memória coletiva deste sujeito com as lembranças comuns dos grupos envolvidos em ocasiões comuns como celebrações públicas, em determinada temporalidade ou historicidade (IBIDEM, 2007).

Já com relação à epistemologia do conhecimento histórico, Ricoeur (2007) diz que o modo mnemônico pode contribuir na percepção a partir da integração da memória individual e coletiva, desde que sejam observadas questões culturais num determinado tempo histórico. Mas a memória como estudo científico precisa ser analisada, por isso Certeau (2014) sugere que seja através de um sistema observável e legível.

Para Hedstrom (2016) o uso das expressões memória coletiva e memória social ainda é impreciso, mesmo quando traçada por perspectivas teóricas, fenomenológicas e empíricas. O que de fato vem ocorrendo é o crescente interesse pelos estudos sobre memória. Le Goff (1984, p. 472) justifica que isto de fato aconteceu quando da “constituição das ciências sociais” que favoreceu a interdisciplinaridade entre as áreas da sociologia, psicologia social, antropologia e história ou aos profissionais científicos da memória como “antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos” (1984, p. 477). Acrescenta-se, também, os profissionais arquivistas por tratarem a informação que faz parte da memória coletiva.

Retornando ao conceito de memória coletiva, Bloch (1998) diz ser os acontecimentos, que ele chama de fatos, da comunicação entre indivíduos que precisam ser transmitidos entre gerações - dos mais velhos para os mais jovens - para que o passado seja representado. Halbwachs (2006, p. 31) também tem este mesmo entendimento sobre memória coletiva e, enfatiza da necessidade de “recorrer às lembranças de outras” para fins de recordação.

De qualquer maneira todo indivíduo traz consigo lembranças dos acontecimentos oriundos de suas atividades realizadas no seu cotidiano, resultando em sua memória individual ou, acontecimentos resultantes de eventos ocorridos em sociedade com a sua participação direta ou indireta, fazendo parte das lembranças de uma coletividade, que podem ou não, em razão de vários fatores internos ou externos a sua vida cotidiana, transformar-se em memória social, como parte da história de uma civilização.

3.2.2 Concepções de memória institucional

Os indivíduos vivem num mundo social pontuado por culturas próprias e organizados em estruturas sociais institucionalizadas ou não, que apesar de ser um meio comum de convivência, cada ser é diferente do outro, em virtude de suas características físicas, psíquicas

e intelectuais. Ademais, cada indivíduo possui um determinado grau de poder, ou seja, a capacidade de reconhecer e entender determinada forma simbólica através dos saberes. Logo, o cálculo utilizado como ferramenta necessária para a construção de uma ponte, por exemplo, passa a ser mérito do engenheiro civil e do arquiteto, viabilizado pelo conhecimento de especialidades científicas na área de ciências exatas. O saber através do ensino passa a ser, no mundo social, um diferencial de poder.

A fundação de uma organização, com a historicização dos acontecimentos fundadores em “tempos fortes”, para Candau (2016), forma, por meio das pedras numerárias, uma memória forte e, portanto, difícil de ser esquecida. Por isso que a associação de palavras e da imagem, resultando em narrativas, pode ser transitória, ficar retidas, ser excluídas ou ainda armazenadas. Através de um meio de comunicação, passa a fazer parte da memória coletiva, podendo ser transformada de coletiva para institucional (MENDONÇA; PINHO, 2016).

Todavia, surge uma questão com relação ao conceito de memória institucional, por isso recorre-se aos conceitos centrais de campo e *habitus* de Bourdieu. Campo é um espaço que existe correlação, tanto estrutural como funcional, onde dominantes e dominados lutam, a partir de posições ideológicas e de interesses particulares de cada campo. No mundo social, os campos são providos de formas simbólicas e mecanismos próprios, possuindo, portanto, propriedades particulares como, por exemplo, o campo da ciência, que como todos os demais, segue regras preestabelecidas de funcionamento. Esses campos são formados por objetos e sujeitos que possuem o *habitus*, isto é, o conhecimento adquirido específico (BOURDIEU, 2012).

Barichello (2004, p. 34) expõe o caso das universidades e dos hospitais, que são organizações formais, como unidades sociais, com um fim específico, mas que em razão do tamanho ou da natureza das operações são complexas, sendo “caracterizada principalmente pelas regras, regulamentos e estrutura hierárquica, que ordenam as relações entre seus membros”. É nesse espaço público que passa a ser efetivada a dinâmica da vida cotidiana, não numa via qualquer, mas num determinado âmbito, que é simbólico e amparado pela comunicação. Nesse ambiente são criados os mitos, ou seja, a significação cuja “presença é uma ordem memorativa” (BARTHES, 1993, p. 143).

Esse mundo social traz como peculiaridade a criação de campos, com funções e funcionamentos diferenciados, que correspondem a qualquer entidade social constituída por sujeitos. No campo da ciência, assim como do artístico, “certos homens podem encontrar uma incitação para se superarem ou, pelo menos, para produzirem actos ou obras que vão para além das suas intenções e dos seus interesses” (BOURDIEU, 2012, p. 73).

Como parte da memória das organizações que, para Bourdieu (2012), é um espaço formado por sujeitos com propriedades específicas para cada campo, será (re)construída pelas suas lembranças (individuais ou coletivas) e pelos documentos. Pelo interesse crescente sobre o tema, como forma de rememorar e preservar a história da humanidade, a memória pode ser identificada como individual, coletiva, social, organizacional, institucional, etc.

No ato de comunicação das organizações, as informações são a matéria-prima na tomada de decisões dos sujeitos, resultando na produção/recebimento de documentos arquivísticos. Esses documentos, como prova de uma ação, passam a fazer parte do seu arquivo, construindo parte dessa memória. Atualmente, por causa do acentuado uso da comunicação instantânea, na opinião de Iacovino (2016), é imprescindível atentar para que haja responsabilidade pessoal, institucional e coletiva, desde a criação, até o uso e a preservação dos documentos para fins de prestação de contas dessas ações, tanto dos indivíduos como das próprias organizações.

Weber (1980) acrescenta que uma organização exerce suas atividades, baseada num modelo organizador, como uma organização escolar (ou universitária), através de uma rotina administrativa. Já uma instituição “é uma associação cujos ordenamentos estatuídos, dentro de um domínio especificável, são impostos de modo (relativamente) eficaz a toda a ação segundo determinadas características dadas” (2000, p. 80). As características, geralmente, vinculada a uma função institucional política, determinada pelo Estado, oferece legitimidade a organização e, portanto, a sua institucionalização.

Desse modo, pode-se compreender que as lembranças são das ações realizadas em uma instituição, portanto pode-se considerar como memória institucional. Porém, conforme constatou Costa (1997), em sua tese, apresentando concepções sobre organização e instituição, concluiu que ainda não existem diferenças significativas que permitam ter um consenso conceitual sobre memória institucional. Todavia, já existem muitas pesquisas sendo realizadas por autores de áreas afins como a Comunicação, a História e a Arquivologia com a temática memória nas organizações, como empresas, associações e instituições ou em arquivos, sejam pessoais ou científicos.

A concepção conceitual de memória organizacional e de memória institucional decorre do cerne de suas atividades, como diz Nassar (2012), sendo que eficácia e mudança caracterizam as organizações e, portanto, a memória organizacional, enquanto legitimidade, criação e identidade caracterizam as instituições e, assim, a memória institucional. Mas, nem todos os fatos (e seus documentos), além das pessoas que contribuíram com as atividades das organizações vão ser rememorados, pois são afetados pela engenharia do esquecimento, chamado de “relações não públicas” (IBIDEM, 2012, p. 126).

Costa (1997) cita outros traços que caracterizam as instituições sociais tais como: exterioridade (realidade exterior); interioridade (incorporação do eu social, como a família, o casamento, a igreja, o Estado e padrões mentais); objetividade (objeto tratado deve ser apropriado/outorgado à instituição); coercitividade (poder da instituição sobre os indivíduos em conformidade com a realidade objetiva); resistência à mudança (formas do saber-poder, com o intuito de preservar os saberes para fins de manutenção); reprodutibilidade (define regras e padrões de conduta que garantem o funcionamento e o exercício de funções reprodutoras); legitimidade (definição de regras do jogo, atores ou parceiros e saberes para fins de legitimação); seletividade (como base de toda instituição estão as bases discursivas que fazem parte da sua memória, cuja instituição seleciona o que deverá ser recuperado e preservado); historicidade (toda instituição tem sua história temporal, carregadas de informações, saberes e memórias em documentos, costumes, hábitos, comportamentos que precisam ser integrados as instituições-memória); temporalidade (o tempo institucional é circular, ritual, voltando sempre a fonte original, em que a própria instituição instaura um domínio de tempo, como nas sociedade disciplinares visto por Foucault); conflitualidade (parte da natureza das instituições, tanto por conflitos interindividuais como interinstitucionais); e, socialização (no processo de socialização devem ser realizadas ações que justifiquem e legitimem a natureza da instituição).

De acordo com Rueda, Freitas e Valls (2011), para a construção da memória institucional é preciso considerar os seguintes quesitos: as lembranças e os esquecimentos e sua relação; os documentos e a qualidade das informações; a missão institucional e as estratégias identitárias; e, os meios de disseminação, acesso e preservação.

A história de cada instituição preexiste antes do indivíduo e, ainda, não findam com a sua morte, cuja exteriorização e a objetivação - produzida e construída pelo homem, faz parte de um processo dialético profundo na realidade social. Esse processo pode resultar no aparecimento de uma nova geração, por isso é preciso que as ações habituais tipificadas institucionalizadas, tanto da entidade como dos seus atores. As tipificações são compartilhadas, especialmente, em instituições de ensino, implicando na historicidade e controle (BERGER; LUCKMANN, 1991).

Esse controle é explicado por Foucault (1971), a partir da sua visão sobre sociedade disciplinada, cuja educação faz parte, formando o sujeito sujeitado, cujos limites históricos dessa sociedade foram sofrendo transformação a partir da década de 1970. No contexto da sociedade disciplinar são estabelecidas ações a partir de relações dos indivíduos com o coletivo, em que o poder é do Estado, a verdade é do mercado e o direito é da sociedade civil.

Em seu livro “Nascimento da Biopolítica”, Foucault (1979) abordou a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, que deu origem ao um novo sujeito moral com a tendência de corresponder, de modo flexível, as intervenções governamentais do Estado de acordo com as demandas do mercado neoliberal. Nesse tempo, ditado pela modernidade, a partir de uma programação estratégica da atividade dos indivíduos, o indivíduo é transformado em empreendedor, como capital humano, sendo instituídos valores sociais normativos. Tais valores são controlados pelo capital, que cobra produtividade, mas que em contrapartida existe a remuneração. É preciso investir em educação para que esse capital humano tenha aptidão e competência (FOUCAULT, 2008).

Para Foucault (2008), Innis (2006) e McLuhan (1964) as inovações tecnológicas informacionais impulsionaram o crescimento e a capacidade física e cognitiva dos indivíduos, através da comunicação, determinado por McLuhan como a Aldeia Global. Nesse novo contexto o jornal ganhou um campo de interesse mundial. No século XVIII, como arma na luta política, já no século XIX, como um negócio lucrativo, enquanto no século XX, o interesse pelo jornalismo fortaleceu através de novas ideologias, o poder de ataque, como aconteceu com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em que a mudança tecnológica na impressão, conduzida pelos Estados Unidos, contribuiu com o crescimento da indústria dos jornais, influenciando o domínio do idioma inglês (INNIS, 2011).

No caso das notícias, Motta (2013) diz que é preciso fazer a reconstrução da estória de modo cronológico, visando a recuperação da história passada e de sua mimese para entender o sentido no presente. Por isso, o analista deve, inicialmente, fazer uma reorganização da estória, com suas causas e antecedentes, que geralmente são informadas ao leitor, telespectador e ouvinte somente na etapa final. Nessa etapa, é possível identificar os conflitos, o desfecho de intrigas, o posicionamento dos personagens, a revelação de clímax, “[...] a fim de compreender como as fáticas notícias diárias se aproximam da ficção, tornam-se contos, fábulas e mitos da contemporaneidade, impregnando de subjetividade o que antes parecia pura objetividade (MOTTA, 2013, p. 102).

Diante das abordagens de Costa (memória institucional) e de Gordan (memória social) e da contribuição de outros autores como Nassar, Rueda, Freitas e Valls e Berger e Luckmann, identificou-se alguns consensos no conceito de memória institucional tais como: identidade, tradição, historicidade, legitimidade e visibilidade.

Inseridas no termo representações, tanto identidade como memória, visto pelo campo das Ciências Humanas e Sociais são ambíguas, porém relacionadas ao grau de pertinência chamada por Candau de retóricas holistas explicando que é:

[...] o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. Designamos assim um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo), bem como representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular, a consciência ou a memória coletiva) ou ainda elementos reais ou imaginários (identidade, étnica, identidade cultural) (CANDAU, 2012, p. 29).

Sobre memória, Candau (2012) associa aos saberes e as experiências, aqui relacionada cada indivíduo ao seu grau de pertinência que foram sendo incorporadas, de modo inconsciente, ao longo de sua vida, o seu passado. Para explicar sobre experiências, cita o *habitus* de Bordieu (1980), que entende ser o funcionamento do corpo e, por conseguinte, as ações de sobrevivência, constituída por disposições estruturadas, como saber agir, falar e caminhar no social, associado por disposições estruturantes, como sentir e pensar, nas mentes, que se transforma num saber herdado. Esse saber é formado por meio da associação de esquemas de percepção, ação e apropriação que são colocados em prática por serem estimulados pelas conjunturas de um campo.

Sobre identidade, Candau (2012) diz ser um estado, uma representação e um conceito. Por estado, entende ser o indivíduo que tem a sua identidade física - como a altura, e seu espaço - como o endereço, enquanto por representação é a imagem que o indivíduo tem do seu eu e, por conceito a associação com identidade e seu grau de pertinência. Passa a ser identidade individual, se aplicado individualmente, ou identidade cultural ou identidade coletiva quando aplicados a grupos.

A relação tempo e história gera novos problemas na escrita historiográfica (BARROS, 2013; RICOEUR, 2010). Barros apresentou discussões filosóficas do tempo em relação às narrativas e, ainda, da própria língua, que traz potenciais narrativos, porque:

[...] o historiador extrai seus materiais da história-efetiva, e os reordena criativamente para compor a sua história-conhecimento, impõe-se aqui um incontornável confronto entre o ‘tempo dos eventos’ ou ‘tempo vivido’ – intrincado emaranhado de fios com o qual o historiador se depara – e o ‘tempo da narrativa’, com o qual o historiador terá de lidar já como autor que precisa configurar um texto historiográfico de forma coerente e que seja compreensível para os seus leitores (BARROS, 2013, p. 167-168).

Com uma outra visão sobre o tempo e espaço, Innis (2006) formulou a “teoria da matéria-prima” que relacionava o emprego do suporte de comunicação, de acordo com o viés para o tempo ou para o espaço, influenciando também, o tipo de escrita. Sua contribuição auxiliou na compreensão do tempo vivido pelos povos, dos antigos impérios até a produção do papel em grande escala, que favoreceu o surgimento do novo jornalismo na década de 1800, a

partir da melhoria mecânica introduzida em Nova York, nos Estados Unidos. A mecanização, para McLuhan (1977, p. 46) também afetou os sentidos dos indivíduos, com “[...] um novo hábito de percepção em todas as áreas de trabalho e associação”.

Considerando o posicionamento de Innis e McLuhan, entende-se que ocorreram mudanças que afetaram e, continuam afetando, o requisito historicidade, tanto no espaço geográfico, em razão das inovações tecnológicas, como nos indivíduos, diante dos novos sentidos que cada vez mais são articulados, como a visão com a audição. Esses novos sentidos também afetam os historiadores, por serem escritores que “[...] disponibilizam na língua uma série de especificidades discursivas que darão a cada narrativa, em sentido estrito, uma configuração própria singular. [...] Narrar é configurar ações humanas específicas, mas é também discorrer sobre significados, analisar situações” (BARROS, 2013, p. 176).

Diante de tantas mudanças, existem campos sociais, que Rodrigues (2001, p. 143-144) apontou “o religioso, a família, o militar, o político, o científico, o econômico”, organizados em conformidade com critérios específicos por autoridade regulatória e, por isso, passam a ser reconhecidos como uma instituição social num espaço público. Insere-se também o jurídico como um campo social. Tais critérios fazem parte do processo de institucionalização que dão legitimidade as instituições sociais, numa hierarquia ordenada de valores, que vão “[...] desde a sua criação e gestão até à sua inculcação e sanção” (IBIDEM, 2001, p. 145).

Como parte da hierarquia ordenada - uma axiologia - de um campo social, cabe aos seus agentes e atores sociais, como detentores de legitimidade, renunciarem certos comportamentos estabelecidos a partir de valores (RODRIGUES, 2001). Esses valores são estabelecidos por meio de objetivações de ordem institucional tornando-se legítimos se forem conferidos grau de “validade a seus significados objetivados” (BARICHELLO, 2004, p. 23).

Associando instituição à pirâmide, Rodrigues (2001) diz que quanto maior for a competência dos detentores de legitimidade, maior será o seu papel no exercício de criação, gestão, orientação e sanção, permanecendo deste modo, próximo do vértice da pirâmide. Segue deste modo, uma ordem axiológica que permite dar visibilidade as instituições, seja ela formal ou informal. Mas, existe uma problemática da legitimação que, segundo Barichello, é a transmissão das objetivações de ordem institucional à nova geração devendo assim, recuperar os papéis cotidianos, ou seja, a identidade individual ou coletiva, “[...] tanto por elementos representacionais legitimadores quanto por elementos éticos da tradição” (2004, p. 23).

Esses elementos, como parte da carga ou força simbólica dos discursos e gestos, são empregados, segundo Barichello (2004, p. 23), num “contexto de um universo simbólico”

carregados de significação. Tais símbolos, seguindo uma ordenação legítima, dão visibilidade as instituições sociais, como as universidades.

Para dar visibilidade ao interesse e reivindicação de certos grupos recorre-se a comunicação, para Sodré (2009, p. 124), como “plano de expressão e de circulação de forças” num espaço público que é o “espaço onde a sociedade torna visível tudo aquilo que tem em comum, inclusive a *semiose* coletiva resultante da representação que os grupos sociais fazem de si mesmos” (IBIDEM, 2009, p. 123).

Como parte dessa dinâmica, a imprensa, funciona como um espaço público que troca informações com os cidadãos por meio de instituições e relações numa esfera pública, apresentando uma conjuntura própria para o discurso, trazendo o conhecimento e, ainda, a argumentação, o debate e a polêmica como parte complementar da comunicação democrática. O jornal tem o papel de ser o narrador dos acontecimentos, como parte do processo democrático de uma sociedade (SODRÉ, 2009).

A imprensa por ser, em sua grande maioria, uma esfera pública de conteúdo não estatal, passa a ter um posicionamento ideologicamente direcionado ao interesse do seu capital interno e externo, identificado no editorial. Os temas são atuais e de interesse público, representando ideias da coletividade do jornal, tanto como produto impresso ou virtual. O seu propósito é ser porta-voz representativo do cidadão a partir do estabelecimento do Estado democrático.

Para Habermas (1984) o jornal é empregado na política como meio de luta partidária e, por isso, utilizam-se estratégias ideológicas, que Thompson (1995) entende ser necessário refletir, em estudos científicos, sobre a questão da ideologia na mídia a partir dos cinco *modus operandi*, apresentado no subcapítulo a **personagem, registro e estória**, as estratégias que são de legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

Os documentos, resultado das ações dos indivíduos, como o jornal, corroboram para a construção do conhecimento histórico e da identidade de uma sociedade. Por isso, que Cook (1997) diz que precisam ser preservados e mantidos atuantes em locais históricos como museus, bibliotecas, arquivos, monumentos, etc. para que uma sociedade seja forte, como também pondera Candau (2016). A sua justificativa deve-se a socialização da memória que é fruto da escrita, servindo para a exteriorização da memória a partir da estocagem de informações, que permite a toda população – letrados e não letrados – a tomar conhecimento da narrativa, independente do gênero. A escrita, portanto, é considerada uma memória forte porque, para o autor, corrobora com a metamemória e, conseqüentemente, fortalece a questão sobre o pertencimento a um determinado grupo ou cultura (IBIDEM, 2016).

Todo acontecimento gera uma memória forte que vai, gradativamente, se dissolvendo na “banalidade do todo-acontecimento” gerando uma memória fraca (CANDAUI, 2016, p. 101). Para evitar que a memória seja fraca, surgem os arquivos, que Ricoeur (2007) diz ser um lugar social, espacial e físico. Por físico, entende ser o rastro documental gerado a partir do rastro cerebral e do rastro afetivo, cabendo as instituições o seu tratamento, como conservação e classificação da massa documental para permitir a consulta pelos historiadores, por exemplo.

Para a estocagem de informações, novas transformações estão sendo perceptíveis a partir do uso do suporte digital. Esse pensamento de Le Goff (1994) foi compartilhado, de certo modo, por Innis (2006) e McLuhan (1964). Ainda sobre estocagem, outra justificativa para a manutenção dos documentos, deve-se em razão de que a memória coletiva, chamada de memória artificial, por Le Goff (1994), possibilita a transformação. Deve-se evitar assim, distorções e inverdades é preciso recorrer aos documentos autênticos. Ainda sobre transformações, Bloch (2001) também concorda, já que os documentos dos arquivos podem ser falseados ou destruídos, diante de forças históricas de caráter geral, portanto, é necessário preservar os testemunhos. E, em razão da investigação partir de pressupostos que precisam ser provados, existe uma dependência testemunhal complementada pelos documentos, por isso deve-se evitar o seu descarte. Sobre as possíveis ocorrências de falsificações, é preciso contar com relatos das lembranças através das gerações para a real verificação dos fatos.

Por isso que em estudos científicos é necessário a consulta em documentos a fim de verificar o tipo de sociedade e o momento histórico em que ocorreu a passagem de um tipo de memória para outro, em razão das incertezas históricas, que geram transformações. Esses movimentos foram perceptíveis, por exemplo, durante a passagem das sociedades antigas, cujo oral era forte, para as modernas ou contemporâneas, com o invento da escrita em suporte físico, cuja a escrita e a imagem tornaram-se elementos essenciais para a socialização da memória e, assim, a manutenção da identidade cultural dos indivíduos num lapso temporal.

Certeau (2014) também reconhece que podem ocorrer transformações, já que a memória pode ser construída através da rememoração, por meio do modo de inscrição (visível e invisível), a partir do deslocamento espaço e tempo, num “estado e ação” distintos (ser/fazer). Então, caso o ser estabelecido (um estado) apresentar-se visível de forças, mas invisível como dado de memória, poderá sofrer mudanças, mas desde que ocorra uma ação pontual como parte do fazer (produção e transformação). Tais inscrições não são estáticas uma vez que sofrem influências, dependendo da retórica utilizada no fazer.

A existência dos suportes materiais deve-se ao uso de sistemas de sinais como mecanismos de interação, cujo simbolismo e a linguagem simbólica, para Berger e Luckmann

(1991), tornam-se como componentes diários e essenciais da vida cotidiana. Esses registros passam a ser documentos que devem ser propagados, pois transformam-se em informações que, segundo Rueda, Freitas e Valls (2011) fazem parte da memória coletiva ou social, qualificando deste modo, as práticas de organizações.

Toda informação traz um conhecimento, relevante ou irrelevante. Se relevante existe a necessidade de transmissão, através da comunicação, desse novo saber à sociedade. A comunicação é resultado da interação entre indivíduos num processo de trocas simbólicas generalizadas, ocorrida no mesmo espaço cultural, como é o caso das instituições universitárias. E, como vive-se hoje num mundo globalizado, onde a sociedade vem sendo conduzida por meio de um controle contínuo determinado pelo capitalismo, é recorrente adotar recursos estratégicos, como o *mass media*, na obtenção de determinado produto discursivo (BARICHELO, 2000).

As novas tecnologias são empregadas como tática para interagir com a sociedade, uma vez que "o poder é exercido à distância" (BARICHELO, 2000, p. 3). Por isso que nas instituições universitárias, por ser uma sociedade disciplinar, caracterizado por Foucault, é um campo social que desempenha socialmente a função de ensino, precisando, no entanto, tornar os seus atos legítimos através de novos suportes de visibilidade (IBIDEM, 2000).

Esses novos suportes tecnológicos, empregando diferentes linguagens e memórias, partindo do princípio, na opinião de Pereira (2011, p. 190), que "toda linguagem é uma forma de memória", podem promover, desde que sejam preservadas e transformadas, múltiplas formas de cultura. Nesse processo cultural, partindo da abordagem de teia global de McLuhan, as hipermídias não desconsideram os "[...] fatores históricos e sociais nas determinações dos modos das subjetividades e culturas se organizarem", porém, diante de um aprofundamento teórico, é preciso compreender os questionamentos resultantes do campo de comunicação (IBIDEM, 2011, p. 190-191). E, ainda, ampliar e aprofundar os estudos, buscando o auxílio em outras áreas científicas em razão da complexidade dos meios.

O conhecimento parte literalmente da teoria sociológica porque, apesar de todos viverem em um mesmo mundo, as formas de sobrevivência são diferentes e, somente um número pequeno de pessoas se atenta com a interpretação teórica do universo, já que para a sua real compreensão é necessário fazer uma análise geral do conhecimento para discorrer sobre a construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1991).

As funções são exercidas baseadas no conhecimento de determinada área especializada, cada vez mais dependente da ciência e da técnica, principalmente, após o invento da eletricidade, como enfatizou McLuhan (1964). Por isso, para a especialização dos indivíduos,

criam-se instituições de ensino, especialmente as universitárias, que repassam a sabedoria necessária para a compreensão da realidade da vida cotidiana por meio de esquemas tipificadores resultante de acontecimentos e experiências (BERGER; LUCKMANN, 2011).

McLuhan (1964) acrescenta que a transmissão do conhecimento das civilizações é baseada num processo cultural proporcionado pela visão, cujo alfabeto foi empregado distintamente em determinado tempo e espaço. Innis (2006) tem o mesmo posicionamento, acrescentando o poder econômico a partir do emprego de determinado suporte na comunicação como um fator favorável na propagação do conhecimento, gerando novas experiências, especialmente a partir da introdução das tecnologias de comunicação e transporte, desde a produção de jornais até a televisão.

Mas, de modo geral, a ciência e a técnica, como parte do sistema capitalista, carrega uma ideologia direcionada aos interesses e, portanto, é opressora, tanto que nas sociedades complexas, a moral e o direito conservam e determinam “[...] funções de regulação normativa da práxis” (HABERMAS, 2004, p. 64). Existe uma liberdade que nasce com as pessoas, moldando uma identidade pessoal de acordo com os traços de tradição - sua natureza, e pela cultura, resultado de contexto de interação como parte de um processo de formação. A união da natureza e da cultura trazem os traços individuais de cada sujeito, apropriada de maneira crítica por cada um. Identifica-se como parte do processo de socialização, o “quem *somos*” e o “que nos *ocorre* em uma existência corporal” (IBIDEM, 2004, p. 83).

Os problemas do tempo e da história, captado pelo olhar do historiador sobre a história - disciplina, também precisam ser abordados como fenômenos históricos e sociais que foram objetos de memória coletiva e de memória social. Tais estudos surgiram a partir de uma nova forma de historiografia – a “história da história”, que seria a revisão de um estudo manipulado para que os acontecimentos passados (os fatos) sejam alinhados e, com isso recuperado a sua identidade (LE GOFF, 1994, p. 474). É relevante nesses estudos considerar a existência do sistema de sinais linguístico, que Berger e Luckmann (2011) diz serem a base do acervo coletivo do conhecimento, pois facilitam a transmissão de informações para qualquer indivíduo, mesmo àqueles que não vivenciaram de algum modo as experiências.

O discurso, como facilitador de conhecimento, é atravessado pela língua e pela história, por ser produzido por um sujeito que tem acesso somente ao seu imaginário, já que não vivencia os fatos. É necessário assim, para Orlandi (1999), adentrar no jogo de memória, que é duplo, em que o da memória institucional se solidifica, por outro lado, o esquecimento, como parte da memória dos indivíduos que pode trazer uma descontinuidade na história.

Nas instituições, nesse jogo de memória, é preciso considerar todo o contexto sócio-histórico numa orientação espaçotemporal, a sua legitimidade, regras e normas que orientam as atividades de indivíduos que passam a ser personagens da construção e manutenção da sua história. Entretanto, os personagens para serem lembrados, como parte da história de uma instituição, necessitam ter reconhecimento e visibilidade pelas ações realizadas em sua área de atuação. Por isso, é preciso que os conectores narrativos, formando um conjunto de pedras numerárias (CANDAU, 2016), sejam acessados e preservados para fins de construção e manutenção da memória de uma instituição. Todo jogo deve seguir um plano estratégico definidos por etapas a serem cumpridas para o seu fim, isto é, ganhar o jogo.

A energia armazenada, transportada ou distribuída na forma elétrica favoreceu o surgimento de redes de comunicação e, de modo consequente, uma intensa troca de mensagens contínuas e instantâneas do mundo, corroborando para a mesclagem e, portanto, a transformação cultural como num jogo de memória. Neste jogo, conforme aponta Bauman (1999), pode-se incluir o local e o global, pois certamente o local sofre influências do global. Tais influências geram mudanças e será difícil sustentar, eternamente, a mesma identidade cultural.

As novas implicações e transformações ocorridas desde o invento da eletricidade, em especial na comunicação, permitem refletir sobre o posicionamento dos teóricos Innis e McLuhan sobre o efeito do meio (McLuhan) e suporte (Innis) como tendência para o conhecimento aplicado cada vez mais inseparável da tecnologia, cuja informação, que pode estar no próprio meio, para McLuhan (1964), passou a ser o bem mais relevante na Aldeia Global. O domínio desse mecanismo (meio/suporte x informação/conhecimento) tornou-se um fator determinante na evolução do conhecimento e no desenvolvimento socioeconômico em âmbito mundial, nacional e local.

Como peças desse jogo, os documentos arquivísticos e as narrativas jornalísticas auxiliam na lembrança de fatos que foram acontecimentos nos passados das organizações, tornando-se hoje e no futuro, se preservados, parte da memória coletiva de uma sociedade. Por esse motivo, a historicidade recuperada vai além de retornar a identidade e a cultura de um povo, é possível reconhecer as conjunturas socioeconômicas de um determinado período e suas inferências em instâncias institucionais.

As instituições são idealizadas em razão de necessidades básicas dos indivíduos, criadas a partir de políticas governamentais de acordo com as atribuições de cada esfera. O ensino superior é de responsabilidade do governo federal, seguindo deste modo, legislação do governo federal. Cada decisão tomada pelos sujeitos, desde sua criação, instalação e funcionamento de

uma instituição, é formada por pedras numerárias, que sofrem perdas. A reconstituição é possível, somente, se existir rastros escritos (meios/suportes) preservados, juntamente com o auxílio de outros conectores narrativos, assim como a colaboração dos sujeitos que vivenciaram ou presenciaram as ações destas instituições.

Mas os rastros escritos devem ser tratados, analisados e interpretados. Aróstegui (2006, p. 468) propõe a definição de um itinerário a ser planejado em três níveis: “o do que se conhecer, o de como conhecer e o da comprovação do conhecido”. Para o historiador, no planejamento da pesquisa, é preciso fazer adequações do trabalho, considerando “as fontes, a organização da informação, sua tipologia e seu uso, assim como a relação com outras pesquisas”, direcionada aos “problemas concretos do objeto pesquisado”.

Sobre os rastros, a partir da visão de Ricoeur (2007), considera-se que toda ação ou estado produz um acontecimento, que é o hoje, comprovado em um meio/suporte como rastro documental. Se permanece no rastro psíquico, por ser marcante, seja através de fontes orais ou materiais, é naturalizado como fonte histórica por representar a história passada de uma sociedade. E, se histórico, o fato permanece como reminiscência do passado, trazendo assim, uma representação conhecida por via do tempo, espaço, sujeitos, ações ou estados (estativos). Porém, por fazer parte do passado, necessitam de estímulos sensoriais para estar presentes na memória dos indivíduos, cujo meio/suporte aliado as novas tecnologias, permitem a estocagem da informação. Esses rastros reunidos formam, segundo Candau (2016), a identidade de uma coletividade, representada por memória forte caracterizada em uma tradição cultural.

Isso ocorre porque o cérebro, como parte do encéfalo, é um órgão composto por neurônios que se conectam entre si, transmitindo informações instantâneas. Diante de tanta informação, algumas informações são gravadas, outras naturalmente esquecidas, enquanto outras sofrem interferências e são manipuladas. Permanecem somente os fatos fixados ou rememorados pelos rastros escritos e os orais, mas desde que sejam estimulados nesse processo conectivo dos neurônios. Os rastros escritos são resultados de atos legitimatórios, administrativos e comunicacionais.

Cabe à Arquivologia preservar e dar acesso aos rastros escritos produzidos em decorrência de atos de sujeitos ou instituições por meio deles, de modo organizado. Já à História compete a sua reorganização, baseados nos documentos, monumentos, sujeitos (personagens) para uma releitura e interpretação histórica. Enquanto a Comunicação, serve como mecanismo de divulgação dos atos de sujeitos ou indivíduos, produzindo personagens, como sujeitos, por meio de narrativas jornalísticas.

Os sistemas de comunicação e os meios empregados na vida cotidiana formam um complexo determinante no plano da globalização, apontado pelos teóricos McLuhan e Innis, principalmente após o invento da eletricidade, resultando na divisão de faculdades. Todo esse movimento gerou numa mistura de culturas e resultou, também, na revolução científica. Os indivíduos tornam-se autossuficientes, porém dependentes da automação e da comunicação, como mecanismo de troca de informações, seja através da fala, discurso, gestos, etc.

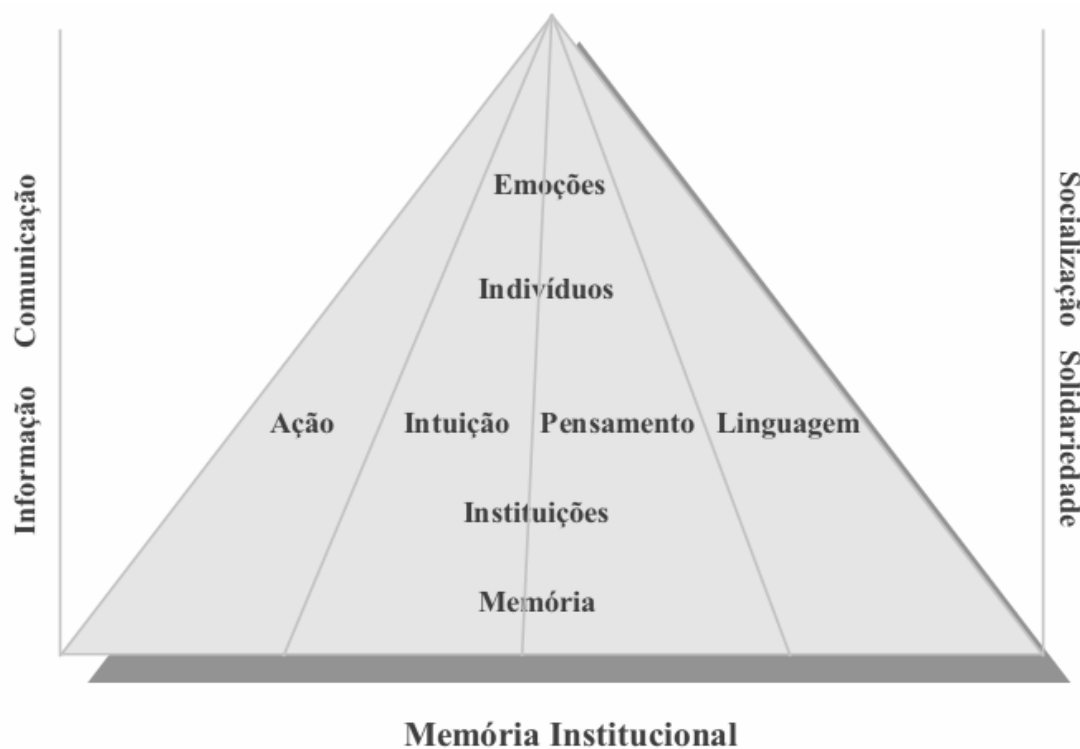
A troca de mensagens instantâneas e contínuas, cujo tempo e o espaço se mesclam, é possível pela automação ou cibernação (MCLUHAN e FIORE, 1967). Essa expansão da Aldeia Global levou ao fortalecimento das organizações e a necessidade de construir uma memória forte. Por isso surge a necessidade de lembrar e preservar os meios e seus conteúdos. Portanto, questiona-se: Somente a História constrói a memória institucional? Entende-se que não. Para tanto é preciso revisar o conceito proposto por Icléia Thiesen Magalhães Costa (1997) sobre memória institucional, auxiliado pela visão de Jô Gondar (2006) sobre memória social.

Para formular uma orientação conceitual para memória institucional, apresenta-se a visão de Costa (1997), em que ilustra, através de um mapa de significados, uma pirâmide, uma concepção ainda não definitiva, representando uma instituição, modelo também adotado por Rodrigues (2001). Costa reconheceu que não existia e, ainda não existe, um conceito fechado porque a memória institucional deve ser vista “[...] não como *mimesis*, mas um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas”, como uma memória histórica (IBIDEM, 1997, p. 146).

O mapa de significados, adotado por Costa, significa o trabalho energizado e representa o trabalho social - solidário e criativo - de uma coletividade que visa atender as exigências, basicamente sociais, da vida em uma sociedade num só tempo. A base da pirâmide refere-se ao lembrar e o esquecer, representado pelo arquivo, isto é, a **memória** da instituição. Em suas células destacou as **ações**, a **intuição**, as **emoções** e os **pensamentos**, referindo-se as ideias e valores fundamentais dos indivíduos que é transmitido para a coletividade através da **linguagem**.

Nesse processo de construção de memória, de um lado - na esquerda, a **informação** e a **comunicação** como resultado das ações e trocas entre os indivíduos, e do outro - na direita, a **socialização** e a **solidariedade**, significando o equilíbrio das forças sociais e do crescimento da sociedade. O modelo de Costa pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 – Memória institucional por Costa



Fonte: COSTA (1997, p. 137).

O entendimento de Costa (1999) sobre emoções, conforme pode ser observado no mapa de significados (Figura 1) diz respeito ao cumprimento e agir do indivíduo, com o seu ideal e os valores, indo além do desenvolvimento técnico necessário ao funcionamento das instituições. As instituições precisam seguir hábitos, regras e comportamentos e, ao mesmo tempo, saber lidar com as crises, que geram mudanças. É determinante, portanto, reconhecer as funções de força de sua formalização, quer dizer, se são instituições totais (sentido de Goffmann, 1987) ou se são instituições de encarceramento/disciplinares (sentido de Foucault, 1996). Existe, também a necessidade de identificar a finalidade e os motivos de sua criação e o período em que foi criada. A exigência deve-se justamente por ser formada por um corpo social constituído de forças ativas e reativas, que têm o poder da transformação, sejam positivas ou negativas.

Contribuíram também, nesta concepção conceitual para memória institucional, autores como McLuhan, Innis, Berger e Luckmann, Nassar, Rueda, Freitas e Valls, juntamente com Barichello e, novamente, Innis e Berger e Luckmann para o entendimento de instituição universitária.

No campo científico, o conhecimento é concebido num processo contínuo de saber, mas diante da aceleração desse compartilhamento de informações, oportunizado pela automação, a expansão traz questionamentos sobre os motivos que levam os indivíduos a rememorarem e estocarem os meios e seus conteúdos.

Uma instituição, por ser uma organização, cujo indivíduo que faz parte da mesma, a partir de suas experiências, é quem auxilia na construção e reconstrução da memória, de acordo com Costa (1997), torna-se intrincado a apresentação de uma concepção definitiva para memória institucional. De qualquer modo, a partir dos estudos de Costa e, ainda, baseado em autores que discorrem sobre o tema memória apresenta-se uma proposta conceitual para memória institucional a partir de abordagens teóricas das áreas de Comunicação (Jornalismo), História e Ciência da Informação (Arquivologia).

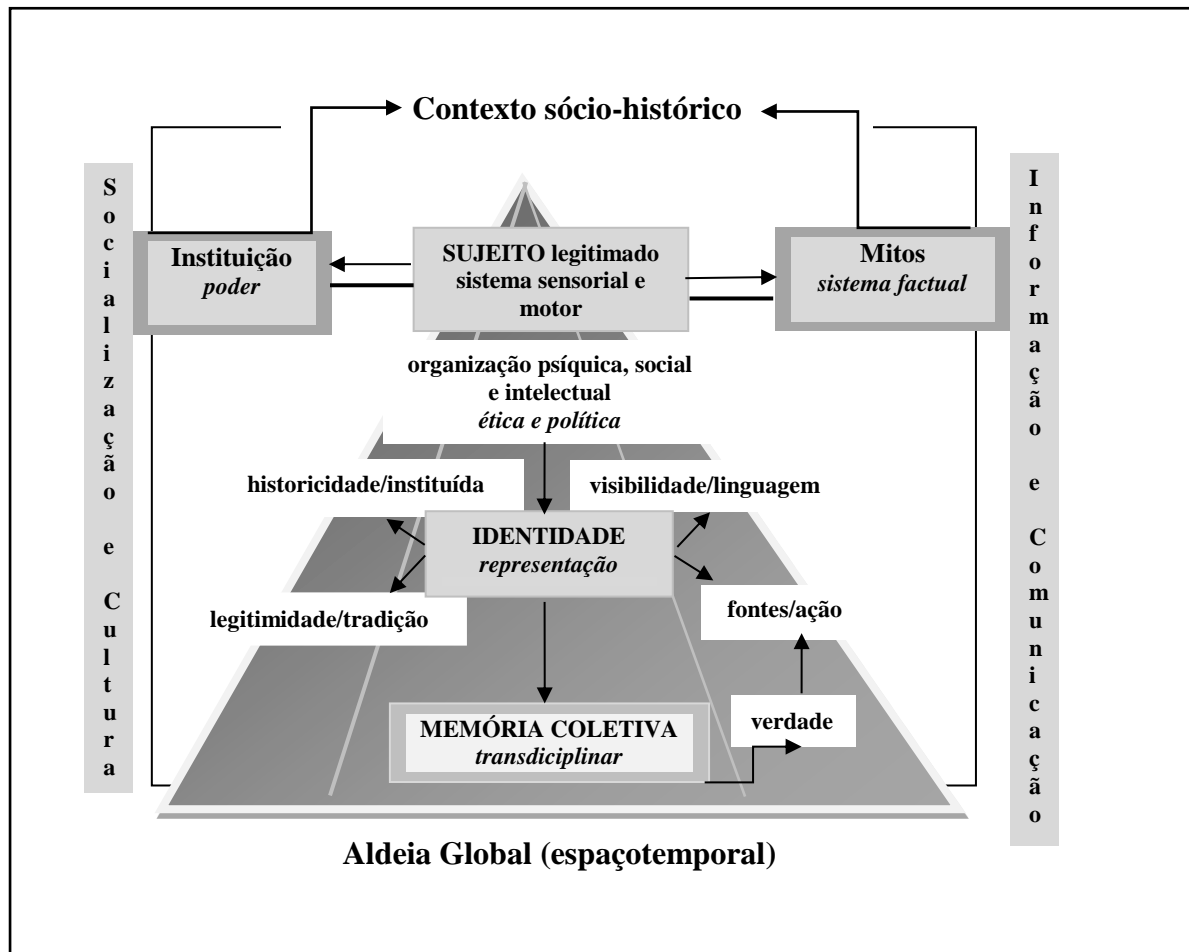
A partir das proposições de Costa (1997) e de Gordan (2006), associado aos estudos sobre memória com ênfase nas instituições disciplinares, como diz Foucault (1996), cuja função é ensinar, identificou-se alguns elementos que possibilitam a caracterização conceitual de memória institucional. Seguiu-se o modelo energizado de Costa (1997) com adequações direcionadas ao objeto deste estudo que é a Universidade de Santa Maria.

Por ser uma instituição universitária, sua atividade é especializada e realizada por uma coletividade, conduzindo a missão de ensino, pesquisa, extensão e administração (VOLPATO, 2009). Em razão dessa missão, os acontecimentos passam a fazer parte de um **contexto sócio-histórico**, que é constituído de um universo simbólico legitimado pelas ações dos indivíduos em seus papéis cotidianos. No caso das universidades, isso se reflete em uma vida científica administrada por sujeitos. Cada sujeito constrói a sua biografia em um “mundo dotado de significação” (BARICHELLO, 2004, p. 23).

Um especialista torna-se cientista caso sua formação seja sólida e com uma visão do mundo que realmente interessa para a ciência e, não somente na sua especialidade. A universidade pública produz conhecimento, de acordo com Volpato (2009, p. 36), a partir da “experiência prática do fazer ciência” que gera algo novo.

Os elementos, visualizados na Figura 2, foram elencados a partir de estudos e leituras, apontando-se os considerados essenciais na construção da representatividade, ou seja, a **identidade** coletiva que estabelece a memória institucional que são: **historicidade** (instituída), **legitimidade** (tradição), **visibilidade** (linguagem) e **fontes** (ação).

Figura 2 – Proposição conceitual para Memória Institucional



Fonte – Elaborado pela autora do trabalho.

Por ser legítima, uma instituição de ensino é um "reduto de saber" para Bellotto (2014, p. 68), pois transmite, divulga o conhecimento e disponibiliza serviços médicos, incluindo psicológicos, veterinários e assessorias em diversas áreas, que resultam em trabalhos científicos ou em produtos viabilizados por uma patente. Como resultado final dessas ações, são produzidos documentos arquivísticos que comprovam as ações de ensino, pesquisa e extensão, além de decisões administrativas. Esses documentos, independente do gênero documental, trazem comprovações de realizações concretizadas a partir de decisões administrativas legítimas (cumprimento de funções). Para dar visibilidade as ações e os estados das coisas (RICOEUR, 2007), a comunicação institucional tem um papel estratégico no planejamento e implementação do compartilhamento de informações, tanto interna (na própria instituição) como externa (por outras organizações como as empresas jornalísticas). As narrativas jornalísticas possibilitam recuperar os acontecimentos de um tempo e lugar, isto é, a sua história, que passam a fazer parte da memória social das instituições.

Como parte do processo de **socialização**, criam-se documentos em diversos suportes, produzidos e/ou recebidos por indivíduos ou organizações em razão de suas funções ao longo da sua vida cotidiana. Todo o indivíduo deve ter, supostamente, sua privacidade garantida, sem exposição dos seus atos. Todavia, as instituições devem ter suas histórias compartilhadas, que são construídas pelas tipificações recíprocas de suas ações, mas desde que, segundo Berger e Luckmann (2011, p. 77), com “[...] padrões previamente definidos de conduta”, uma vez que sua existência é estabelecida por lei, constituindo, deste modo, uma instituição legítima, como acontece no Brasil.

Em cada parte do mundo ou, melhor, território para Santos (2006), são produzidos objetos que passam a ser vistos como fenômenos históricos. Diante disso, é primordial reconhecer os tipos de recursos materiais e imateriais existentes no local para o uso e aplicação na vida cotidiana. É a partir da produção e uso dos objetos que Berger e Luckmann (1991) afirmam ser formados os hábitos dos indivíduos, numa estrutura espacial e temporal. Esses hábitos são desenvolvidos devido a produção, para fins de acumulação ou consumo, passando a fazer parte da riqueza do território. Origina-se assim, um tipo de **cultura** (BURKE, 2005).

No caso da educação, como ocorre nas universidades, o produto principal é o ensino sustentado e certificado pelas pesquisas, que reproduz o conhecimento científico (e em alguns casos pode inovar), como **fenômeno social**, trazendo como benefício o desenvolvimento socioeconômico de um país. Por beneficiar os indivíduos da **Aldeia Global**, o conhecimento científico deve ser compartilhado mundialmente, por isso o interesse pelo ato de comunicar a ciência e seus experimentos, hoje chamada de internacionalização. Com o emprego do

meio/suporte que dá origem a informação/conhecimento, como artifício para a expansão do mundo na era elétrica, surgem os fenômenos sociais construídos pela comunicação e informação para Charaudeau (2012). A disseminação do conhecimento foi possível pela extensão de todos os sentidos dos indivíduos, resultando num novo mosaico de formas possíveis que é a escrita fonética para McLuhan (1977).

No processo de aprendizagem da escrita fonética, cuja natureza se transforma conscientemente com o auxílio do rastro cerebral, o indivíduo portador de capacidade cognitiva e intelectual transforma a educação num fenômeno social. Se é um fenômeno, porque é indispensável para a comunicação entre os indivíduos pois gera informações, mesmo que seja através de gestos como capacidade cognitiva, a comunicação também passa a ser um fenômeno. Por isso, a educação deve ser pública, explorada e compartilhada por sujeitos em seus meios de ação, transferindo conhecimento. Todo conhecimento traz um dado empírico, científico, filosófico e teológico, que para McLuhan (1964), a informação (o dado) já era um produto indispensável na vida cotidiana dos indivíduos. Hoje, pode-se afirmar que já está incorporada automaticamente no sentido da própria existência humana. Nas instituições universitárias deve-se transferir dados científicos, que Innis (2006) chama de monopólio (de conhecimento) acadêmico.

A **comunicação e a informação** remetem aos fenômenos sociais, enquanto a mídia é o suporte organizacional, cujas palavras estão associadas a ordem do discurso (que não é a língua) da modernidade. O discurso traz a identidade de quem fala ou escreve, com uma informação que se supõe que a “*natureza do saber*” seja transmitida sobre o “*efeito da verdade*” (CHARAUDEAU, 2012, p. 40). Os meios de comunicação, como o jornal, permitiram na forma de mosaico, para McLuhan (1964), e ao mesmo tempo como descreveu Innis (2006), apresentar formatos de interesse de sustentação como monopólios do comércio editorial que ora privilegiavam narrativas imparciais e neutras, como o *Gentleman's Magazine*⁴¹, ora anúncios como o *Daily Advertiser*⁴². Por isso, independente do discurso e dos formatos, é preciso considerar a ação, tanto do sujeito individual como dos coletivos e, ainda, a

⁴¹ *The Gentleman's Magazine* Disponível em: <http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/serial?id=gentlemans> Acesso em: 25 jun. 2018.

⁴² *Daily Advertiser* (1730–1798). Disponível em: <https://catalog.loc.gov/vwebv/search?searchType=1&searchCode=SUBJ%2B&searchArg=Advertising,%20Newspaper.&recCount=25> Acesso em: 25 jun. 2018.

transferência de informação de um para outro, a fim de “[...] poder interpretar, compreender ou explicar a ação histórica” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 330).

A comunicação faz parte da vida social dos indivíduos, a partir de linguagem coloquial, enquanto que da vida social dos sujeitos, a linguagem passa a ser formal pertencendo ao mesmo mundo cultural, seguindo um “[...] processo dotado de relativa previsibilidade” (BARICHELLO, 2014, p. 30). A relatividade parte do pressuposto que são fatos e ditos de sujeitos que integram uma mesma doutrina.

A doutrina faz parte da vida do indivíduo que vive numa organização psíquica e social, com raras exceções, mas caso exista algum dispositivo de especialização, inclui-se o intelectual, como ocorre com as instituições universitárias. As funções são exercidas baseadas no conhecimento de determinada área especializada, cada vez mais dependente da ciência e da técnica, principalmente após o invento, para McLuhan (1964), da eletricidade.

No topo do mapa de significados de Costa (1997), estão as “emoções” como característica ligada aos ideais e valores dos indivíduos que, neste estudo, optou-se por substituir por **sistema sensorial e motor**. Esse sistema é formado por um conjunto de órgãos dotados de células especiais, conhecidos como receptores, que McLuhan (1964) diz ser fator determinante na captação de novos estímulos, motivado pela revolução elétrica. E de fato isto aconteceu, pois, os estímulos ao serem transmitidos na forma de impulsos elétricos, a partir da percepção dos cinco sentidos do indivíduo - visão, audição, paladar, tato e olfato, permite que as ações sejam realizadas sem uma sequência, gerando muitas sensações e informações sincronicamente. A neurociência auxilia, como disciplina, no saber do processamento de informação no sistema nervoso humano. Parte desse processo favorece uma nova forma de subjetividade e interação com outros sujeitos, como constatou Pereira (2011) ao estudar o teórico McLuhan.

A **organização psíquica, social e intelectual** fundamentada na função ensino, possibilita a sua construção através da **ética** e da **política**. Forma-se uma base sólida originada pelo acúmulo de pedras numerárias, agrupadas de acordo com a especialização de cada indivíduo, mas conforme Volpato (2009), é preciso ir além deste campo.

Innis (2006), de certo modo, já vislumbrou que a relutância em optar por novos domínios de meios/suportes enfraquecia um monopólio de conhecimento, percebido hoje, com o emprego da tecnologia. Tanto que, se um cientista não busca aperfeiçoamento ou novos mecanismos de pesquisa, com a atualização de instrumentos, técnicas ou aparelhagem, passa a ter uma vida científica não sustentável, para Volpato (2009).

As organizações formam uma memória forte, dito por Candau (2016), por meio do intelecto e, para Ricoeur (2007), dos rastros, o documental como permanente, isto é, a produção científica e administrativa, que precisa ser preservada. As fontes produzidas através de discurso, como as narrativas jornalísticas, também permitem a construção da memória social, mas desde que sejam identificados, através de estudos, as implicações **ético-políticas** existentes nas significações, como aponta Gondar (2016), a fim de evitar equívocos na historicidade de uma instituição.

Como parte do processo de socialização, uma instituição, que é uma organização psíquica, social e intelectual, orienta coletivamente a formação, não igualitária, de **identidades**. Isto porque, cada indivíduo traz seus traços individuais, resultantes de sua tradição, de sua natureza e da sua cultura (HABERMAS, 2004). Entretanto, por ser uma instituição de cunho social, o sujeito deve ser representado conceitualmente através da ética e da política, inclusive no controle da produção do discurso, por ser uma sociedade disciplinar, que Barichello (2004) diz ser provida de previsibilidade.

Os traços dos indivíduos são fragmentados em estado físico e no seu “eu”. O estado físico corresponde a sua identidade singular, já o seu “eu” é representado conceitualmente. Mas, como esse sujeito vive em sociedade, sofrendo naturalmente interferências internas e externas em sua comunidade, tais conceitos são produzidos e alterados nas fronteiras sociais. A motivação ocorre por “[...] relações, reações e interações sócios situacionais - situações, contexto, circunstâncias -, de onde emergem sentimentos de pertencimento, de ‘visões de mundo’ identitárias ou étnicas” (CANDAU, 2016, p. 27).

Na educação, todas as instituições universitárias (públicas ou particulares), seguem determinações políticas, culturais e sociais, cuja origem se dá através das ações de sujeitos sujeitados por vias de legitimação, que precisam ser transmitidas de geração para geração. Mas, no mundo do saber, todo e qualquer ato, para Barichello (2004, p. 23), é “dotado de significações” que, por meio de licitude, dão **legitimidade** ao sujeito educador e administrador. Forma-se assim, uma identidade vinculada ao saber (cientista) e ao gestor (administrador).

Cabe aos sujeitos, com autoridade legal em cada instância explicar e justificar, como sugerem Berger e Luckmann (1991) e, ao mesmo tempo, comunicar os seus atos a fim de torná-los legítimos. Para Thompson (1995) a legitimação é uma estratégia, um *modus operandi* da ideologia, em que os sujeitos utilizam estratégias a fim de fortalecer os seus atos e, conseqüentemente, defender suas ideias com convicção. Por isso que, para o sociólogo, o emprego de linguagem para fins de construção simbólica, seja de forma dissimulada,

fragmentada ou reificada, deve-se recorrer da unificação como forma de construção de uma identidade única de um grupo, que se torna legítimo.

Não basta apenas a transmissão de memória e de hábitos dos indivíduos. O que de fato constitui a vivência cotidiana da coletividade são os elementos éticos de **tradição** e natureza que, no processo de socialização, parte-se do “que somos e o que nos ocorre a uma existência corporal” (HABERMAS, 2004, p. 83). Esse quem somos, ou a identidade pessoal do sujeito, começa a ser formada seguindo a sua trajetória histórica de vida, em que cada um segue uma conduta diferenciada e motivada por uma perspectiva, projetos, intenções e interesses próprios de cada sujeito e, portanto, a “fonte de pretensões autênticas”(IBIDEM, 2004, p. 77).

Se o sujeito entende que a fonte é autêntica, como aponta Habermas (2004), a **linguagem** passa a ser o principal instrumento de legitimação, desde que os significados representacionais sejam legitimadores. E, como uma instituição necessita evidenciar as suas ações, a mídia passa a ser um local de **visibilidade** da sociedade, como ocorre também em instituições universitárias. Por isso, ao mesmo tempo que legaliza os atos, de modo transparente e com veracidade, os próprios suportes de visibilidade dão legitimidade ao comportamento e ações de comunicação de cada instituição (BARICHELLO, 2004).

Innis (2006) e McLuhan (1964), sem discorrerem sobre legitimidade e visibilidade, já tinham essa percepção do suporte/meio de comunicação como poder, desenvolvimento socioeconômico, conteúdo (como outro meio), relações sensoriais, especialmente num processamento uniforme cultural pelo sentido da visão, hoje cada vez mais presente, que levou, com a alfabetização, a explodir a unidade familiar ou tribal e do ensino.

Na base da pirâmide (que consta na Figura 1), Costa (1997) representou a memória através da linguagem (o lembrar e o esquecer), que está armazenada nos arquivos. Nesta proposta, entende ser necessário substituir por **memória coletiva** por ser uma instituição universitária, cujas ações foram realizadas a partir dos “estados das coisas” pelos sujeitos (RICOEUR, 2007, p. 42). Isto é, os sujeitos realizam e comprovam as suas atividades em suportes/meios, de acordo com determinações políticas, culturais e sociais na educação, aplicadas numa comunidade constituída por indivíduos com distintos traços culturais e de tradição. Como resultado dessas atividades, surgem os acontecimentos no presente, que passam a ser fatos no passado, e, portanto, lembrados no futuro como atos realizados por sujeitos no cumprimento de ações individuais ou coletivas. Numa organização, a tendência da memória é ser coletiva, pois um único sujeito não cria, não instala e, tampouco gerencia o organismo sozinho. Como os atos foram realizados coletivamente, a memória individual de um sujeito

deverá estar sempre associada aos demais sujeitos partícipes da sua história, como o corpo social e a representatividade da instituição.

A história de uma instituição, para Berger e Luckmann (2011), antecede a de um indivíduo. Entende-se, porém, que a instituição somente será **instituída** se existir a participação efetiva de indivíduos, aqui designados como **sujeitos legitimados** e, portanto, fazendo parte da **historicidade da instituição**.

Controlando e determinando regras, Foucault (2008) diz que o poder é do Estado, enquanto a sociedade civil empenha-se em ser doutrinada pelo conhecimento de áreas específicas, como o direito, para estar inserido no mercado de trabalho. No caso de instituições universitárias, Thompson (1995) diz que existe tradicionalmente regras de dominação a serem seguidas, com simbologias de naturalização que identificam a instituição através da linguagem e por meio de simbologias, cujas estratégias são utilizadas para dar poder e legitimidade aos acontecimentos.

Nessa sociedade, seja disciplinar ou de controle, os sujeitos da educação carregam representatividade própria por ser um grupo doutrinário, compartilhando os conhecimentos e representações científicas por meio de apropriação e disseminação de seus poderes e saberes (FOUCAULT, 1971). No universo do Brasil, o cidadão qualificado para o mercado tem direitos assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, conforme determina, no Capítulo IV, da Ciência e Tecnologia, em seu artigo terceiro, que “O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho”. Por isso, sempre existiram ou existirão indivíduos precursores, com uma herança cultural direcionada ao propósito de instalação de uma instituição. Tais sujeitos dão origem ao acontecimento que Aróstegui diz ser:

[...] o mecanismo decisivo e o elemento determinante do processo histórico. Através dos acontecimentos os estados sociais se modificam. O acontecimento é, metaforicamente falando, o **produtor da história**. Mas, é claro, uma coisa é o acontecimento e outra muito diferente pretende identificar a historiografia com a ‘história dos acontecimentos’. Em suma, a importância de que o historiador tenha uma ideia muito bem definida do que o acontecimento representa no mundo histórico nunca poderá ser exagerada. É absolutamente crucial (2006, p. 331).

As origens da institucionalização ocorrem por vias de: legitimação, transmissão via tradição, na qual precisa ser explicado e justificado; formação do hábito, a tipificação dos atores e das ações habituais, que são recíprocas e partilhadas; a historicidade, compreensão do processo histórico a partir das tipificações das ações manifestadas pela coletividade; o controle, a observância de tabus; e, linguagem e o aparelho cognoscitivo baseado na linguagem,

qualidade de lógica garantido pela linguagem sobre o mundo social objetivado a fim de produzir, de modo contínuo, a sua realidade (BERGER; LUCKMANN, 2011).

A partir das **ações habituais**, são criados/recebidos documentos e monumentos, com a finalidade de comprovar as atividades realizadas em razão da missão de cada organização. Como documentos acumulados em arquivos, devem ser preservados documentos de caráter permanente, como por exemplo, as atas. Os recortes de jornais sobre fatos da instituição devem ser armazenados em hemerotecas. Como resultado das ações dos sujeitos legitimados tem-se os monumentos, nas mais diversificadas representações materiais.

Os arquivos têm como função gerenciar a guarda, o acesso, a conservação, de modo a difundir as informações contidas nos documentos produzidos, recebidos ou acumulados por entidades públicas ou privadas, que é “qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, [...], enfim tudo o que seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, culturais ou artísticas pela atividade humana” (BELLOTTO, 214, p. 38). Cabe ao arquivista selecionar, através da atividade intelectual da avaliação e de destinação, como ações do *continuum*, a partir doajuizamento dado aos documentos, os que devem ser eliminados ou preservados como patrimônio documental (TRACE, 2016).

Se de fato um arquivo estiver cumprindo suas funções, disponibiliza aos cidadãos registros fidedignos que servem como **fonte de informação** aos administradores, ao direito, à cidadania e à historiografia, que Bellotto (2014, p. 133) diz ser a fim de “[...] compreender a identidade cultural de sua comunidade e a evolução de sua história, e o desenvolvimento das relações entre o cidadão e o Estado”. Mas, na criação de qualquer fonte existem, para Thompson (1995), as seguintes estratégias: **legitimação**, a razão, tradição e o carisma; **dissimulação**, construção simbólica através da linguagem; **unificação**, identidade e pluralidade na construção de símbolos de unidade; **fragmentação**, segmentação de indivíduos e grupos para fins de dominação; **reificação**, utilizando formas simbólicas de naturalização, associado a outros recursos gramáticos e sintéticos como a nominalização e a passivização.

O brasão, a título de exemplo, é um recurso simbólico que dá autenticidade aos atos das instituições. Os monumentos são elementos de supremacia e de propriedade, cuja grande maioria é de cunho artístico, mas carregados de simbolismos. Os significados ocorrem diante do posicionamento, do interesse e mesmo do esquecimento proposital dos indivíduos (como sujeitos) sobre determinado acontecimento ou conhecimento, através da polissemia (GONDAR, 2016). Esse discurso constrói os mitos fundadores, justificando a sua supremacia. Mas, como um jogo de instâncias de poder através da linguagem, esse mito pode ser

desconstruído. Os valores dos mitos são transformados e apresentados como algo factual, como o próprio fenômeno semiológico, o sujeito que fala e produz o seu discurso (BARTHES, 1993). De qualquer modo, todo discurso traz uma mensagem no meio/suporte que é o documento produzido/recebido como “prova documental” das ações dos indivíduos que traz o “fato histórico” (RICOEUR, 2007, p. 190).

Estes fatos históricos devem ser reunidos e selecionados mediante pesquisas, determinado neste estudo como **conectores narrativos**, que passam a estar ligados num **sistema de conectores narrativos**. Essa conexão, como ocorre com os neurônios, permitem a construção da memória coletiva dos sujeitos legitimados. O jornal é uma espécie documental⁴³ que facilita, pela linearidade que tem, a reconstrução dos fatos históricos de forma resumida, mas abrangente, transformando-se, por si só, em conectores narrativos de toda a Aldeia Global, isto porque, é possível recuperar a história mundial, em determinado período, a partir dos **mosaicos jornalísticos**, seguindo a reflexão de McLuhan (1964) sobre o seu formato.

Por permitir rememorar os conhecimentos de áreas da Ciências Sociais e Humanas, caracterizada por distintas significações e sistemas de signos⁴⁴, Gondar (2016) afirmou que estudos de memória social transitam num campo **transdisciplinar**. Entende-se, neste estudo, que o mesmo ocorre nos estudos realizados nas instituições universitárias, cuja característica é a acumulação de conectores narrativos, resultado da disseminação do conhecimento, das mais variadas áreas do saber, que devem ser realizadas sob um viés interdisciplinar. Innis (2016) tem esse mesmo posicionamento, atentando em questões sociais e práticas, mas desde que realizados por docentes qualificados para tais atividades.

Sendo assim, como proposição conceitual para memória institucional infere-se ser um conjunto de documentos/monumentos que são produzidos/recebidos por uma instituição, cuja linguagem empregada é formal e fidedigna, formado a partir de ações identitárias de sujeitos legitimados numa organização psíquica, social e intelectual, legalizada num contexto sócio-histórico por organismo competente - federal, estadual ou municipal, que deve ser preservado a fim de dar visibilidade e acesso ao passado, numa amplitude espaçotemporal, para ecoar em ações futuras.

⁴³ “A configuração que assume o documento de acordo com a forma e a finalidade dos dados nele contidos (BELLOTTO, 2014, p. 347).

⁴⁴ O sistema é formado por “signos simbólicos (palavras orais e escritas) quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpadas), e mesmo os signos indiciais (marcas corporais, por exemplo), podem servir de suporte à construção de uma memória” (GONDAR, 2016, p. 20).

4 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Este capítulo apresenta o percurso metodológico intitulado de critério de memória das personagens jornalísticas, numa visão interdisciplinar, baseado em estudos da Comunicação, de História e Arquivologia (CI).

O capítulo tem como subdivisões: Percurso metodológico do estudo; Primeira fase: identificação das narrativas jornalísticas para o *corpus* de pesquisa; Segunda fase: contextualização, reconstrução da estória e gêneros documentais; Terceira fase: memória institucional construída a partir das personagens jornalísticas; Quarta fase: verificação da fidedignidade da narrativa jornalística como fonte de pesquisa.

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

A partir da problemática da pesquisa, o **objetivo geral** deste estudo é investigar as narrativas jornalísticas, como espaço de construção da memória institucional da Universidade de Santa Maria a partir das personagens dos jornais como sujeitos legitimados, refletindo sobre a possibilidade de deixar contribuições para o futuro. Traz-se novamente o posicionamento de Innis (2006) e McLuhan (1964) com o emprego do suporte/meio como forma de comunicação, neste estudo as narrativas jornalísticas. A Comunicação tem um papel significativo na propagação do conhecimento e, com isso é preciso estimar a sua ingerência sobre o quadro cultural no qual está inserido, especialmente após a invenção da máquina de produzir papel e da prensa mecânica e seu poder de disseminação da informação.

A realização de pesquisa histórica, em estudos de memória, traz como resultado a identificação de comportamentos que, geralmente, são transformados como fenômenos sociais no tempo. Os documentos históricos (resultado de determinado objeto histórico, de um ou mais indivíduos, como parte de uma sociedade, ou mesmo de organizações) auxiliam na construção de possíveis lacunas históricas. Se a pesquisa traz um atributo do social, um fato histórico que faz parte de uma sociedade, segundo Aróstegui (2006, p. 453), “seu estudo e o método para isso terão de estar inseridos no âmbito do social”.

Os sujeitos realizam ações, geralmente, a partir de novos acontecimentos (eventos), que provocam mudanças a partir de um estado social que, numa transição recorrente, viabilizam a construção de um novo estado. Ou seja, a história não é estática, mas segue uma sequência lógica esquematizada por Aróstegui (2006, p. 338), baseada em quatro realidades, momentos

ou componentes que são: “estado social → ação (sujeitos) → acontecimentos (mudança) → novo estado”.

Pelo dinamismo da história, o historiador precisa recorrer as fontes históricas, em conformidade com critérios taxonômicos, a partir da natureza interna das fontes, cuja informação, seja escrita (documentos), arqueológica (monumentos), oral (sujeito que participou ou conheceu o acontecimento), é fator relevante mas, desde que seja uma “documentação idônea” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 494).

A consulta deve ser com documentos (arquivísticos) e monumentos a fim de verificar o tipo de sociedade e o momento histórico em que ocorreu a passagem de um tipo de memória para outro, em razão das incertezas históricas, que geram transformações. Esses movimentos foram perceptíveis, por exemplo, durante a passagem das sociedades antigas, cuja oralidade era forte, para as modernas ou contemporâneas, com o invento da escrita em suporte físico. A escrita e a imagem tornaram-se elementos essenciais para a socialização da memória (MCLUHAN, 1964; PEREIRA, 2011; INNIS, 2006).

Apesar das transformações os documentos, independente do suporte e do gênero documental, estes auxiliam na manutenção da identidade cultural dos indivíduos num lapso espaço-temporal. Para Seixas (2012) o jornal tem como função institucionalizada trazer ao público a informação. A sua produção é planejada com composições discursivas dispostas em espaços determinados que, muitas vezes, são fabricadas de modo a inclinar-se para a forma mosaico, por oportunizar ao leitor ser participante (MCLUHAN, 1964). Esse mosaico é formado por crônicas, editorial, propaganda, etc.

Barros (2013) entende que a história (ou histórias entrelaçadas) é construída a partir de narrativas que relatam as ações humanas e, também, discorre sobre significados. Como resultado da análise das ações humanas e dos significados, surge uma nova narrativa a partir da escolha de elementos e, conforme recomenda Ricoeur (2004), a seleção de evento.

Neste estudo, por ser interdisciplinar, foi estabelecido um novo método intitulado de **critério de memória das personagens jornalísticas**, baseado em uma mescla de métodos adotados pela Comunicação, História e Arquivologia. Da área da Comunicação recorreu-se aos estudos de análise de Motta e de Thompson. Pela História contribuíram Aróstegui e Barros. E, pela Arquivologia buscou-se o entedimento de Bellotto e Cook.

Motta vem se dedicando aos estudos das narrativas contemporâneas a partir de sua experiência didática na disciplina Leitura dos meios de comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Diante de suas inquietações científicas realizou pesquisas considerando as narrativas jornalísticas como ponto de partida. Apoiado nesses conhecimentos, publicou em

2013, o seu livro “Análise crítica da narrativa”. A proposta da análise pragmática da narrativa serve para que o pesquisador, cujo procedimento e técnica pode ir além do emprego na Comunicação, na História e na Arquivologia, concentre seus estudos de modo crítico para revelar o jogo de poder, já que “todo discurso é poder, um poder que se exerce na relação de quem fala e quem escuta” (MOTTA, 2013, p. 19).

Esse poder, para Motta (2013), parte da ideia que existem sujeitos e grupos que agem em conexão, assim como evidenciou Michel Foucault (2010), a partir do exercício de força e de suas competências, como um jogo flutuante - o de tênis por exemplo, que em alguns momentos é favorável a um determinado jogador e, em outro momento inverte, por efeito da ação do adversário. Foucault (2010) afirma que as regras favorecem ao observador reconhecer as relações de poder - flutuante, como persuasivo-persuadido, pois é através da linguagem que são construídos os discursos da verdade da sociedade a partir de determinados valores que geram certos comportamentos.

Nas relações de poder, os meios de comunicação de massa contribuem na difusão das formas simbólicas, como fenômenos sociais que se interligam com relações de poder com viés ideológico. Tais relações são distintas em determinado tempo e espaço, assim como os meios técnicos da comunicação de massa, produzindo formas simbólicas e contexto de ação e interação próprios. Por isso, as formas simbólicas são concebidas a partir de ideais, estabelecendo e sustentando relações de dominação. O aparato tecnológico da comunicação favorece a propagação e difusão dos fenômenos ideológicos (THOMPSON, 1995).

O percurso metodológico proposto por Thompson (1995), a Hermenêutica da Profundidade (HP), foi idealizado a partir de referencial metodológico desenvolvido nos séculos XIX e XX pelos filósofos hermeneutas, como Paul Ricoeur, que estuda a memória e o tempo e o espaço. A HP visa o estudo das formas simbólicas de modo a interpretar ações, falas, textos, enfim, todo o material que pode ser compreendido em determinada situação espaçotemporal. A mídia modelada pela mediação de formas simbólicas altera, mas, concomitantemente, possibilita a compreensão do lugar e do passado, já que leva a ampliação do conhecimento diário - do que está perto ou do que está longe - através da disponibilidade. A midiatização viabiliza o retrocesso no tempo e no espaço, cada vez mais disponíveis na rede www, cuja visibilidade de poucos, surgida na sociedade disciplinar, seja substituída pela visibilidade de muitos (IBIDEM, 1995).

Já o percurso metodológico de Motta (2013), através da Análise Pragmática da Narrativa, tem como procedimento inicial a recomposição do acontecimento, construindo a identidade dos sujeitos e a estória em determinado contexto social, tal como proposta deste

estudo: 1) identificação das narrativas; 1) reconstituição da estória: 3) razões pela priorização de determinada personagem. Surge deste modo, a partir de fragmentos dispersos e descontínuos (narrativas), o passado, o presente e o futuro para Motta (2010).

A mídia constrói estórias que, na opinião de Motta e de Thompson, não acontecem sem a existência das personagens/sujeitos e, portanto, devem ser analisadas em seus estudos. Como procedimento da análise empírica, a partir da definição das três instâncias ou planos principais - plano da estória, plano da expressão e plano da metanarrativa (surgida no final do processo analítico), Motta recorre à definição das personagens, que vivem e realizam ações, como o quinto movimento da Análise Pragmática da Narrativa, chamado de “personagem: metamorfose de pessoa a *persona*” (2013, p. 172).

A hermenêutica da vida cotidiana, de acordo com Thompson, assimila o mundo sócio-histórico ao campo-objeto e ao campo-sujeito porque são os sujeitos que geralmente realizam as ações, falas e os acontecimentos. Isto é, na instância do sujeito (o leitor, por exemplo) como analista no campo-sujeito-objeto, que produz, reflete e compreende as formas simbólicas, precisam ser percebidos e interpretados na perspectiva da HP, “através de entrevista, observação participante e outros tipos de pesquisa etnográfica” (1995, p. 363).

Se a personagem é um agente que age e faz parte da estória, a sua reconstrução é fundamental para Motta (2010; 2013), trazendo como um movimento de análise na sua proposta, especialmente no caso das narrativas jornalísticas que são fragmentadas e, portanto, é preciso conectar as partes (outras narrativas) apresentadas de modo descontínuo de significações parciais. Esse desencadeamento inicial, por ser disperso, vai sendo recomposto por uma nova síntese, ou estória, mais completa. Porém, para um melhor entendimento dessa síntese, pensando na reconstrução da história, deve-se realizar uma análise sócio-histórica, para Thompson (1995), a partir das condições sociais e históricas, numa determinada situação espaçotemporal.

Segundo Barros (2013), toda narrativa traz as ações humanas e os significados num determinado evento, como questão temporal visto por Ricoeur, que Aróstegui (2006) diz ser o novo estado. Tais eventos geram sentimentos e novas sensações a partir de novos meios e tecnologias, em diferentes suportes, abordado por Innis (2006) e por McLuhan (1964). Se existe um meio/suporte produzido em razão de ações humanas, para fins de comprovação e rememoração dos atos, conforme aponta Bellotto (2014), precisa ser um documento fidedigno e tratado para fins de recuperação. Por isso, a partir da visão de jornalistas, historiadores e arquivistas foi proposto, neste estudo, um método chamado de **critério de memória das personagens jornalísticas**.

A opção de análise dos personagens jornalísticos deve-se, primeiramente, por se tratar de um estudo que contempla as narrativas jornalísticas e, como segunda justificativa, por ser de responsabilidade do indivíduo ou do sujeito, como agente que faz e/ou participa de ação humana. E, além disso, é de sua responsabilidade produzir, como mecanismo de disseminação e comprovação, um meio/suporte da comunicação, desde sua forma até o seu conteúdo, com um discurso carregado de significados. Determina-se, neste estudo, que indivíduo é qualquer ser humano, já o sujeito é a personagem que realiza uma ação que irá se tornar um acontecimento divulgado ou, ainda, aquele que tem voz ativa em narrativas jornalísticas.

A pesquisa tem o tema memória institucional, destacando o caso da Universidade de Santa Maria, trazendo como objeto empírico as narrativas jornalísticas do jornal “A Razão”, publicadas nos anos de 1960 e 1961. No método mesclado de três áreas das humanidades denominado **critério de memória das personagens jornalísticas** são executadas cinco etapas de análise que são:

Etapa 1: contextualização sócio-histórica do período e das condições de produção, circulação e recepção jornalística das formas simbólicas produzidas (narradas) e recebidas (lidas) em situações espaçotemporais, baseado na HP de Thompson (1995) e, seguindo recomendações de historiadores como Aróstegui (2006) e Barros (2013).

Etapa 2: recomposição da estória dos acontecimentos de criação e instalação da USM a partir de narrativas jornalísticas, redesenhando uma síntese narrativa cronológica encadeada por movimentos distintos, separados por fases, em conformidade com a proposta da Análise Pragmática da Narrativa de Motta (2010; 2013) e do historiador Aróstegui (2006);

Etapa 3: classificação dos gêneros jornalísticos das narrativas selecionadas, como preconiza o Jornalismo e a Arquivologia;

Etapa 4: identificação da personagem recorrente (sujeito legitimado) nas narrativas jornalísticas, como agente da ação histórica no presente (nos primeiros anos de 1960), baseado na Análise Pragmática da Narrativa de Motta (2010; 2013) e, para a análise da personagem através da articulação do Jornal, foi seguido o princípio de análise da personagem de Reuter (2007);

Etapa 5: verificação da fidedignidade da narrativa jornalística como fonte de pesquisa para a construção da memória institucional a partir das personagens jornalísticas.

Os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados foram distribuídos em quatro fases. A **primeira fase** traz a ‘identificação das narrativas jornalísticas para o *corpus* de pesquisa’. A **segunda fase** traz o ‘estudo de contextualização, reconstrução da estória e gêneros

documentais’, compreendendo a etapa do **critério de memória das personagens jornalísticas** que envolve a visão sócio-histórica do período analisado, a reconstrução da estória a partir das narrativas e de seus gêneros jornalísticos. A **terceira fase** traz a identificação das personagens jornalísticas visando o estudo do mentor da criação/instalação da USM como parte da memória da instituição. E a **quarta fase** traz a ‘verificação da fidedignidade da narrativa jornalística’, de acordo com pressuposição de que as narrativas jornalísticas auxiliam na rememoração dos fatos e, conseqüentemente, na construção da memória institucional a partir da contribuição das personagens jornalísticas como sujeitos legitimados.

4.1.1 Primeira fase: identificação das narrativas jornalísticas para o corpus de pesquisa

Para a construção da memória institucional da Universidade de Santa Maria, através das narrativas, foi definida a empresa jornalística "A Razão" devido a existência desse jornal na cidade de Santa Maria (RS), desde a década de 1930, até 25 de fevereiro de 2017, quando encerrou suas atividades⁴⁵. A empresa atuava no período da criação e instalação da USM, que é o acontecimento jornalístico a ser analisado neste estudo, num período de grande transformação no Brasil.

Para a realização deste estudo, como procedimento metodológico, foram identificadas as narrativas jornalísticas do jornal "A Razão", nos anos de 1960 e 1961, para o **corpus de pesquisa**. Num primeiro momento foi definido o *corpus* por meio da seleção das narrativas no jornal "A Razão" da cidade de Santa Maria (RS) numa sucessão temporal e causal dita por Motta (2013), desde a fase anterior a sua criação e da instalação da USM. Para isso, foram realizadas pesquisas no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)⁴⁶, cujo período pesquisado foi de 1960 e 1961 para a coleta dos materiais.

Foram feitos registros fotográficos das narrativas jornalísticas com o tema USM. Optou-se por apresentar as narrativas jornalísticas que ilustraram fatos históricos, como a criação e a instalação da USM, as ações das personagens (letigitimadas) e, também, para fins de demonstração de algum fato relevante para a sociedade santa-mariense.

Como foi necessário ter um conhecimento do contexto sócio-histórico do Brasil e da região central neste período em que a Universidade ainda não era federalizada, foram capturadas imagens e notícias que divulgaram acontecimentos que contemplavam (ou não) a

⁴⁵ Devido a crise, jornal A Razão de Santa Maria encerra as suas atividades Disponível em: <https://minuanofm.com.br/inicio/devido-a-crise-jornal-a-razao-de-santa-maria-encerra-suas-atividades/> Acesso em: 01 ago. 2018.

⁴⁶ Rua Appel, n. 900, Santa Maria, RS.

Instituição, tais como eventos, políticas de investimento, etc. Enfim, dados relevantes sobre o desenvolvimento urbano e diversidade cultural da cidade de Santa Maria no período em questão.

Para facilitar a identificação das narrativas, por período, foram primeiramente capturadas as imagens e, posteriormente, identificados em quadro adaptado em conformidade com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE (2006)⁴⁷. A planilha auxiliou na etapa de reconstrução da estória a partir das narrativas, independentemente do gênero jornalístico. Os campos contemplados no quadro, conforme visto na Figura 3, foram: assunto, título, ano e número, data de publicação, dimensão, nome do produtor, gênero jornalístico e observações.

Figura 3 – Quadro de narrativas jornalísticas USM

	Notícia 1	Notícia 2	Notícia 3
Assunto da notícia			
Assuntos relacionados			
Título atribuído à notícia			
Ano e Nº			
Data de publicação			
Dimensão do suporte			
Nome do produtor da notícia			
Nível/Código de referência			
Referência/notação da notícia			
Gênero jornalístico			
Observação			

Fonte: elaborado pela autora.do trabalho.

Seguindo as recomendações da NOBRADE (2006), foram inseridos no Quadro (Figura 3) os campos Nível/Código de referência e Referência/notação da notícia, cujos elementos servem como identificadores de localização das narrativas em jornais. Foi elaborado, também, o Quadro de Identificação de Narrativas Jornalísticas de 1960 e de 1961. Apresenta-se no Apêndice A, um breve recorte desse instrumento.

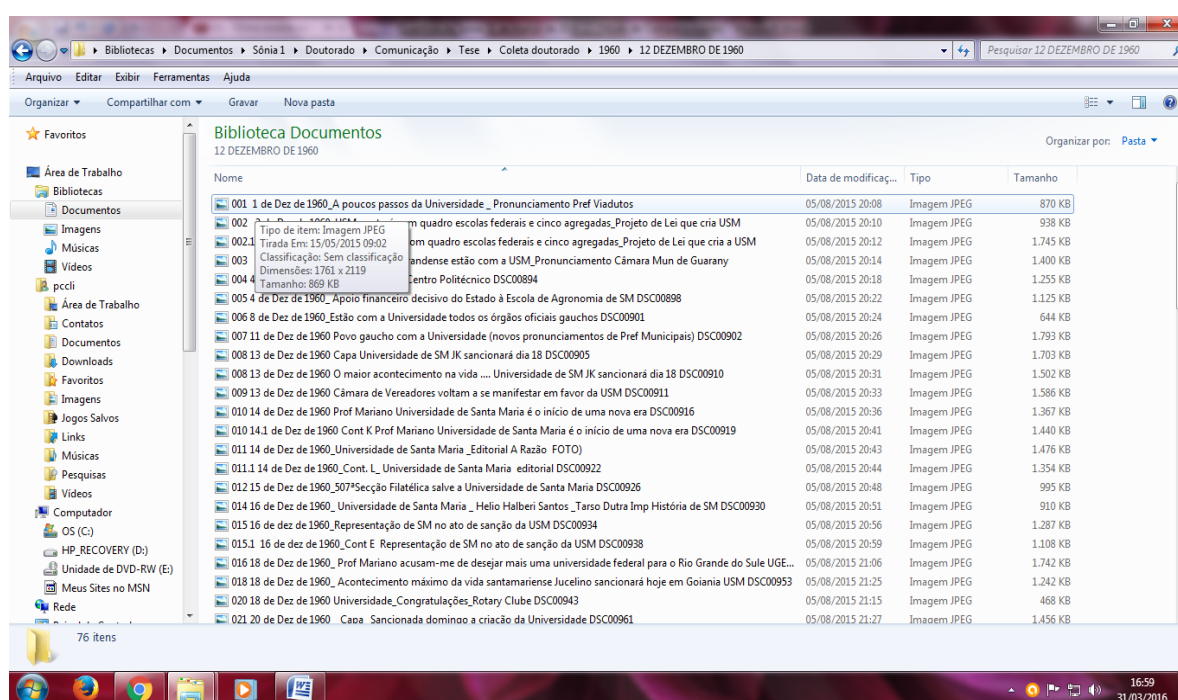
A identificação e seleção de narrativas jornalísticas é uma etapa fundamental recomendada por Motta (2010), cuja finalidade é auxiliar na recomposição do enredo integral

⁴⁷ Portal CONARQ/Arquivo Nacional. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf Acesso em: 05 jan. 2014.

da história, de modo a reproduzir uma nova estória com um fundo de significações que podem revelar os conflitos, as estratégias e os efeitos das narrativas jornalísticas. Porém, o fundo de significações não foi analisado neste estudo.

Num segundo momento, para facilitar a busca das imagens foi necessário fazer o reconhecimento dos documentos digitais e a identificação por pastas, por ano e após por mês, em ordem numérica e cronológica e, na sequência, o(s) título(s) da(s) narrativa(s), conforme observado na Figura 4.

Figura 4 – Reconhecimento dos documentos digitais (narrativas jornalísticas)



Fonte: elaborada pela autora do trabalho.

Conforme pode-se observar na Figura 4, cada narrativa foi identificada com o título (manchete) e o *lead*, seguindo um número sequencial para facilitar o acesso e, após, a respectiva data de publicação. Como neste período adotava-se, no jornal em questão, a paginação em L, com o seguimento da narrativa em outra página, optou-se pela utilização do recurso “Cont X”, isto é, continuação e letra do alfabeto (recurso adotado pelo Jornal), com a identificação da letra no final da narrativa e a continuação.

Após seleção, identificação e reunião das narrativas, foram adotados os procedimentos da etapa de reconstrução da estória a ser relatada no próximo subcapítulo.

4.1.2 Segunda fase: contextualização, reconstrução da estória e gêneros documentais

Para a reconstrução da estória da USM através das narrativas jornalísticas é preciso determinar o período a ser analisado a fim de revisitar o contexto sócio-histórico e, somente assim, confirmá-las ou não como uma fonte de informação basilar para a recuperação da memória, que neste estudo é institucional. Nesta etapa, conforme recomenda Aróstegui (2006), como método adotado pela historiografia do século XIX, uma coleta seletiva e cuidadosa consultando as fontes primárias e secundárias em arquivos, com o agrupamento de informação factual, iniciado pelo conhecimento do período a ser estudado. Mas, a história que é contada hoje tem a visão e o discurso do presente diante de uma realidade objetiva, observadas em tempos distintos. O resultado será “a soma de histórias parciais” (IBIDEM, 2006, p. 458).

Essa etapa é fundamental para a compreensão espaçotemporal, salientado por Innis (2006) e McLuhan (1964) e, considerada na análise da narrativa por Reuter (2007), já que a personagem realiza ações em espaços, observadas pelas categorias e números de lugares (espaços) convocados utilizados nas narrativas e pelas categorias temporais (minutos, dias, séculos) e sua importância funcional.

Por isso, é preciso contextualizar as condições sociais e histórias, de modo geral, e como recomenda Thompson (1995), enfatizar também a mídia. Neste estudo, foram utilizadas fontes bibliográficas e digitais coletadas através de dados na Plataforma *World Wide Web* (WWW) para apresentar a mídia jornal no Brasil, em especial, da história da empresa jornalística “A Razão”, localizado na cidade de Santa Maria (RS), por ser responsável pela produção das narrativas da USM no período. A conjuntura encontrada facilita a etapa de construção da estória a partir das narrativas jornalísticas.

A etapa da reconstrução da estória, que Motta (2010, p. 147) diz ser um dos movimentos significativos em sua proposta de análise crítica da narrativa, identificando como “recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico”. Motta (2013) recomenda construir um novo relato a partir de uma identificação por séries temáticas a ser transformada num encadeamento narrativo cronológico. Na opinião de Aróstegui (2006, p. 456), parte-se de “restos” por trazer o comportamento dos fenômenos sociais do tempo, que são perdidos e, por isso mesmo, são pegadas deixadas, geralmente, num tempo anterior ao tempo do pesquisador.

Por isso, por serem “restos”, a proposta foi reconstruir a estória a partir das narrativas jornalísticas, como proposta de Motta (2010; 2013) e do historiador Aróstegui (2006, p. 467), que recomenda organizar as informações por meio da “[...] integração dos fatos em uma trama sequencial, cronológica, que em si mesma conteria sua própria lógica, sua própria

inteligibilidade como curso da história. Sem 'fatos' não poderia haver história e sem 'documentos' não poderia haver fatos”.

Parte-se do entendimento que as narrativas integrais, que podem ser consideradas especialmente as notícias e as reportagens, segundo Motta (2010), precisam ser reunidas de modo a ter um princípio, meio e fim, ou seja, a narrativa isolada torna-se uma história contínua. Ao realizar a análise de um acontecimento único e singular, a fim de trazer o ontem para o hoje, as pessoas “[...] relacionam pontos, associam antecedentes e consequentes, demarcam começos finais de histórias temáticas” (IBIDEM, 2010, p. 146).

O jornal, no entanto, é formado por uma compilação de recortes, chamado de “mosaico da paginação” por McLuhan (1964, p. 235). Por isso, foi preciso selecionar e agrupar as narrativas jornalísticas a partir da identificação de movimentos, como recomenda Motta (2010; 2013), que reunidos organicamente relatam um fato histórico único de determinado período - mês e ano. Um fato considerado histórico hoje, na data de sua publicação era considerado acontecimento jornalístico, como ocorreu com as narrativas divulgando ações pró-Universidade, como por exemplo, o movimento de sujeitos da Associação Santa-Mariense Pró-Ensino Superior (ASPES) em prol da criação de uma universidade na cidade de Santa Maria.

Após a reunião das narrativas jornalísticas e a reconstrução da história, foi necessário reconhecer os gêneros jornalísticos. Como complemento, foram classificados os gêneros jornalísticos, a partir dos fatos estabelecidos neste estudo, seguindo as recomendações de Motta (2013). De início, foi preciso conhecer o conjunto de gêneros jornalísticos, observando as narrativas publicadas no jornal "A Razão", como notas, notícias, reportagens, artigos, manifestos, colunas, etc. Para facilitar a identificação e somatório dos gêneros jornalísticos, foram elaborados dois quadros, um do ano de 1960 e outro do ano de 1961.

E, para o reconhecimento dos recursos gráficos empregados pelo Jornal, optou-se por adotar o autor Erbolato (1981) por trazer a realidade do período em exame, analisando as suas categorias que são: foto notícia em si mesma; fotos como complementos de notícia; e, por registros fotográficos.

4.1.3 Terceira fase: memória institucional construída a partir das personagens jornalísticas

A construção da história da USM, recomposta pelo *corpus* deste trabalho formado de narrativas jornalísticas, que podem ou não construir a memória da USM, hoje UFSM, através dos **fatos** (ARÓSTEGUI, 2006; GOMES, 2007; HALBWACHS, 2006), entende-se que

somente foi possível em razão das ações e empenhos de sujeitos, como personagens das narrativas jornalísticas. Na verdade, os fatos são idealizados por indivíduos, num determinado estado social, reconstruído, segundo Aróstegui (2006, p. 457), a partir de uma “sucessão dos comportamentos humanos”. Neste estudo é observada a construção de uma personagem principal como fenômeno social de um tempo voltado a narrar como “a voz” dos acontecimentos.

Motta (2010) também sugere que sejam consideradas as relações entre os sujeitos e suas ações estratégicas, atentando ao sujeito que se torna a personagem das narrativas jornalísticas no ato de comunicação, cuja sua fala em reportagens, por exemplo, dão voz ativa ao sujeito num jogo de linguagem.

Nesta etapa do estudo foi preciso compreender a relevância, a partir do número de citações e, ainda, pelas ações realizadas no contexto histórico-social do período analisado. Nesta etapa foram observadas todas as personagens citadas na estória, cujo resultado foi apresentado na forma de quadros. Foram atribuídas, as personagens principais, breves descrições de seus atos. Para tanto, foram realizadas consultas em materiais diversos, desde referencial bibliográfico até informações coletadas através de dados na rede www.

Por fim, apontou-se a personagem recorrente, como sujeito legitimado, nas narrativas jornalísticas como agente da ação histórica no passado, mas reconhecido no presente como parte da memória institucional da USM. Para a confirmação, em conformidade com os **critérios de memória das personagens jornalísticas**, recorreu-se a proposição de Reuter (2007), que seguiu Philippe Hamon (1972) e Algirdas Julius Greimas (1970) na análise das personagens em narrativas, a partir do “seu ‘fazer’ (suas ações), de seu ‘ser’, de sua posição em um determinado gênero e de como ela é designada pelo seu narrador” (REUTER, 2007, p. 41-42).

Nessa etapa foi selecionada, apenas, a personagem protagonista, em razão de suas ações passadas, mas que são perpetuadas em monumentos e documentos, reconhecendo-o sempre como o “Reitor Fundador” da Instituição, ou seja, uma personagem presente ainda hoje. Como exemplo de monumento, há o busto do professor José Mariano da Rocha Filho⁴⁸, inaugurado em maio de 1999, localizado na Praça Saldanha Marinho, região central da cidade de Santa Maria.

Como critérios adotaram-se as categorias de Yves Reuter (2007), em conformidade com Philippe Hamon (1972), de distinção e hierarquização das personagens determinado pelo

⁴⁸ UFSM. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/revista/numero01/cronologia.html> Acesso em: 01 ago. 2018.

sujeito narrador que a qualifica de acordo com o seu interesse e pela ação da personagem, como parte da historicidade da Instituição:

1. a distinção e hierarquização das personagens, cujas categorias são: qualificação diferencial; funcionalidade diferencial; distribuição diferencial; autonomia diferencial; pré-designação convencional; e, comentário explícito.
2. as ações das personagens: a historicidade vivida num determinado espaçotemporal, seu contexto sócio-histórico.

Para fins de complementação de análise, adotou-se o livro, como referência, “A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração”, abordando a função do narrador e as vozes narrativas, sem, entretanto, proceder um estudo específico para tais elementos. E, seguindo recomendações de historiadores, como Barros (2013) e Aróstegui (2007), foram realizadas entrevistas com sujeitos legitimados que foram personagens das narrativas jornalísticas ou que participaram, de alguma forma, da história da USM, seja como discente ou docente. Todos os entrevistados aceitaram participar desta pesquisa, cuja autorização está formalizada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria. As entrevistas realizadas foram as seguintes:

- MAISSIAT, Geraldo (professor aposentado) - entrevista realizada no dia 2 de dezembro de 2015. Maissiat foi Diretor Fundador da Faculdade de Belas Artes (atualmente Centro de Artes). Criou o Curso de Bacharelado em Música e, ainda, organizou e fundou, com professores convidados, o Curso de Artes Visuais da UFSM. Aposentou-se pela UFRGS, em 1989, como Professor Titular. Idealizou o I Concurso Nacional de Piano Heitor Villa-Lobos pela USM, ocorrido em agosto de 1964, na cidade de Santa Maria (RS).

- RAMOS, José Moacir Silveira (analista clínico aposentado, cidade de São Pedro do Sul) - entrevista realizada em 29 de dezembro de 2015 e complementada em 21 de janeiro de 2016. Ramos foi acadêmico da Faculdade de Farmácia, formado como analista clínico. Participou do ato de sanção da Lei, em Goiânia, no Distrito Federal, juntamente com a caravana da ASPES. Em 1961, tornou-se o primeiro Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USM.

- OLIVEIRA, Quintino Correa de (radialista/professor aposentado da UFSM) - entrevista realizada em 20 de abril de 2016. Oliveira vivenciou vários momentos e ações na Universidade tanto como profissional de comunicação, como acadêmico e, por fim, como professor do Curso de Comunicação da Instituição. Em 1972, foi Presidente da Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (APUSM).

A estória da criação e instalação da USM foi construída a partir das ações das personagens divulgadas através de narrativas jornalísticas do jornal “A Razão” devendo, no entanto, certificar-se do grau de fidedignidade como fonte histórica.

4.1.4 Quarta fase: verificação da fidedignidade da narrativa jornalística como fonte de pesquisa

A temporalidade é um objeto histórico determinante, que Aróstegui (2006) diz ser necessário considerar a historicidade a partir dos acontecimentos, como objeto teórico. Outra questão refere-se ao método historiográfico que precisa ser o mais real, especialmente porque tudo que está movido pelo tempo pode ser histórico.

Se existe movimento é preciso comprovação, e o documento, através do emprego de linguagem simbólica, traz o comportamento dos fenômenos sociais do tempo. Na Comunicação, Innis (2006) identifica o suporte, enquanto McLuhan (1964), o meio, ambos de comunicação. Pela História, Aróstegui (2007, p. 457) chama de "documento indiciário" que passa a ser a real “fonte de informação” dos estudos históricos e Le Goff (1994) diz ser os monumentos/documentos. Na Arquivologia, Bellotto (2014) chama de documento arquivístico e Cook (2007) cita Innis e McLuhan para acrescentar a diversidade do emprego das tecnologias de mídia e comunicação. Por isso, é preciso certificar-se da fidedignidade da narrativa jornalística como fonte de pesquisa, ou seja, sua confiabilidade na rememoração dos fatos dos primeiros tempos da instituição USM.

Após determinação dos momentos distintos, reunidos a partir dos principais acontecimentos, identificados por fases, em razão da repetitividade do acontecimento principal, como o movimento pró-Universidade, como etapa anterior à criação da Universidade. As fases servem para facilitar a etapa de interpretação da real validade das narrativas jornalísticas como fonte de informação. Em razão do número significativo de narrativas jornalísticas da USM, foi selecionado o ano de 1961, para confrontar as informações existentes nas narrativas jornalísticas com as informações existentes em documentos indiciários (ARÓSTEGUI, 2006).

Foram verificados e consultados os documentos arquivísticos⁴⁹, tais como atas, memorandos, programas, fotografias, etc., até materiais literários que abordam o tema Universidade de Santa Maria e da cidade de Santa Maria. Foram utilizadas as dissertações das

⁴⁹ Documento arquivístico digital. Documento produzido ou recebido no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf Acesso em: 6 abr. 2017.

arquivistas e, então, servidoras técnica-administrativas da UFSM, Lívia Regina Rocha Retamoso, de 2013, intitulada “Acessibilidade ao patrimônio documental da Universidade de Santa Maria – a disponibilização das Atas do Conselho Universitário (1961-1964)” e de Dione Calil Gomes, de 2013, intitulada “Análise tipológica e descrição arquivística: um olhar para a história da desapropriação de terras na construção do campus da UFSM”.

A consulta e a reprodução de imagens foram realizadas no Arquivo Permanente da Universidade Federal de Santa Maria, sob responsabilidade do Departamento de Arquivo Geral (DAG) e em bibliotecas da cidade de Santa Maria. Foi necessário também, consultar o Inventário documental do Fundo do Gabinete do Reitor, gestão do “prof. José Mariano da Rocha Filho”, período 1924 a 1973, produzido pelo DAG/UFSM.

Para facilitar a interpretação das informações foram elaborados quadros que visam trazer a reunião dos fatos históricos, a partir das fases estabelecidas e identificadas numa sequência numérica romana, em que o ano de 1960 começa por I e o ano de 1961 por IV. Para este estudo, como parte dos critérios de memória das personagens jornalísticas, para a etapa das ações, considerou-se na identificação de fatos, que hoje são históricos, o ano de 1961. E, seguindo recomendação de Motta (2013), contemplou-se a frequência de ocorrência/imagem com o total de narrativas.

Por fim, a interpretação da viabilidade das narrativas jornalísticas como fonte de informação, que foi baseada nos conhecimentos das áreas de Comunicação, amparados pelos teóricos da Comunicação (em especial pela corrente da Ecologia da mídia), História e Arquivologia. Para tanto, deve-se atentar para os fundamentos básicos de cada área, para discutir a confiabilidade do emprego das narrativas jornalísticas como documento indiciário, conforme nomeia Aróstegui (2006).

Os ecos dos anos de 1960 e 1961 passam a ser revisitados no capítulo seguinte. Aborda-se também, a atuação das empresas jornalísticas desse período, a reconstrução da estória a partir das narrativas jornalísticas do jornal “A Razão” e, por fim, os gêneros jornalísticos utilizados como recurso para o seu discurso.

5 A PERSONAGEM NO CASO DA UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA NA NARRATIVA JORNALÍSTICA

Neste capítulo estão os resultados de pesquisa a partir da proposta dos **critérios de memória das personagens jornalísticas** para a construção da memória institucional na Universidade de Santa Maria. Isso se deu após a realização da análise das narrativas jornalísticas realizadas na interpretação de três áreas, com ênfase na identificação da personagem jornalística da USM.

5.1 MOMENTO SÓCIO-HISTÓRICO NO BRASIL E EM SANTA MARIA

Em razão da complexidade das formas simbólicas, cabem aos analistas reconhecerem as características da vida social vivenciada pelos atores num determinado contexto e processo sócio-histórico. Essa conjuntura é formada por comportamentos culturais que estabelecem e constituem um campo de significados (THOMPSON, 1995). Esses significados são construídos e transformados por indivíduos, resumido por Barros, do seguinte modo:

As modificações na vida humana ao longo dos séculos, o confronto entre diversas sociedades, as múltiplas maneiras como se desenvolveu o poder no decorrer da existência das sociedades humanas, o surgimento e a elaboração da cultura, a luta pela sobrevivência com a concomitante edificação de um sistema de práticas que podem ser consideradas como a base da economia, o surgimento e desenvolvimento das mais diversas formas de expressão e criação, as mudanças nos modos de pensar e de sentir ao longo dos séculos, tudo isto, e também as interferências impostas pelos homens no seu meio ambiente, constituem objetos de interesse dos historiadores, sempre considerados sob a perspectiva de suas transformações e permanências no tempo (BARROS, 2013, p. 20).

O passado não traz a realidade do hoje, assim como o presente não trará a realidade do futuro, por isso é preciso revisitar o passado para compreender como ocorreram as transformações sociais a partir do ensino superior e da imprensa no Brasil e em Santa Maria, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase nos anos de 1960 e 1961. Deve-se, portanto, rememorar os principais fatos históricos do Brasil vividos por pessoas, segundo Thompson (1995), em locais específicos e em tempos particulares.

No Brasil, em 13 de maio de 1808, por meio de decreto do Príncipe Regente foi criada a Imprensa Nacional, que foi chamada, inicialmente, de Impressão Régia, visando à divulgação

de documentos de governo monárquico⁵⁰. Já o primeiro jornal impresso, Gazeta do Rio de Janeiro, foi criado ainda neste ano, no dia 10 de setembro, enfocando no jornalismo áulico brasileiro (ROMANCINI; LAGO, 2007), trazendo notícias relacionadas aos reis e as rainhas, permanecendo como casa editorial até o ano 2000⁵¹.

Em 1º de junho de 1808 foi criado o primeiro jornal brasileiro com circulação no exterior, o Correio Brasiliense, editado e impresso mensalmente por Hipólito José da Costa na cidade de Londres, com publicação livre de censura e, com isto, apontava “os defeitos da administração do Brasil”⁵² até dezembro de 1822, particularmente durante o regime imperial. Aliás, o regime declinou nas décadas de 1870 e 1880, em razão de sua incapacidade de tomar decisões políticas frente ao desenvolvimento econômico e as transformações sociais que vinham acontecendo no país (COSTA, 2008).

Diante dessa inabilidade política, surgiram novas correntes de pensamento político-ideológico, com a intensificação de movimentos republicanos, juntamente com o interesse de determinados grupos sociais pela abolição dos escravos, como intelectuais, militares, órgãos de imprensa e cafeicultores do oeste paulista, diferentemente dos fazendeiros da oligarquia nordestina e sulista que queriam manter a escravidão. A intensificação desses movimentos geraram perdas na base de sustentação da monarquia reinada por Dom Pedro II, em particular com a Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Gonzaga de Bragança.

Após perda gradativa de legitimidade do poder monárquico, foi proclamado o governo provisório da República, assumindo o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, com a tomada do poder pelos republicanos após um golpe militar, que foi originado a partir da aliança entre a elite militar do exército e os fazendeiros cafeicultores do oeste. O sistema político brasileiro passou a estar apoiado no presidencialismo, no federalismo e no regime de representatividade, dividido em três poderes, Executivo, Judiciário e Legislativo (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

O aumento das exportações, entre a década de 1870 e a de 1920, gerou crescimento industrial, avanços nas comunicações e no setor de transporte e também, na urbanização,

⁵⁰ Portal Imprensa Nacional: Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://portal.in.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/a-imprensa-nacional> Acesso em: 26 jan. 2016.

⁵¹ A Imprensa Nacional também passa a acompanhar o avanço tecnológico e disponibiliza, a partir do dia 17 de março de 1997, parte da seção I do Diário Oficial da União pelo endereço eletrônico <http://www.in.gov.br>.

⁵² Portal Jornalonline.net. Disponível em: <http://www.jornalonline.net/2032-a-historia-do-jornal-no-brasil.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016

especialmente com a chegada dos imigrantes europeus que foram empregados pelo governo federal, após a abolição da escravatura, como mão-de-obra qualificada. De acordo com Dean (2008, p. 683) “[...] foram os imigrantes que forneceram as capacidades organizacionais e as técnicas necessárias para a instalação de empresas industriais e comerciais”, permitindo a expansão do mercado no Sul e Sudeste, onde estes se instalaram no Brasil. No entanto, sem as reais condições sociais dos trabalhadores, o que foi alterado somente em 1930, a partir das iniciativas direcionadas ao direito trabalhista.

A população brasileira, incluindo os imigrantes, estava concentrada em cidades portuárias tanto que, no ano de “[...] 1920, mais da metade da população urbana residia no Rio de Janeiro e em São Paulo, a uma taxa de cerca de dois por cento ao ano” (DEAN, 2008, p. 679). Tal fato pode estar associado à construção, neste ano, de represas nestas cidades, já que em 1900 o Brasil passou a realizar investimentos em geração hídrica de eletricidade em substituição a geração térmica com o emprego do carvão importado, mas com altos custos. Com o aumento da capacidade de produção de energia para as regiões Sul e Sudeste, favoreceu o avanço tecnológico.

Baseado no recenseamento, o número de analfabetos em 1872 era grande e, como não houve o investimento necessário para a qualificação do ensino, o cenário não foi alterado, exceto com a chegada dos imigrantes, que eram mais alfabetizados do que a população nativa, consequentemente “[...] forneceram as capacidades organizacionais e as técnicas necessárias para a instalação de empresas industriais e comerciais” (DEAN, 2008, p. 683).

Sobre os analfabetos, Mariano da Rocha Filho, no artigo “A Universidade de Santa Maria”, publicada em 19 de agosto de 1960, apresentou um panorama do Brasil naquele período, apontando uma situação desfavorável por fatores como colonização, que considerava ser parcial, por “razões de ordem topográfica, geo-econômica, social, política e demográfica” (sic), somado ao alto índice de analfabetos, com 60% entre os países desenvolvidos. Ou seja, na sua opinião, o principal problema no desenvolvimento do Brasil, exceto em algumas capitais, era “a falta de uma maior difusão da cultura”. No ensino superior a situação era mais agravante. Somente em 1915, no Estado do Paraná, é estabelecido o ensino superior no País (sic) (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1960, N. 242, p. 2).

A partir de 1882, gradativamente o número de escolas foi aumentando nas grandes cidades, a maioria capitais, especialmente pelo avanço nos serviços urbanos, como o do transporte da época, que era o bonde. Mas, diante do crescimento econômico, surgiram conflitos de interesse entre as províncias - que eram dependentes economicamente do governo central - e, consequentemente, a instabilidade do poder político, que era viciado pela fraude eleitoral.

Culturalmente, surgem associações artísticas e culturais, jornais, revistas, teatros, cafés, etc (DEAN, 2008).

Surgem outros jornais no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, favorecidos pela implantação de linhas telegráficas e construção de ferrovias, previsto por McLuhan (1964). Deste período, ainda continua em circulação o Estado de São Paulo, em São Paulo e O Fluminense, de Niterói (BARBOSA, 2007).

A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em outubro de 1929, gerou uma crise mundial, inclusive no Brasil, motivando a insatisfação das transações do comércio exterior e dos cafeicultores (LAZZAROTTO, 2001). A crise provocou o desemprego e, conseqüentemente, dificuldades financeiras para o povo brasileiro. Por outro lado, com a Revolução de 30, ou movimento revolucionário de 30, termina o período da Primeira República Brasileira (1889-1930), conhecida como "República Velha" ou "República do Café com Leite"⁵³. Na imprensa brasileira também ocorreram contrariedades como à existência da repressão à liberdade de imprensa, mas, por outro lado, surgiram publicações direcionadas para a classe operária e para as comunidades imigrantes, sempre seguindo e narrando as transformações políticas ocorridas no país.

No Pós-1930, destacaram-se os jornais Gazeta Mercantil e Folha da Noite, atualmente Folha de São Paulo, de São Paulo e o Globo e Monitor Mercantil, do Rio de Janeiro⁵⁴. No interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria, foi criado o jornal A Razão (1934).

As transformações políticas, sociais, culturais, incluindo o ensino, conforme aponta Cândido (1984), não aconteceu com o movimento revolucionário de 1930, porém oportunizou a sua extensão por todo o país e, conseqüentemente, a criação de jornais no interior do Brasil, como o deste estudo, na cidade de Santa Maria, RS. Em virtude dos fatos políticos do enfrentamento de forças integralistas e comunistas, foi criado no dia 9 de outubro de 1934, o jornal "A Razão" sob direção do jornalista Clarimundo Flores, filiando-se à Associação dos Diários do Interior (ADI) do RS, em 7 de agosto de 1943, segundo Beltrão (1951) em seu artigo "A imprensa santa-mariense III" (PARAENSE; NOAL FILHO, 2018). Encerrou suas

⁵³ Portal InfoEscola. Revolução de 1930. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/revolucao-de-1930/> Acesso em: 19 jan. 2016.

⁵⁴ Portal Jornalonline.net. Disponível em: <http://www.jornalonline.net/2032-a-historia-do-jornal-no-brasil.htm>. Acesso: 26 jan. 2016

atividades em 24 de fevereiro de 2017, em virtude da crise econômica de 2015, que foi se agravando no ano seguinte, 2016⁵⁵.

Neste estudo, o enfoque é uma cidade interiorana, reportando-se a um período em que o país ainda estava sofrendo transformações, incluindo a transferência em 21 de abril de 1960 da capital federal do Brasil que ficava no litoral, na cidade e no estado do Rio de Janeiro⁵⁶, para o interior⁵⁷, região conhecida como Planalto Central, na cidade de Brasília. Tal fato torna-se significativo, merecendo atenção na etapa interpretação.

A preocupação inicial era manter o leitor informado sobre eventos de abrangência internacional, como foi com a Segunda Guerra Mundial, que teve início em 1939. No entanto, após a venda do veículo de comunicação aos Diários Associados de Assis Chateaubriand, em 1944, o interesse maior passou a ser os acontecimentos do município. Nos anos de 1980 novas mudanças: em 1982 a família De Grandi compra a empresa jornalística, modernizando-a desde o ano de 1986 com a aquisição de uma impressora rotativa. Para Innis (2008), na indústria de comunicação, em especial, a do jornal, era comum o controle familiar como forma de continuidade com credibilidade e permanência.

Com o surgimento de novos meios de comunicação, a descentralização e o regionalismo passa a ser uma característica da indústria gráfica (INNIS, 2008). E com isso a imprensa vai sofrendo modificações, na opinião de McLuhan (1964), pendendo para uma forma participante por parte do leitor, trazendo a imagem da comunidade disposta em forma de mosaico, incluindo informação e propaganda.

Tais afirmações de Innis e McLuhan foram perceptíveis no "A Razão", no período analisado neste estudo, onde a ênfase sempre foi trazer informações, mas com um caráter regional e comunitário, com acontecimentos que poderiam ou não se concretizar, como foi o caso do movimento pró-Universidade. Mas, também tinha a preocupação de manter o leitor bem informado trazendo acontecimentos ocorridos em todos os âmbitos, incluindo o internacional.

⁵⁵ Portal GauchaZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/02/jornal-a-razao-encerra-atividades-9730318.html> Acesso em: 16 out. 2017.

⁵⁶ Com a mudança da capital para Brasília, em 21 de abril de 1960, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o estado da Guanabara. O restante seguiu como estado do Rio de Janeiro (RJ). Em 1974, o Presidente general Ernesto Geisel decidiu pela fusão dos estados da Guanabara e do RJ, efetuado em 15 de março de 1975, definindo-se como estado do RJ e como capital fluminense. Portal Diário do Rio. A Breve história do estado da Guanabara. Disponível em: <http://diariodorio.com/breve-histria-do-estado-da-guanabara/> Acesso em: 6 abr. 2017.

⁵⁷ Ideal que remontava à Inconfidência Mineira, ganhando interesse na época da Independência, concretizando-se com o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Plano urbanístico de Lúcio Costa e orientação arquitetural de Oscar Niemeyer. Portal O Globo/Acervo. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/21-de-abril-de-1960-dia-em-que-rio-de-janeiro-deixou-de-ser-capital-federal-8898992> Acesso em: 6 abr. 2017.

Apresentam-se, no Quadro 1, informações da atuação jornalística e de seus executivos durante o período de produção do jornal "A Razão", que era localizado na cidade de Santa Maria (RS), sendo encerrada as suas atividades no ano de 2017.

Quadro 1 – Contextualizando o jornal A Razão em fevereiro de 2017.

Instituição	Periodicidade	Período de Circulação	Fundador	Proprietário	Diretor (período 1960-1963)
Empresa Jornalística De Grandi Ltda	diário	1934 - 2017	Clarimundo Flores	Luizinho De Grandi; Maria Zaíra De Grandi; Celito de Grandi	Robinson Flores (1960) Nelson Dimas/ Edmundo Cardoso (1963)

Fonte: elaborado pela autora do trabalho.

Para entender o que, de fato, ocorreu na cidade de Santa Maria, RS, parte-se dos estudos de Innis (2006) sobre a influência dos suportes na comunicação. Neste estudo, o papel empregado na mídia jornal, que com o avanço tecnológico contribuiu-se, de certo modo, com o desenvolvimento dos centros metropolitanos. Na verdade, o jornal oportuniza a manifestação dos interesses, especialmente a política, desses centros e, com isso gera crescimento, surgem então as ferrovias. No caso da cidade de Santa Maria, de fato contribuiu com a sua expansão. McLuhan (1964, p. 22) acrescentou que a estrada de ferro permitiu a criação, dependendo da função humana (psicológica ou social) que foi destinada criou “[...] tipos de cidades, de trabalho e de lazer totalmente novos”.

Santa Maria apresenta como característica geológica uma sequência de morros recobertos de florestas naturais, que segundo Marchiori e Noal Filho (2009) pode-se declarar como um valioso patrimônio natural. Sua origem é imprecisa, em razão da falta de documentos comprobatórios, mas, existem relatos sobre a vinda dos militares da Partida Portuguesa da Segunda Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites que ficaram instalados, em 1797, próximo ao oratório da estância do padre Ambrósio José de Freitas. Acredita-se que este local seja, hoje, o encontro da rua Venâncio Aires com a avenida Rio Branco. Durante o período de permanência da Comissão, foi construído um casario dos antigos ranchos militares formando uma via chamada de São Paulo. Entretanto a população, já naquele período, chamava de Acampamento, mantendo-se assim, como a rua do Acampamento (VILARINO, 2004).

O estabelecimento da cidade de Santa Maria ocorreu a partir da Lei Provincial de 17 de novembro de 1837, quando do surgimento de uma freguesia em torno da capela Santa Maria, já existindo o relato da existência de muitos alemães antes do ano de 1835 (JACQUES, 2014).

A concentração de alemães era parte da população da “Freguezia de Santa Maria” vindos da Colônia de São Leopoldo (MARCHIORI; NOAL FILHO, 2009). Entretanto, nova data pode ser apresentada, como a de 16 de dezembro de 1857, quando se tornou uma vila, a “Santa Maria da Bocca do Monte”, por meio da Lei nº 400. Existem relatos, por tradição, que o povo vivia da agricultura e da criação de gado, situada sobre o declive de uma colina, distante um quilômetro da Serra Geral (JACQUES, 2014; MARCHIORI; NOAL FILHO, 2009).

Como fatos marcantes da cidade, destacam-se as pesquisas que levaram a descoberta do primeiro fóssil, em 1901, no Sítio Paleontológico Sanga da Alemoa, realizadas pelo professor Antero de Almeida. E, a participação de Raul Bopp na Semana de Arte Moderna de 1922. Bopp nasceu no distrito de Vila Pinhal, pertencente ao município de Santa Maria⁵⁸ (JACQUES, 2014; MARCHIORI; NOAL FILHO, 2009).

A cidade é conhecida também pela força do seu Comando Militar do Sul, do Exército Brasileiro, com a Organização Militares Subordinadas. Outra influência histórica que também ajudou no crescimento da cidade, foi a contribuição dos ferroviários na manutenção da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, construída em 1894, linha Marcelino Ramos-Santa Maria, visando a ligação ferroviária do Rio de Janeiro/São Paulo com o Sul do país. O Governo Federal assumiu a gestão da Viação Férrea em 1920, sendo incorporado pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) em 1969, porém desativada no ano de 1990. Atualmente a América Latina e Logística (ALL) administra a concessão da linha⁵⁹.

Aliás, até o século XIX, antes da ferrovia ser instalada em Santa Maria, segundo Marchiori e Noal Filho (2008, p. 16) era “acanhada e sonolenta”, mas pela sua posição geográfica estratégica, localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, ao “[...] completar-se o primeiro centenário de fundação, a cidade já começava a firmar seu atual perfil de centro ferroviário, militar, comercial e estudantil”.

O lado estudantil começou a se destacar em Santa Maria somente quando Borges de Medeiros, através do Decreto nº 397, de 27 de agosto de 1901, criou o Colégio Distrital, tendo como diretora a professora Margarida Lopes. O Colégio foi construído na antiga sede do Colégio de Alfredo Clemente Pinto, atual sede da Escola Olavo Bilac, na rua Coronel Niederauer. Posteriormente, o interventor federal, por meio do Decreto-lei nº 97, de 16 de julho

⁵⁸ JACQUES (2014); MARCHIORI; NOAL FILHO (2009). Bopp tornou-se diplomata brasileiro e poeta modernista, reconhecido pelo seu livro *Cobra Norato*, importante contribuição ao Movimento Antropófago

⁵⁹ Portal Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_marcelino-stamaria/rs_marcelino-stamaria.htm Acesso em: 26 jan. 2016.

de 1941, passou a ser Escola Normal Olavo Bilac, conforme Beltrão em artigo intitulado “O velho Colégio Elementar”, de 26 de agosto de 1951 (PARAENSE; NOAL FILHO, 2018).

O ensino primário e secundário da cidade de Santa Maria era reconhecido no panorama educacional da Nação Brasileira, como apontou o professor José Mariano da Rocha Filho em seu artigo “Universidade de Santa Maria”, primeiro de uma série, de 02 de agosto de 1960, “[...] com seus 25.000 estudantes em todos os graus 16 ginásios, 9 colégios ou institutos, 5 cursos de ensino profissional e 2 de escolas de comércio” (1960, N. 139, p. 5).

Com a Revolução de 1930, ocorrida com a articulação do movimento de deposição do Presidente Whashington Luís, assumiu, no dia 3 de novembro, como governo provisório, Getúlio Vargas, em um país que também foi atingido pela crise econômica internacional de 1929⁶⁰. Em torno de 70% da população vivia ainda na área rural, sem reais condições salariais e de trabalho. No entanto, a partir da Constituição Federal de 1937 o cenário social do trabalhador foi mudando com o estabelecimento de melhorias, como leis que incidiram sobre a organização patronal e sindical (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

Durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, ocorreram manifestações nacionalistas na área educacional e cultural, além da criação de órgãos como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Tal fato gerou, conseqüentemente, em uma nova configuração da cultura brasileira em diversos setores como:

instrução pública, vida artística e literária, estudos históricos e sociais, meios de difusão cultural como o livro e o rádio (que teve desenvolvimento espetacular). Tudo ligado a uma correlação nova entre, de um lado, o intelectual e o artista; do outro, a sociedade e o estado - devido às novas condições econômico-sociais [...] (CÂNDIDO, 1984, p. 27).

Anteriormente, nos anos de 1920, outras manifestações aconteceram, porém de forma isolada, como foi o caso da Semana de Arte Moderna, conhecida como Semana de 1922. Já na Revolução de 1930, ocorre um processo de "rotinização"⁶¹ com o direito de todos participarem da cultura, que busca não ser mais elitista. Conseqüentemente, na política, surgiu um grande interesse pelas correntes de esquerda, gerando êxito da Aliança Nacional Libertadora, que provocou as repressões ao levante de 1935 e ao Golpe de 1937 (CÂNDIDO, 1984).

⁶⁰ Em razão da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em 24 de outubro de 1929.

⁶¹ Cândido (1984) citou Max Weber, trazendo a palavra utilizada em seus estudos sobre as transformações do carisma.

Aliás, com o movimento de 1930, dando início a toda efervescência cultural no Brasil e, conseqüentemente, as novas transformações, incluindo o ensino superior, favoreceu a fundação, em 11 de março de 1931, na cidade de Santa Maria, da primeira Faculdade de Farmácia e Odontologia fundada por Francisco Mariano da Rocha e José Mariano da Rocha, respectivamente, tio e pai de José Mariano da Rocha Filho. Sua oficialização aconteceu no ano de 1934, pelo General Flores da Cunha através do Decreto nº 5.647, na ocasião, a Faculdade funcionava sem ônus para o Estado (DUARTE, 2014).

No início do século XX, já era perceptível as melhorias na área da saúde no Brasil, com descobertas, por exemplo, sobre o funcionamento de algumas enfermidades. O avanço deu origem ao Decreto do Governo Provisório da República, em 1934, regulamentando o exercício da Medicina e profissões afins. Porém, o fortalecimento da profissão ocorreu nos anos 40, a partir da fundamentação na especialização técnico-científica e, principalmente, pela criação do Sindicato dos Médicos, os Conselhos de Medicina e a Associação Médica Brasileira. Apesar de ser uma cidade interiorana, Santa Maria, através do médico José Mariano Rocha Filho, dando continuidade aos ideais do tio e do pai, se engajou, no ano de 1933, no Movimento pela Interiorização da Educação Superior. Iniciou, então, uma trajetória de conquista na interiorização do ensino superior, a partir de sua experiência, de acordo com Barichello (2012). Sua trajetória como gestor em educação culminou com o reconhecimento da Faculdade de Farmácia e Odontologia pelo Presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 9.586, de 02 de julho de 1942.

Apesar da formalização institucional, a conjuntura era desfavorável, tanto que os professores lecionaram sem remuneração, recebendo apenas apólices da Faculdade, mas que nunca foram descontadas. Diante dessa realidade financeira adversa e do movimento de reestruturação nacional, em 1946, José Mariano da Rocha Filho iniciou um movimento para a anexação da Faculdade de Farmácia à Universidade de Porto Alegre (DUARTE, 2014).

A campanha pela anexação da Faculdade de Farmácia de Santa Maria à Universidade situada na capital tomou vulto e recebeu o apoio de dois cursos superiores então existentes no Rio Grande do Sul, as Faculdades de Direito e Odontologia com sede na cidade de Pelotas. José Mariano da Rocha Filho também teve o apoio dos deputados estaduais, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), José Diogo Brochado da Rocha, Francisco Brochado da Rocha e de Tarso Dutra. Dutra articulou a anexação das Faculdades do interior à Universidade da Capital, que passaria a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), citada na

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 08 de julho de 1947⁶². De outro lado, da parte do Reitor Armando Câmara, da Universidade de Porto Alegre (UPA), existiu resistência.

Em 1948, o parecer de uma comissão de docentes da própria instituição foi desfavorável à incorporação (DUARTE, 2014). A comissão de inspeção de visitação à Faculdade de Farmácia de Santa Maria foi formada por três docentes da UPA que emitiu parecer desfavorável à incorporação da Faculdade de Farmácia de Santa Maria à Universidade de Porto Alegre (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993). A negativa dessa comissão levou José Mariano Rocha Filho a recorrer à mídia, em especial os jornais, tanto o regional como o nacional, para divulgar a situação de "resistência dos poderes instituídos em interiorizar a educação superior" (DUARTE, 2014, p. 107).

Além de valer-se da mídia, José Mariano da Rocha Filho criou, em 14 de março de 1948, a Associação Santa-Mariense Pró-Ensino Superior (ASPES) (ESTATUTO ASPES, 1948). A entidade civil, com sede na cidade de Santa Maria, com autonomia financeira e administrativa, foi criada, segundo Mariano da Rocha Filho (1993, p. 19), a fim de “[...] mobilizar a população e as forças vivas de Santa Maria na execução do objetivo maior – interiorizar o ensino superior através da criação de uma Universidade”. Como força viva de Santa Maria, atuavam as instituições políticas, educacionais, empresariais, religiosas, militares, sindicais e cooperativas, visando o cumprimento do:

[...] dispositivo constitucional que anexava as faculdades do interior à Universidade de Porto Alegre, criando a Universidade do Rio Grande do Sul [...] Na estratégia da abertura dos cursos a ASPES atuava como força política, em nível local, estadual e nacional, além de elaborar o plano de funcionamento dos cursos e decidir a manutenção dos mesmos com a comunidade. Foi assim que, no caso das faculdades de Filosofia e Enfermagem, as Irmãs Franciscanas ficaram mantenedoras, e com referência às faculdades de Ciência Políticas e Econômicas e de Direito, a manutenção foi confiada à congregação dos Irmãos Maristas (BARICHELLO, 2012, p. 24).

Em seu artigo “Universidade de Santa Maria”, terceiro de uma série publicado no jornal “A Razão”, José Mariano da Rocha Filho, acrescenta também o apoio de todas as associações de classe e a imprensa escrita e falada e que o advento de novos meios de comunicação iria auxiliar na integração no País do interior/capital, que despontou o “[...] movimento pró-

⁶² Constituição do Estado RS de 08/07/1947, artigo 36: “A Universidade de Porto Alegre passará a denominar-se Universidade do Rio Grande do Sul, a fim de poder congregar institutos de ensino situados fora da capital do Estado. Parágrafo único: Ficam incorporadas à Universidade do Rio Grande do Sul, desde que satisfeitas as exigências da legislação em vigor, as Faculdades de Direito e Odontologia da cidade de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria.

Universidade de Santa Maria, em março do ano em curso, movimento êsse já praticamente vitorioso” (sic) (1960, N. 213, p. 2).

O conhecimento, para Berger e Luckmann (2011), parte literalmente da teoria sociológica sem, no entanto, abordar questões epistemológicas e metodológicas propostas por Max Scheler e Karl Mannheim, na década de 1920, conhecida como a sociologia do conhecimento. O correto é partir do entendimento que as pessoas vivem de forma diferenciada no mundo e, talvez por isso somente um número pequeno de pessoas realmente se atente com a interpretação teórica dos fatos, já que para a sua real compreensão é necessário fazer uma análise geral do conhecimento a fim de discorrer sobre a construção social da realidade.

Ainda em 1949, foi aprovado no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº. 1043/49 de autoria do Deputado Federal Antero Leiva, atendendo aos apelos de José Mariano da Rocha Filho e dos gaúchos, que acordava a federalização das faculdades do interior do Rio Grande do Sul (BARICHELLO, 2001. p. 148). A incorporação, no entanto, suscitou a renúncia do Reitor Armando Câmara, sendo substituído, ainda em 1949, pelo Reitor Alexandre Martins da Rosa⁶³ com uma administração controversa, mas sendo reconhecido pela sua atuação na criação do Sistema Federal do Ensino Superior no País. Permaneceu até o ano de 1952, assumindo o médico neurocirurgião de fama internacional e catedrático da Faculdade de Medicina de Porto Alegre Eliseu Paglioli.

Reconhecendo a importância de investimentos na área do ensino superior para o desenvolvimento de uma sociedade, a mídia contribuiu significativamente com o andamento desse processo de interiorização do ensino, tanto que em 1950, foi divulgada, nacionalmente, a efetivação da lei que viabilizou a incorporação dos cursos do interior do estado com o ensino público nacional. Por isso, para Barichello (2012, p. 27), “[...] a imprensa era o local de visibilidade das ações empreendidas, reproduzindo não somente os acontecimentos como os discursos pronunciados em sua íntegra e matérias sobre os fatos”.

A proposta de instalação da universidade, relatada por Romeu Beltrão no seu artigo “A localização da Universidade”, publicado no “A Razão”, em 18 de março de 1951, informa que a edificação da USM seria, inicialmente, nas imediações do Parque Imembuí – antigo Prado santa-mariense e, após, no local da Escola Artesanal Dr. Cilon Rosa⁶⁴, porém sendo descartado em razão da proximidade da área ferroviária, que gerava ruído excessivo e fumaça expelida

⁶³ Portal UFRGS/Histórico. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico> Acesso em: 7 abr. 2017.

⁶⁴ Outrora seção feminina da Escola de Artes e Ofícios, atualmente Colégio Estadual Manoel Ribas (PARAENSE; NOAL FILHO, 2018). Também disponível em <https://colegiomanoelribas.weebly.com/> acesso em 07 de ago. 2018.

pelas locomotivas, que carregam substâncias irritantes e prejudiciais, tanto para a saúde como para a aparelhagem dos laboratórios. Outro fator foi a interferência do vento norte nessa zona da cidade (PARAENSE; NOAL FILHO, 2018). Atualmente, a UFSM tem sede no bairro Camobi, pertencente à cidade de Santa Maria, localizada no Estado do Rio Grande do Sul (RS), distante 292 km⁶⁵ de Porto Alegre, capital do RS.

Em 1958, a ASPES aprovou o projeto de construção do Centro Politécnico, conjunto formado por treze edifícios, criado pelos arquitetos Oscar Valderato e Roberto Nadalutti, representantes da empresa FOMISA. Apesar de existir o projeto, não existia ainda uma área física e tampouco recursos financeiros. Mas, diante de empenho político, tanto da parte do professor Mariano da Rocha Filho e do Deputado Tarso Dutra, já no ano seguinte, o próprio Deputado anunciou a liberação de dez milhões de cruzeiros para a ASPES e seis milhões para as faculdades particulares, mantidas pelas irmãs Franciscanas (CALIL, 2013).

Todavia, faltava a área destinada à construção do Centro Politécnico que foi conseguida por meio de doação, das famílias Behr e Tonetto, de 40 hectares de terra à ASPES, ficando determinado como condição a devolução do patrimônio aos doadores caso não fosse concretizado o objetivo – o Centro Politécnico, conforme Escritura pública nº 27, registro 39038, Cartório de Imóveis de Santa Maria (CALIL, 2013).

Na ocasião foram desapropriadas 11 glebas de terras⁶⁶, total de 578ha2224, em conformidade com o Decreto nº 267, de 1º de dezembro de 1961, no art. 2º, determinou-se que “a área constituída pela desapropriação dos imóveis referidos no artigo anterior, no total de 578 Ha. 2.224, se destina à localização dos Institutos da Universidade de Santa Maria, criada pela Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960” (BRASIL, 1961). Porém, no contrato de doação constam as Glebas de 2 a 11, exceto a de número 1, doação das famílias Behr e Tonetto à ASPES, para construção do Centro Politécnico, e a de número 4, que ainda não foi regularizada, a partir de informação da Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (CALIL, 2013).

A Cidade Universitária seria concretizada, com a planificação de suas ruas e avenidas. A avenida principal ficou definida com 28 metros de largura recortado por um canteiro central e dois laterais, cujo serviço era ininterrupto, constituído por duas turmas de trabalhadores. Já

⁶⁵ Portal Geógrafos. Disponível: <<http://www.geografos.com.br/distancia-entre-cidades/distancia-entre-porto-alegre-e-santa-maria.php>> Acesso: 20 jan. 2016.

⁶⁶ Área de terreno que ainda não foi objeto de parcelamento regular, isto é, aprovado e registrado. Após o registro do parcelamento a gleba deixa de existir juridicamente, dando lugar aos lotes e áreas públicas dele decorrentes (MARIANO DA ROCHA FILHO). Disponível em: <http://cartoriosbr.com.br/5320/o-que-e-gleba/> Acesso em: 15 fev. 2017.

estava sendo projetado também, colocar água, luz, esgoto, jardins e iluminação pública no local (A RAZÃO, 1964, N. 150, p. 6). A cidade tomava forma.

As ações da ASPES foram apoiadas pela imprensa, que pode ser considerado fator decisivo para o fortalecimento do movimento de interiorização da educação superior, seguindo com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC), a Escola Superior de Enfermagem Nossa Senhora da Medianeira (FACEM), a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Faculdade de Direito (BARICHELLO, 2012; DUARTE, 2014).

No ano de 1960, foi iniciado um movimento presidido pelo professor José Mariano da Rocha Filho, Presidente da ASPES, para dar continuidade ao plano educacional brasileiro na cidade interiorana de Santa Maria. O objetivo era criar uma universidade que dessa maior oportunidade aos indivíduos de outras localidades, próximas da região central, no ensino superior. Nesse período já existiam alguns cursos em funcionamento, sendo que o último, antes da criação da Universidade, foi o Centro Politécnico de Santa Maria. A instalação da pedra inaugural ocorreu em janeiro de 1960 (A RAZÃO, 1960, N. 72, p. 1) e, a criação do Centro Politécnico ocorreu em 30 de junho deste ano, considerado como o “embrião da futura Cidade Universitária ‘José Mariano da Rocha Filho’” (DUARTE, 2014, p. 120).

Após um período intenso de mobilização, favorável ou contrária, a criação de uma universidade em Santa Maria, foi concretizada com o esforço da ASPES em prol do seu desenvolvimento, sendo sancionada através da Lei nº 3.834-C pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 18 de dezembro de 1960, a Universidade de Santa Maria.

Uma história em uma instituição de ensino superior é construída a partir da criação e da experiência comunitária que, no caso desta pesquisa, apresenta a USM como uma referência em ensino no interior do Estado do Rio Grande do Sul, um ideal de José Mariano da Rocha Filho, indivíduo com vivências acadêmicas iniciadas na Universidade de Porto Alegre e ciente da “[...] função da universidade no progresso da humanidade” (BARICHELLO, 2001, p. 56).

Sem dúvida, outro fato que foi fundamental para a idealização e criação da USM foi a concretização do Instituto Eletrotécnico, com apoio da ASPES, do Governo do Estado do RS e do Deputado Federal Tarso Dutra. Inclusive, em reconhecimento pelo seu empenho, o Deputado foi homenageado durante a instalação do Centro Politécnico, no dia 30 de junho de 1960, numa solenidade que ocorreu à tarde com várias festividades, além da inauguração de uma placa na Faculdade de Filosofia, em homenagem ao parlamentar. No período da noite ocorreu um ato na sede da Escola Hugo Taylor. Pela sua relevância, o “A Razão” fez questão de acompanhar as etapas da construção do Politécnico, na Cidade Universitária, em Camobi,

com o registro fotográfico do lançamento da pedra fundamental. Por isso, o Jornal entendia que a USM prestava uma “soberba realidade a serviço da cultura do Rio Grande do Sul e do Brasil”, conforme observado na Figura 5 (A RAZÃO, 1962, N. 261, p. 3).

Figura 5 – USM soberba realidade no serviço da cultura.



Fonte: Jornal A Razão (1962, N. 261, p. 3)

Registrou, também, em nota divulgada em 12 de abril de 1964, um panorama dos prédios que estavam sendo utilizados para o desenvolvimento das atividades administrativas e de ensino e, ainda, os que estavam sendo planejados. Na Figura 6, apresentam-se fotos dos prédios, como a Escola Hugo Taylor, com destaque na parte central da montagem, a construção

do prédio que hoje é chamado de Antiga Reitoria, situado na rua Marechal Floriano Peixoto, no centro da cidade (A RAZÃO, 1964, N. 155, p. 6).

Figura 6 – Os prédios que fizeram parte da história da USM.



Fonte: Jornal A Razão (1964, N. 155, p. 6)

A cada ano, após a sua criação, a USM era uma realidade, e em razão do empenho da comunidade e apoio político passou a gerar investimentos no comércio local com a abertura de empresas na área automobilística, de vestuário, hoteleira, etc. Oliveira (2016) relatou, de modo breve, as contribuições da instalação de uma universidade na cidade de Santa Maria, diante de uma realidade ainda muito precária:

É claro que a universidade foi fundamental. Santa Maria seria outra totalmente diferente. Então a partir da Universidade é claro, comércio, desenvolveu aqui, desenvolveu ali. Pensa naquele vestibular que se fazia até poucos anos atrás, que trazia

aquela quantidade incrível de gente para cá, primeiro eles vinham para fazer o pré-vestibular nos cursinhos, enchia a cidade. O que se vendeu e alugou de apartamentos pequenos para estudantes universitários, o que havia de pensões que recebiam estudantes era uma coisa de louco. Depois a era da pensão acabou (...) a construção civil construiu horrores. Veio quantidade de família morar aqui. (...) Logo terminava ali a cidade [Avenida Nossa Senhora da Medianeira], até Camobi era deserto total. Quando começamos no curso de Veterinária (...), pegava o ônibus na Reitoria Velha e o ônibus passava e logo, logo ali era deserto [Era estrada de chão] Ali alguns trechinhos pequenos com restinhos de asfalto da II Guerra Mundial. (...) Santa Maria pela sua localização, etc. e tal, próximo da fronteira, tinha uma base área muito importante, já em 1938, 39. E os americanos asfaltaram daqui a Camobi. (...) Deste asfalto de 1942, 40, ainda tinham sinais (...) Era um deserto total.

Na entrevista concedida por Oliveira (2016), para esta pesquisa, geograficamente, a cidade era de interesse estratégico, inclusive dos americanos, mas faltava investir em algo concreto, como aconteceu com o ensino, talvez por isso a relevância da USM como valor-notícia. Esta constatação deve-se ao número de narrativas publicadas no período que antecedeu a criação até o período da aula inaugural, por meio de notícias, reportagens, artigos, etc.

Gradativamente, de acordo com as narrativas do “A Razão”, a “Cidade Universitária” de Santa Maria estava recebendo investimentos em infraestrutura como: a instalação de redes de iluminação pública (1965, N. 183, p. 6); pleiteamento de novos telefones para a cidade (1964, N. 179, p. 6); surgimento de novos postos de combustíveis, divulgado pela notícia “Mais um posto Shell em Santa Maria” (1965, N. 302, p. 5); disponibilização de mais água para a cidade; o primeiro plano diretor em Santa Maria (1966, N. 238, p. 3), asfalto e linha de ônibus no bairro Camobi, etc. Percebeu-se desse modo, o entusiasmo na divulgação de novas oportunidades ao comércio local, como foi o caso da inauguração de uma loja de vestuário, com a seguinte manchete: “Elegância Feminina entrega a Santa Maria um estabelecimento modelar”. O destaque foi tanto que, a notícia publicada no dia 11 de setembro de 1966, mereceu um espaço de página inteira, medindo 19,5x57 cm (A RAZÃO, 1966, N. 244, p. 5).

Discurso semelhante se deu para empresa de veículos, conforme pode ser visualizada na Figura 7, afirmando ser um acontecimento marcante para a cidade, "vivendo seus maiores dias de sua história com a inauguração de VEÍCULOS SANTA MARIA S.A."

Figura 7 – Registro de crescimento da cidade de Santa Maria.

Acontecimento Marcante:

INAUGURAÇÃO DE VEÍCULOS SANTA MARIA S.A.: HOJE!

Conforme noticiamos, Santa Maria, viverá esta manhã um de seus maiores dias de sua história, com a inauguração de VEÍCULOS SANTA MARIA S.A., uma organização que virá servir nossa cidade no terreno automobilístico local e de cidades vizinhas.

VEÍCULOS SANTA MARIA S.A., será o representante aqui da Volkswagen do Brasil S.A. que oferecerá ao público santamariense não só os últimos tipos da linha Volkswagen, em Santa Maria, como também um autêntico serviço de assistência técnica dos carros da Volkswagen existentes em nosso município.

PROGRAMA

O programa a ser desenvolvido hoje é o seguinte:
 Recepção ao Sr. Repre em Continuação na 5ª. Pág. letra E



Fonte: Jornal A Razão (1966, N. 244, p. 5)

No entretenimento percebeu-se a consolidação de hábitos de lazer, como atividades festivas em clubes, como a notícia “Clube Comercial numa belíssima promoção Miss RGS” (A RAZÃO, 1965, N. 201, p. 6) e a divulgação do funcionamento do Restaurante e Churrascaria do Castelinho na notícia “Esso e Berleze unidos no progresso” (A RAZÃO, 1965, N. 186, p. 4). Muitos eventos surgiram, especialmente os de beleza, como o concurso ocorrido em novembro de 1967, divulgada pela notícia como “Concurso Rainha Universitária: Dia 14 será o grande encontro da Beleza Universitária” (A RAZÃO, 1967, N. 24, p. 10).

A Cidade Universitária passa a ser reconhecida, também, como Cidade Cultura, pelo número de instituições de ensino. A Universidade tem como meta “a formação de um homem integral, do homem culto” e, portanto, deve ser um centro de cultura, formando um cientista, desde que “saiba sintetizar o saber de forma a satisfazer o seu espírito, o sôpro divino que o anima em busca das grandes belezas do infinito” (sic) (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011, n. p.). Mas, para o autor, isso somente será possível, se houver trocas de saberes entre os povos.

A Universidade facilita essas trocas, conforme entendimento de Mariano da Rocha Filho (2011, n. p.) pois os cursos devem ser ministrados por “sábios, profissionais eminentes, sociólogos, industriais”. Por isso, convidava profissionais conceituados para colaborar com as atividades da Universidade, como o pianista Sebastian Benda, reconhecido internacionalmente (MAISSIAT, 2015). O próprio Maissiat (2003) comentou que a criação, em 1963, durante a sua

gestão como Diretor Fundador da Escola de Belas Artes da USM, da Associação Cultural Santamariense facilitou e intermediou, com o apoio técnico e artístico, as “atividades artísticas e culturais como exposições, concertos e recitais” (apud ISAIA, 2006, p. 203).

E, de fato isto era realidade, como pode ser comprovado pelos eventos realizados na cidade e divulgados no Jornal, especialmente idealizados pela Faculdade de Belas Artes, talvez por isso muito comemorada pelo discurso do Jornal. Um dos eventos, o **I Concurso Nacional de Piano Heitor Villa-Lobos**, foi muito saudado e com diversas publicações no “A Razão”, com acompanhamento diário da imprensa, de 10 a 14 de maio de 1965, durante a sua realização.

O evento foi promovido pela Reitoria da USM, com um “prêmio de 500 mil cruzeiros, ao primeiro colocado e 300 mil ao segundo” e, ainda, o lançamento do “Primeiro Salão Nacional de Gravura, cujo prêmio principal é de um (1) milhão de cruzeiros” (A TRIBUNA, SP, 10, fev., 1966 encontrado em *clipping* no Departamento de Arquivo Geral – DAG, da UFSM). Idealizado e conduzido pelo professor Geraldo Maissiat, o evento contou com a participação da viúva de Villa-Lobos, Arminda Villa-Lobos, cujo encontro é visualizado na Figura 8.

Figura 8 – I Concurso Nacional de Piano Heitor Villa-Lobos.



Fonte: Jornal A Razão (1965, N. 178, p. 6)

Esse tipo de acontecimento, geralmente, é materializado em algum suporte de comunicação, através da linguagem, que permite a sua apresentação e certificação desse algo, podendo ou não ser considerado pelos historiadores como um fato histórico. As informações produzidas são recorrentes de uma ação, em um determinado contexto histórico, como o exemplo, um concurso de música erudita em uma universidade. O acontecimento é o concurso que, a partir desta ação de competição, surgem informações como: tempo, espaço, instrumento, participantes, público, requisitos de avaliação, banca julgadora e, finalmente, o vencedor. Para ser divulgado é necessário compartilhar o acontecimento, partindo de um emissor até chegar ao receptor, através dos suportes de comunicação. Porém, percebe-se nas narrativas o emprego da escrita que trazem traços que entremeiam com a realidade, associado a um julgamento sensorial e cultural, dependendo, segundo Ricoeur (2007, p. 42) dos “estados das coisas” ou como Seixas

(2012, p. 29) aponta a “situação (na dimensão do contexto); e situação de saber comum (atual, conhecida para uma dada sociedade)”.

Os “estados das coisas”, isto é, a realidade social do momento, aliado ao empenho dos sujeitos legitimados, conforme entendimento do Reitor fundador José Mariano da Rocha Filho (2011, n. p.), aponta para a necessidade de associar cultura e universidade, com a colaboração da USM como centro de cultura. Para tanto, foram promovidos inúmeros eventos nacionais e internacionais, como a Feira Internacional do Livro, realizada em outubro de 1966 (A RAZÃO, 1966, N. 7 (?), p. 6).

As instituições de ensino contribuíram para o crescimento de Santa Maria. A UFSM, por exemplo, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶⁷, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, cresceu 22% em número de alunos matriculados, durante a gestão, de 2010 a 2013, do Reitor Felipe Müller e do vice-reitor Dalvan Reinert. Nesse período foram criados 35 novos cursos na Instituição como um todo (campus sede e outros *campi*) que demandaram investimentos, tanto financeiro como de pessoal, para a construção de salas de aulas, laboratórios e outros setores. Portanto, a “área da UFSM cresceu 50% em 4 anos”, conforme manchete do jornal “A Razão” (2013, p. 13).⁶⁸

A demanda de pessoal qualificado para a construção civil, associado ao aumento de alunos matriculados levou, naturalmente, ao desenvolvimento e crescimento da população da cidade, como pode ser observado pelo resultado do censo, ano de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶⁹, com total de 261.031 pessoas. Segundo Lamas, em notícia publicada em GaúchaZH Geral⁷⁰, a partir dos dados publicados, em 1º de julho de 2014, pelo IBGE, a população do município passou a contar, em média, com mais de 2 mil pessoas por ano.

⁶⁷ O governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. As ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Portal MEC Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acesso em: 21 jul. 2018.

⁶⁸ UFSM na mídia. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=11581> Acesso em: 25 jul. 2018.

⁶⁹ IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/santa-maria/panorama> Acesso em: 25 jul. 2018.

⁷⁰ Portal GaúchaZH População de Santa Maria aumenta em pelo menos duas mil pessoas ao ano desde 2000. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/08/populacao-de-santa-maria-aumenta-em-pelo-menos-duas-mil-pessoas-ao-ano-desde-2000-cj5vp6fuu0nfxbj0hc8l4pml.html> Acesso em: 25 jul. 2018.

5.1.1 Gêneros jornalísticos das narrativas jornalísticas

Se a informação é fabricada no campo jornalístico para fins de comprovação dos fatos noticiados nos jornais, o receptor precisa ser um leitor crítico e, se possível, ter noções sobre as diferentes competências e técnicas de cada gênero jornalístico (SEIXAS, 2012). Por isso, neste estudo, seguindo as orientações de Melo (2012), foram revistos e classificados os gêneros jornalísticos e seus respectivos formatos das narrativas selecionadas de 1960 e 1961.

Os gêneros legitimados contemporaneamente são: informativo, opinativo, interpretativo, utilitário e diversional (MELO, 2012).

Por gênero, Seixas (2012, p. 27) parte do pressuposto que é um “ato comunicativo relativamente estável” que apresenta a enunciação do discurso, o fazer linguístico, produzido a partir da “relação entre objetos de realidade, tópicos jornalísticos e compromissos realizados pelo ato de linguagem” (IBIDEM, 2012, p. 28). O compromisso com a realidade é possível, principalmente, pela reportagem, dito por Traquina (2005), baseado em Tuchman (1978), que como recurso de fidelidade da narrativa o uso de aspas, ou seja, o gênero jornalístico da reportagem, com a realização de entrevistas, favorece a sua aceitação como verdadeiro, por permitir dar voz a personagens. Esse recurso foi muito utilizado para a composição da personagem do professor José Mariano da Rocha Filho, especialmente, no período em que atuou como Reitor da Universidade de Santa Maria. A personagem tem o poder do discurso motivador como diferencial.

Se a informação é fabricada, para comprovar os fatos noticiados nos jornais, é preciso ser crítico, mas como foi produzido no campo jornalístico, conforme recomenda Seixas (2012), deve-se conhecer desde o gênero jornalísticos até as diferentes competências e técnicas. Como gênero, cita o informativo, interpretativo, de aprofundamento, investigativo, opinativo, diversional e de precisão. Enquanto as competências são os chamados “[...] saberes empregados na prática jornalística de competência de reconhecimento, competência de procedimento, competência discursiva e competência de domínio, que é o saber especializado sobre outro domínio que não o jornalístico” (IBIDEM, 2012, p. 42).

No período analisado, existiram dois momentos em que o jornal "A Razão" publicou um maior número de narrativas da USM: o primeiro, quando da criação da USM, em 14 de dezembro de 1960, e da sanção pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 18 de dezembro de 1960; o segundo com a divulgação das festividades em razão do ato de instalação da USM ocorrida em 18 de março de 1961.

Demonstra-se assim, a identificação da categorização dos gêneros jornalísticos utilizados na divulgação dos acontecimentos da fase que antecedeu a criação da Universidade, ano de 1960, até o final do primeiro ano de gestão da USM, no ano de 1961.

Inicialmente, é traçado um panorama dos gêneros jornalísticos empregados no período de 1960, sendo que a maioria das narrativas ficou classificada em informativo que, de acordo com Melo (2012, p. 22), é o “relato dos grandes acontecimentos”, divulgado por meio de notícias, discorrendo sobre o movimento pró-Universidade e as ações que resultaram na criação da USM, em dezembro de 1960.

Outro gênero muito empregado foi o opinativo, referente as “denúncias, críticas e libelos” (MELO, 2012, p. 22). Pela intensidade de narrativas jornalísticas divulgadas, naturalmente, foram utilizados recursos gráficos, como a paginação em “L”, adotando letras do alfabeto para sinalizar a continuidade da narrativa jornalística em outra coluna ou página do Jornal. Esse recurso, próprio do período analisado, foi muito empregado pelo “A Razão”, porém, em 1981, conforme sugere Mário L. Erbolato, já deveria ser eliminado.

Percebeu-se, o emprego desse gênero por um viés positivista, especialmente com comentários de apoio ao movimento pró-Universidade, com a colaboração efetiva das personagens jornalísticas que atuaram em prol da criação e/ou instalação da Universidade, conforme pode ser visualizado no Quadro 2 que focaliza o ano de 1960.

Quadro 2 – Gêneros jornalísticos apresentados no jornal “A Razão” em 1960.

Ano/ Fato	Mês	Jornalismo Informativo				Jornalismo Utilitário				Jornalismo Opinativo				
		nota	notícia	repor- tagem	entre- vista	roteiro	serviço	indicador	cotação	comentário manifesto	artigo	caricatura	coluna	crítica
1960 Criação da USM	janeiro	1	1	1										
	fevereiro		2	2						1		1		
	março			2						2				
	abril									1		1 (NS)*		
	maio		1					1						
	junho		2											
	julho		2							1				
	agosto									3 (série)			1	
	setembro		1							1 (série)	1	1		
	outubro		3								1			
	novembro	2 (▪)	3							10				
dezembro	1 (●)	15	4				3(■)		5/13(☼)	4				
Total		4	30	9			3	1		24/13	6	1	3	

Fonte: elaborado pela autora do trabalho

- apoio das comunas riograndenses à universidade por telegrama; - *NS – Napoleão Sacchis; - (?▪) Secção Filatélica – não foi contabilizada – 3 – (1 crítica)); - (?●) nota (pequeno texto com foto); - (☼) congratulações; - (■) convite; - Edital (8?)

Durante o ato de instalação foram utilizados recursos iconográficos como a charge que, para Melo (2012), como a função institucionalizada da atividade jornalística é informar, chama a atenção que existe uma incerteza no que realmente é produto jornalístico, como é o caso do *cartoon*, que citou como não resultante da função de informar e, sim de entreter. Entende-se porém, que no caso estudado foi um produto resultante da divulgação do Jornal, que teve um viés de entreter mas ao mesmo tempo de divulgar um feito de interesse da comunidade e do próprio veículo de comunicação a partir da instalação da USM na cidade de Santa Maria (RS).

Considerando o produto final do jornal "A Razão" no período analisado, por não existir ainda a internet, o gênero documental utilizado foi somente o textual, produzido em suporte papel. Agregando ao textual foi empregado, também, o recurso iconográfico, com fotografias e charges. Para Innis (2006), o incremento das ilustrações tinha como objetivo comunicar através do olhar, com ênfase no regionalismo, mas também, o controle de grandes áreas, buscando a descentralização. No entanto, considerando a sua articulação tempo-espaço, cujas alternâncias ocorriam devido as organizações políticas e a própria tecnologia, em determinado momento o monopólio era sobre o tempo (passado-presente), já em outro sobre o espaço (local-global).

A descentralização, tanto das atividades de ensino como administrativa, foi sempre uma das metas da personagem, para tanto utilizou-se das mídias, especialmente, o jornal, como estratégia comunicacional de divulgação de suas ações, como suas viagens noticiadas pelo Jornal. Recorreu, também, à publicação de artigos afirmando ao leitor que o sonho de ter uma universidade em uma cidade do interior era possível e, de fato, aconteceu.

Como gêneros jornalísticos, o jornal "A Razão" recorreu, principalmente, ao emprego de notas, notícias e reportagens, sendo que a maioria com entrevistas com a personagem professor e, então, Reitor José Mariano da Rocha Filho. Outro recurso adotado foram os artigos, cujos respectivos autores determinaram o fato de concretização do ideal de interiorização do ensino superior como um momento histórico para a comunidade santa-mariense, com méritos ao professor Mariano Filho.

No Quadro 3 é possível reconhecer o cenário de gêneros jornalísticos utilizados pelo "A Razão", visualizando-se um número considerável de narrativas inseridas no jornalismo opinativo no ano de 1961, com artigos trazendo um posicionamento favorável ao acontecimento "ato de instalação da USM". No ano de 1961, aconteceu o ato legitimatório de instalação da Universidade de Santa Maria, ocorrido em 18 de março de 1961.

Quadro 3 – Gêneros jornalísticos presentes no jornal "A Razão" em 1961

Ano/ Fato	Mês	Jornalismo Informativo				Jornalismo Utilitário				Jornalismo Opinativo				
		nota	notícia	repor- tagem	entre- vista	roteiro	serviço	indica- dor	cota- ção	comentário manifesto	artigo	caricatu- ra	coluna	crítica
1961 Instala- ção da USM	janeiro	2	6							3 (☀)				
	fevereiro	1 (foto)	5							1(☀)				
	março	11 (foto)	16	4			19 (congr)				12	2 (charge)		
	abril	1		3			6			1				
	maio						3							
	junho		1											
	julho	1	1	3										
	agosto	3												
	setembro		2	2										
	outubro		3	1										
	novembro	2 (foto)	5	1										
	dezembro		6	2										
Total		21	45	16			28			5	12	2		

Fonte: elaborado pela autora do trabalho.

- apoio das comunas riograndenses à Universidade por telegrama
 - (?•) Secção Filatélica – não foi contabilizada – 2 (coluna de Cárrión)
 - (?●) nota (pequeno texto com foto)
 - (☀) congratulações
 - (☐) convite Edital (8)
- Jornalismo Interpretativo (Formato: Dossiê, Perfil, Enquete (indicador) e Cronologia)

O próprio sujeito, a partir da adoção de práticas comunicacionais, utiliza-se racionalmente desses rastros na construção da sua imagem, como por exemplo, o uso de documentos iconográficos. A imagem, através da fotografia, segundo McLuhan (1964, p. 2015) “[...] estende e multiplica a imagem humana em proporções de mercadoria produzida em massa”. Mercadorias são produzidas, ou melhor, fotografias captadas pelo rastro cerebral transformado em rastro documental, que passa a ser replicado em razão do aperfeiçoamento da comunicação, que para Innis (2006) favoreceu o desenvolvimento de mercado e de indústrias. Uma fotografia pode dar origem a um fenômeno social, como aconteceu com a imagem captada em comemoração pelo final da Segunda Guerra Mundial, registrada no dia 14 de agosto de 1945, pelo fotógrafo Alfred Eisenstaedt, conhecida como “The Kiss”⁷¹.

No caso da USM, uma fotografia que marcou foi a da personagem deste estudo, já como Reitor José Mariano da Rocha Filho, em sua comemoração com a multidão que foi recepcionar a caravana das ASPES, em 23 de dezembro de 1960, no aeroporto de Camobi. Foi um retrato da vitória da ASPES, da comunidade local, regional e federal, concretizada diante da luta por um ideal. Outro gênero utilizado como recurso foi a charge, trazendo a figura da personagem jornalística, o Reitor José Mariano da Rocha Filho, iluminada pela luz (do seu ideal), apresentada durante a comemoração festiva, em 18 de março de 1961, da instalação da USM.

Por fim, salienta-se a participação efetiva dos jornalistas do A Razão nas comemorações do chamado “Dia da Universidade”, considerado o “acontecimento máximo do ano”. Naquele período, além do jornal, as informações divulgadas na rádio sobre as ações da Universidade já eram de interesse da comunidade local, conforme relata o entrevistado Oliveira (2016), como por exemplo, o acompanhamento da programação de colação de grau da primeira Turma de Medicina da USM, em 1961.

5.1.2 A memória construída através das narrativas jornalísticas

Neste estudo, apresenta-se de forma breve, a ideia de Berger e Luckmann (2011) sobre os fundamentos do conhecimento diante da realidade da vida cotidiana, passando pelos produtos da mídia impressa, na interpretação de Thompson (1995). Estes produtos estão situados em determinado tempo e espaço, contribuindo para a modelagem e remodelagem das habilidades dos indivíduos e, conseqüentemente, do conhecimento. A teoria da matéria-prima

⁷¹ História da fotografia. A história nada romântica por trás da foto do beijo mais famoso do mundo. Disponível em: <http://iphotochannel.com.br/historia-da-fotografia/a-historia-nada-romantica-por-tras-da-foto-do-beijo-mais-famoso-do-mundo>. Acesso: 20 abril 2018.

de Innis (2011) serve como base para o aprofundamento da questão do tempo e do espaço na comunicação, assim como a tecnologia, explorada por McLuhan (1964), acordando com a discussão da realidade atual.

Situa-se, inicialmente, nos valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas para, conforme sugere Thompson (1995), compreender descritivamente e simbolicamente como a sociedade santa-mariense vivia "culturalmente" desde o relato de sua fundação como localidade, em 1797, até o século XX, contado através das narrativas que tinham como acontecimento a Universidade de Santa Maria e seus indivíduos.

O percurso da vida cotidiana dos indivíduos, especialmente após o surgimento e desenvolvimento das indústrias da mídia, identificado por Thompson (1995, p. 220) como mediação da cultura moderna, sendo este o "processo que caminha lado a lado com a expansão do capitalismo industrial e com a formação do sistema moderno de estados-nação". Com isso, a informação, à medida que a automação avança, é o bem de consumo indispensável, mais que os produtos sólidos, sendo apenas casuais no movimento informacional (MCLUHAN, 1964).

Esse processo traz transformações sócio-históricas que podem ser acompanhadas diariamente pelos meios de comunicação que “[...] apresentam um fluxo contínuo de palavras e imagens, informação e ideias, a respeito dos acontecimentos que têm lugar para além de nosso ambiente social imediato” (THOMPSON, 1995, p. 219). O emprego de determinado suporte na comunicação influencia e pode gerar, inclusive, distúrbios culturais, percebidos em “períodos nos quais a força ocupa um lugar importante, e são seguidos de período de calma, nos quais a lei estabelece a ordem” (INNIS, 2011, p. 101). Ainda sobre a utilização dos suportes, o teórico afirma que a disponibilidade do papel, devido a sua mecanização, motivou o fortalecimento de monopólio da indústria editorial, ou melhor, um monopólio de conhecimento.

Innis, possivelmente foi o primeiro teórico da globalização justamente por vislumbrar um mundo integrado por um sistema de comunicação, gerando um monopólio de conhecimento dos impérios que detinham o poder político-econômico (MARTINO, 2011). No entanto, foi McLuhan (1964) quem cunhou o termo Aldeia Global, possibilitado pela nova era da informação elétrica e da produção programada, totalmente descentralizada. Os meios de comunicação, como o jornal, passam a ter maior visibilidade e, conseqüentemente, um aumento no consumo a partir do surgimento da automação, inicialmente investindo principalmente em publicidade e entretenimento. Aliás, o teórico já reconhecia a informação como o bem de consumo mais importante (IBIDEM, 1964). E, sem dúvida, com o advento da internet, mantém-se ainda como o bem mais consumido.

Neste estudo, apresenta-se a estória da Universidade de Santa Maria a partir das narrativas jornalísticas, como registros das ações de personagens que fizeram e, ainda, fazem parte da história da Instituição, numa abordagem de áreas como Comunicação, História e CI (Arquivologia), cujos conhecimentos auxiliaram na elaboração da proposta intitulada critério de memória das personagens jornalísticas. Inicia-se assim, pela reconstituição da estória de criação e instalação da USM.

O acontecimento que decorre de uma ocorrência, num determinado domínio do espaço público, pode ser transformado em uma informação. Mas somente passa a ser notícia se houver um conjunto de informações provenientes de determinada fonte, inserida no mesmo espaço temático, que se deduz ser um discurso fidedigno. Porém isto não é suficiente, na opinião de Charaudeau (2012), existe também o contrato de comunicação midiática com a finalidade de dar credibilidade e captação no discurso de informação, produzido pelo jornalista e a instância midiática, ou o sujeito informante. Contudo, ambos têm um projeto pessoal de descrição, mas ao mesmo tempo precisam transmitir fielmente o acontecimento a partir da adoção de critérios de seleção, por existirem muitos episódios acontecendo diariamente. Por isso, o analista precisa delimitar o período a ser estudado, estabelecendo o início, o desenvolvimento e o final do enredo, a fim de conhecer a estória. Para tanto, deve-se:

[...] decompor e recompor a estória com rigor e identificar suas partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e o antagonistas principais e seus adjuvantes, como o enredo organiza a totalidade, e assim por diante, a fim de compreender como o narrador compôs sua estória na situação de comunicação (MOTTA, 2013, p. 141).

Com a ênfase nas personagens jornalísticas, a fase de reconstrução dos acontecimentos que viraram fatos, foi preciso recuperar, inicialmente, o enredo da estória que foi iniciado antes da fundação da Universidade de Santa Maria, a fim de recuperar a sua estória, nos anos de 1960 e 1961, a partir das narrativas. Existe, assim, a necessidade de compreensão dos significados daqueles acontecimentos, já não mais contemporânea e sim histórica, ditadas por regras de comportamento humano e institucional diferentes desse contexto atual, tanto na política educacional como na vida cotidiana dos indivíduos.

Retornando a análise proposta neste estudo, considerou-se o ano de 1960, que antecede a sua oficialização, ocorrida em dezembro e, o ano de 1961, com a instalação da USM e suas ações, tanto estruturais como também de ensino e pesquisa.

Durante a etapa de reconstrução da estória, foi adotada uma espécie de resumo-síntese, recurso sugerido por Motta (2013), que neste estudo optou-se por estabelecer as três fases dos acontecimentos, no ano de 1960, ordenados de 1 a 3, a fim de facilitar a identificação das fases. Como mais explorados pelo “A Razão”, identificou-se: **movimento pró-Universidade** (1), **ato de criação** (2) e **festividades** (3). E, de 4 a 7, no ano de 1961, nomeadas, em quatro fases: **congratulações/confraternização** (4), **instalação oficial USM** (5), **ações de ensino** (6) e **Cidade Universitária (gestão, ampliação e orçamento)** (7).

Em janeiro de 1960, o Jornal noticiou três acontecimentos ligados ao ensino superior em Santa Maria, sem, no entanto, tratar sobre o interesse na criação de uma universidade. Os temas foram o Instituto Politécnico, o evento da exposição da Farmácia e o funcionamento da Faculdade de Direito. Por isso, neste estudo, feito a partir de notícias publicadas no jornal “A Razão” de Santa Maria, considera-se que a primeira fase - o **movimento pró-Universidade**, foi iniciado somente em fevereiro de 1960.

O fato de a pesquisa ser feita empiricamente a partir do jornal “A Razão” explica porque considerar o movimento a partir de 1960, quando este começou a ser divulgado com mais ênfase pelo Jornal. No entanto, de fato, o movimento começou em 1948, quando da criação da ASPES, intensificando-se cada vez mais, especialmente pelo empenho de seus membros e do seu presidente, na época, José Mariano da Rocha Filho. O movimento contou com o apoio da comunidade santa-mariense e do “A Razão”, que se posicionou favorável à criação da Universidade, disponibilizando espaços para manifestações através de reportagens, notícias e artigos. Outro apoio significativo recebido pela ASPES foi de políticos e autoridades civis, militares e eclesiásticas da Região Sul, como o apoio do Bispo Diocesano Dom Antonio Reis que fez um histórico pronunciamento ao Jornal para consagrar Santa Maria como “Cidade Universitária”, visto na Figura 9.

Figura 9 – Pronunciamento favorável do Bispo Diocesano Dom Antonio Reis.



Fonte: jornal A Razão (1960, N. 73, p. 8)

Para o Bispo Dom Antonio Reis (1960, N. 73, p. 8) o município já se consagrava como “cidade estudantil por natureza”, com excelentes resultados no ensino primário e secundário, necessitando, porém, oficializar o ensino superior que já existia na época. No seu pronunciamento faltava apenas pedir ao governo federal uma universidade para Santa Maria como um novo “centro de estudos para milhares de alunos vindos das cidades e municípios circunvizinhos como também distantes” e, por isso:

É difícil calcular com exatidão o que significará para esta cidade e para o interior do Estado a fundação de uma Universidade. Podemos dizer que equivale à fundação de uma nova cidade uma gloriosa Atenas do interior do Rio Grande, onde muitas gerações de jovens inteligências (digo, inteligentes) encontrarão a magnífica oportunidade de tornarem grande esta Pátria, o Brasil que só será grande pela cultura e pela dignidade moral de seus filhos (REIS, 1960, N. 73, p. 8).

Paralelamente ao movimento pró-Universidade foi criada a Faculdade de Direito por meio do Decreto nº 47.436, de 16 de dezembro de 1959, impulsionando o ato de criação da Universidade, publicado em 15 de janeiro de 1960 pelo Jornal. A Faculdade era mantida pela Sociedade Meridional de Educação (Congregação dos Irmãos Maristas), com direção de Oscar Mombach, conhecido como Irmão Gelásio. No primeiro ano, o próprio Diretor Mombach lecionou algumas disciplinas na Faculdade (A RAZÃO, 1960, N. 81, p. 8).

A partir de abril de 1960 intensificou-se o interesse pela criação da universidade, tanto que o “A Razão” apresenta reportagens, notícias, colunas e notas sobre o assunto, sempre associando a criação de uma universidade com o progresso de Santa Maria, registrado pelo colunista Napoleão Sacchis, em que "A Universidade é uma imposição do progresso de Santa Maria!" (1960, N. 123, p. 2). Já em agosto, volta a abordar a necessidade da criação da universidade trazendo a coluna intitulada "A grande meta visada por Santa Maria: a Universidade".

Outro fato que impulsionou o estabelecimento de uma universidade na cidade foi a fundação do Centro Politécnico de Santa Maria, noticiada no dia 5 de janeiro de 1960, informando a colocação do primeiro bloco granítico na área do atual Campus sede, no Bairro Camobi. Tal fato culminou com a criação do Instituto Politécnico. A “placa assinalativa do acontecimento”, em homenagem ao Deputado Tarso Dutra, foi descerrada em 5 de janeiro de 1960 por sua esposa, Pastorinha Degrazia Dutra⁷². Aliás a homenagem deve-se pelo empenho do político, tanto com a participação efetiva no movimento pró-Universidade, quanto ao empenho no apoio financeiro para a concretização e funcionamento das instituições de ensino (A RAZÃO, 1960, N. 72, p. 1).

No caso do Instituto Politécnico, o Deputado Tarso Dutra conseguiu a aprovação, através de emenda aprovada pelo Congresso Nacional, de vinte milhões de cruzeiros⁷³ à ASPES para o prosseguimento da obra de execução do prédio (A RAZÃO, 1960, N. 171, p. 8). Ainda sobre o Instituto, o “A Razão” traz em destaque a enquete realizada com a comunidade sobre a criação do Instituto Eletrotécnico, em que o Prefeito de Santa Maria, Miguel Sevi Viero, afirmou que “a juventude moderna precisa receber educação técnica”, afirmando ainda que nos anos de 1960 o uso da eletricidade já era uma necessidade do sistema de vida do homem e por

⁷² Portal RBS. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2010/12/reliquias-do-ex-senador-tarso-dutra-serao-leiloadas-nesta-terca-3133763.html> Acesso em: 8 abr. 2016.

⁷³ Valor de Cr\$ 20.000.000,00.

isso, merecia investimento no ensino superior, visualizado na Figura 10 (VIERO, 1960, N. 161, p. 8).

Figura 10 – Pronunciamento do Prefeito Miguel Viero sobre o Instituto Eletrotécnico.

ENTUSIASMO PELA CRIAÇÃO DO INSTITUTO ELETROTECNICO

Numa enquete, A RAZÃO registra opiniões em torno da iniciativa que marcha vitoriosamente — Funcionará no próximo ano

Encaminha-se para a realização de um grande e superior objetivo o empreendimento que tomou sobre os ombros a Associação Santamariense Pró Ensino Superior em nossa terra.

Já toma vulto, nesta altura, a portentosa obra que o Instituto Eletrotécnico em construção nas proximidades de Camobi, como primeira unidade do futuro Centro Politécnico de Santa Maria.

Trata-se, sem dúvida alguma de um gigantesco conjunto arquitetônico destinado a abrigar aproximadamente dois mil alunos que pretendam realizar cursos de engenharia, civil, eletricidade, mecânica, metalúrgica, estradas, geografia, física, química, arquitetura, urbanismo e geologia.

A iniciativa, uma vez concretizada, como tudo leva a crer, dadas as medidas oficiais já postas em execução, muito e muito beneficiará Santa Maria, colocando-a numa posição de invejável destaque e projeção no cenário nacional e estrangeiro.

Visto a natureza transcendental do cometimento, resolvemos ouvir a opinião dos santamarienses sobre como o encaram e apreciam — já que a eles ditadamente interessa.

Numa rápida enquete, conseguimos recolher preciosos pronunciamentos que, por certo, servirão para estimular a mocidade ao estudo.

PREFEITO VIERO: «A JUVENTUDE MODERNA PRECISA RECEBER EDUCAÇÃO TÉCNICA»

Eis como se pronunciou o prefeito Miguel Sevi Viero ao responder à nossa pergunta sobre a oportunidade e importância, para Santa Maria da criação do Instituto Eletrotécnico:

«Falo não só como prefeito, como também na condição de colaborador do ensino superior. A criação do Instituto Eletrotécnico, como primeira unidade do conjunto maravilhoso que será o Centro Politécnico de Santa Maria, será o marco inicial da atração que Santa Maria exercerá sobre os jovens de nossa região. A juventude moderna deverá receber educação técnica de acordo com o sistema de vida atual. Os conhecimentos técnicos em eletrificadas são tão necessários que já se integraram na vida do homem comum no ano de 1960».

«Depois de uma sólida cultura humanística — prossegue o chefe do governo do município — que correrá por conta do ensino secundário, o jovem brasileiro, o jovem gaúcho, o jovem santamariense necessitará aperfeiçoar-se, técnica e cientificamente, para poder fazer mais por si e pelos seus».

— Santa Maria constrói com o Instituto Eletrotécnico a legítima escola de futuro que se aproxima com a velocidade do jato — concluiu o governador da cidade.

DOM ANTONIO REIS: «Para o bem de nossa juventude»

Dom Antônio Reis, bispo da Diocese apesar de hospitalizado, atendeu ao desejo do jornal.

O juiz de Direito dr. José Dutra que se pronunciou sobre as vantagens que advirão para Santa Maria da criação do Instituto Eletrotécnico.

Continua na 2.ª pág. letra H

Fonte: Jornal A Razão (1960, N. 161, p. 8)

No artigo publicado no dia 19 de agosto de 1960, JMRF destacou o convênio firmado entre a ASPES e o MEC, pelo empenho do Deputado Tarso Dutra, com a destinação do valor de cinquenta milhões de cruzeiros⁷⁴, disponibilizados de modo parcelado num período de cinco anos⁷⁵ (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1960, N. 213, p. 2).

O avanço da construção do Centro Politécnico de Santa Maria, declarado pelo “A Razão” como uma obra de expressão internacional, conforme manchete publicada no dia 24 de março de 1960, foi considerado um marco na representação de núcleo de ensino superior sul-

⁷⁴ Valor de Cr\$ 50.000.000,00.

⁷⁵ Portal LEFFA. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/textos/abnt.htm#5.9> Acesso em: 4 jul. 2016.

americano. O prédio do Instituto Eletrotécnico, com seis mil metros quadrados de área, foi a primeira edificação a ser construída no “terreno doado pelos irmãos Behr e Arlindo Tonetto”, que totalizava “quarenta hectares de terras” (A RAZÃO, 1960, N. 99, p. 8). Nesta reportagem, Mariano da Rocha Filho, então Presidente da ASPES, salientou a relevância dessa obra por ser um “monumental conjunto” de 11 prédios principais para abrigar o Instituto Eletrotécnico, através de um convênio com o Ministério da Educação e Cultura, a fim de atender, já naquele período, dois mil alunos em setores como: Administração, Química e Física, Engenharia Civil, Mecânica e Metalúrgica, Ciências e Matemática, etc. (A RAZÃO, 1960, N. 99, p. 8).

Para o jornal “A Razão” (1960, N. 99, p. 8), o Centro Politécnico foi de grande representatividade no ensino superior com o domínio da pesquisa, especialmente na área das ciências exatas, além de ser uma obra de expressão internacional, cujo complexo arquitetônico pode ser visualizado através da Figura 11, trazendo a foto com a maquete das edificações.

Figura 11 – Centro Politécnico como obra de expressão internacional.



Fonte: Jornal A Razão (1960, N. 99, p. 8)

Mas, o Centro Politécnico somente foi oficializado por Lei Federal em 30 de junho de 1960, por iniciativa do Presidente da ASPES (BARICHELLO, 2012). O ato solene de instalação do Centro Politécnico e Instituto Eletrotécnico foi realizado à noite, no dia 30 de junho de 1960,

na Escola Industrial Hugo Taylor, no centro de Santa Maria. Aliás, o Instituto funcionou, provisoriamente, nesta Escola (A RAZÃO, 1960, N. 171, p. 8) até a sua instalação definitiva na Cidade Universitária. A Figura 12 traz a narrativa jornalística com a foto da cerimônia e do andamento das instalações.

Figura 12 – Instalação do Centro Politécnico.



Fonte: jornal A Razão (1960, N. 171, p. 8)

Ainda em 1960, foi iniciada a luta para a instalação da Faculdade de Agronomia e Veterinária, com o apoio do então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o Engenheiro Leonel de Moura Brizola, que firmou um convênio para viabilizar a sua criação. Porém, existiram problemas de organização oriundos da situação das Faculdades livres, com o entendimento que o benefício viria somente com a expansão por meio da incorporação à USM (A RAZÃO, 1960, N. 229, p. 8). Para tanto, o Deputado Tarso Dutra, ativamente por meio de debate com a comunidade, especialmente com os diretores das Faculdades, fomentou a ideia da criação da universidade, como o ocorrido no final do mês de maio (A RAZÃO, 1960, N. 147, p. 8).

Mantendo o seu apoio, o Governador Brizola viabilizou o financiamento da obra de construção do prédio da Faculdade através de Decreto, informando em setembro de 1960, que o valor disponibilizado era de cinquenta milhões de cruzeiros. Já a ASPES, designou o professor Mozart Pereira Soares para a planificação da obra. Porém, foi comunicada a insatisfação dos técnicos da Secretaria da Agricultura que estariam contra a instalação da Faculdade na Estação de Sivilcultura, fato informado pelo Vereador Helio Helbert dos Santos durante sessão na Câmara de Vereadores. Todavia, a maioria dos vereadores, com destaque para o Vereador Antonio Abelin, solicitaram ao Governador do Estado que fossem considerados os anseios da

comunidade santa-mariense (A RAZÃO, 1960, N. 229, p. 8). E, em 3 de outubro foi entregue pelo Deputado Vitor Issler, em nome do Governador, à Mariano da Rocha Filho, em ato de especial significação, realizado no gabinete do Secretário da Fazenda, a verba destinada a construção do prédio (A RAZÃO, 1960, N. 249, p. 8).

Apesar dos avanços conseguidos pela ASPES em empreendimentos no ensino superior, o seu Presidente tinha como ideal criar uma universidade na cidade de Santa Maria, através do fortalecimento do movimento pró-Universidade, com o apoio da comunidade local, além de políticos como o Deputado Tarso Dutra e o Senador Daniel Krieger.

O ideal de Mariano da Rocha Filho começa a ser concretizado no segundo semestre de 1960. A publicação do jornal “A Razão” do dia 22 de outubro informa que é iniciada uma trajetória “VITORIOSA”, com a aprovação, por unanimidade, da emenda constitucional⁷⁶, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de criação da USM de autoria do Deputado Tarso Dutra pela Comissão de Orçamento. O Deputado comunicou o fato ao Vice-Presidente do Diretório Municipal do Partido Social Democrático (PSD), Helio Helbert dos Santos, visto na Figura13 (A RAZÃO, 1960, N. 12, p. 1).

⁷⁶ O processo inicia com a apresentação de um PEC, de autoria de um ou de um grupo de parlamentares, garantindo que a Constituição de um país seja modificada para se adaptar e permanecer atualizada. Quando a PEC chega (ou é ali criada) à Câmara dos Deputados, é enviada para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para a identificação de irregularidades no projeto, seguindo à análise de uma Comissão Especial. Se aprovada, a emenda é votada pelos deputados, e após pelos senadores, desta vez com a análise da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Se aprovado, o projeto se torna uma lei, passando a vigorar como parte integrante do texto constitucional. A aprovação da emenda é uma das propostas que exige mais tempo para preparo, elaboração e votação, uma vez que modificará a Constituição Federal. Disponível em: <http://www.infoescola.com/direito/emenda-constitucional/> Acesso em: 25 abr. 2016.

Figura 13 – Aprovação da emenda constitucional do Deputado Tarso Dutra de criação da USM.

VITORIOSA A EMENDA TARSO DUTRA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO APROVOU A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE LOCAL

Comunicação do parlamentar gaúcho ao dr. Hélio Helbert dos Santos, Vice Presidente do Diretório Municipal do P. S. D.

Uma notícia de excepcional repercussão para o movimento universitário de Santa Maria e que assinalará certamente a concretização de uma grande campanha encetada pela comunidade santamariense foi recebida ontem à noite pelo dr. Hélio Helbert dos Santos vice-presidente em exercício do Diretório Municipal do PSD, através do deputado Tarso Dutra.

Eis o teor do telegrama do parlamentar gaúcho:

— De Brasília-Dr. Hélio Helbert dos Santos-Santa Maria — Tenho o grande prazer de comunicar ao prezado amigo e demais membros do Diretório Municipal de Santa Maria, que a

Comissão de Orçamento aprovou hoje, unanimemente minha emenda criando a Universidade de Santa Maria. Cordial abraço. (Ass.) Tarso Dutra»

Com a decisão acima, considera-se praticamente vitoriosa a campanha em prol da Universidade de Santa Maria, pois o parecer unânime da Comissão de Orçamento deverá ser referendado pelo Plenário.



**JANGO DISPOSTO A
LANÇAR PRESTES MAIA
A PREFEITO DE S. PAULO**

O presidente nacional do PTB inicia as demarques preliminares em torno da sucessão municipal paulistana — Três fórmulas para serem examinadas

SÃO PAULO, 21 (Meridional) — O sr. João Goulart, vice-

Abordando o problema da sucessão municipal, o líder traba-

AS INVASÕES EM BRASÍLIA até o momento foi solucionar o caso dos apartamentos para servidores da NOVAC, degradada por médicos, em hospital Juscelino Kubitschek essa medida extrema em virtude dos apartamentos pela direção do presidente e a maioria do hospital Federal, a situação contida hospital do IAPI acampamento Despatches e os apartamentos soldados da Guarda Especial Militar que impedem, sem vitórias apartamentos. (FO

Fonte: Jornal A Razão (1960, N. 12, p. 1)

O PSD lançou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra. Eram, ainda, pessedistas Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Amaral Peixoto, Ulysses Guimarães e José Maria Alkimin. Os políticos eram entendedores em utilizar a “tática do acordo e da aliança”, sem contestar, por exemplo, o resultado das urnas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 393).

Na sequência, no dia 15 de novembro, foi aprovada, por unanimidade, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cujo jornal noticiou que o processo avançava e a cidade já podia comemorar, por isso “Santa Maria se prepara para festejar o grande acontecimento, aspiração legítima não só de nossa gente como também de boa parte do interior gaúcho a ser beneficiada pela futura Universidade de nossa terra” (A RAZÃO, 1960, N. 30, p. 1).

Seguindo os trâmites legais, a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Orçamento e Finanças aprovaram a criação da universidade, além desta última Comissão disponibilizar uma verba de seis milhões de cruzeiros⁷⁷ para a Escola Agrotécnica, que incluiu a Faculdade de Agronomia e Veterinária (A RAZÃO, 1960, N. 42, p. 8). O movimento ganhou força e a universidade passou a ser um fato com a aprovação do Projeto-lei, o PEC, de autoria do Deputado Tarso Dutra, em novembro de 1960, aprovado na sequência pela CCJ, Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Orçamento e Finanças. Faltava a aprovação em plenário da Câmara dos Deputados Federais e do Senado Federal que, de acordo com o telegrama do próprio Deputado, publicado no Jornal, em 29 de novembro, "[...] vai ser imediatamente votado em plenário" (DUTRA, 1960, N. 42, p. 8). Por isso, "a criação da Universidade de nossa terra está assim, prestes a ser tornar uma realidade esplendorosa" (A RAZÃO, 1960, N. 42, p. 8).

Porém, efetivamente, o Curso de Técnico Agrícola, criado através do Decreto-Lei Federal nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961⁷⁸, sob a Direção de Erb Veleda - desde a criação do Colégio até 1966, funcionou concomitantemente ao Ensino Médio. As primeiras aulas foram ministradas em instalações provisórias. O prédio do Colégio, iniciado pela construção do bloco A, foi finalizado apenas em 1968. O bloco B foi construído na década de 1970 e, na sequência, foram finalizados os blocos C, D, E, por fim, o bloco F, construído com recursos do REUNI⁷⁹. Atualmente o que era inicialmente apenas um Curso de Técnico Agrícola transformou-se em algo maior, e o Colégio passou a chamar-se Colégio Politécnico com vários cursos: médio, técnicos, graduação e pós-graduação.

Inicialmente a Universidade constituiu-se num conjunto de quatro escolas federais (Faculdades de Farmácia, Medicina, Odontologia e Centro Politécnico) e cinco agregadas (Faculdades Livres de Direito, Ciências Políticas e Econômicas, Filosofia e Enfermagem), visualizado na Figura 14 (A RAZÃO, 1960, N. 45, p. 3).

⁷⁷ Valor de Cr\$ 6.000.000,00.

⁷⁸ Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3864-a-24-janeiro-1961-353630-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 24 jul. 2018.

⁷⁹ Portal Colégio Politécnico da UFSM. Disponível em: <http://200.132.36.19/index.php/10-outros/15-colegiopolitecnico-50-anos-fazendo-historia-formando-vencedores>. Acesso em: 24 jul. 2018.

Figura 14 – As quatro escolas federais e as cinco escolas agregadas na USM.



Fonte: Jornal A Razão (1960, N. 45, p. 3).

Após a aprovação do Projeto-lei pela Câmara de Deputados, o jornal “A Razão” noticiou a posição do Senado Federal, apresentando a mensagem telegrafada pelo Deputado Tarso Dutra endereçada ao Presidente da ASPES, Mariano da Rocha Filho sobre a aprovação do Projeto-lei no Senado. O telegrama foi publicado na íntegra na notícia “J.K. sancionará Universidade de Santa Maria próximo dia 18”: “Depois de magníficos esforços do Senador Daniel Krieger, o Senado aprovou, hoje, (sábado) o projeto que cria a Universidade de Santa Maria, o qual deverá ser sancionado dia 18, às 10 horas, na cidade de Goiânia. Calorosas congratulações (a) Tarso Dutra” (sic) (A RAZÃO, 1960, N. 53, p. 1). Sobre o Senador Daniel Krieger, o Vereador Antonio Abelin (1960, N. 64, p. 6), na reportagem “De Santa Maria ao Brasil Central”, publicada em 25 de dezembro, fez um elogio ao seu empenho “em prol da Universidade. Tempo recorde: em menos de duas horas era aprovada a lei da Câmara”.

Na notícia intitulada “J.K. sancionará Universidade de Santa Maria próximo dia 18”, foi destacada a data e o horário da solenidade de sanção pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após a aprovação da Lei nº 3834-C, de 14 de dezembro de 1960, criando a

Universidade Federal de Goiás e a Universidade de Santa Maria, ambas integradas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) (BRASIL, 1960). Para o Jornal, a data era de fato significativa, justificando que "pelo reflexo de sua atuação no meio local e regional, pode ser considerado o maior acontecimento na vida santa-mariense" (A RAZÃO, 1960, N. 53, p. 8).

Por isso, o Jornal reconheceu, em suas publicações, como "um marco inapagável da história do ensino brasileiro, assinalando e atestando o acerto da medida governamental". A manchete intitulada o "Acontecimento máximo da vida santamariense/Juscelino sancionará hoje em Goiania USM" (sic) deixa evidente o posicionamento do Jornal, constatado na Figura 15 (A RAZÃO, 1960, N. 58, p. 8) (sic).

Figura 15 – USM: O maior acontecimento da vida dos santa-marienses.

ACONTECIMENTO MÁXIMO DA VIDA SANTAMARIENSE

JUSCELINO SANCIONARÁ HOJE EM GOIÂNIA USM

**Início das solenidades marcado para às
10 horas – Caravana santamariense
assistirá o ato: caneta de ouro a J.K.**



Reveste-se de excepcional importância para o Rio Grande e particularmente para a nossa terra, o ato a ser celebrado, hoje, em Goiânia, quando o presidente da República sr. Juscelino Kubitschek sancionará a lei criando a Universidade de Santa Maria.

Será, assim, depois de uma campanha árdua, de grande envergadura e repercussão, satisfatória a justa e legítima aspiração de uma vasta região riograndense, que vinha, insistentemente, reclamando, em benefício da cultura profissional e descentralização do ensino do cupulo do Estado, para facilitar o ingresso dos estudantes pobres nos cursos superiores.

A cerimônia de hoje, na capital goiânia, será um marco inapagável, na história do ensino brasileiro, assinalando e atestando o acerto da medida governamental.

Santa Maria, conquistou, merecidamente, mais uma vitória, alcança mais um triunfo, na sua busca de progresso cultural indelével, que avança sempre e cada vez mais, desafiando os tufões e os inonoclastas!

SANTA MARIA: PRIMEIRA UNIVERSIDADE DO INTERIOR!

O ato soleníssimo da assinatura do decreto criando a Universidade de Santa Maria está marcado para às 10 horas, com a presença de mundo, oficial de Goiânia e de uma luxuosa representação de nossa terra, chefiada pelo professor José Mariano da Rocha Filho, Presidente da Associação Santamariense Pró Ensino Superior.

Na mesma ocasião será também assinado o decreto que cria a Universidade de Goiás. Serão, desse modo, dois atos de mais transcendental importância para a vida do País.

Sabe-se, por outro lado, que o povo goiano, em sinal de reconhecimento, entregará ao presidente Juscelino Kubitschek o título de cidadão goiano.

Podemos ainda adiantar que a assinatura do decreto que cria a Universidade de Santa Maria será apostada pelo presidente com uma finíssima caneta de ouro levada pela representação de nossa cidade.

NATAL DA CRIANÇA POBRE

Promovido pela Associação das Ex-alunas das Irmãs Franciscanas, realizar-se-á amanhã, às 10 horas, no Colégio Sant'Ana, uma festa para a criança pobre. Na ocasião serão distribuídos brinquedos, doces, refrigerantes etc.

Mais de uma centena de crianças que serviram de ingresso à criança já foram distribuídas.

A diretoria da Associação, com muito carinho e diligência, vem trabalhando para o maior bem-estar da criança pobre, que, por certo, terá um pouco de alegria aos menos protegidos.

QUINAS DE

O Presidente Juscelino Kubitschek, no dia 10 de Janeiro, hoje, em Goiânia, sancionará a lei que cria a Universidade de Santa Maria, documentando, assim, o maior acontecimento da história do ensino superior de nossa terra, considerado de maior relevância para todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Jornal A Razão (1960, N. 58, p. 8)

O ato de criação, em 1960, com a criação da USM, em 14 de dezembro, e sua sanção pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, ocorrido no dia 18 de dezembro, foi considerado por José Mariano da Rocha Filho uma “nova era”, segundo reportagem do Jornal, pois a universidade também era significativa para o Estado do Rio Grande do Sul, representando a “(...) interiorização da cultura e criação em nossas cidade do interior as condições capazes de assegurar a fixação de valores e a promoção de enriquecimento e da prosperidade” (A RAZÃO, 1960, N. 54, p. 8).

Para o Jornal, a criação da Universidade na cidade foi considerada, sempre em destaque, o “maior acontecimento na vida santamariense” (sic) (A RAZÃO, 1960, N. 53, p. 8) ou o “acontecimento máximo da vida santamariense” (A RAZÃO, 1960, N. 58, p. 8).

O Jornal noticiou e participou, como membro, na representação (caravana) de Santa Maria na solenidade de sanção da Lei de criação da USM pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. A caravana⁸⁰ foi formada por: Dom Luiz Victor Sartori, bispo diocesano; professor José Mariano da Rocha Filho, Presidente da ASPES; José Vieira Dutra, juiz de Direito; Miguel Sevi Viero, Prefeito Municipal de Santa Maria; Robinson Flores, Diretor do jornal “A Razão”; Antonio Abelin, representante da Câmara de Vereadores; e, dois líderes estudantis santamarienses do ensino superior, José Moacir Silveira Ramos e Hans Indomar Schreem.

O ato solene de assinatura da Lei, com uma caneta de ouro oferecida pelos funcionários da Faculdade de Farmácia e Medicina de Santa Maria, foi realizado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, na cidade de Goiânia, às 10 horas, em 18 de dezembro, no Palácio do Governo (A RAZÃO, 1960, N. 59, p. 1). O fato foi muito comemorado pela comunidade e pela imprensa, já que:

Alcançou a mais ampla repercussão em tôdas as camadas sociais de Santa Maria (sindicatos de classes, operários, ferroviários, comerciários, bancários e outras entidades), a notícia divulgada de aprovação, por unanimidade pela Câmara Federal e Senado da República, da Universidade de Santa Maria (sic) (A RAZÃO, 1960, N. 56, p. 8).

Na edição 56 de 1960 foram citados os integrantes da caravana santa-mariense que participaram da solenidade em Goiânia, assim como assuntos relacionados à viagem, como o transporte aéreo utilizado pelo grupo, como do voo, da extinta companhia aérea, a Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG). Outras situações ocorridas com a caravana e do próprio ato de solenidade de criação da USM foram relatadas pelo Vereador Antonio Abelin, como a

⁸⁰ UFSM. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/revista/numero02/registro03.html>. Acesso em: 24 out. 2017.

contrariedade de acadêmicos da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) interessados em vetá-la, horas antes da solenidade de sanção da Lei, porém, sendo enfatizado pelo Presidente JK que: “Absolutamente não a vetarei”. E, ainda durante a entrega da medalha de ouro para JK, no discurso do Prefeito Viero, o próprio Presidente quebrou o protocolo na fala de agradecimento da criação e disse: “Universidade de Santa Maria, muito merecidamente” (ABELIN, 1960, N. 64, p. 1). E, de fato, a USM foi criada, levando à interiorização do ensino superior. Aliás, conforme dito pelo Vereador Abelin, a cidade de Santa Maria sempre teve uma posição de destaque no ensino.

Foi uma **festividade** o retorno do grupo que participou do ato de sanção da Lei, tanto que, conforme o “A Razão” (1960, N. 63, p. 8), uma "multidão compareceu ao Aeroporto de Camobi para recepcionar a caravana 'ASPES'". De acordo com o Jornal, a comunidade santamariense reconheceu o esforço do primeiro Reitor da USM nessa trajetória com a criação de uma universidade na cidade de Santa Maria. A recepção continuou no centro da cidade, destacado, na Figura 16, o agradecimento do professor Mariano da Rocha Filho, do Prefeito Miguel Sevi Viero e do seu Vice, José Fidelis Coelho, considerado como "momentos de grande euforia pela realidade presente" (A RAZÃO, 1960, N. 63, p. 8).

Figura 16 – Recepção e aplausos ao Reitor da USM, Prefeito e Vice-Prefeito.



Após a recepção da comunidade, foi realizada uma solenidade na sede da Faculdade de Medicina e Farmácia. Em editorial de fechamento de ano, o Jornal se posicionou afirmando que “A criação da U.S.M. foi o acontecimento máximo do ano”, porque o ideal universitário tornou-se real. Por isso o ano de 1960 foi marcante para a cidade de Santa Maria, justificando o título de “Metrópole escolar do Rio Grande do Sul” (A RAZÃO, 1960, N. 70, p. 8).

A cidade de Santa Maria, RS, no setor educacional, segundo Amaral⁸¹ (2008, p. 283), no artigo intitulado “Santa Maria do meu tempo”, de 1966, destacou-se pelo “aprimoramento da instrução no Estado” de grau secundário e profissional, como a Escola Complementar, cuja diretora foi a professora Margarida Lopes. Recebe, por isso, o título de “Metrópole Escolar do Rio Grande do Sul” (A RAZÃO, 1960, N. 70, p. 8; A RAZÃO, 1960, N. 54, p. 8). Devido ao fortalecimento do ensino superior, com a criação da universidade, o ensino médio recebeu ainda uma maior atenção, especialmente o ensino municipal, com a abertura de novas escolas e, conseqüentemente, a ampliação de alunos matriculados, especialmente nas escolas primárias. Paralelamente foram adotadas medidas de combate ao analfabetismo pelo MEC com a intenção de criar, anualmente, 20 escolas (A RAZÃO, 1960, N. 70, p. 8).

Em razão da criação da Universidade, o título “Metrópole Escolar” foi substituído para “Cidade Universitária”, a qual o Monsenhor Frederico Didonet, no seu artigo do “A Razão”, intitulado “Parabéns Santa Maria!”, afirmou que “será para sempre um dos seus títulos mais gloriosos”. Para Didonet (1960, N. 66, p. 2) a cidade de Santa Maria era e, ainda é reconhecida como “a cidade ferroviária, a cidade militar, a cidade coração Estado”, mas que a partir da criação da USM, “ela agora passa a ser a cidade universitária”. Amaral (2008, p. 283) também comentou sobre a origem do título de cidade universitária, atribuindo essa designação à concretização de um sonho realizado, ou seja, a sua Universidade “sob a visão e o dinamismo do seu magnífico reitor, professor Mariano da Rocha Filho.”

Assim como a ASPES e os demais representantes da comunidade universitária receberam os aplausos pela concretização do ensino superior, o Deputado Tarso Dutra também foi reconhecido pelo seu empenho no processo de criação e, por isso, sempre era um nome lembrado em eventos. Em 25 de janeiro de 1961, por exemplo, durante sua visita na cidade, tornou-se o Patrono da criação da USM “[...] por estar intimamente ligado às grandes conquistas de nossa terra no setor de ensino superior” (A RAZÃO, 1961, N. 75, p. 8).

Em 1961, após a oficialização da criação da USM, foi iniciada uma outra etapa com o funcionamento das atividades e as **ações de ensino**, cujo primeiro resultado foi a diplomação

⁸¹ Áttila Duarte do Amaral: engenheiro e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

da segunda turma de Medicina, formando 32 médicos, resultante das atividades de ensino iniciadas em 1956, pela Faculdade de Medicina de Santa Maria (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993), e, posteriormente, parte integrante da USM. A cerimônia de colocação de grau foi realizada no Cinema Glória. A mesa diretora foi composta pelas seguintes autoridades: professor Eliseu Paglioli, Reitor da URGs; professor José Mariano Rocha Filho, Reitor da USM; professor Miguel de Andrade Neves Meirelles, paraninfo; e, representantes eclesiásticos (A RAZÃO, 1961, N. 75, p. 8).

Após o período de **comemorações**, foi iniciada uma nova etapa com a continuidade de ações de expansão, tanto no ensino como na infraestrutura, e, conseqüentemente, a necessidade de ampliação da aliança com o governo federal para o fortalecimento da Universidade. Por isso, o Reitor Mariano da Rocha Filho manteve inúmeros contatos com o Presidente Juscelino Kubitschek e, com o novo presidente, Jânio Quadros⁸², do PTB, participando, inclusive, da solenidade de sua posse ocorrida em Brasília no Distrito Federal, no dia 21 de janeiro de 1961 (A RAZÃO, 1961, N. 93, p. 3). Observou-se um dado incorreto, a data da posse, cuja data correta é “31 de janeiro de 1961” (ARQUIVO NACIONAL/BRASIL, 2009, p. 111). Nesse encontro resolveu assuntos importantes sobre a USM com órgãos federais, como o MEC. As articulações políticas serviram para a organização das ações de ensino da USM, incluindo o plano de obras da **Cidade Universitária (gestão, ampliação e orçamento)**.

No seu retorno à cidade de Santa Maria declarou que, diante dos contatos que manteve com autoridades políticas no MEC, no Rio de Janeiro, e com o Presidente, em Brasília, haveria um expressivo desenvolvimento nas obras universitárias, especialmente, pelo empenho do Deputado Tarso Dutra.

As atividades letivas também ganharam destaque com a abertura de editais para o preenchimento de vagas, com a inclusão um novo curso, o de Odontologia. O edital foi publicado no dia 3 de fevereiro de 1961, com expressivo número de candidatos inscritos para a seleção: 491 candidatos⁸³. O concurso vestibular foi realizado no dia 16 de fevereiro (A RAZÃO, 1961, N. 101, p. 8).

A criação da Faculdade de Odontologia mereceu destaque, cujo primeiro diretor foi o professor Lamartine Souza, considerado um dos melhores cirurgiões da cidade. Em reportagem ao Jornal, o Diretor afirmou que: “A semente foi lançada em terra pródiga e frutificará

⁸² A gestão de Jânio Quadros na presidência da República foi breve, já que “renunciou ao cargo sete meses depois, abrindo uma grave crise política no país” (ARQUIVO NACIONAL/BRASIL, 2009, p. 111).

⁸³ 491 candidatos aos vestibulares da U.S.M. **A Razão**, N. 101, Santa Maria, 7 fev. 1961, p. 8.

exuberantemente, para que Santa Maria ocupe o lugar de destaque que sempre mereceu no setor do ensino superior” (SOUZA, 1961, N. 125, p. 8).

Outro novo diretor, que teve oportunidade de se manifestar, foi o professor Amaury Appel Lenz, considerado um notável catedrático na área médica, que aceitou assumir o cargo após convite do Reitor JMRF. Em reportagem afirmou que:

Sei das grandes responsabilidades assumidas por mim e das tremendas dificuldades que terei de enfrentar, muitas delas originadas da falta de meios, porquanto neste ano de 1961 o orçamento da República já estava ultimado quando foi criada a Universidade de Santa Maria a 14 de dezembro de 1960 (LENZ, 1961, N. 129, p. 8).

O semestre letivo, na Faculdade de Medicina, foi iniciado em 9 de março, com o preenchimento de 50 vagas. Mas, apesar de já estarem em pleno andamento, as atividades administrativas da USM, as festividades de instalação da USM ocorreram somente nos dias 18 e 19 de março. O **ato de instalação oficial** foi considerado, para o Jornal, como o “acontecimento máximo do ano” (A RAZÃO, 1961, N. 132, p. 4) e, por isso, “Sábado será dia festivo em todo município de Santa Maria” (A RAZÃO, 1961, N. 131, p. 8). Os preparativos iniciaram em fevereiro e se estenderam até março, com a definição de uma programação dos atos festivos, com a cooperação da indústria, comércio e demais entidades.

Pela importância do evento para a cidade, o Reitor Mariano da Rocha Filho propôs a criação de um selo comemorativo à Universidade de Santa Maria ao Departamento de Correios e Telégrafos, que foi projetado pelo desenhista Joel Saldanha. Além disso, idealizou, juntamente com a União Santa-Mariense de Radioamadores (USRA), o Concurso Internacional em comemoração à fundação da Instituição visando à transmissão ao mundo dos fatos ocorridos durante o período de trinta dias. A Estação chave foi instalada numa das dependências da Universidade (A RAZÃO, 1961, N. 130, p. 8).

O Deputado Tarso Dutra foi convidado para proferir a Aula Magna durante o ato de instalação da USM. No dia anterior à data festiva de instalação, relatou à reportagem do Jornal assuntos relacionados à política, trazendo informações do Partido Social Democrático (PSD) e da situação pessedista⁸⁴ no Rio Grande do Sul, afirmando estar pacificadora, apesar de

⁸⁴ A vida política brasileira entre 1945 e 1964 foi polarizada entre o principal partido antigetulista, a União Democrática Nacional (UDN), e os pró-Vargas: o PSD e o PTB. O PSD abrigava as correntes mais conservadoras do getulismo, formada por proprietários rurais e altos funcionários estatais, enquanto que o PTB, inspirado no Partido Trabalhista do Reino Unido, reunia as lideranças sindicais e os operários fabris em geral. O partido rival, a UDN, de cunhos liberal e antipopulista, congregava a alta burguesia e a classe média urbana, defensora do capital estrangeiro e da iniciativa privada. Coube à UDN ser a principal promotora das impugnações das vitórias

desentendimento entre as duas correntes do partido, que era o PTB. Comentou, também, sobre o plano de economia do Governo Federal, afirmando que:

[...] diante de drásticas medidas que terá de adotar para recuperar o profundo desequilíbrio econômico financeiro que está presentemente mergulhado o País. Logo após esta fase de transição, Jânio Quadros empolgará o Brasil com seu espetacular programa de realizações em prol de seu desenvolvimento e progresso. Sem embargo dessa política de contenção de despesas, o Rio Grande do Sul será desde logo beneficiado de uma série de providências que virá a recolocar o nosso Estado na situação de uma das unidades de mais prestígio junto ao poder central (sic) (DUTRA, 1961, N. 108, p. 8).

Na eleição de 1960, ganhou a chapa Jânio Quadros na Presidência e João Goulart como vice, cujo “resultado das urnas deixou ileso o PSD, fortaleceu o PTB e confirmou a força eleitoral da dupla”, chamada de “Jan-Jan”, porém Jânio era “melhor disputando votos do que administrando o país” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 431).

O dia 18 de março de 1961, sábado, foi considerado festivo no Município de Santa Maria, em conformidade com a aprovação do projeto do Vereador Sivo Duprat Barreto, estabelecido pela Resolução nº 1/61. A data festiva ficou conhecida como o “Dia da Universidade”. O evento foi amplamente divulgado para a comunidade local, tanto pelo “A Razão” como pela Rádio Medianeira⁸⁵. A Rádio, operando em AM 1.130, foi instalada por Dom Luís Victor Sartori⁸⁶, em 13 de agosto de 1960, com sede na Avenida Rio Branco, ao lado da Catedral Diocesana. A partir de 1986 passou a funcionar também em FM 100.9. Iniciativas marcaram o seu episcopado, tornou-se o 4º Bispo Diocesano no dia 14 de setembro de 1960, com a morte de Dom Antônio Reis.

Pelo jornal “A Razão”, foi convidado o jornalista Edmundo Cardoso para elaborar o Programa Festivo de Instalação da USM, que ocorreu nos dias 18 e 19 de março. O evento foi idealizado para que a comunidade santa-mariense participasse efetivamente das festividades. No dia 20 de março as comemorações continuaram, mas desta vez somente com a participação da comunidade acadêmica. A programação foi publicada no dia 14 de março pelo Jornal, no entanto, optou-se pela reelaboração do Programa Festivo de Instalação da USM (apresentado

eleitorais da coligação PSD-PTB (1950-1955), bem como a maior instigadora das tentativas de golpes contra Getúlio, Juscelino e Jânio, que se sucederam, até a vitória do golpe militar de 1964. Carlos Lacerda, jornalista e dono de jornal opositor do trabalhismo, foi o mais destacado porta-voz do antigetulismo. Partidos Políticos no Brasil. Disponível em: <http://topcidadavaoaldivio.blogspot.com/2016/03/partidos-politicos-no-brasil.html> Acesso em: 18 jul. 2018.

⁸⁵ Portal CentralSul. Agência de Notícias. A notícia no rádio acorda a cidade de Santa Maria. Disponível em: <http://centralsul.org/2017/a-noticia-no-radio-acorda-a-cidade-de-santa-maria/>. Acesso em: 31 out. 2017.

⁸⁶ Rádio Medianeira. Disponível em: <http://102.7.radiomedianeira.com.br/about-me-2/> Acesso em: 11 jul. 2018.

no Apêndice B). Para o levantamento destas informações considerou-se a notícia do dia 16 de março, com a manchete “Preparativos para instalação da USM” (A RAZÃO, 1961, N. 131, p. 8) e a notícia do dia 19 de março intitulada “Instalada solenemente ontem a Universidade de Santa Maria” (A RAZÃO, 1961, N. 131, p. 8).

A mídia rádio também esteve presente. Conforme registrou o Jornal, a Rádio Medianeira acompanhou parte das atividades realizadas durante as festividades de instalação da USM, a partir das 6 horas da manhã, preparando uma programação especial, no horário das 13 horas. Apresentou “[...] um trabalho feito à base de pesquisas em fontes abalizadas, retratando aspectos e fatos desconhecidos da população” (A RAZÃO, 1961, N. 132, p. 4), patrocinado pela empresa Central de Máquinas e Representações Limitada, intitulado de “Universidade Vitória de Santa Maria”, com o intuito de ajudar na recuperação da história do ensino superior em Santa Maria. Já a Pampeiro S.A. patrocinou a transmissão da Assembleia Universitária.

Dentre as atividades propostas no Programa de Instalação da USM, mereceram destaque, seja pelo entusiasmo do relato ou pela repetição de narrativas publicadas, as seguintes atividades: visitas nas instalações das faculdades; a Assembleia Universitária, com o ato de instalação da USM; a concentração escolar, com a participação das unidades escolares de Santa Maria; e, a confraternização na Estância do Minuano.

Uma das atividades, a visitação nas instalações da Universidade, teve como ponto de interesse a inauguração do primeiro serviço de ultravioleta (UV), na América do Sul, adaptado aos raios X e a demonstração do funcionamento do Microscópio Eletrônico na Faculdade de Medicina (A RAZÃO, 1961, N. 134, p. 6). O microscópio era da empresa Philips, de 100 KW, cuja tecnologia já era empregada desde 1958 nas aulas práticas das disciplinas que compuseram o currículo da Faculdade de Medicina, especificamente, do Departamento de Clínica Cirúrgica (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011).

Todavia, o ponto máximo das festividades foi a Assembleia Universitária com a solenidade de instalação da USM, com a participação de eminentes figuras da administração e do mundo científico do Brasil e do exterior (A RAZÃO, 1961, N. 132, p. 4). Porém, o evento também foi destinado a toda a comunidade, conforme convite do MEC/USM, assinado pelo Reitor José Mariano da Rocha Filho, publicado no Jornal no dia 18 de março de 1961, que a chamada era: “[...] igualmente às Autoridades Cíveis, Militares e Eclesiásticas, e Povo em geral para os mencionados atos” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1961, N. 133, p. 8).

O ápice foi durante a constituição da mesa que presidiu a sessão solene de instalação da USM. Participaram os Reitores JMRF da USM, Eliseu Paglioli da URGS e Irmão Otão da PUC-RS, além de políticos, os senadores Daniel Krieger e Guido Mondin, o Deputado Tarso Dutra

e o representante do Governo do Estado, José Fidelis Ramos Coelho, observada na Figura 17. (A RAZÃO, 1961, N. 134, p. 1).

Figura 17 – Ato de instalação oficial da USM.



Fonte: Jornal A Razão (1961, N. 134, p. 1)

A programação iniciou com o ato de instalação da USM, em que o Reitor JMRP proferiu uma oração e, na sequência, informou o programa a ser executado na Universidade, sendo muito aplaudido pelos presentes. O entusiasmo continuou com a fala dos demais convidados, o Senador Daniel Krieger, o Reitor Paglioli e o Irmão Otão, que “[...] se referiram à nossa Universidade e os nossos homens de pensamento” (A RAZÃO, 1961, N. 134, p. 8).

Outro momento vultoso foi a outorga dos Títulos de “Doutor Honoris Causa” aos parlamentares gaúchos, o Senador Daniel Krieger e o Deputado Tarso Dutra, conforme é apresentado na Figura 18, quando “foi demoradamente saudada pela grande assistência que lotava o Cine Glória, onde teve lugar a cerimônia” (A RAZÃO, 1961, N. 135, p. 8). E, por fim a Aula Magna, proferida pelo Deputado Tarso Dutra sobre o tema “Reforma do Ensino”, abordando “[...] palpitante tema sobre o ensino brasileiro” (A RAZÃO, 1961, N. 133, p. 1).

Figura 18 – Entrega do título Doutor Honoris Causa.



INSTALAÇÃO DA U.S.M. — Ponto culminante das solenidades realizadas sábado último no Cine Glória, com a presença de altas autoridades, quando da instalação da Universidade de Santa Maria, foi, sem dúvida alguma, a entrega pelo Reitor José Mariano da Rocha Filho, do título de doutor "Honoris Causa" ao Senador Daniel Krieger e ao deputado Tarso Duira, uma homenagem do ensino superior de Santa Maria aos ilustres parlamentares, pelos relevantes serviços prestados a nossa terra. As duas fotos nos mostram a entrega dos títulos, ao alto o senador Daniel Krieger e abaixo o deputado Tarso Duira. (Fotos de Walter Billa).



Fonte: jornal A Razão (1961, N. 135, p. 8)

A concentração escolar, realizada no dia 19 de março, um domingo, também foi uma atividade muito aguardada, cujos preparativos foram definidos durante reunião dos diretores de colégios, ginásios e escolas da cidade, ocorrida no dia 13 de março, com a comissão organizadora, informado no "A Razão" (1961, N. 129, p. 1) com a notícia intitulada "Concentração Escolar dia 19 de março em homenagem à instalação da USM" antecedendo o evento de instalação da USM. Participaram dessa reunião os diretores do Colégio Centenário, Colégio Estadual Manoel Ribas, Colégio Santa Maria, Colégio Sant'Anna das Irmãs Franciscanas, Escola Industrial Cilon Rosa, Escola Industrial Ferroviária, Escola Santa Catarina

e a Superintendente do Ensino Municipal. Outras unidades escolares, como a Escola Industrial Hugo Taylor, também participaram das atividades do evento da Universidade.

Durante a concentração escolar, que foi iniciada às 9:30 horas, parte da solenidade foi transcorrida no palanque oficial com discursos inflamados de representantes do ensino da cidade, como as falas da professora Judith Carpes, representando o Colégio Centenário, e do professor Amaury Lenz, representando a USM. O palanque foi formado por autoridades de Santa Maria, do Estado e da União, como o Prefeito Miguel Sevi Viero e o Reitor JMRF. Estavam presentes também inúmeros parlamentares, como o Deputado Tarso Dutra e representantes do Ensino Secundário, como a professora Águeda Brazzale Leal⁸⁷, Superintendente do Ensino Municipal. Outro ponto forte da concentração foi a participação de grupos de alunos uniformizados e com flâmulas, sendo considerado pelo Jornal como uma “monumental demonstração de pujança da Cidade Universitária [...] conquistando mais um estágio de progresso científico-cultural” (1961, N. 135, p. 8).

Na solenidade de confraternização foi oferecido um churrasco pela USM às autoridades e demais convidados na Estância do Minuano, merecendo atenção ao discurso do Irmão Gelásio, pela sua representatividade para o momento. Em sua comunicação, publicada no “A Razão” com o título de o “Dia da Universidade”, comentou sobre o relevante trabalho realizado “por muitos que trabalharam pela causa” do ensino superior, destacando, no entanto, a “tríade olímpica de gaúchos”, formada pelo Deputado Tarso Dutra, Senador Daniel Krieger e o Reitor José Mariano da Rocha Filho que, na sua opinião, desconhecera obstáculos. Por isso, “Santa Maria deve imorredoura gratidão” (IRMÃO GELÁSIO, 1961, N. 138, p. 2).

Muitas foram as **congratulações** publicadas no Jornal devido aos eventos festivos pela instalação da USM, a maioria no dia 19 de março, porém a publicação foi estendida até o mês de maio, como foi a retribuição pelo convite de participação das festividades, por exemplo, do Consulado Geral do Japão. Também foram divulgadas diversas notas de saudação pelo ato, como foi o caso da extinta empresa pública Caixa Econômica Estadual, considerando um “auspicioso acontecimento”, que cooperou com o “desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul” (A RAZÃO, 1961, N. 134, p. 3).

⁸⁷ Portal Prefeitura Santa Maria/Santa Maria triste. Prefeito decreta luto oficial pelo falecimento da educadora Águeda Brazzale Leal. “Educadora Emérita do Rio Grande do Sul, Águeda tem sua história contada no livro “A Vida de Águeda Brazzale Leal”, escrito pela professora Ceura Fernandes – sua ex-aluna”, ano de 2011. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/4458-santa-maria-triste-prefeito-decreta-luto-oficial-pelo-falecimento-da-educadora-ague-da-brazzale-leal> Acesso em: 31 out. 2017.

Igualmente, muitas foram as manifestações de personalidades que participaram das festividades, através de artigos. Como foi o tópico abordado por Napoleão Sacchis (1961, N. 134, p. 1), sobre a questão da existência de conjuntos culturais mais evoluídos somente em capitais. Para o autor, a instalação de uma universidade numa cidade do interior, como ocorreu com Santa Maria, pode-se afirmar que o “Velho tabu foi quebrado”.

Inúmeros foram os artigos publicados no Jornal por personalidades que participaram, ou não, do movimento pró-Universidade, destacando como um grande acontecimento no ensino superior na cidade de Santa Maria, corroborando para o enaltecimento do acontecimento da criação da USM. A maioria dos artigos apontou algum motivo para a valorização do evento, dentre esses motivos, merecem destaque a interiorização do ensino e o desenvolvimento socioeconômico da região.

O artigo “Universidade, fator de progresso”, do professor Luiz Gonzaga Isaia, é um bom exemplo pois, já que contemplava estes dois fatores, como é possível observar em dois fragmentos. O primeiro é sobre o ensino, em que Isaia (1961, N. 134, p. 1) afirma que: “A campanha de interiorização do ensino superior está amplamente vitoriosa com a instalação da nossa UNIVERSIDADE. O homem do interior, convenientemente valorizado: a igualdade de oportunidade, satisfeita enfim: realizada a justiça”. O segundo aborda sobre o progresso, entendendo que a Universidade trouxe enormes vantagens para a cidade, a partir de um plano de desenvolvimento socioeconômico, dentre os benefícios:

A conclusão da Central Hidrelétrica do Jacuí, para fornecimento de energia elétrica que satisfaça a tôdas as demandas; a construção da barragem do Vacacaí, para fornecimento de água industrial; a melhoria de nossas principais estradas federais; estaduais, municipais; o incremento à produção rural; o atendimento a fim de tôdas as obras que possam estabelecer condições favoráveis à economia do município: tudo isso encaminhará Santa Maria para o rol das grandes comunas do Sul do país(sic) (ISAIA, 1961, N. 134, p. 1).

Finalizado o período de comemorações, era preciso obter recursos financeiros para a ampliação da Cidade Universitária. Na ocasião, Mariano resolveu assuntos importantes sobre a USM com órgãos federais, como o MEC, localizado na cidade do Rio de Janeiro. As articulações políticas serviram para a organização das ações de ensino, incluindo o plano de obras universitário. Os contatos que sempre manteve com autoridades políticas no MEC e com o Presidente, foram fundamentais para o desenvolvimento nas obras universitárias. O empenho do Deputado Tarso Dutra, que foi uma das personagens marcantes no processo de criação da USM, também foi expressivo na sua concretização.

Terminada as festividades e dando continuidade ao semestre letivo, foi realizada na sala Juscelino Kubitschek (JK), da Faculdade de Medicina, a aula inaugural da Faculdade de Odontologia, proferida pelo professor Daniel Jucowisk, naquela época Diretor da Faculdade de Odontologia da PUC/RS e professor catedrático da URGS. Além do Reitor JMRF e do Diretor da Faculdade, o professor Lamartine Souza, estiveram presentes, os docentes, acadêmicos e cirurgiões-dentistas (A RAZÃO, 1961, N. 140, p. 8).

Outro acontecimento importante foi a criação do Diretório Central de Estudantes (DCE) da USM visando a congregação de todos os Centros Acadêmicos numa entidade. Por isso, no dia 28 de março foi realizada uma reunião na sede da Faculdade de Economia e Direito para a escolha de uma diretoria provisória e elaboração do estatuto (A RAZÃO, 1961, N. 141, p. 8). O primeiro presidente foi o acadêmico José Moacir Silveira Ramos, que era o Presidente do Centro Acadêmico Francisco Mariano da Rocha da Faculdade de Farmácia de Santa Maria, conforme reportagem de “A Razão” (1961, N. 146, p. 7) na Figura 19.

Figura 19 – Primeiro Presidente do DCE.



Na foto o acadêmico José Moacir Silveira Ramos, primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Santa Maria.

J. M. Silveira Ramos, presidente do Diretório Central Acadêmico da USM

Por proposta do Centro de José Silveira Ramos, presidente dos Estudantes de Direito de Santa Maria, por unanimidade, foi eleito primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Santa Maria, o acadêmico José Moacir Silveira Ramos, dinâmico presidente do C. A. da Faculdade de Farmácia de Santa Maria, escola criada em fase de organização, criado por imperativo do surgimento e instalação da U. S. M., de- vera representante no Conselho Universitário, o órgão de cúpula da Universidade local.

"BICHOS" DA U.S.M. COLABORAM COM ASAN

— Belo "castigo" imposto pelos veteranos

A diretoria da ASAN, reuniu-se na tarde de ontem, com o fim de ultimar os preparativos do grandioso churrasco a realizar-se no dia 16 de abril na Estância do Miruano.

Decidiu a diretoria entregar a venda de todos os ingressos do churrasco aos calouros de nossas faculdades.

A diretoria da ASAN já vi-

— Rebebi muita investida ra, iniciativa do C. E. de Direito, secundado pelos demais Centros Acadêmicos locais — Medicina, Enfermagem, Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas e Odontologia —

como uma homenagem, justa aliás, à Faculdade de Farmácia de Santa Maria, escola criada em fase de organização, criado por imperativo do surgimento e instalação da U. S. M., de- vera representante no Conselho Universitário, o órgão de cúpula da Universidade local.

Palvando a reportagem, o acadêmico José Moacir Silveira Ramos, dinâmico presidente do C. A. da Faculdade, assim se expressou:

— Rebebi muita investida ra, iniciativa do C. E. de Direito, secundado pelos demais Centros Acadêmicos locais — Medicina, Enfermagem, Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas e Odontologia —

Continua na 2ª Pág. letra G

Fonte: jornal A Razão (1961, N. 146, p. 7)

Ainda sobre a Faculdade de Medicina, durante a gestão administrativa de 13 anos do Reitor JMRF, que foi de 14 de dezembro de 1960 até 13 de outubro de 1973 (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993), juntamente com a ASPES, foram realizados investimentos em diversas áreas objetivando o melhoramento científico-cultural, como ocorreu na ciência da saúde.

A busca por melhorias na saúde já era uma preocupação da ASPES, tanto que em 1957 foi assinado o acordo para a construção do Hospital Regional de Alienados, processo número 33.829/57, com autorização do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, na presença do professor Mauricio de Medeiros e do Deputado Paulo Tarso Dutra. Os executores do acordo foram o Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais e uma autoridade designada pelo Estado (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011). Por isso, enquanto o Hospital não estava concluído, foi firmado um convênio entre o Hospital de Caridade, representado pelo Diretor Médico, Doutor Miguel Meireles, e a Faculdade de Medicina de Santa Maria, em que foram disponibilizados aos professores e aos alunos da Faculdade as enfermarias e os serviços, além das dependências como o anfiteatro e sala para os professores (ISAIA, 2006).

Os valores para o financiamento da obra do Hospital Regional de Alienados, conhecido como Hospital Regional de Tuberculose, era de dois milhões de cruzeiros⁸⁸, sendo que um milhão e quinhentos mil cruzeiros⁸⁹ seria custeado pela União e quinhentos mil cruzeiros⁹⁰ pela URGs. O acordo foi renovado com a ASPES, mas não foram pagos, segundo Mariano da Rocha Filho (2011).

O lançamento da pedra fundamental do Hospital Regional de Alienados ocorreu durante o 3º Congresso Sul-Riograndense de Higiene pelo Reitor em exercício, o professor Helios Bernardi, em novembro de 1962 (A RAZÃO, 1962, N. 27, p. 3). Porém, sem o avanço do Hospital Regional de Tuberculose e, diante da necessidade de combate à Tuberculose⁹¹, também conhecida no Brasil como Peste Branca, a ASPES buscou novas alternativas, como a criação de um outro hospital, em 1962, o Hospital de Clínicas da USM, a ser construído na Avenida Principal da Cidade Universitária, no bairro Camobi, em frente ao bloco da Faculdade Politécnica, no setor médico, conforme destacou o “A Razão” (1962, N. 248, p. 6). O lançamento da pedra fundamental desse Hospital ocorreu em 18 de dezembro desse ano (A RAZÃO, 1962, N. 58, p. 1). Entretanto, grande parte dos investimentos do governo concentrava-se nas capitais, conforme histórico da doença. Por isso, a sua concretização se

⁸⁸ Valor de Cr\$ 2.000.000,00.

⁸⁹ Valor de Cr\$ 1.500.000,00.

⁹⁰ Valor de Cr\$ 500.000,00.

⁹¹ “Doença infecto-contagiosa que assume evolução crônica e tem como agente etiológico a *Mycobacterium tuberculosis* [...]. O micróbio da tísica encontrou nos pulmões do ser humano um micro ecossistema favorável à sua sobrevivência, ganhando possibilidade de reprodução em um ambiente ao mesmo tempo quente e úmido, arejado e sombrio. Com a proliferação bacilar em forma de colônias, parte das sementes usualmente migram para outras regiões do aparelho respiratório, podendo se disseminar por todo o organismo contaminado por meio das vias broncoagênica, linfática e hematogênica” (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 29).

efetivou, somente, em 1º de julho de 1982, já como Hospital Universitário de Santa Maria, localizado no Campus da Universidade Federal de Santa Maria.

A preocupação com a Peste Branca surgiu no período republicano, a partir de uma intervenção sanitária baseado num projeto nacional modernizante, inicialmente nos espaços urbanos mais ricos da federação, ou seja, no Rio de Janeiro e em São Paulo, chegando mais tarde em outros centros, como Porto Alegre. Porém, o avanço no combate não foi efetivo ao longo dos anos, principalmente pela falta de sintonia do governo federal com os governos estaduais e com os movimentos regionais de combate à tísica. Outro fator foi a falta de recursos financeiros destinados aos investimentos de melhoria das condições sanitárias pelos governos, gerando um quadro de epidemia plena entre os anos de 1936 e 1945, apesar da atenção do governo de Getúlio Vargas (BERTOLLI FILHO, 2001).

Ainda que o cenário não fosse totalmente favorável ao desaparecimento da tuberculose, o Presidente Getúlio Vargas, a partir de 1938, passou a ter uma responsabilidade maior com os doentes pobres, elaborando um projeto federal de assistência, incluindo os tributários da tuberculose, convenientemente também, para:

[...] normalizar o tecido social e também com a intenção de interferir na saúde popular como atitude preparatória para o lançamento da campanha oficial de ocupação de algumas áreas interioranas do país, fato que colocava a Saúde Pública como órgão encarregado de garantir migrantes saudáveis para o projeto governamental batizado como 'Marcha para o Oeste' (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 70).

Sobre a Marcha para o Oeste, o jornal "A Razão" publicou a fala do General Osvino Ferreira Alves (1960, N. 71, p. 8) afirmando que o movimento favoreceu o progresso no país, especialmente com a interiorização do ensino, observado na reportagem "Vigorosas manifestações de apôio à criação da universidade local" (sic) visualizado na Figura 20.

Figura 20 – Fala sobre o movimento de interiorização no Brasil.

VIGOROSAS MANIFESTAÇÕES DE APOIO À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE LOCAL

Manifestam-se de maneira incisiva o Comandante do IIIº. Exército, o Presidente da Assembléia do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Reitor da Pontifícia Universidade Católica

PÓRTO ALEGRE, 18 (Do Correspondente). — A reportagem hoje teve a oportunidade de registrar três opiniões de destacadas personalidades locais sobre a criação da Universidade de Santa Maria, assunto que obteve simpática repercussão e vem sendo vivamente comentando nos meios educacionais e acadêmicos.

O general Osmino Ferreira Alves, entusiasta da iniciativa, e que empresta decidido apoio ao movimento, assim se expressou à reportagem:

— O desejo de Santa Maria em obter a criação da sua Universidade é antigo. A aspiração da cidade se justifica porque lá existem diversas Faculdades, algumas das quais com renome em todo o País, como é o caso da de Medicina. Além do mais, a aspiração de uma Universidade em Santa Maria vem beneficiar os estudantes pobres, cuja manutenção é bastante difícil na Capital, quando vindos das cidades do "hinterland". S. Maria é um dos ambientes mais adequados para contar com a sua Universidade. Nos grandes centros, muitas vezes os estudantes voltam a atenção para as atividades não precípua.

Há, no Brasil, de uns trinta anos para cá, um movimento que se conhece como a marcha para o oeste, resultando em benéficos empreendimentos em favor do progresso do País. Pois bem: assim se deve fazer em relação ao ensino, porque a sua interiorização é necessária, indispensável ao Brasil de hoje.

Quando às dificuldades técnicas que por ventura se possam sentir, não de ser vencidas pela capacidade de realização daqueles que estão à testa do movimento".

OPINIÃO VALIOSA

Falando a A RAZÃO, disse o Desembargador Celso Afonso Pereira, presidente do Tribunal de Justiça: — Santa Maria, Continua na 5ª Pag. Letra Q

Encerrada convenção do PTB: Jango aceitou

RIO, 18 (Meridional) — Com discursos do senhor João Goulart e Marechal Henrique Teixeira Lott foi encerrada esta noite a convenção nacional do PTB. O Senhor João Goulart disse que "tem uma tarefa a cumprir no atual período político do Brasil, vendo-se forçado a aceitar a decisão dos convencionais, que ontem à noite homologaram sua candidatura à vice-presidência da República.

ELEITA NOVA DIRETORIA DA ASSOC. DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

Realizou-se ante ontem à noite no Centro Cultural a assembleia dos delegados e membros dos conselhos da Associação Santamariense dos Funcionários Públicos Civis da União para eleição de sua diretoria.

dió Rasquim; Vice Presidente: Ibi Casarim; Secretária: 1ª Secretária: Júlio Visque Penha; 2ª Secretária: Nair Pereira Leal; Srta. Ciria Corrêa; Tesouraria: 1º Tesoureiro Ruy Corrêa; 2º Homero Braga

Fonte: Jornal A Razão (1960, N. 71, p. 8)

Retornando ao combate da tuberculose, foi longo, com um quadro de óbitos preocupante, já que entre os anos de 1936 e 1945, das 19 capitais existentes no país, em 12 existiram registros de avanço coletivo da enfermidade, citando o caso de Porto Alegre, com o crescimento de pessoas infectadas pela tísica. A partir do Estado Novo ocorreram iniciativas como a reorganização da burocracia e o aparelhamento da higiene, aliado com a descoberta, em 1945, da estreptomocina e de outros quimioterápicos, que efetivamente contribuíram, a princípio nos grandes espaços urbanos, para a diminuição de óbitos creditados à Peste Branca. Porém, deixou sequelas pelo uso dos medicamentos em alguns pacientes, que foram gradativamente sanados com investimentos no combate à doença (BERTOLLI FILHO, 2001).

A partir de meados da década de 1950, os índices de mortalidade de pacientes infectados pela Peste Branca foram reduzidos, gerando uma crise nessa especialidade médica e, conseqüentemente, nas instituições, especialmente em sanatórios que tratavam de tuberculosos. Foi necessário desativar ou transformar essas instituições “redefinindo-se como hotéis⁹², casas de repouso, asilos para inválidos ou hospitais gerais” (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 230).

No interior, ainda era importante ter um local apropriado para o tratamento adequado dos pacientes, por isso, amparado pela Lei nº 3.695, de 18 de dezembro de 1959, o Presidente Juscelino Kubitschek previu a execução das obras do Hospital Regional de Tuberculosos, em conformidade com a Campanha Nacional contra a Tuberculose, em Santa Maria, com um Orçamento Geral de vinte e oito milhões setecentos e noventa e oito mil cruzeiros⁹³ (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011).

No entanto, as obras para a construção não prosseguiram como deveriam, enquanto a tuberculose continuava a ser uma preocupação, especialmente nas cidades do interior. Diante desse panorama, foram retomadas, em 1961, as obras do Hospital Central de Tuberculosos que foram paralisadas por um período de três anos (A RAZÃO, 1961, N. 222, p. 8). O objetivo era servir ao ensino, como atividade prática, e ao combate da doença tuberculose, que merecia maior atenção, por ser uma cidade do interior. O Deputado Tarso Dutra se empenhou, conseguindo novamente a liberação dos recursos orçamentários, cujo montante foi de sete milhões e duzentos mil cruzeiros⁹⁴, sob a supervisão da ASPES, conforme relato do Reitor Mariano da Rocha Filho em sua entrevista ao jornal “A Razão” (1961, N. 239, p. 4).

Durante a execução das obras houve o reaproveitamento das estruturas do prédio, fazendo adaptações necessárias para atender as atividades acadêmicas da Faculdade de Medicina, cujo plano inicial era de 140 leitos para o ensino. O professor Mariano Filho tinha a pretensão de destinar mais de 200 leitos ao Hospital de Neurologia e Psiquiatria, conforme entendimento com o Serviço Nacional de Doenças Mentais (A RAZÃO, 1961, N. 222, p. 8).

O “A Razão” participou da campanha para a continuidade das obras do Hospital Regional de Tuberculose de Santa Maria, conhecido como “Hospital Fantasma” (RAZÃO, 1961, N. 249, p. 8). Na Figura 21 é apresentado o momento do registro da assinatura do Doutor

⁹² CREMESP, Campos do Jordão. “O Sanatório 3 de Outubro, construído em 1952 por uma sociedade espírita, encerrou suas atividades em 1981 e, em 1983, foi transformado em hotel. [...]Sanatório São Cristóvão, fundado em 1935 para atender à Associação dos Choferes do Estado de São Paulo. O São Cristóvão foi desativado em 1983. E, em 1985 passou a abrigar uma colônia de férias. Disponível em: <https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=546>. Acesso em: 27 out. 2017.

⁹³ Valor de Cr\$ 28.798.438,00.

⁹⁴ Valor de Cr\$ 7.200.000,00.

A. Bastos Filho, representante da Campanha Nacional contra a Tuberculose, repassando os valores, conforme emenda do Deputado Tarso Dutra, ao professor Mariano da Rocha Filho, Presidente da ASPES.

Figura 21 – Campanha regional de tuberculose.



Fonte: Jornal A Razão (1961, N. 249, p. 8)

Outro avanço na busca por espaço, para inserir a prática no ensino das clínicas médicas, foi o convênio assinado entre USM e o Hospital Astrogildo de Azevedo (Hospital de Caridade), com a utilização das suas enfermarias, publicado em 9 de novembro no jornal (A RAZÃO, 1961, N. 224, p. 6). A sua confirmação está no Termo aditivo ao convênio entre Universidade de Santa Maria e o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, para a utilização de suas enfermarias no ensino das clínicas da Faculdade de Medicina, datado de 30 de outubro de 1961.

Ainda sobre o ensino, no dia 20 de julho de 1961, o Ministro da Educação e Cultura, Brígido Tinoco, realizou um encontro com reitores em Brasília, no Distrito Federal, para discutir sobre o tema Reforma Universitária. Nessa reunião, o Reitor JMRF foi convidado pelo Ministro para expor suas experiências, com ênfase no desenvolvimento do ensino superior (A RAZÃO, 1961, N. 223, p. 8). Na sua visão, era importante adotar práticas e estratégias de ensino, empregando a utilização da tecnologia no ensino de medicina como um “serviço de

didática televisionada, única na América do Sul”, sendo reconhecida por isso, como uma universidade moderna (A RAZÃO, 1961, N. 237, p. 8).

Aliás, a introdução da tecnologia na medicina era uma proposta à reforma do Ensino Médico, cunhado por JMRF, a partir da apreciação do ensino médico oportunizado pela viagem aos Estados Unidos e na Europa pela delegação do Presidente da República. O recurso pedagógico utilizado era a transmissão de uma técnica cirúrgica realizada pela equipe médica, com o acompanhamento de um acadêmico, por meio de um circuito fechado de TV com o auxílio de uma câmara Vidicon-Philips (TV). O ato cirúrgico era transmitido, de forma ampliada, por uma televisão “Jumbo” (preto e branco) com áudio, permitindo em tempo real relatar os procedimentos adotados pelo cirurgião e, ao mesmo tempo, responder questões indagadas pela turma de acadêmicos que assistia a aula prática (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011).

Ficou decidido nesse encontro, a opção pela dinamização do ensino, ou seja, “levar ‘a Universidade ao povo’” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1961, N. 237, p. 8). Dentre os pontos propostos pelo Reitor JMRF, que já estavam sendo adotados pelo Conselho Universitário da USM, era a criação de departamentos, com a reunião de disciplinas afins de uma mesma faculdade, tal como a Faculdade de Medicina e, também, a criação das cidades universitárias, entre outras propostas (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1961, N. 239, p. 4). Outro tema discutido foi a vitaliciedade, que para o Reitor, o ideal seria a sua abolição, pois:

os defeitos da vitaliciedade poderão de ser corrigidos pela instituição de carreira de magistério, passando o professor, então pelas fases de instrutor, assistente e, por concurso, chegando à docência livre. Posterior concurso de títulos e trabalhos, renovada a cada 3 anos, indicaria entre os livres docentes qual deveria ocupar a cátedra [...] (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1961, N. 237, p. 8).

Ainda sobre o tema reforma, JMRF apontou no seu projeto fundador da USM o modelo de plano de estruturação de uma Universidade Moderna, ou seja, uma “Nova Universidade”, que eram assim distribuídas por unidades: faculdade, instituto, departamento e cátedra. Considerava significativo, também, a realização de pesquisas e a adoção de regime integral de ensino, que chamava de “Tempo Integral Geográfico”, ou dedicação exclusiva, com a proposta de “[...] atendimento de particulares nos hospitais de clínicas, tanto humana como veterinária, mediante remuneração, da qual uma parte seria destinada ao professor e outra à melhoria das instalações respectivas da Universidade” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011, s. p.).

O Presidente Jânio Quadros lançou um programa anti-inflacionário visando a reforma do sistema cambial e elaborou um plano aprovado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)

prevendo a renegociação da dívida externa brasileira. Além disso, substituiu o Plano de Metas proposto pelo Presidente Juscelino Kubitschek pelo Plano Quinquenal. Durante a preparação desse Plano, como o ensino era uma prioridade para o Presidente Jânio Quadros, buscou alternativas para satisfazer os anseios universitários do país, mesmo diante de uma conjuntura nacional desfavorável, já que nesse período “[...] o governo experimentava, ainda, a ausência de uma base política de apoio: no Congresso Nacional dominavam o PTB e o PSB, ao mesmo tempo em que Jânio Quadros afastara-se da UDN, enfrentando a oposição cerrada do então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda” (ARQUIVO NACIONAL, 2009, p. 112).

Como metas para um ensino melhor, o Presidente Jânio almejava o aumento do número de matrículas e o apoio financeiro em novos investimentos, como era o caso da USM, com a continuidade das obras universitárias, segundo Mariano da Rocha Filho (1961, N. 239, p. 4). Em vista disso, como resultado do encontro sobre Reforma Universitária, o Presidente autorizou a disponibilização de recursos financeiros, de forma especial, para a construção da Cidade Universitária de Santa Maria, que já contava com mais de 1500 alunos (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1961, N. 237, p. 8).

Desse modo, para o seu atendimento imediato já no ano de 1962, o Presidente Jânio Quadros solicitou que fossem realizados estudos apontando necessidades mínimas para dar continuidade a execução dos projetos da Cidade Universitária (A RAZÃO, 1961, N. 244, p. 8). Nesse encontro também ficou acertada a realização da Exposição Cultural da Obra de Rembrandt, com apoio da Embaixada Holandesa e promoção da USM. Na abertura do evento foi firmado um convênio cultural com o Adido Cultural dos Países Baixos no Brasil (A RAZÃO, 1961, N. 239, p. 4).

Visando agilizar a resolução de questões relacionadas ao ensino tecnológico brasileiro, com a inclusão de convênios, desde que fosse respeitada a autonomia universitária, foi criada a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), sob o comando do professor Oliveira Junior. Oportunamente, durante sua estadia em Santa Maria, em agosto de 1961, foi solicitado ao Reitor JMRF um relatório descrevendo necessidades da Universidade, o chamado Plano Quinquenal, a pedido do Presidente Jânio (A RAZÃO, 1961, N. 244, p. 8; A RAZÃO, 1961, N. 253, p. 8).

O Reitor Mariano sempre buscou manter um bom relacionamento com os governantes. Em agosto de 1961, após proferir conferência na Faculdade de Odontologia, em Porto Alegre, manteve contato com o Deputado Tarso Dutra, nesta cidade, para tratar assuntos de ordem orçamentária e, no dia seguinte seguiu para Brasília para a realização de uma audiência com Presidente Jânio. No seu retorno, comentou sobre o tema da sua conferência “Reforma do ensino superior”, abordando sobre o planejamento de uma nova universidade. A discussão

culminou, no ano seguinte, com a publicação do seu livro “USM, A Nova Universidade” (1962) (A RAZÃO, 1961, N. 259). Em 2011, nos 50 anos da Universidade Federal de Santa Maria, esta publicação foi reeditada pela própria Editora da UFSM.

O crescimento da USM tornou-se evidente a partir de setembro de 1961, com a criação de novos cursos, como o da Faculdade de Belas Artes, a partir do Projeto de Lei do Deputado Tarso Dutra, aprovado pelo Senado e subindo à sanção presidencial e, com isso, “[...] Santa Maria entra numa fase de maior projeção no campo de ensino de cúpula atingindo a um estágio superior no setor da cultura científico-profissional” (A RAZÃO, 1961, N. 273, p. 4).

No dia 16 de setembro de 1961 foi publicado pelo “A Razão” (1961, N. 279, p. 8) a informação oficial sobre a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Belas Artes, dentre outras determinações, através da Lei nº 3.958/61, a primeira lei promulgada no governo do Presidente João Goulart (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011). Ainda nessa reportagem foi informado que a mesma lei determinou a criação de 159 cargos de professor catedrático nas oito faculdades e quatro agregadas que integravam a Universidade, além do crédito de cem milhões de cruzeiros⁹⁵ para pessoal, material, encargos, serviços e equipamentos, determinado no artigo 13º, incluindo o valor de 400 milhões de cruzeiros⁹⁶ destinados ao orçamento da USM para o ano de 1962, em conformidade com as normativas adotadas pela Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados.

A reportagem, observada na Figura 22, destacou também, o discurso empolgante do Presidente Jânio Quadros, durante o ato de sanção da Lei nº 3.958/61 ocorrido no Palácio do Planalto, com a presença do Reitor Mariano da Rocha Filho, do Deputado Tarso Dutra, autor do Projeto de Lei, do primeiro ministro Tancredo Neves e demais autoridades, afirmando que esse acontecimento “consagra a grande obra educacional que o Sr. Dr. Mariano da Rocha vem realizando [...]” e, que “pode o prezado amigo contar sempre com o meu apoio para que tudo possa se relacionar com o movimento vitorioso pela interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul” (A RAZÃO, 1961, N. 279, p. 8).

⁹⁵ Valor de Cr\$ 100.000.000,00.

⁹⁶ Valor de Cr\$ 400.000.000,00.

Figura 22 – USM: orçamento de 400 milhões.

Orçamento de 400 milhões para a Universidade de Santa Maria

Gen Pery Bevilaqua mantido no Comando da Terceira D. I.

BRASILIA, 15 (Meridional) — O presidente João Goulart assinou um ato tornando insubsistente o ato que exonerou o general José Machado Lopes do comando do III Exército e que nomeou o general Cordeiro de Farias para aquele posto.

O presidente anulou a exoneração do general Pery Constant Bevilaqua do comando da 3a. Divisão de Infantaria; o general Benjamin Galhardo da 5a. Região Militar e o general Alberto Paz da 3a. Divisão de Cavalaria.

NELSON DE MELLO PARA O E. M. F. A.

BRASILIA, 15 (Meridional) — O general Nelson Mello foi convidado para comandar o III Exército em substituição ao general Machado Lopes, que assumirá a chefia do Estado Maior das Forças Armadas.

Informa-se que o general Araujo Mota pretendia solicitar transferência para a reserva. O ministro da Guerra general Segadas Viana apelou para que ele permaneça no comando do II Exército, com sede em São Paulo, por mais algum tempo.

SANTA MARIA RECEBERÁ HOJE A VISITA DO PROF. RICHARD KHUN, PRÊMIO NOBEL

Programa de recepções organizado pela Universidade de Santa Maria — Assembléia Universitária hoje — Também esperado hoje o conselheiro alemão no Rio Grande do Sul

Acompanhado de sua Municipalidade, a inauguração da exma. esposa chegará no dia 16 de setembro a esta cidade, o professor Richard Khun, Prêmio Nobel de Química de 1938.

Um extenso programa foi organizado para a visita do referido cientista, devendo vir igualmente hoje com a finalidade de acompanhá-lo e viajando em automóvel, o sr. Freddy Lewalter, conselheiro alemão no Rio Grande do Sul.

tituto de Bioquímica da Universidade de Santa Maria.

20,00 Horas — Conferência do Prof. Khun — Assunto: "Molecular rearrangements of organic compounds." — Local: Sala J.K. da USM.

TERÇA-FEIRA — dia 19 de setembro

Pela Manhã: Visita às Faculdades de Medicina

Continua na 6.ª pág. 1 tra 1

Por ocasião do ato realizado no Palácio do Planalto, com a presença do 1.º ministro, Tancredus Neves do governador Mauro Borges, de Goiás, do ministro da Saúde, Souto Maior dos deputados Tarso Dutra, autor do projeto; Rui Ramos, Arnan, Mário Gomes, Bocauiva e vários outros senadores e deputados dos Estados do Paraná e do Rio de Janeiro, o presidente João Goulart declarou: "É" com imensa satisfação que sanciono a presente lei, que consagra a grande obra educacional que o sr. dr. Mariano da Rocha vem realizando no Rio Grande do Sul.

"Pode o prezado amigo contar sempre com o meu decisivo apoio para que tudo possa se relacionar com o movimento vitorioso pela interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul."

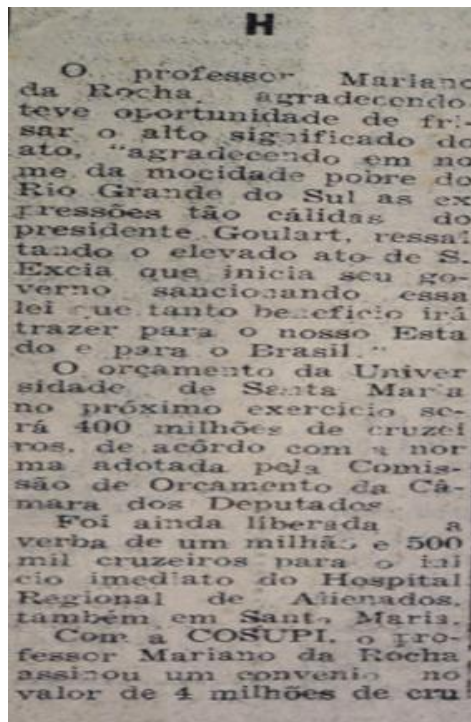
Continua na 6.ª pág. Letra 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E

Fonte: Jornal A Razão (1961, N. 279, p. 8)

Conforme a Lei nº 3.958/61, artigo 12º, o número de professores catedráticos criados nos Quadros Permanentes da USM foram os seguintes: 13 para a Faculdade de Odontologia, 40 para a Faculdade Politécnica, 22 para a Faculdade de Agronomia, 14 para a Faculdade de Veterinária, 35 para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 35 para a Faculdade de Belas Artes, incluindo cargos administrativos, sendo 8 cargos em comissão de Diretor, 8 funções gratificadas de Secretário e 8 funções gratificadas de Chefe de Portaria, uma destinada para cada unidade universitária (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011). Durante o ato, o Reitor José Mariano da Rocha Filho, fez um agradecimento "em nome da mocidade pobre do Rio Grande do Sul", parte da reportagem apresentada em formato em "L", visualizada na Figura 23.

Figura 23 – O Reitor JMRF agradecendo em nome da mocidade pobre do RS.



Fonte: Jornal A Razão (1961, N. 279, p. 6)

No período em que a USM ainda não tinha sido federalizada, o Reitor Mariano da Rocha Filho, durante a sua gestão administrativa, recebeu inúmeros convidados, incluindo autoridades científicas, militares, entre outros, em sua maioria divulgada pelo Jornal. Desse modo, algumas ações de notoriedade das personagens ilustres que participaram da história da USM, durante suas visitas às suas instalações, deixaram contribuições, como a visita do Prêmio Nobel de Química de 1938.

A visita do professor Richard Kuhn, Prêmio Nobel de Química, e do Senhor Freddy Lewalter, Cônsul alemão no Rio Grande do Sul, ambos acompanhados de suas esposas, foi concretizada com a colaboração de nove universidades federais. De acordo com o Programa organizado pela USM, no dia 16 de setembro de 1961, durante a sua chegada, o professor Kuhn foi recepcionado no Aeroporto de Camobi. Como programação, ministrou uma conferência intitulada *Molecular rearrangements of organics compounds*, na Sala JK da USM, localizada na Antiga Reitoria⁹⁷. A programação continuou com uma visita, realizada no dia 19 de setembro, nas dependências da Faculdade de Medicina. Oportunamente, o Reitor comunicou

⁹⁷ Acervo Arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://fonte.ufsm.br/index.php/antiga-reitoria> Acesso em: 8 jul. 2018.

ao Jornal sobre o agradecimento recebido pelo Doutor Kuhn, durante sua estadia em Brasília, como a “Ordem do Cruzeiro do Sul”, conferido pelo Ministro da Educação (A RAZÃO, 1961, N. 279, p. 8).

Em outro momento, a partir de entendimentos do Reitor Mariano da Rocha Filho durante a sua participação na II Jornada Brasileira de Câncer (Cancerologia), ocorrida em outubro de 1961, em Brasília, o Doutor Antônio Prudente foi um dos convidados para conhecer a Cidade Universitária, juntamente com sua esposa.

O paulista Antônio Prudente de Meireles de Moraes⁹⁸, neto do primeiro presidente civil do país, formou-se em 1928 pela Faculdade de Medicina de São Paulo. Passou a ser reconhecido, nacionalmente e internacionalmente, com a divulgação de trabalhos relacionados à cirurgia plástica ou reconstruções, em particular na correção de incorreções provocados pelos tumores. As suas atribuições foram as seguintes: médico; professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e da Escola Paulista de Medicina (Universidade Federal Paulista); diretor, por duas vezes, do Serviço Nacional de Câncer do Ministério da Saúde e Vice-Presidente da Sociedade Pan-Pacífica de Cirurgia; fundador da Associação Paulista de Combate ao Câncer (APCC); e, também, colaborando com sua esposa, a jornalista Carmem Annes Prudente, na arrecadação de fundos para a construção do hospital, em razão da fundação pela mesma da Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC).

Em conformidade com Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) de 1939, as doenças que causavam o maior número de óbitos eram a tuberculose, o câncer e as ligadas ao aparelho circulatório. Por isso, em 23 de abril de 1953, o médico Antônio Prudente, discípulo de Antônio Cândido Camargo, inaugurou o Instituto Central - Hospital Antônio Cândido Camargo (A. C. Camargo)⁹⁹, atual A. C. Camargo *Cancer Center*. O Instituto Central surgiu a partir da Associação Paulista de Combate ao Câncer (APCC), como um centro de referência internacional em ensino, pesquisa e tratamento multidisciplinar sobre oncologia, sempre com o empenho de Carmem Annes Prudente, mesmo depois de ficar viúva, em 1965.

No dia 10 de outubro de 1961, o Reitor José Mariano da Rocha Filho viajou para as cidades do Rio de Janeiro e de Brasília autorizado a proceder à abertura do crédito de cem milhões de cruzeiros¹⁰⁰, de acordo com a Lei nº 3.958/61, sancionada pelo Presidente Jânio

⁹⁸ Portal Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Disponível em: <http://www.cbccsp.org.br/cbc/?pagcbc=dir04> Acesso em: 18 maio 2016.

⁹⁹ Portal A.C.Camargo *Cancer Center* Disponível em: <http://www.accamargo.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 18 maio 2016.

¹⁰⁰ Valor de Cr\$ 100.000.000,00.

Quadros, além de entendimentos sobre a contratação para preenchimento do quadro de pessoal (A RAZÃO, 1961, N. 1, p. 1).

O seu regresso foi no dia 24 de outubro, porém a sua fala à reportagem do jornal “A Razão” foi publicada no dia 26, informando a sua participação na II Jornada Brasileira de Câncer (Cancerologia) como representante do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários em Serviços Públicos (IAPFSP). Na opinião do professor Mariano da Rocha Filho (1961, N. 15, p. 8), “o Brasil marcha na vanguarda do combate ao câncer”, ressaltando a contribuição do Doutor Antonio Prudente, que ademais aceitou o convite para visitar a USM juntamente com sua esposa, Carmen Annes Prudente, que também mereceu elogios por sua ação social no combate ao câncer. O Reitor ofereceu bolsas de estudos para cirurgiões, radio terapeutas e pesquisadores que integraram, durante a sua gestão, o Instituto em São Paulo.

Ainda sobre o orçamento desse ano, no dia 6 de novembro de 1961, durante reunião solene realizada pela ASPES no Restaurante Centenário, o Deputado Tarso Dutra entregou o montante de vinte milhões de cruzeiros¹⁰¹ para o Hospital de Caridade e para a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Participaram do evento, conforme Figura 24, o próprio Deputado Tarso Dutra, além de: Reitor José Mariano Rocha Filho; professor Luiz Gonzaga Isaia (Diretor da Faculdade de Ciências Políticas); Miguel Sevi Viero (Prefeito de Santa Maria); engenheiro Altair Alves (Centro Politécnico); Manuel Vitorino de Oliveira (Provedor do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo); professor Garibaldi Pogetti (Diretor do Instituto Municipal de Belas Artes); Edmundo Cardoso (Diretor da Escola de Teatro Leopoldo Fróes); e, o professor José Marques da Rocha (Faculdade de Direito). Na ocasião, o Deputado Tarso Dutra afirmou estar trabalhando com a hipótese de um orçamento de um bilhão de cruzeiros para o ano de 1963, visto na manchete de 7 de novembro (A RAZÃO, 1961, N. 24, p. 8).

¹⁰¹ Valor de Cr\$ 20.000.000,00.

Figura 24 – Reunião da ASPES no Restaurante Centenário.



Fonte: jornal A Razão (1961, N. 24, p. 8)

Dentre tantas notícias boas, naturalmente também ocorreram adversidades, como os fatos ocorridos nos primeiros dias do mês de novembro de 1961, com o corte de 30% no orçamento da Universidade. Compensado, no entanto, pela assinatura de convênios aditivos no valor de sete milhões de cruzeiros¹⁰² para o Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo e de dois milhões de cruzeiros¹⁰³ para a Escola de Enfermagem (A RAZÃO, 1961, N. 26, p. 8).

Gerou algumas dificuldades também, a falta de profissionais qualificados em virtude da suspensão da publicação do quadro de pessoal ocorrida no final de novembro, portanto sem a garantia da efetividade desses sujeitos. Esse fato mobilizou grande parte dos prefeitos do Rio

¹⁰² Valor de Cr\$ 7.000.000,00.

¹⁰³ Valor de Cr\$ 2.000.000,00.

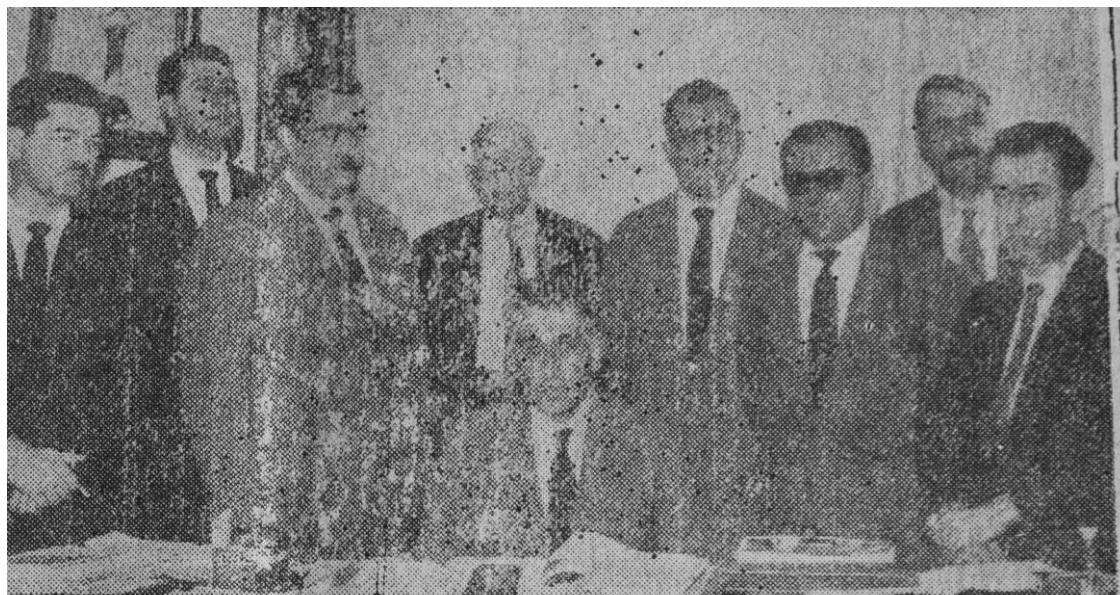
Grande do Sul, além do Reitor JMRF. Nesta ocasião, cobraram do Presidente João Goulart providências na solução desse impasse (A RAZÃO, 1961, N. 41, p. 8).

Outro fato adverso foi no setor administrativo, com o pedido de demissão do Diretor da Faculdade de Medicina, o professor Amaury Appel Lenz, sendo substituído rapidamente, no dia 8 de novembro, pelo professor Lamartine Souza, que permaneceu igualmente responsável pela Faculdade de Odontologia (A RAZÃO, 1961, N. 26, p. 8). Durante o ato de nomeação do novo Diretor, que ocorreu na Reitoria da USM, tomaram posse também os diretores da Faculdade de Agronomia, o professor Ary Bento Costa, e pelo Instituto Politécnico (Engenharia), o professor Edy Paulo dos Santos (A RAZÃO, 1961, N. 26, p. 8).

Dando sequência as parcerias firmadas com instituições de saúde, foi assinado o convênio, observado na Figura 25, ocorrido também no mês de novembro, com a direção da Casa de Saúde da Cooperativa dos Ferroviários, o doutor Faustino Cauduro e o Reitor Mariano da Rocha Filho, durante a estadia do Deputado Tarso Dutra em Santa Maria. O valor de um milhão de cruzeiros¹⁰⁴ foi destinado ao pagamento de bolsas para os estagiários da Faculdade de Medicina que realizaram atividades práticas nesse Hospital (A RAZÃO, 1961, N. 26, p. 8).

¹⁰⁴ Valor de Cr\$ 1.000.000,00.

Figura 25 – Assinatura de convênio com a Casa de Saúde da Cooperativa dos Ferroviários.



CONVENIO DA UNIVERSIDADE COM A CASA DE SAÚDE — Quando da estada entre nós deputado Tarso Dutra, autor da emenda orçamentária, foi assinado o convênio entre a Casa de Saúde da Cooperativa dos Ferroviários, dirigida pelo dr. Faustino Cauduro, e a Universidade de Santa Maria, representada no ato pelo seu reitor, prof. José Mariano da Rocha Neto. Pela Cooperativa, firmou o documento seu presidente, sr. Santiago Gusmão e o valor de um milhão destina-se a serviços para estagiários da Faculdade de Medicina, naquele hospital. Presenciaram o ato, professores, funcionários e jornalistas, conforme registra a

Fonte: jornal A Razão (1961, N. 26, p. 8)

Avançava a idealização do complexo universitário, dessa vez foi através da contribuição do Governo do Estado, pelo empenho do seu Governador, o Engenheiro Leonel Brizola que assinou ato concedendo verba de um milhão e quinhentos mil cruzeiros¹⁰⁵, em 18 de novembro de 1961, por meio do Decreto nº 12.810/61, para a construção do Restaurante Universitário, apresentado na Figura 26. O representante da Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM), que manteve contato direto com o Governador, foi o acadêmico Carlos Renan Kurtz¹⁰⁶, como Presidente da Federação (A RAZÃO, 1961, N. 34, p. 1).

¹⁰⁵ Valor de Cr\$ 1.500.000,00.

¹⁰⁶ Em 1982 elegeu-se Deputado Estadual permanecendo no cargo até o ano de 1993.

Figura 26 – Do Decreto para a construção do Restaurante Universitário.



Fonte: jornal A Razão (1961, N. 34, p. 1)

Outros elementos contribuíram para o avanço no ensino e, conseqüentemente, na necessidade de investir cada vez mais em melhorias à USM, como foi o caso das frequentes colaborações de docentes visitantes, dentre os quais, a do cientista austríaco, naturalizado brasileiro, o Doutor Artur Primavesi, com destaque na área de Agronomia. Além de ministrar aulas, como sua disciplina (cadeira) de Agricultura Geral, visava a integração ao meio científico, tanto que durante a sua fala à reportagem do jornal "A Razão" enfatizou questões sobre o planejamento da Cidade Universitária, que considerava "dinâmico e moderno" e, se manifestou sobre a pesquisa e a USM:

[...] deverá ser integrada no meio científico e funcionar em sintonia com o momento científico, trazendo ao povo, aquela admirável (com) compreensão do progresso através da publicidade de pesquisas e experiências realizadas. Mas, há de ser integral, universal, sem que o que jamais atingirá a meta desejada, que é a formação de uma nova geração, vinculando o homem cada vez mais (...) na Sociedade, dando-lhe cultura e oferecendo-lhe civilização. E essa admirável integração jamais vista em nenhum(a) outra Universidade, por um feliz conjunto de fatores Santa Maria está em condições de realizar (PRIMAVESI, 1961, N. 28, p. 6 -8).

Outro acontecimento que ganhou interesse da comunidade acadêmica foi a possibilidade do reestabelecimento dos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) em Santa Maria, a partir de entendimentos ocorridos em reunião realizada pelo Reitor Mariano da Rocha Filho, com o Ministro da Guerra, o General Segadas Viana, juntamente com a participação do

Presidente da FEUSM, o acadêmico Carlos Renan Kurtz e dos diretores das Faculdades locais. A proposta do Reitor era a utilização do Estádio do Regimento Mallet para a prática esportiva universitária, incluindo a cooperação do Exército em algumas faculdades da área da saúde e de Agronomia (A RAZÃO, 1961, N. 37, p. 8).

O funcionamento da Faculdade de Agronomia era sinal de avanço do ensino superior em Santa Maria com a concretização da abertura de edital para seleção dos candidatos habilitados para ingresso já em março de 1962, apesar de um início bastante conturbado, em razão da situação das 'faculdades livres'. A direção da Faculdade ficou sob a responsabilidade do Doutor Ary Bento Costa (A RAZÃO, 1961, N. 49, p. 6). A comunicação foi muito bem recebida pelos pelotenses, particularmente pelo reconhecimento do Diretor Costa, já que sua graduação foi cursada na Escola de Agronomia Eliseu Maciel de Pelotas, no Rio Grande do Sul, tanto que mereceu uma notícia no "A Razão" (1961, N. 46, p. 1).

O primeiro curso criado pela Faculdade de Agronomia foi o de "engenheiro-agrônomo", que foi provido de equipamentos técnico-científicos, corpo docente e funcionários especializados, incluindo a montagem do Instituto de Solos e Culturas, com materiais que vieram da Europa. A proposta era a formação do "Centro Agrotécnico na Universidade de Santa Maria", com a atuação da Faculdade de Agronomia, Veterinária e cursos agrícolas técnicos (sic) (A RAZÃO, 1961, N. 60, p. 6). A propósito, já na edição do dia seguinte, foi informado aos interessados a abertura de edital com a disponibilização de 40 vagas para a Faculdade de Veterinária. Na Direção ficou o Médico Veterinário e professor, Corinho Escobar (A RAZÃO, 1961, N. 61, p. 6).

Iniciando em 1962, igualmente, as Faculdades "de Medicina, Farmácia, Odontologia, Agronomia e Politécnica" realizaram processo do vestibular na segunda quinzena de fevereiro, oferecidos pela USM (A RAZÃO, 1961, N. 53, p. 6).

O ano de 1962 prenunciava, de acordo com o jornal A Razão (1961, N. 58, p. 6), ser promissor para o "funcionamento regular da nossa Universidade", já que durante reunião de reitores, realizada no mês de dezembro, em Brasília, o Departamento Administrativo do Serviço Público¹⁰⁷ (DASP) concedeu apoio substancial à USM no valor de trezentos e cinquenta milhões e quinhentos mil cruzeiros¹⁰⁸, por isso a viagem foi "exitosa". Nessa reunião, foram definidas algumas metas, segundo o Reitor Mariano da Rocha Filho (1961, N. 58, p. 6), tal como a criação da Comissão Nacional de Reforma Universitária, presidida pelo Ministro da

¹⁰⁷ Portal Câmara dos Deputados/DASP. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html> Acesso em: 24 maio 2016.

¹⁰⁸ Valor de Cr\$ 350.500.000,00.

Educação e Cultura. A Comissão era um órgão de planejamento, cooperação e intercomunicação da Universidade, visando o estabelecimento de uma nova universidade no país. Esse órgão teria representatividade em cada universidade por meio de comissões seccionais, com elaboração de propostas que seriam submetidas a debate durante fórum universitário com a participação de reitores e um representante da União Nacional de Estudantes (UNE). No entanto, foi informado na reunião que, temporariamente, estaria suspensa a criação de novas escolas e universidades a fim de conhecer a realidade das atuais instituições, mas em outra oportunidade pretendia-se aumentar o número de matrículas.

O DASP foi um órgão público do governo federal criado pelo Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, que fornecia elementos para a melhoria da máquina pública, incluindo a atribuição da elaboração da proposta orçamentária.

Ainda em dezembro de 1961, o Reitor JMRF fez uma homenagem especial à USRA pela sua colaboração no concurso realizado durante as atividades do ato de instalação da USM. A oportunidade possibilitou que alguns países acompanhassem o evento científico cultural, tais como: África, Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Escócia, Espanha, Finlândia, Holanda, Hungria, Inglaterra, Irlanda do Norte, Iugoslávia, México, Noruega, Paraguai, Portugal, Peru, Rússia, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia, Ucrânia, Uruguai, USA e Venezuela (A RAZÃO, 1961, N. 61, p. 6).

Como era de costume, o Reitor Mariano da Rocha Filho realizou, no dia 30 de dezembro, um churrasco de confraternização com a participação de professores universitários, funcionários, operários da Universidade e alguns familiares dos convidados. No final da festa, o Reitor fez um pronunciamento, em especial aos operários envolvidos na construção da Universidade, elogiando o empenho de todos (A RAZÃO, 1961, N. 68, p. 8).

A USM passou a denominar-se Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), através da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965¹⁰⁹, dispondo sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais, desenvolvendo cursos, programas e projetos nas diversas áreas do conhecimento humano.

De 1962 até nossos dias muitas ações ocorreram, ou seja, a estória contada através das narrativas jornalísticas da USM, hoje, UFSM, não se encerra no período estudado nessa pesquisa já que a Universidade conta com mais de 57 anos de existência. Considera-se que esse

¹⁰⁹ Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 24 jul. 2018.

período (1960 e 1961) seja apenas o começo de um ideal concretizado. Contudo, para a análise aqui proposta, sim. Na sequência apresentam-se as personagens jornalísticas produzidos pelo jornal “A Razão” no período de 1960-61 que tiveram maior representatividade e legitimidade no processo de criação da USM.

5.2 A MEMÓRIA DA USM A PARTIR DA PERSONAGEM DA NARRATIVA JORNALÍSTICA

As instituições funcionam através de ações movidas por indivíduos que, geralmente, estão motivados por ideal, como ocorreu com a criação da Universidade de Santa Maria. A partir dessas ações, com a participação efetiva da mídia, neste estudo, representado pelo jornal “A Razão”, foram divulgados acontecimentos que ajudaram na construção das personagens jornalísticas.

Na Comunicação, como justificativa da abordagem da memória construída a partir das ações de personagens jornalísticas, cita-se Berger e Luckmann (2011), que afirmam que em instituições com conhecimento comum é natural existir uma coletividade de atores, porém cada indivíduo tem seus papéis distintos e com uma objetivação linguística específica.

Esse entendimento também é acolhido na História, na opinião de Barros (2013, p. 20), pois sem o homem não existe história tanto que, “o que de fato interessa ao historiador é a passagem do homem sobre a Terra, o que inclui tudo aquilo que, tocado pelo homem, transformou-se, e também aquilo que, vindo de fora, transformou a vida humana”. Nessas transformações o autor cita o sistema de práticas, como a base da economia, estudado por Innis (2006) e ao mesmo tempo as formas de expressão e criação, como as sensações possibilitadas pelo meio, segundo McLuhan (1964).

Os meios/suportes trazem em si a comprovação das ações dos homens permitindo a reconstrução histórica, como Bellotto (2014, p. 138), representando os arquivistas, que enfatiza que o patrimônio documental do cidadão traz, em sua essência, “[...] as raízes da identidade da comunidade da qual ele faz parte”. É preciso considerar que as ações acontecem em períodos de tempo distantes, por séculos, e em espaços distintos, sendo, portanto, executadas em tempo e espaço diferentes.

Na história, para a renovação do presente, deve-se reconstruir os fatos para rememorar os acontecimentos ocorridos em um período, seja de uma sociedade ou mesmo de uma só pessoa, enquanto existirem testemunhas. O ideal é compilar os fatos que permanecem por mais tempo na memória dos homens, mas antes que esqueçam a sua tradição e, conseqüentemente,

decompõe a memória social. Por isso, o ideal é reconstruir a história antes do desaparecimento dos fatos da memória dos homens (HALBWACHS, 2006). As testemunhas auxiliam na recuperação de lembranças de pessoas e acontecimentos que fizeram parte de determinada estória, tanto que Barthes (1971) recomenda identificar as personagens que construíram as estórias, já que toda narrativa tem, pelo menos, uma personagem.

A personagem passa a ser, segundo Motta (2013, p. 174), a “figura central da narrativa, é o eixo do conflito em torno do qual gira toda a intriga”. As personagens são criadas pela mídia a partir de “critérios jornalísticos e de verossimilhança”, cujos critérios devem ser adotados por se tratar, muitas vezes, de pessoas públicas com “existência real” e, portanto, de ‘dados do ‘real’” (MOTTA, 2010, p. 153).

Para a construção da estória, neste estudo da Universidade de Santa Maria, optou-se por fazer a classificação das personagens a partir de hierarquização, considerando a representação da personagem como figura do discurso jornalístico produzido pela mídia, isto é, observando “[...] como o narrador imprime no texto marcas com as quais pretende construir a personagem na mente dos leitores/ouvintes. É por outras vias que chegaremos às questões políticas e sociais” (MOTTA, 2010, p. 152).

A personagem é um ser funcional na instituição, contabilizando a distribuição funcional, ou melhor, a participação em números na estória e, com isso, sua posição e designação como sujeito que inclui sua qualificação. Apresenta-se assim, as principais personagens, de acordo com os seus respectivos grupos de classes funcionais.

Na classe política destacaram-se membros dos poderes executivo (federal, estadual e municipal) e legislativo (deputado e senador). Do **poder executivo**, os presidentes referenciados nas narrativas correspondem ao período examinado: Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1960/1961); Presidente Jânio da Silva Quadros (1961) e Presidente João Belchior Marques Goulart (1961).

O **Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira** foi um dos personagens que pode ser considerado relevante pela sua qualificação e funcionalidade diferencial na estória, justamente por participar ativamente do ato de criação da Universidade de Santa Maria e de Goiás, sancionando a Lei nº 3.834-C, em 18 de dezembro de 1960, durante o ato público realizado no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, que era a sede do Governo do Estado de Goiás. Aliás ele era favorável ao movimento de interiorização no Brasil, como aconteceu com a transferência da nova sede do governo federal.

O Presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976) ou JK, como era conhecido, dedicou-se a política desde o ano de 1933, apesar de ser médico. Exerceu diversos cargos políticos,

iniciando como chefe do Gabinete Civil do estado de Minas Gerais, tornando-se presidente da República juntamente com o seu vice João Goulart, em 31 de janeiro de 1956, pela coligação Partido Social Democrático - Partido Social Trabalhista (PSD-PTB). Permaneceu até o ano de 1961, com resultados expressivos na educação e na área de expansão industrial, com uma gestão demarcada pelo Plano de Metas (ARQUIVO NACIONAL, 2009). Mas, segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 422) o avanço industrial ocorreu sem as condições necessárias e, com isso facilitou “[...] a entrada de capitais externos no país por meio da concessão de privilégios fiscais e econômicos, e aceitando depender de financiamentos internacionais para acelerar o crescimento industrial”.

Como problemas da concretização do Plano de Metas, Schwarcz e Starling (2015) elencaram as estratégias adotadas sem uma base sólida política e social, o forte sistema vigente de propriedade com os grandes proprietários rurais, a desigualdade social entre campo e cidade e Região Sudeste e Nordeste.

Construiu durante a sua gestão, as usinas Hidrelétricas de Paulo Afonso no rio São Francisco e as barragens de Furnas e Três Marias¹¹⁰. Mas, sem dúvida, uma das principais contribuições do Presidente JK foi a construção da cidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, como a nova capital federal, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo urbanista Lúcio Costa, responsável pelo Plano Piloto da cidade (ARQUIVO NACIONAL, 2009). Brasília foi materializada por JK em três anos, apesar da forte oposição dos udenistas (políticos do partido da União Democrática Nacional), dividida pelo Eixo Monumental (ocupado pelos edifícios do governo como os ministérios – que são idênticos, a praça dos Três Poderes e os palácios) e pelo Eixo Rodoviário (área residencial e equipamentos do espaço urbano) (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Por fim, o Presidente JK visava a construção de cidades com homens modernos, avançando e acelerando o tempo, em cinco anos, a fim de vencer o subdesenvolvimento. Por isso, investiu fortemente na cidade de São Paulo, com concentração do crescimento industrial e recebimento de crédito fácil aos empresários e na cultura, a Bossa Nova despontou com músicas populares, conquistando a Europa e os Estados Unidos (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A aceleração é o chamado “50 anos em 5”, resultado do seu Plano de Metas, trazendo como resultados a multiplicação de rodovias, o crescimento de hidrelétricas (além do previsto) e da indústria pesada, ampliação das fronteiras agrícolas, no entanto, com o extermínio de povos

¹¹⁰ Portal Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/juscelino-kubitschek.htm>. Acesso em: 11 ago. 2016.

indígenas (DEL PRIORE; VENANCIO, 2016, p. 268). No lugar do Presidente Juscelino Kubitschek assume, com vitória esmagadora, o Presidente Jânio Quadros da UDN.

O **Presidente Jânio da Silva Quadros**, advogado, foi um dos personagens que participou pouco da história da USM, em razão de sua rápida atuação, permanecendo somente por sete meses no cargo, juntamente com o seu vice João Goulart. Tal fato ocorreu em detrimento da crise política iniciada no governo anterior, do Presidente Juscelino Kubitschek, com o rompimento das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas durante sua gestão conseguiu apresentar um programa anti-inflacionário, aprovado pelo FMI, o que favoreceu a renegociação da dívida externa brasileira. O Plano de Metas de JK foi substituído pelo Primeiro Plano Quinquenal (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

Na educação, durante a elaboração do Plano Quinquenal, segundo o jornal “A Razão”, buscou apontar as principais necessidades para a conclusão da **Cidade Universitária** e, conseqüentemente, reverter no seu pleno desenvolvimento. Mas, diante das circunstâncias políticas serem desfavoráveis ao Presidente Jânio Quadros ocorreram momentos que dificultaram o andamento das ações de ensino e de estruturação da USM. O seu enfraquecimento ocorreu diante da falta de apoio político, tanto externo - pela sua aproximação com blocos do mundo pós-guerra, sem entendimentos com os Estados Unidos e, como interno - pela ausência de uma base política de apoio no Congresso Nacional, além da oposição do governador Carlos Lacerda, representante do Estado de Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, levaram a sua renúncia no dia 25 de agosto de 1961. Tais circunstâncias ocasionaram a instauração do regime parlamentarista pelo Congresso Nacional em 2 de setembro, garantindo assim, o mandato do vice João Goulart até a data de 31 de janeiro de 1966 (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

O advogado e **Presidente João Belchior Marques Goulart**, conhecido como Jango, que foi vice do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, já o seu primeiro-ministro, sob o regime parlamentarista, foi Tancredo Neves. Na política externa, os destaques foram o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, além de não ter concordado com a invasão proposta pelo Presidente John Kennedy ao país de Cuba. Tornou-se o mediador junto a Havana (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

Para o crescimento da economia e do desenvolvimento social, entre outros objetivos, foi criado em 1962 o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que não teve o sucesso desejado diante da dívida externa brasileira. Como resultado novo empréstimo de 398 milhões de dólares e a falência, em razão dos altos índices inflacionários do Plano Trienal. Por isso, em outubro de 1963, foi criado um outro plano que visava a reforma fiscal para impedir a

alta dos preços. Neste período também “outorgou à Petrobras o monopólio das importações de petróleo” (ARQUIVO NACIONAL, 2009, p. 123).

No **poder executivo estadual**, destaca-se a participação do **Governador Leonel de Moura Brizola**, que exerceu o seu mandato de janeiro de 1959 até janeiro de 1963. No seu governo aconteceram entre outras ações, a reforma agrária, a partir da desapropriação de terras da Fazenda Sarandi e do Banhado do Colégio e a criação do Plano de Escolarização com investimento na área de educação, “[...] com a construção de prédios escolares com módulos pré-fabricados e aumento do número de professores” (FLORES, 2013, p. 180).

O Governador Leonel Brizola foi um grande apoiador da USM, incentivando ações de ensino e apoio financeiro na ampliação da Cidade Universitária. Um apoio significativo foi a verba destinada para a construção do Restaurante Universitário, conforme foi noticiado no jornal “A Razão” em novembro de 1961, com entendimento com o representante do Diretório Acadêmico de Estudantes, o acadêmico Renan Kurtz.

No **poder executivo municipal** o grande destaque foi o **Prefeito Miguel Sevi Viero**, do partido PSD, o mesmo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e do Deputado Paulo de Tarso de Moraes Dutra. Governou Santa Maria de 1960 até 1963, apoiando o movimento pró-Universidade, além de estar sempre presente em manifestações e eventos da USM. Participou da Caravana da ASPES, juntamente com o Vereador Antonio Abelin, representante da Câmara Legislativa que da mesma forma foi um grande incentivador na concretização da vinda da Instituição para Santa Maria. Aliás, o Vereador Abelin fez o papel de jornalista, descrevendo momentos relevantes no “A Razão” sobre fatos ocorridos durante a solenidade de sanção da Lei, como integrante da Caravana. (ABELIN, 1960, N. 64, p. 1).

No **poder legislativo** duas figuras mereceram distinção nas ações e políticas desenvolvidas à criação da UFSM, que foram o advogado Paulo de Tarso de Moraes Dutra e o promotor público Daniel Krieger.

Paulo de Tarso de Moraes Dutra ou Tarso Dutra¹¹¹, como era conhecido, fez seus estudos secundários no Ginásio Santa Maria, em Santa Maria (RS), bacharelando-se mais tarde em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul. Como advogado, especializou-se em direito civil e direito administrativo. Integrou o Partido Republicano Liberal (PRL) Rio-grandense até dezembro de 1937, quando foram extintos todos

¹¹¹ Portal Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13489>
Acesso: 12 abr. 2016.

os partidos políticos do país em decorrência do golpe do Estado Novo, que em 10 de novembro conferiu poderes ditatoriais ao Presidente Getúlio Vargas.

Com o fim do Estado Novo, marcado pela deposição de Vargas pelos chefes militares em 29 de outubro de 1945, teve prosseguimento ao processo de redemocratização em curso desde o início do ano. Em 2 de dezembro foram realizadas as eleições para a presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte, que haviam sido marcadas por Vargas, antes de ser deposto. Em janeiro de 1947, Tarso Dutra candidatou-se à Assembleia Constituinte estadual do Rio Grande do Sul, elegendo-se na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Promulgada a nova Carta Constitucional gaúcha, em julho do mesmo ano, passou a exercer o mandato legislativo ordinário, tornando-se segundo-secretário da Assembleia Legislativa e integrando a Comissão Mista de Assistência Social. Em outubro de 1950, elegeu-se Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, na legenda do PSD.

Tarso Dutra foi um dos responsáveis pela inclusão do artigo 36 na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1947¹¹², que anexou as Faculdades do interior à Universidade de Porto Alegre criando a Universidade do Rio Grande do Sul, juntamente com os Deputados Estaduais José Diogo Brochado da Rocha e Francisco Brochado da Rocha, ambos do PTB. Tarso Dutra foi Deputado Federal, Ministro da Educação, indicado em 1967, no governo de Arthur da Costa e Silva e terminou sua vida política como Senador pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Na carreira legislativa, foi deputado estadual pelo PSD no Estado do Rio Grande do Sul (1947-1950) e Deputado Federal, a partir de 1951, pelo Rio Grande do Sul pelo PSD, exercendo cinco mandatos consecutivos. Tarso Dutra, em dois momentos, teve sua participação político-partidária interrompida por ditaduras praticadas no país. A primeira durante o Estado Novo, no ano de 1937, quando fazia parte do PRL, em que foram extintos todos os partidos políticos durante o governo de Getúlio Vargas. A segunda no governo de Castello Branco, em 1965, a partir dos Atos Institucionais (AIs)¹¹³ editados pelos militares¹¹⁴, modificando a Constituição de 1946. Dentre as normas arbitrárias, novamente, a extinção de todos os partidos e,

¹¹² MARIANO DA ROCHA FILHO, José. A terra, o homem e a educação. Santa Maria: Pallotti, 1993, p 15.

¹¹³ A partir de 1964 foram aprovadas normas arbitrárias editadas à época do regime de exceção instalado pelos militares no Brasil, objetivando prevalecer o controle dos militares ante às instituições legais do país, para dar uma aparência de legalidade aos atos ilegítimos que iam sendo realizados em nome da Revolução. SANTIAGO. Disponível em: <http://www.infoescola.com/ditadura-militar/atos-institucionais/> Acesso em: 15 ago. 2016.

¹¹⁴ Golpe Civil Militar de 1964.

consequentemente, a implementação do bipartidarismo, com a ARENA, a situação e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição¹¹⁵.

Tarso Dutra assumiu, em 1967, no mandato do Presidente Arthur Costa e Silva, o Ministério da Educação, permanecendo até o ano de 1969, quando Emilio Garrastazú Medici assumiu como Presidente da República. Durante sua gestão como ministro, implementou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que pretendia diminuir os níveis de analfabetismo no país e os acordos MEC-Usaid, porém ocorreram conflitos com o movimento estudantil, ocasionando, inclusive, a morte do estudante carioca Edson Luís de Lima Souto. Ainda no Governo de Costa e Silva, participou da comissão responsável pela revisão final do texto do AI-5¹¹⁶, um dos mais conhecidos atos instituídos no governo militar, em 13 de dezembro de 1968. Em 1970 foi eleito senador e, em 1978, senador biônico, permanecendo até o seu falecimento, ocorrido no ano de 1983, ainda em exercício do cargo.

O Deputado Tarso Dutra foi uma das personagens que também ganhou projeção, tanto pela Universidade, considerado como o “maior benfeitor do Ensino Superior de Santa Maria”, citado no 1º Relatório de Atividades da USM (1961), e pelo “A Razão” pela sua contribuição direta no processo de criação e construção da Cidade Universitária.

Pelo Jornal, com o conhecimento da aprovação da emenda do Deputado Tarso Dutra para o dia 18 de dezembro, o “A Razão” destacou, no dia 13 de dezembro, como sendo, segundo a manchete, “O MAIOR ACONTECIMENTO DA VIDA SANTAMARIENSE”, em virtude de ser o primeiro estado a contar com duas universidades federais, com destaque para Santa Maria, como cidade do interior, e ser a primeira a ter a sua Universidade (A RAZÃO, 1960, N. 53, p. 8). As suas visitas na cidade de Santa Maria, também eram divulgadas como a narrativa jornalística: “Dep. Tarso Dutra visitará SM no próximo dia 25”, ocorrida em janeiro de 1961. O Jornal afirmou que o Deputado “está intimamente ligado às grandes conquistas da nossa terra no setor de ensino superior”, consagrando assim, como o “amigo número um de Santa Maria” (A RAZÃO, N. 75, p. 8).

Por isso, foram publicadas diversas notícias, reportagens, notas, algumas trazendo o nome do político em manchetes que ilustravam a sua real importância para a comunidade santamariense e para o Jornal tais como: “Todas as comissões aprovam o projeto Tarso Dutra -

¹¹⁵ Arena e MDB, Paulo Markun. Disponível em: <http://www.bradoreumbante.org.br/historia/mdb-e-arena> Acesso em: 15 ago. 2016.

¹¹⁶ Norma que estabeleceu o impedimento do *habeas-corpus* aos presos políticos, suspendendo os direitos políticos e restrição ao exercício do direito público ou privado. Instituiu o recesso do Legislativo federal, estadual e municipal. Impediu o judiciário de julgar os atos de exceção estipulados pelos militares. SANTIAGO. Disponível em: <http://www.infoescola.com/ditadura-militar/atos-institucionais/> Acesso em: 15 ago. 2016.

Projeto de criação da USM (1960, N. 42, p. 8); “Dep. Tarso Dutra visitará SM no próximo dia 25” (1961, N. 75, p. 8); “Tarso Breve o PSD gaúcho anunciará a sua definitiva pacificadora”(sic) (1961, N. 108, p. 8); “Tarso Universidade, obra imensa em período de tempo tão reduzido” (1961, N. 134, p. 8); “Afirmativa de Tarso 1963 a USM terá orçamento de um bilhão” (1961, N. 24, p. 8) e a reportagem visualizada na Figura 27 sobre a criação da Universidade (A RAZÃO, 1960, N. 174, p. 6).

Figura 27 – A personagem Deputado Federal Tarso Dutra.

AMBIENTE DE GRANDE ESTÍMULO À IDÉIA EM MARCHA

TARSO DUTRA: - UNIDADE LOCAL EM TORNO DA UNIVERSIDADE”

Santa Maria, pelas suas forças mais expressivas no que respeita á cultura e também aos meios produtivos, onde se conta a massa operária, conforme temos sentido, vive momentos de expectativa desde que foi lançada a idéia da instituição de nossa Universidade -- indispensável condição ao maior desenvolvimento das atividades locais no plano do ensino superior.

O deputado Tarso Dutra, elemento que resume as aspirações coletivas neste

setor, viajou ontem, depois dos amplos



contactos que manteve com os integrantes do movimento pró-Universidade de Santa Maria, onde se destaca a figura do prof. José Mariano da Rocha Filho.

Falando a este respeito, o deputado Dutra afirmou que a criação da Universidade, fez as seguintes afirmações, que valem como declaração do espírito de unidade que se estabeleceu em nosso meio em prol da grandiosa causa:

Continua na 7ª Pag. Letra E

Expressiva homenagem ao advogado santamariense Luiz Felipe Lenz

Será alvo, amanhã, de significativa homenagem, por parte de seus colegas e amigos, o dr. Luiz Felipe Lenz, por motivo de sua aprovação, em primeiro lugar, no concurso para o Ministério Público do Estado.

A essa prova de apreço e simpatia já

WALMOR DA SILVA
Foi a segunda pessoa suspeita como autor da morte de Adolfo José To...

Fonte: Jornal A Razão (1960, N. 174, p. 6)

As narrativas citadas trazem um discurso chamado de interdiscurso, por Orlandi (2012), ou seja, um discurso formado por uma multiplicidade de discursos em que o simbólico e a história se ligam por lapsos, mas a ideologia se faz presente. Para o Deputado, o Jornal se posicionou com um discurso de exaltação da figura do parlamentar gaúcho com uma multiplicidade de discursos, como o excerto da reportagem “Tarso: - Breve O PSD gaúcho anunciará a sua definitiva pacificação”, publicada em fevereiro de 1961:

[...] vem recebendo em todos os municípios pelos quais tem estado, calorosas manifestações não só de seus correligionários e amigos, como também de

representantes das classes economicas e populares que confiam na atuação do conhecido político riograndense, no difícil momento pelo qual passa a terra riograndense e que exige, porisso mesmo, o melhor esforço de seus mais proeminentes filhos (sic) (A RAZÃO, 1961, N. 108, p. 8).

O Deputado Tarso Dutra recebeu diversas homenagens pelo seu empenho como ilustre parlamentar pela sua enorme contribuição no processo de criação da USM, que iniciou pela criação do Projeto de Lei. O Jornal se posicionou afirmando que o povo santa-mariense tinha uma “[...] dívida de gratidão para àquele ilustre e denotado filho do Rio Grande” e, por isso no seu entendimento foi consagrado como “[...] o amigo numero um de Santa Maria” (sic) (A RAZÃO, 1961, N. 75, p. 8). Dentre as homenagens recebidas pelo parlamentar o destaque ficou com o Título de *Honoris Causa* recebido em cerimônia realizada no ato de instalação da USM, em 18 de março de 1961, juntamente com o Senador Daniel Krieger.

O **Senador Daniel Krieger** foi promotor público e consultor jurídico do Instituto de Previdência, ambos no Estado do Rio Grande do Sul. Em 1947 iniciou sua carreira legislativa como Deputado Estadual pelo partido União Democrática Nacional (UDN), permanecendo até o ano de 1951. Após, elegeu-se senador por três legislaturas consecutivas, iniciando em 1955 e permanecendo até o ano de 1978. Após o Golpe Militar de 1964 tornou-se o primeiro presidente da ARENA, em que participou ativamente na organização e coleta de assinaturas dos senadores contrários ao manifesto de discordância ao AI5 e, posteriormente, renunciando a presidência do Partido.

Para a Universidade, a personagem do Senador foi relevante pelo seu empenho na aprovação do Projeto de Lei da criação da USM no Senado, como apresentou a notícia intitulada “O maior acontecimento na vida santamariense/J.K.sancionará Universidade de Santa Maria próximo dia 18”, cuja sua representatividade foi fundamental, tanto que o “[...] representante riograndense no Senado da República conseguiu a sua aprovação unânime na Câmara Alta. O Senador Daniel Krieger lavrou um verdadeiro tento, formando com Tarso Dutra os paladinos da causa da interiorização do ensino, concretizando agora com a Universidade” (A RAZÃO, 1960, N. 53, p. 8). Pelo interesse do Senador, a Lei foi aprovada em tempo recorde, em menos de duas horas.

Pela **ASPES** e pela **Universidade** destacaram-se os seguintes docentes: Amaury Appel Lenz, como Diretor Faculdade de Medicina Artur Primavesi, austríaco naturalizado brasileiro que colaborou como docente na Faculdade de Agronomia; Ary Bento Costa como Diretor da Faculdade de Agronomia; Helios Homero Bernardi, como Diretor da Faculdade de Agronomia; José Mariano da Rocha Filho, como Presidente da ASPES e Reitor fundador da USM;

Lamartine Souza, como Diretor Faculdade de Odontologia e depois como Diretor da Faculdade de Medicina, substituindo o Diretor Amaury Lenz; Luiz Gonzaga Isaia, como Diretor da Faculdade de Ciências Políticas¹¹⁷; Oscar Mombach, o Irmão Gelásio, como Diretor da Faculdade de Direito e, Romeu Beltrão, como Diretor do Instituto de Ciências Naturais. Alguns participaram ativamente do movimento pró-Universidade e da criação de algumas faculdades, como foi o caso do Irmão Gelásio, que se formou em Direito, como bacharel, iniciando sua contribuição no ensino superior como Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre, além de outros cargos exercidos em Passo Fundo, que pela sua contribuição fez uma saudação pelo acontecimento intitulada “Aspectos da Universidade” (A RAZÃO, 1961, N. 134, p. 1).

Destacaram-se também as seguintes personagens e seu artigos publicados em março/abril de 1961, que foram:

- a) U.S.M. (série de dois), Máximo J. TREVISAN;
- b) A IGREJA E A UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA, por Pe. Dr. Orlando Geraldo Penna;
- c) UNIVERSIDADE: SUBLIMAÇÃO DO SABER, de Major WALTER ALMEIDA.

Outra personagem evidenciada foi o do contabilista e **professor Luiz Gonzaga Isaia**, como um dos fundadores diretos, pelo seu apoio, da Faculdade de Direito e de Ciências Contábeis da Universidade, juntamente com a Congregação dos Irmãos Maristas, como entidade mantenedora. A Congregação assumiu, igualmente, como mantenedora a Faculdade de Direito, sendo criada pela ASPES (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993). A comissão pró-Faculdade foi formada pelos seguintes membros: “Irmão Vitrício¹¹⁸, Vitor Schuch, Willy Schwark, Dorvalino Tonin e Luiz Gonzaga Isaia” e, como Membros Honorários da ASPES, “os Deputados Tarso Dutra. José Diogo Brochado da Rocha, e Fernando Ferrari, assim como os Professores Antero Leivas e Francisco Brochado da Rocha” (ISAIA, 2006, p. 34).

A personagem **Romeu Beltrão**¹¹⁹ contribuiu com ações no ensino, quando criou, em 1938, o Herbário da UFSM e lecionou a cadeira de Botânica Aplicada à Farmácia da Faculdade de Farmácia. Foi diretor do Instituto de Ciências Naturais, criado em 22 de março de 1962, permanecendo até a sua aposentadoria no ano de 1969. No dia 19 de março de 1961 foi

¹¹⁷ Atual Centro de Ciências Sociais e Humanas.

¹¹⁸ Luiz Benjamin Henrique Rech.

¹¹⁹ Portal Herbário SMDB Histórico Disponível em: http://w3.ufsm.br/herbariosmdb/?page_id=10. Acesso em: 9 abr. 2017.

divulgado o seu artigo “Universidade de Santa Maria e o espírito universitário”, que disse ser o “velho sonho dos vivos e mortos” (BELTRÃO, 1961, N. 134, p. 1).

E como personagem central da estória de criação e instalação da USM sobressaiu o professor José Mariano da Rocha Filho, por ter sido uma personagem atuante na fundação da Universidade em razão das ações praticadas desde que assumiu o cargo de professor na então Faculdade de Farmácia de Santa Maria, em 1937, até a criação da Universidade de Santa Maria, em 1960. Suas atividades geraram acontecimentos que se transformaram em narrativas jornalísticas, produzindo em alguns momentos, repetitividade da sua participação. Considera-se, portanto, a protagonista de maior relevância neste estudo, isto é, o protagonista desta estória, uma vez que participou direta ou indiretamente de quase todas as narrativas que relataram os acontecimentos, que hoje são fatos históricos, como a criação e a instalação da USM.

Além das narrativas, seu nome é sempre lembrado no presente, tanto que é conhecido, ainda hoje, como Reitor Fundador e mentor da interiorização do ensino superior no Brasil. Ademais, a Cidade Universitária da UFSM passou a ser chamada de Cidade Universitária Prof. José Mariano da Rocha Filho, desde novembro de 1973¹²⁰, com a inauguração da placa de bronze, conforme Fotografia 1.

¹²⁰ Portal UFSM. Disponível em: <http://fonte.ufsm.br/index.php/cidade-universitaria-prof-jose-mariano-da-rocha-filho-inauguracao-da-placa-de-bronze-4>. Acesso em: 15 maio 2018.

Fotografia 1 – Inauguração da placa de bronze da Cidade Universitária.



Fonte: DAG/UFSM

Como Reitor fundador, o professor José Mariano da Rocha Filho recebeu o cargo de Reitor Agregado, após a sua saída da Reitoria, em 1973, porém sem “funções especificada”, retornando em 1989 no cargo de Assessor de Assuntos Internacionais, “por iniciativa do Reitor eleito da UFSM, Tabajara Gaúcho da Costa” (BARICHELLO, 1993, p. 23).

Outro fator relevante na definição do professor José Mariano da Rocha Filho como protagonista da estória da USM, construída a partir do jornal “A Razão”, foram os fatos ocorridos no ano de 1999, com a instalação de um busto na Praça Saldanha Marinho e ser considerado o Gaúcho do Século XX, eleição promovida pela RBS-TV e jornal Zero Hora¹²¹, com mais de 90 mil votos, numa lista de 20 gaúchos que marcaram o Século XX¹²².

Manteve-se, também, como Presidente da ASPES, porém, sendo alterada para Fundação Educacional para o Desenvolvimento e o Aperfeiçoamento do Ensino (FUNDAE),

¹²¹ Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/rbstvrs/conteudo,0,8991,20-Gauchos-que-marcaram-o-sec.html> Acesso em: 07 ago. 2018.

¹²²UFSM. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/marianodarocha/index.php/vida-e-obra>. Acesso em: 15 maio 2018.

mesmo após deixar a Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 23).

Como **personalidade de intercâmbio** destacou-se o químico alemão de origem austríaca, **Richard Kuhn**¹²³, que visitou a cidade de Santa Maria em outubro de 1961. Formou-se pela Universidade de Viena e pela Universidade de Munique, cursando Bioquímica e Química Orgânica. Concluiu sua tese de doutorado em 1922, abordando a especificidade enzimática. Suas contribuições como docente foram: professor de Química Geral e Analítica, a partir do convite da *Eidgenössische Technische Hochschule* em Zurique; professor de Bioquímica na Universidade de Heidelberg; Professor Visitante de Pesquisa em Química Fisiológica, por um ano, na Universidade da Pensilvânia, Filadélfia nos Estados Unidos. Ainda foi Diretor do Instituto de Química do Instituto Kaiser-Wilhelm (desde 1950, *Max Planck Institut*) para pesquisa médica em Heidelberg; administração deste Instituto, em 1937, em sucessão a L. Von Krehl. E, por fim, recebeu honrarias e prêmios na *Technische Hochschule*, em Munique (1960), na Universidade de Viena (1960) e, na USM, Brasil (1961)¹²⁴.

Durante sua trajetória como cientista, seguiu os estudos de Paul Karrer, Prêmio Nobel de Química de 1937, desenvolvendo várias pesquisas¹²⁵. A de maior destaque foi a observação de oito carotenóides que, a partir do conhecimento de suas estruturas, reconheceu a composição do caroteno. Tal exploração permitiu sintetizar tanto a vitamina A como a riboflavina. Essa descoberta culminou com o recebimento do Prêmio Nobel de Química de 1938.

No meio acadêmico constatou-se a participação efetiva de Hans Indomar Schreem, José Moacir Silveira Ramos e Renan Carrion Kurtz, que eram membros das entidades que representavam os estudantes na Universidade no período estudado.

Hans Indomar Schreem, da Faculdade de Medicina, e **José Moacir Silveira Ramos**, da Faculdade de Farmácia, destacaram-se pelo empenho na defesa pela sanção da lei de criação da Universidade, uma vez que existia um movimento contrário da URGS pela sua não efetivação. Além disso, ambos foram convidados para compor a Caravana da ASPES, para compartilhar do ato de sanção em Goiânia, no Distrito Federal. Segundo Ramos (2015), o convite para o acompanhamento da delegação de Santa Maria foi feito pelo jornalista Robinson Flores, que era chefe de Gabinete do Reitor Mariano da Rocha Filho. A viagem de avião partiu

¹²³ Portal Biografías y vidas. Disponível em: http://www.biografiasyvidas.com/biografia/k/kuhn_richard.htm Acesso em: 18 maio 2016.

¹²⁴Richard Kuhn Biographical https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/chemistry/laureates/1938/kuhn-bio.html Acesso em: 15 maio 2018.

¹²⁵ Portal Biografías. Disponível em: <http://www.buscabiografias.com/biografia/verDetalle/9561/Richard%20Kuhn>. Acesso em: 18 maio 2016.

de Santa Maria, com escala em Porto Alegre e Rio de Janeiro. Talvez, diante de sua plena atuação como acadêmico no episódio de oposição pela criação da USM, assim como representante dos acadêmicos no ato de criação da USM, José Moacir Silveira Ramos tornou-se o primeiro Presidente do Centro Acadêmico Francisco Mariano da Rocha da Faculdade de Farmácia de Santa Maria, como o Primeiro Presidente (A RAZÃO, 1961, N. 146, p. 7).

Já o acadêmico da Faculdade de Direito **Renan Carrion Kurtz** e Presidente da Federação dos Estudantes Universitário de Santa Maria (FEUSM), participou ativamente, com o apoio do Governador Leonel Brizola, dos entendimentos para a criação do Restaurante Universitário. Posteriormente, ingressou na carreira política, elegeu-se como Deputado Estadual em 1982, permanecendo por dois mandatos, em 1984 e em 1993, como Presidente da Assembleia Legislativa. Aposentou-se como desembargador federal.

Pelo jornal “**A Razão**” foram relevantes as personagens de **Robinson Flores** e **Napoleão Sacchis**. Nesse período, Flores foi o Diretor do Jornal e chefe do Gabinete do Reitor JMRF e participou do ato de sanção da USM, ocorrida em 18 de dezembro de 1960, como integrante da Caravana da ASPES. Já Sacchis foi redator e participou como secretário executivo da Comissão responsável pelas atividades do evento comemorativo do ato de instalação da USM, ocorrido em 18 de março de 1961. Como destaque, suas manifestações favoráveis ao movimento de criação da Universidade no “A Razão”, como foi o caso do seu artigo intitulado “A grande meta visada por Santa Maria: A Universidade!” (SACCHIS, 1960, N. 219, p. 2).

Sendo assim, após a definição do professor José Mariano da Rocha Filho e reitor fundador da Universidade Federal de Santa Maria como **protagonista da estória de criação e instalação da USM** parte-se para o método deste estudo, de acordo com a proposta dos critérios de memória das personagens jornalísticas, baseado no emprego das categorias de Reuter (2007) a partir de Hamon (1972), para a distinção e hierarquização da personagem.

Neste estudo, para a realização da análise pragmática da narrativa jornalística proposta por Motta (2010), baseou-se na concepção de Reuter (2007) para a análise das personagens, a partir de Phillippe Hamon (1972), no estabelecimento de uma hierarquização das personagens participativas, examinando o seu “fazer” (ações), o seu “ser”, sua posição e, também, sua designação a partir de seis categorias: qualificação diferencial (1); funcionalidade diferencial (2); distribuição diferencial (considerando a sua frequência) (3); autonomia diferencial (4); pré-designação convencional (5); comentário explícito (6). Tais categorias fornecem apontamentos para a “instrução de leitura” (HAMON, 1972).

Na etapa da **qualificação diferencial**, Reuter (2007, p. 42) recomenda observar, qualitativamente e quantitativamente, as características “física, psicológica e socialmente”. A

genealogia e a vida sentimental trazem notas sobre a personagem, ou como pensa Habermas (2004), o quem somos, associando a característica física e psicológica do sujeito e, ao mesmo tempo, o que ocorre com esse sujeito afetado por suas percepções sensoriais como apontam McLuhan e Fiore (1967). Sendo assim, a combinação de natureza e tradição formam um sujeito, num determinado contexto, isto é, a realidade da vida cotidiana dos sujeitos visto por Berger e Luckmann (2011).

Neste estudo determinou-se que a personagem a ser estudada é José Mariano da Rocha Filho, cuja seleção deve-se, utilizando o discurso do Monsenhor Frederico Didonet (1960, N. 66, p. 2), “[...] graças ao idealismo, ao esforço e pertinácia de uma pleiade de homens, comandados por Mariano da Rocha e secundados por Tarso Dutra. Homens que as gerações hão de guardar no mármore das recordações perenes” (sic). Foi, portanto, o comandante da estória de criação e instalação da USM por fazer parte da sua história, hoje UFSM.

A personagem do professor e Reitor José Mariano da Rocha Filho tem como característica, de sua natureza, um sujeito de visão global que respeita a sua família e os demais indivíduos de forma igualitária, tanto que entendia que todos tinham o direito pela educação. E, ainda, trazendo a tradição familiar como seu traço forte. Outro traço forte foi a associação de forças de trabalho com a formação de grupos de indivíduos, através da democracia como base, onde “[...] não deve fazer diferença de classes, uma vez que tôdas são necessárias à vida da sociedade, como os órgãos e as células são necessárias à perfeita saúde do corpo” (sic) (MARIANO DA ROCHA FILHO (2011). Isto de fato aconteceu com a ASPES, desde a sua formação, visando a agregação da sociedade em prol do ensino superior, aliado à sua aproximação com políticos, como os presidentes, em especial o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e o Deputado Tarso Dutra, visando a concretização do ideal pela interiorização do ensino superior e a governabilidade da Instituição.

Em seu artigo “Universidade de Santa Maria” (terceiro de uma série de quatro), publicados em “A Razão” cita a tradição, pontuada por Habermas (2004), em seu traço diferencial no excerto:

Francisco e José Mariano da Rocha, entre outros, lutando contra todas as adversidades, incompreendidos entre os seus próprios amigos e até compadres, plantaram em nossa cidade a semente do ensino superior há 29 anos atrás fundando a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Maria (sic) (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1960, N. 213, p. 2).

O interesse pela cultura e ensino, que vem de berço, foi contribuição dos atos e habilidades dos avós e dos pais, observado no relato de suas vidas, apresentado por Duarte

(2014). Primeiramente os avós, especialmente os paternos, por serem professores públicos primários que, por volta de 1874, exerciam uma profissão considerada nobre pelo número insuficiente de profissionais capacitados na área do ensino. Por isso, Mariano Joaquim de Siqueira e Anna Eulina Marques da Rocha eram respeitados e destacados entre os cidadãos. Já pelo lado materno, veio o interesse pela medicina, já que o seu avô Augusto Álvares da Cunha se formou na Faculdade de Medicina da Bahia, porém, exercendo a profissão por pouco tempo em razão do seu casamento com Maria Manoela Gama Marques, filha de Manoel Marques de Souza III, Conde de Porto Alegre. A partir do falecimento do Conde, seu sogro, o avô materno assumiu a administração das propriedades rurais.

A medicina também fez parte da vida do seu pai, José Mariano da Rocha, formando-se na Faculdade de Medicina na Bahia. Retornou ao Sul, em 21 de janeiro de 1900, para clinicar na cidade de Santa Maria, no entanto, em razão do falecimento de seu pai Mariano Joaquim, de hemorragia intestinal, precisou dar assistência financeira, inclusive na educação de seus sete irmãos. Em Santa Maria conheceu e casou-se com Maria Clara Marques da Cunha, mãe de José Mariano da Rocha Filho. Dos dez filhos do casal, dois seguiram a tradição pela medicina e um pela farmácia. Os três foram estudar em Porto Alegre. Celeste formou-se pela Faculdade de Farmácia, enquanto a filha Maria Clara formou-se em medicina, lecionando posteriormente, como professora catedrática na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, José Mariano da Rocha Filho, formou-se em medicina, em 18 de dezembro de 1937, um sonho de criança. E, ainda, colaborou como jornalista provisionado em jornais de Santa Maria e do Estado do Rio Grande do Sul (DUARTE, 2014).

Sobre a tradição familiar, durante o ato de instalação da USM o professor Helio Helbert dos Santos, no seu artigo intitulado “Meu filho, a universidade” elogiou também o empenho do tio de Mariano da Rocha Filho salientando que: “E veio, graças á incomparável previsão de um Dr. Francisco Mariano da Rocha (...) acalentando a obra e o sacrifício de Francisco Mariano, com o complemento do suor, do carinho e dedicação anónima e idealista permanente e inquebrantável” (sic) (A RAZÃO, 1961, N. 134, p. 2). Ou seja, indiretamente, ou diretamente, conforme um dos históricos da Instituição, teve uma participação importante na trajetória de criação da USM, como uma das justificativas pelo feito: “Herdeiro das tradições do Conde de Pôrto Alegre; do qual é bisneto por linha materna, seu amor à causa pública, seu sacrifício pela juventude, relembra bem a vida e as grandes batalhas do vencedor de Cáseros” (sic) (HISTÓRICO USM, s. d.).

Na fotobiografia de José Mariano da Rocha Filho, Duarte (2014, p. 59) resume como era a sua vida: “da criança sonhadora, do adolescente idealista e do jovem realizador”.

Seu sonho era a medicina, mas o ensino transformou-se num ideal, a educação para todos com a interiorização do ensino superior, que foi efetivado e realizado pelo seu espírito empreendedor e agregador. A personagem foi um líder e ao mesmo tempo um articulador, podendo ser comprovado a partir de suas ações, especialmente durante o seu comando na Associação Santamariense Pró-Ensino Superior, integrando e comandando um grupo formado por líderes: judiciário (Juiz de Direito Diretor do Foro); eclesiástico (Bispos Católicos Romanos da Diocese); instância municipal (Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores); militar (General Comandante da Guarnição); ensino (Diretores dos estabelecimentos do Ensino Superior sediados em Santa Maria) (ESTATUTO DA ASPES, 1948). Por sua liderança, conseguiu o engajamento de lideranças políticas, como o Deputado Tarso Dutra e o Senador Daniel Krieger, em seu ideal de interiorização do ensino superior.

Esse sonho pelo ensino era visível, na opinião de Ramos, em sua entrevista realizada em 2015, mas esse sonho ia além de Santa Maria porque: “Ele tinha uma visão como educador, e também sua visão pelo mundo. Ele era uma pessoa do mundo. Ele era uma pessoa iluminada, que realmente foi uma pessoa fantástica. A visão que ele tinha do ensino, o desenvolvimento do ensino, foi algo realmente extraordinário” (RAMOS, 2015).

Idealizou propostas básicas apresentadas no livro “A Nova Universidade”¹²⁶, iniciado durante viagem aos Estados Unidos e Europa, em 1953, com a sua concepção da sua universidade, a futura USM. Sua visão do mundo, tem o ensino para todos como prioridade, mas num duplo sentido, no caso desta personagem. O primeiro diz respeito a integração com outras culturas, oportunizada pela vinda de sujeitos, isto é, cientistas estrangeiros, como foi o caso do Nobel de Química Richard Kuhn e do professor austríaco de nascimento, naturalizado brasileiro, Artur Primavesi que lecionou a Cadeira de Agricultura Geral e, meios de troca como um pavilhão com exposição de revistas e livros estrangeiros. E, no outro sentido, como uma universidade moderna, o emprego da tecnologia em sala de aula, que de fato foi pioneiro na América do Sul, com a utilização, em certas disciplinas, de um circuito fechado de televisão para o ensino, introduzido no ano de 1958. Como Cidade Universitária, deveria existir trocas de riquezas e conhecimentos entre organizações locais e externas, em que a própria Instituição deveria administrar e construir a sua sede (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011).

De certo modo, a personagem tinha o mesmo entendimento de McLuhan e Innis, especialmente do emprego do meio/suporte como expansão da Aldeia Global, favorecimento

¹²⁶ UFSM. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/arianodarocha/index.php/vida-e-obra>. Acesso em: 22 maio 2018.

como monopólio de conhecimento e, ainda como estocagem de informações. Em seu artigo Universidade de Santa Maria (terceiro de uma série) para o jornal “A Razão”, entendia que:

O advento dos meios de comunicação, especialmente o avião e automóvel, o rádio, a televisão, o telefone vieram permitir, pouco a pouco, a integração do homem do interior na vida do País. Mas o colonialismo educacional, herdado pelas Metrôpoles de Lisbôas, fez com que apenas nas capitais se desenvolvesse o ensino em grau superior (sic) (JOSÉ MARIANO ROCHA FILHO, 1960, N. 213, p. 2).

A tecnologia fazia parte de suas atividades didáticas e operacionais, o meio por si só já era uma mensagem com novas sensações, assim como pensava McLuhan e, ao mesmo tempo, permitiu a abertura de novos conhecimentos, divulgação dos acontecimentos e deslocamentos espaciais. Por isso, como uma das primeiras ações de sua gestão, já em 1º de maio de 1962, inaugurou o Gabinete de Imprensa da USM, com direção de Napoleão Sacchis, durante a realização do V Congresso de Jornalistas Profissionais da zona sul do País. Em sua fala, o Reitor salientou “o papel predominante da Imprensa honesta como veículo de irradiação de cultura e de progresso” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1962, N. 157, p. 8).

Já o ensino, que na sua visão é para todos, deveria ser gratuito e, por isso mesmo lutava pela interiorização do ensino superior no Brasil, que no período estudado, anos de 1960 e 1961, ainda era insuficiente, tanto que para Mariano da Rocha Filho (2011, n. p.) “disputávamos com a China, até bem pouco, o último lugar entre a proporção de formados com grau superior e a população geral, e ainda há os que combatem a interiorização do ensino superior no Brasil”.

O conhecimento somente era possível com a transmissão dos saberes através de sujeitos legitimados e seus meios/suportes, como apontava Innis (2006) e, esse entendimento foi percebido depois da criação da USM, pois a luta não findava naquele instante, pois a situação política e financeira do Brasil não era favorável à acomodação. Mas, o seu trabalho foi reconhecido, como descreveu Antonio Apollia Fernandes, Presidente da Federação de Estudantes da URGS, que enfatizou o “seu esforço, dinamismo, inteligência e prestígio” como característica pessoal (A RAZÃO, 1960, N. 17, p. 8). E, por sua personalidade e tradição familiar, a partir do ideal concretizado, já como Reitor, resume-se a característica da personagem José Mariano da Rocha Filho com a fala do Deputado Tarso Dutra: “Será dentro de dez anos uma das maiores Universidades do Brasil, dado o valor do seu corpo docente, o apoio permanente que lhe dá a sociedade santa-mariense e a profíqua liderança que ela tem no prof. José Mariano da Rocha Filho” (sic) (DUTRA, 1961, N. 108, p. 8).

O seu interesse era oportunizar uma vida melhor a todos, inclusive a população mais carente do interior do País, que naquele período, dificilmente conseguiria cursar o ensino

superior, em razão do colonialismo educacional, que segundo Mariano da Rocha Filho (2011), levou ao abandono das populações interioranas. A falta de base científica acarretou, por exemplo, em problemas de erosão pela falta de equilíbrio ecológico, relatado em seu livro “A terra, o homem e a educação” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993). Fato verificado ainda hoje no Brasil.

Sendo assim, faltava e falta investimentos na educação, desde a escola média. Por isso, “a verdadeira reforma universitária constitui a busca de novos métodos de ensino universitário para o Brasil e os Brasileiros” (MARIANO DA ROCHA FILHO 2011, s. p.). Seu diferencial, reconhecido pelo “A Razão”, foi por visar o desenvolvimento econômico e social estável através da educação, porém fora do eixo das capitais. Essa transformação somente era possível, na opinião de Mariano da Rocha Filho (1993) com o empenho de todos os elementos da comunidade e, isto foi perceptível quando da criação da ASPES com a participação de autoridades com missões distintas, desde políticos até religiosos.

Na etapa da **funcionalidade diferencial**, Reuter (2007, p. 42) recomenda observar “o fazer”, ou o papel da personagem na ação, neste caso, na criação e instalação da USM, cujo seu empenho foi fundamental na concretização da Instituição. Tudo começou quando estava na direção da ASPES, atuando diretamente na fundação da USM. Sua trajetória de êxito iniciou ainda na sua fase estudantil, quando estudava medicina pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, tornando-se Presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA). Em 1937, ano de sua formatura, já começou sua experiência profissional na área do ensino superior, lecionando Microbiologia na Faculdade de Farmácia de Santa Maria, cujo fundador e diretor foi o seu tio Francisco Mariano da Rocha (ROCHA FILHO, 1993).

Para o Irmão Otão, Reitor da PUC, a cidade de Santa Maria distinguia-se por apresentar uma quantidade considerável de população estudantil secundária, como elemento fundamental para o funcionamento de Faculdades e, além disso, tinha o fundamento legal, faltando “apenas de dar forma a essa iniciativa” (A RAZÃO, 1960, N. 71, p. 4). Ou seja, era um sonho que poderia ser materializado, que começou a ser concretizado no ano de 1947, quando as Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas e de Farmácia de Santa Maria foram anexadas na Universidade de Porto Alegre, posteriormente passou a denominar-se de URGs. Porém, a incorporação de fato somente se efetivou em maio de 1949. Esse começo foi conturbado gerando, inclusive, a renúncia do Reitor Armando Câmara da URGs (MARIANO ROCHA FILHO, 1993). Desde então, o professor Mariano da Rocha Filho seguiu empenhado na concretização do seu ideal, a interiorização do ensino superior, amparado por políticos como o Deputado Federal Tarso Dutra e o Senador Daniel Krieger.

Como pontos favoráveis, o geográfico - como eixo central, o destino político, econômico e o anseio de sua elevação cultural (ABREU, 1960, N. 76, p. 2). Mas, não foi tão fácil, uma vez que o povo santa-mariense não participou, inicialmente, de forma efetiva, segundo o Jornal, em seus editoriais, e pelo próprio Abreu em seu artigo “Destino Universitário de Santa Maria” afirmando que “[...] começa a transcender de acanhada mentalidade restricional para universal, buscando nisso, o sentido da cooperação mundial, pois que a verdadeira ciência, em sua pura expressão, é obra comum de todos, não tem partido nem crença, que não seja o bem geral da humanidade” (A RAZÃO, 1960, N. 76, p. 2).

Por isso era só o começo da luta do professor José Mariano da Rocha Filho, como ponto de partida, um grande encontro do movimento de Santa Maria em prol de sua universidade, o chamado movimento pró-Universidade, representado pela ASPES, ocorrido no dia 16 de fevereiro de 1960, na cidade de Porto Alegre, no RS, com a participação do Reitor Eliseu Paglioli (A RAZÃO, 1960, N. 69, p. 1). A mídia sempre foi uma aliada nas suas ações, provavelmente como jornalista provisionado, reconhecia a importância de recorrer aos jornais como forma de divulgar as suas ações e, em alguns casos, cobrar posicionamentos, como ocorreu quando da “situação da anexação da Faculdade de Farmácia e a resistência dos poderes instituídos em interiorizar a educação superior” (DUARTE, 2014, p. 107).

Em seu discurso (1961), durante o ato de instalação da USM, o professor José Mariano da Rocha Filho, fez um agradecimento à imprensa de Santa Maria, do Rio Grande do Sul e do País, salientando a luta conjunta, “na porfia do ideal universitário”.

Pelo seu diferencial e apoio, o sonho foi concretizado. Como um idealista, visava também criar uma universidade moderna, cuja proposta foi apresentada durante o I Encontro de Reitores Brasileiros e Alemães, já como Reitor, discorrida posteriormente no seu livro intitulado “USM: a nova universidade”, publicado em 1962. Com a ideia de oportunizar o ensino superior para todos, o Reitor Mariano da Rocha Filho, em 1968, propôs a implantação de um *campus* avançado, no entanto, mais uma vez precisou lutar pelo seu ideal. A criação do “primeiro *campus* avançado na Amazônia; o *Campus* Avançado de Boa Vista, em Roraima”, juntamente, com uma fazenda experimental chamada de “Bom Intento”, ocorreu no ano seguinte, no dia 01 de agosto de 1969 (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 83).

Na etapa da **distribuição diferencial**, Reuter (2007, p. 42) aponta que é onde ocorre a articulação estratégica do ser e fazer, ou seja, como sua imagem é construída e explorada quantitativamente na estória. Neste estudo, a personagem foi sendo construída na medida em que as ações do professor José Mariano da Rocha Filho iam sendo realizadas e, de certo modo, cumprindo o seu objetivo que era a interiorização do ensino superior no País. No Quadro4

apresentam-se os pontos máximos de divulgação da personagem no mês de criação da Universidade, dezembro de 1960, e no mês de instalação da USM, março de 1961.

Quadro 4 – Distribuição diferencial das narrativas da personagem JMRF.

	Ano 1960	Ano 1960	total	Ano 1961	Ano 1961	total
	Capa/verso	narrativa		Capa/verso	narrativa	
jan	1 (f.)	0	1	4 (v.), 2 (v.)	3, 2, 2, 2, 1, 4, 1	21
fev	0	1	1	1 (f. ASPES)	5, 3, 1, 1, 2, 1, 1	15
mar	0	1, 1	2	1 (f. Reitor e autoridades), 1 (f.), 1 (il.), 1 (f.)	1 (f.), 2, 2, 3, 2, 1, 1, 1, 1, 1, 2 (tít.), 6, 1, 1, 2, 10, 4, 1, 1, 2	50
abr	0	1	1	0	2, 1, 1, 1 (f.), 3, 1, 2, 2, 1, 1, 4, 1, 1	21
mai	0	0		0	1, 3, 2	6
jun	0	1, 1, 4 (f.)	6	0	4 (tít.)	4
jul	0	2 (f.), 1	3	1 (tít.)	2 (tít.), 5 (f.), 5	13
ago	0	3 (art.)	3	0	1, 1 (f.), 3, 3	8
set	0	1, 1 (art.)	2	0	1, 3 (tít.), 2 (tít.), 3	9
out	0	2, 2	4	0	2 (tít.), 3, 9, 4 (tít.)	18
nov	0	1, 1, 3 (tít.), 1, 2 (tít.), 1, 1, 1, 1, 1	14	0	1 (f.), 4, 1 (f.), 1, 2	9
dez	1 (tít.), 1 (v.), 1 (f.)	1, 1, 3 (f.), 1, 1, 4 (tít.), 1, 1, 1, 2, 1, 2 (tít.), 3, 1, 2 (tít.), 1, 3 (tít.), 1, 1, 1, 6 (tít.), 1, 2 (f.), 1, 3 (tít.), 1, 2, 3, 1	52	0	1, 6 (f.), 1, 1, 3	12

Fonte: elaborado pela autora do trabalho

Siglas: artigo (art.); foto (f); ilustração (il.); título (tit.); verso (v.)

Para facilitar a identificação da divulgação do seu nome por narrativa, como protagonista, foi utilizado como recurso a vírgula e entre parênteses observações como foto, por exemplo. Nesta contagem não foi contabilizada a palavra ASPES, apesar do cargo de Presidente, por entender que existiam outros sujeitos partícipes dessa associação.

No mês de dezembro de 1960, foram contabilizadas 52 citações em 31 narrativas jornalísticas, em que a personagem foi reconhecida como professor e, a partir da data de criação da USM, em 14 de dezembro de 1960, já como Reitor. No mês de março de 1961, foram encontradas 50 citações em 25 narrativas jornalísticas, em sua grande maioria reconhecida como Reitor da USM.

Mas, como as ações de ensino estavam intrinsicamente dependentes da gestão do seu fundador e demais dirigentes, com a criação de novos cursos, por exemplo, iria depender do

empenho de todos e, em especial do Reitor José Mariano da Rocha Filho. Por isso, outros assuntos passaram a ganhar destaque, como ocorreu com as frequentes viagens para tratar assuntos com o Presidente da República em exercício, em Brasília e, no Ministério da Educação e Cultura, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado de Guanabara. O Jornal entendia ser relevante trazer notícias das viagens do Reitor, geralmente citando os resultados positivos dos encontros, como a sua participação na discussão e proposta de reforma universitária, apresentado como o convite da Conferência do Reitor: Mariano Filho em Pôrto Alegre (sic) (A RAZÃO, 1961, N. 259, p. 8).

Identificou-se que, no ano de 1961, o Reitor Mariano da Rocha Filho fez pelo menos uma viagem por mês, exceto em março, maio e julho, com a finalidade de captar recursos para a construção da Cidade Universitária e preenchimento do quadro de pessoal, entendimentos para a criação de novos cursos, etc. A personagem lutava pelo seu ideal: concretizar a interiorização do ensino superior.

Apresenta-se, por mês, um breve relato destas **reuniões de 1961** com a participação do **Reitor Mariano da Rocha Filho** e suas ações e contribuições para o funcionamento da USM:

- a) **janeiro:** retorno da viagem após manter contato com autoridades, nas cidades do Rio de Janeiro e de Brasília, sobre a organização da Universidade. O Jornal utilizou palavras como “grande incremento” para informar sobre o plano de obras (A RAZÃO, 1961, N. 91, p. 8). Em outra oportunidade informou sobre a participação do Reitor na posse do Presidente Jânio Quadros e dos preparativos para o ato de instalação da USM (A RAZÃO, 1961, N. 93, p. 3).
- b) **fevereiro:** retorno da viagem para tratar com autoridades, nas cidades do Rio de Janeiro e de Brasília, sobre o funcionamento da Faculdade de Odontologia. Declarou a abertura de edital para preenchimento de vagas.
- c) **abril:** viagem ao Rio de Janeiro onde foi entregue a Proposta Orçamentária de 1962 para autoridades do MEC e do DASP, em que o Reitor Mariano da Rocha Filho assegurou ao “A Razão” como “êxito ao plano de trabalho da USM”. Nesta reportagem foram destacados alguns entendimentos para o andamento das atividades da Universidade como, por exemplo, a visita nas embaixadas dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental, com o acerto da vinda do químico Richard Kuhn. Em sua fala, o Reitor citou palavras como: “otimismo e desfrutava de excelente prestígio” (A RAZÃO, 1961, N. 153, p. 6).
- d) **julho:** a reunião ocorrida no dia 20 foi divulgada em três momentos pelo Jornal. O primeiro trazendo a notícia sobre o convite do Ministro da Educação e Cultura

Brigido Tinoco ao Reitor JMRF para a sua participação na reunião dos reitores em Brasília sobre o tema Reforma Universitária. E, como era usual, no seu retorno passou pela cidade do Rio de Janeiro, que na oportunidade concedeu uma entrevista à imprensa carioca sobre a necessidade de reforma do ensino superior. Na sua chegada, em reportagem ao Jornal, destacou o apoio do Presidente Jânio Quadros, com a intenção do aumento do número de matrículas, apesar da situação desfavorável do País, por isso sem grandes promessas (A RAZÃO, 1961, N. 223; N. 237; N. 239). Como resultado deste encontro surge, o estudo para viabilizar melhorias chamado de Plano Quinquenal da USM com a vinda do professor Oliveira Junior, Presidente da COSUPI (A RAZÃO, 1961, N. 253, p. 8).

- e) **agosto:** conferência realizada em Porto Alegre sobre Reforma Universitária e, na sequência, entendimento com o Deputado Tarso Dutra. Após, viajou para Brasília onde ocorreu reunião com o Presidente Jânio Quadros.
- f) **setembro:** retorno da viagem onde ocorreu o ato de sanção da Lei nº 3.958/61, incluindo a aprovação do orçamento de 400 milhões de cruzeiros. Destaca-se a fala do Presidente João Goulart durante o ato, trazendo palavras como: “apoio”, “grande obra educacional”, “grande amigo”, “movimento vitorioso” (A RAZÃO, 1961, N. 279, p. 8).
- g) **outubro:** viagem ao Rio de Janeiro e Brasília para abertura de crédito concedido pelo Presidente João Goulart (A RAZÃO, 1961, N. 1, p. 1) e representou o IAPFSP, na II Jornada Brasileira de Câncer realizado no Rio de Janeiro. Após, tentou-se divulgar o seu retorno, porém sem sucesso, segundo relato do Jornal (A RAZÃO, 1961, N. 14, p. 1). Em outra oportunidade o “A Razão” destacou, novamente, a entrevista do Reitor Mariano da Rocha Filho à imprensa carioca o Correio da Manhã, informando o título da entrevista “Santa Maria em 1965 terá a sua Cidade Universitária” (A RAZÃO, 1961, N. 16, p. 6).
- h) **novembro:** reunião realizada com o Ministro da Guerra, o General Segadas Viana, a fim de viabilizar a colaboração do exército com as faculdades, em especial da área da saúde, além do reestabelecimento do NPOR em Santa Maria. Mereceu destaque também, a viagem ao Rio de Janeiro e Brasília, onde o Reitor participou da reunião dos reitores. Como informado pelo Jornal, além da reunião a viagem era para tratar “importante assuntos”, trazendo informações sobre o objetivo, como a suspensão do quadro de pessoal, com o apoio dos prefeitos do

Rio Grande do Sul, endereçada ao Presidente João Goulart. Trata-se de uma notícia com a fotografia do Reitor Mariano da Rocha Filho.

- i) **dezembro:** retorno da viagem onde participou da reunião com reitores para tratar “importante assuntos” em Brasília (fotografia do Reitor Mariano Filho no evento). A reunião foi considerada “exitosa” pelo Jornal, trazendo o tema Reforma Universitária abordado pelo Reitor, além do orçamento e número de matrículas ampliado (A RAZÃO, 1961, N. 58, p. 6).

Como era usual, de acordo com Oliveira (2016), em suas viagens aéreas para Brasília, a capital federal, o Reitor passava pela cidade do Rio de Janeiro, seja na ida ou no seu retorno. A passagem pela cidade oportunizou contatos com autoridades do Ministro da Educação e Cultura e autoridades estrangeiras, como as embaixadas, para viabilizar a vinda de cientistas de outros países, como ocorreu com a visita do Prêmio Nobel, o químico Richard Kuhn.

Além das viagens do Reitor José Mariano da Rocha Filho, foram noticiadas ações necessárias ao andamento do funcionamento da USM, como a assinatura do convênio com a Casa de Saúde da Cooperativa dos Ferroviários, noticiada em julho (A RAZÃO, 1961, N. 224, p. 6) e, em novembro, trazendo a imagem do momento em que foi firmado o ato com a Casa de Saúde. O evento ocorreu durante a passagem do Deputado Tarso Dutra pela cidade (A RAZÃO, 1961, N. 26, p. 8).

O Jornal sempre noticiou também, acontecimentos sobre a vinda e apoio ao andamento de obras, como: a elaboração do Plano Quinquenal, com a visita do professor Oliveira Junior, no período do Presidente Jânio Quadros, já citado (A RAZÃO, 1961, N. 253, p. 8); o apoio para o orçamento de 1962 pelo DASP (A RAZÃO, 1961, N. 58, p. 6); a concessão de verba à construção do Restaurante Universitário autorizada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o Engenheiro Leonel Brizola (A RAZÃO, 1961, N. 26, p. 8); visitas e o apoio do Deputado Tarso Dutra em Santa Maria, geralmente sempre com a participação do protagonista deste estudo. Diante da sua relevância, passou a ter um papel de autossuficiência.

Na etapa de **autonomia diferencial**, Reuter (2007, p. 42), novamente o “fazer e o ser” permanecem associados, mas aqui como autossuficiência de aparecer sozinha ou, mesmo, de relacionamento com outras personagens.

Como pode-se observar na etapa distribuição diferencial a participação da personagem foi crescendo na medida em que os objetivos estavam sendo concretizados, nesta estória como pontos de destaque a criação e a instalação da USM, tanto que dezembro de 1960, mês da criação, e março de 1961, mês da instalação, foram os momentos em que a personagem foi mais

citada e destacada através de ilustrações, como charges. E, o apoio ao professor José Mariano da Rocha Filho deve-se ao interesse da comunidade e do Jornal, que afirmou ser “em favor da nossa terra” (A RAZÃO, 1961, N. 135, p. 8). Diga-se, em favor do desenvolvimento da nossa terra, cujo posicionamento pode ser visto na notícia “Acontecimento máximo da vida santa-mariense: Juscelino sancionará hoje em Goiania USM” (sic):

Será assim, depois de uma campanha árdua, de grande envergadura a repercussão satisfeita a justa e legítima aspiração de uma vasta região rio-grandense que vinha, insistentemente, reclamando, em benefício da cultura profissional e descentralização do ensino de cúpula do Estado, para facilitar o ingresso dos estudantes pobres nos cursos superiores (A RAZÃO, 1960, N. 58, p. 8).

Pela autossuficiência como Reitor e representante maior da USM, a personagem tinha espaço garantido no “A Razão”, tanto que a partir de 1962, período não incluído neste estudo, como parte da estória da USM, não foi diferente, pelo contrário. Ou seja, as notícias sobre suas viagens continuaram, os prêmios e homenagens recebidas foram divulgadas e, ainda, passou a reavaliar as ações de anos anteriores através de reportagens como a intitulada “Reitor Mariano da Rocha avalia as atividades da U.S.M. no ano que passou”, que neste caso foi a do ano de 1961, considerado pelo Jornal como “passo marcante na vida do ensino superior da cidade” (A RAZÃO (1962, N. 71, p. 1).

Por seu prestígio, a USM foi ganhando reconhecimento, tanto pela própria comunidade santa-mariense, como pelos governos federais (neste estudo, os presidentes Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio da Silva Quadros e João Belchior Marques Goulart) e, ainda, pela comunidade científica internacional, resultando em contribuições e parcerias, como o “Convênio firmados entre as Universidades de Santa Maria e de Johann Wolfgang-Goethe, Frankfurt, em Main (Alemanha)” (ISAIA, 2006, p. 332).

Nacionalmente, por ser um “visionário”, na opinião de Duarte (2014, p. 146), tomou conhecimento da possibilidade de reverter uma dívida que os países do leste Europeu tinham com o Brasil e, com isso “cooperou para o reequipamento de universidades brasileiras ao aconselhar o, então, Ministro da Educação, Tarso Dutra, a procurar os recursos necessários no saldo da Balança Comercial, em favor do Brasil, nos países do Leste Europeu” (BARICHELLO, 1993, p. 21).

Regionalmente, foi exaltado como o Presidente da ASPES, geralmente como o professor Mariano da Rocha Filho, passando assim, também como narrador, autor de artigos em série no próprio veículo em estudo, o “A Razão”. Por isso, mesmo com as dificuldades encontradas, e que de fato aconteceram, por causa de problemas de gestão administrativa e financeira, além da

situação de instabilidade política, como a renúncia do Presidente Jânio Quadros, resultou no adiamento do Quadro de Pessoal da USM, que deveria ser publicado, no início de 1961, no Diário Oficial da União. Com isso, segundo Isaia (2006, p. 171) “o ‘preço’ do pioneirismo, da interiorização do ensino superior, custaria muitas renúncias e sacrifícios”.

Outro registro de sacrifício ocorreu em 1963, que por falta de verbas, quatro faculdades - Agronomia, Belas Artes, Engenharia e Veterinária - foram ameaçadas de fechamento (A RAZÃO, 1963, N. 179, p. 6). Mas, foram liberadas após entendimentos (A RAZÃO, 1963, N. 188, p. 1), o que ganhou força com as reivindicações do Reitor Mariano da Rocha Filho, apresentadas na reportagem intitulada “Campanha em favor de verbas da Universidade recebe ampla cobertura do Congresso Nacional”, em que o Jornal apresentou o Reitor Mariano da Rocha Filho como o responsável pela bem-sucedida campanha, que mobilizou e empolgou as altas esferas administrativas do País e do Congresso Nacional em prol da manutenção das necessidades orçamentárias da USM. O enaltecimento pelo êxito na campanha pode ser visto na reportagem do Jornal, no seguinte trecho: “[...] o ensino superior no Brasil, mais uma vez, está sendo beneficiado, ao menos potencialmente, pela campanha encetada pelo Reitor Mariano da Rocha” e, como resultado recebeu “[...] a mais ampla cobertura, por parte do Congresso Nacional, em sua campanha para desafogar o desenvolvimento do Ensino Superior em nossa Pátria, através de um tratamento condigno com suas altas finalidades [...]” (A RAZÃO, 1963, N. 192, p. 2).

Talvez, por isso, foi apresentado ao leitor com destaque, por conseguir reverter as adversidades e por trazer o ensino superior para a cidade, como a nota informando a sua chegada, juntamente com a caravana da ASPES, em Santa Maria, afirmando que “[...] ao aparecer à porta do aparelho, foi o professor José Mariano da Rocha Filho, saudado calorosa, entusiástica e demoradamente, sendo o Reitor da nável Universidade, envolvido pelo enorme assistência, sendo abraçado efusivamente por todos os presentes” (sic) (A RAZÃO, 1960, N. 63, p. 8). Pode-se verificar, no gesto da personagem, a expressão de comemoração e, ao mesmo tempo, saudação aos presentes no evento de recepção da caravana, visto na Figura 28. Essa foi a imagem que marcou essa personagem.

Figura 28 – A recepção do Reitor JMRF.



Ao descer do avião, o professor José Mariano da Rocha Filho, Reitor Magnífico da Universidade de Santa Maria foi saudado pelas autoridades, estudantes, funcionários, operários e uma verdadeira massa humana que, num tributo de gratidão, foi expressar toda sua homenagem ao ilustre santamariense. O Professor José Mariano da Rocha Filho, ante a grande conquista para o ensino superior do interior do Estado, e pelo carinho com que foi recebido, não pôde esconder toda a emoção que sentia naquele momento.

Fonte: Jornal A Razão (1960, N. 63, p. 8)

Por isso, as notícias sobre suas viagens, prêmios, conquistas e aprovações eram relevantes para o Jornal e para a comunidade santa-mariense, como o orçamento da USM no ano de 1965. O orçamento era o aval da continuidade do planejamento da construção da Cidade Universitária e do gerenciamento das atividades administrativas e didáticas.

Na imagem, observada na Figura 29, mereceu destaque, no subtítulo “viagem proveitosa”, o seu desempenho positivo na obtenção de recursos financeiros. A reportagem traz o relato de uma visita ao MEC, na cidade do Rio de Janeiro, e da estadia em Brasília, capital do País, para participar do evento de posse do professor Flavio Lacerda, Reitor da Universidade do Paraná, como novo Ministro da Educação e Cultura (A RAZÃO, 1964, N. 175, p. 6). Como resultado o orçamento, aproximado, de cinco bilhões e setecentos milhões de cruzeiros.

Figura 29 – Tratativas administrativas do Reitor JMRF.

A RAZÃO

1965: ORÇAMENTO DA USM SERÁ DE CINCO BILHÕES!

Depois de vários dias de permanência na capital do País e o Rio de Janeiro, retornou ontem o professor José Mariano da Rocha Filho, Reitor de nossa Universidade, que ali tratou de importantes assuntos ligados ao ensino superior em nossa terra.

O ilustre santamariense, participou também de expressiva homenagem prestada pelos Reitores das Universidades Brasileiras ao ministro da Educação e Cultura professor Flavio Lacerda.

Logo após sua chegada, o professor Mariano Filho concedeu palpitante entrevista à imprensa escrita e falada, dando suas impressões de viagem e dizendo dos resultados magníficos obtidos durante a sua estada naquelas capitais.

VIAGEM PROVEITOSA

Respondendo à nossa primeira pergunta sobre os resultados de sua estada no Rio e Brasília o professor José Mariano da Rocha disse:

— É com grande prazer que falo ao matutino associado A RAZÃO depois desta proveitosa viagem que acabo de fazer à capital do País. O motivo da viagem foi participar da grandiosa homenagem que ali se tributou ao professor Flavio Lacerda, Magnífico Reitor da Universidade do Paraná e que acaba de ser levado muito merecidamente pelo governo do austero presidente Castelo Branco ao alto cargo de ministro da Educação e Cultura.

Foi uma homenagem da qual participaram todos os

Suplicio de Lacerda, em sua magnífica oração, teve oportunidade de ressaltar que procurará empenhar-se da melhor forma possível no sentido de que possam as Universidades Brasileiras viver de acordo com o que determinam as leis de diretrizes e bases da educação nacional assegurando de forma prioritária a autonomia da Universidade. Também minha visita teve por finalidade rever velhos amigos, tais como o eminente e ilustre general Costa e Silva Ministro da Guerra e homem sobre cujos ombros repousam neste momento as maiores responsabilidades da revolução moralizadora que está limpando completamente o País dos maus brasileiros. Também levei meu abraço de felicitações ao eminente Ministro, deputado Daniel Faraço que ocupa hoje o Ministério de Indústria e Comércio e que está sobremaneira interessado no desenvolvimento industrial de Santa Maria, o qual vem processado através do nosso Instituto de Estudos e Pesquisas, da Universidade. Ambos asseguraram-me, desde já muito vir à Santa Maria e esperamos que possam muito breve visitar a nossa cidade. Esses ilustres brasileiros que hoje desempenham funções tão importantes no Governo seguro e justo da Na-

ção. Os resultados obtidos na visita à Brasília foram os mais auspiciosos possíveis. O orçamento de nossa Universidade para o ano próximo será o maior orçamento da história da Universidade de Santa Maria até o presente.

— Nossa Universidade, graças a seu planejamento, graças à lisura com que ela vem sendo conduzida, goza hoje de um sólido prestígio junto às autoridades do País, que estão empenhadas sobretudo no progresso da Nação brasileira e que, estou certo não de levar rapidamente o Brasil à posição que todos nós desejamos. Asseguramos à Universidade de Santa Maria uma dotação orçamentária que chega a casa dos cinco bilhões e setecentos milhões de cruzeiros para assegurar o funcionamento de nossas onze faculdades dos nossos cursos da Coleção Agrícola para instalação do curso de Coleção Industrial e também para a construção dos novos hospitais em que estamos empenhados: o Hospital de Clínicas, o Hospital de Neurologia e psiquiatria, o Hospital de Tuberculosos e também o Hospital de Clínicas Veterinárias. Em todos os setores tivemos a melhor acolhida, em todos os setores governamentais, tivemos a oportunidade. Famosos a oportunidade. Famosos a oportunidade. Famosos a oportunidade.

Continua na 3a. Pág. letra G

FÓTO-RETINA

Hoje, vamos fugir à retina, forçá-la a um repouso, como a todos e a tudo, também a ela se lhe dá. Decididos que estávamos a empreender um giro pela curba

Fonte: Jornal A Razão (1964, N. 175, p. 6)

O reconhecimento dessa personagem refletia também no campo da comunicação, tanto que o Presidente Alberto André, em nome da Associação Riograndense de Imprensa, durante participação no V Congresso de Jornalistas Profissionais, ocorrido em 1962, em Santa Maria, fez elogios ao Reitor José Marino da Rocha Filho pelo desenvolvimento da USM e seu respeito pela classe de jornalistas (A RAZÃO, 1962, N. 166, p. 6).

O Reitor reconhecia a relevância do emprego de estratégias de comunicação como forma de divulgação dos atos da USM, tanto que no “A Razão” foram publicados boletins ou relatórios de gestão, como o Boletim informativo da USM, geralmente semanalmente. O Boletim “A Nova Universidade”, por exemplo, de autoria do Diretor do Gabinete de Imprensa do Reitor, Napoleão Sacchis (1963, N. 222, p. 2) apresentou um relato dos acontecimentos, como a do professor Edgard Morath, vindo da Universidade de Viena através de intercâmbio, que propôs a criação do primeiro Centro de Pesquisas Tecnológicas de Produtos Florestais na América do Sul em razão do seu entusiasmo pela obra do Reitor Mariano da Rocha Filho.

Assim como o seu idealizador, a USM ficou conhecida como uma “Universidade Moderna” (BERNARDI, 1960, N. 246, p. 2), que idealizou a nova universidade, cuja comunicação e a tecnologia faziam parte de suas atividades de ensino, cuja distinção era de um sujeito legítimo da área do ensino, que se determina neste estudo como **sujeito legitimado**.

Por isso, na etapa da **pré-designação convencional**, Reuter (2007, p. 42) que traz a questão do gênero, o seu *status*, unindo o “ser e o fazer”, como protagonista da estória, seu reconhecimento é como professor, todavia, sempre relacionado à medicina, por ser médico e, ainda, associado ao papel de um visionário pelos esforços empreendidos pela interiorização do ensino superior.

No Brasil, tradicionalmente, a profissão de médico sempre foi muito respeitada, oferecendo um maior *status* social, talvez por isso, é uma das mais procuradas para quem ingressa no ensino superior. A primeira narrativa sobre este tema foi a entrega de 32 médicos formados pela Faculdade de Medicina, agora como Universidade de Santa Maria, com a colação de grau da segunda turma ocorrida em 4 de janeiro de 1961. O evento ocorrido no Cinema Glória era, como de costume, altamente concorrido na cidade, segundo Oliveira (2016).

Aliás, as formaturas da Medicina sempre tinham uma atenção especial, na opinião de Oliveira (2016), que desde o ano de 1958 iniciou carreira como radialista pela Rádio Santamariense permanecendo até a década de 1960, quando ingressou como docente na USM. Durante a entrevista, relatou a programação especial dessa Rádio em razão da formatura da primeira turma da Faculdade de Medicina, ocorrido no dia 4 de janeiro de 1960, que segundo Duarte (2014) era formada pelos excedentes da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. A programação foi idealizada por Oliveira e seus colegas radialistas¹²⁷. Esses colegas também participaram da solenidade como acadêmicos que estavam se formando naquela cerimônia. A

¹²⁷ Pedro Jacir Escobar Martins e Léo Costa.

programação, em turno integral, foi patrocinada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), iniciando pela manhã e terminando após o encerramento dos festejos da formatura.

Pelo seu carisma, conforme relatado pelos entrevistados Ramos (2015) e Oliveira (2016), sempre foi muito respeitado e estimado pelo meio acadêmico, funcionários da USM e operários das obras de construção da Cidade Universitária, oferecendo em algumas oportunidades, atividades comemorativas. Em dezembro de 1961, por exemplo, ocorreu a festa de confraternização realizada no Centro Politécnico, na Cidade Universitária, ainda em fase de construção, onde o Reitor fez um discurso elogiando a dedicação dos operários. Enquanto, pelos operários, o senhor João Manuel Rodrigues se manifestou, fazendo elogios ao Reitor pelos serviços prestados ao ensino. O evento foi noticiado como “Churrasco de confraternização na U.S.M.” (A RAZÃO, 1961, N. 68, p. 8).

Ainda segundo Oliveira (2016), o “Doutor Mariano, como era chamado pelos acadêmicos”, era sempre lembrado durante o trajeto de ônibus realizado pelos acadêmicos, docentes e servidores, da antiga Reitoria até o campus Camobi. Tal fato se deve ao traslado realizado pelo veículo de transporte institucional da Administração Pública Federal, do MEC, dirigido por um motorista carioca¹²⁸. Tanto o veículo, que era um ônibus, como o motorista, eram únicos, isto é, não tinham substitutos. Por isso, segundo o entrevistado, o ônibus ficou conhecido como “Mariano E Carioca”.

O “A Razão” foi disponibilizando, gradativamente, maior espaço no Jornal e, conseqüentemente, dando ênfase ao trabalho e ações da personagem. Além disso, conforme seus editoriais, postou-se favorável a idealização do sonho do professor José Mariano da Rocha Filho, tanto que em alguns momentos participou efetivamente de algumas atividades, como foi o caso da integração do Diretor Robson Flores na caravana da ASPES, a fim de assistir a solenidade de sanção da Lei da Universidade (A RAZÃO, 1960, N. 56, p. 8). Pode-se perceber esse posicionamento do Jornal na notícia que informava sobre a chegada da caravana da ASPES, dando destaque e, ao mesmo tempo, homenageando, juntamente com a comunidade e autoridades locais, o novo Reitor da USM, num trecho que diz o seguinte:

O Prefeito em exercício, sr. José Fidelis Coelho, associando-se ao júbilo da cidade, organizou o programa de recepção colocando ônibus à disposição dos que desejam prestar sua homenagem àquele que foi o artífice incansável da grande vitória que estamos festejando: professor José Mariano da Rocha, já agora investido no

¹²⁸ Eduardo Augusto Soares Filho, Chefe do Setor de Transporte e Oficina da Universidade, recebeu dos seus colegas de trabalho o apelido de Carioca, considerado por Isaia (2006, p. 303), como “um funcionário zeloso, responsável, PADRÃO em todos os sentidos”.

importante e delicado cargo de Reitor Magnífico da nóvel Universidade (sic) (A RAZÃO, 1960, N. 62, p. 8).

Seu reconhecimento deve-se também pela internacionalização, que oportunizou a troca de saberes entre os países contatados, além da divulgação do seu nome como um sujeito legitimado na área da saúde, consagrado como o **primeiro reitor de uma universidade do interior do Brasil**. Os movimentos de intercâmbios de professores ou mesmo a aquisição, doação de materiais ou equipamentos vindos de entendimentos externos, especialmente com o Velho Mundo, levou a personagem a receber homenagens como a que ocorreu em dezembro de 1962, durante a Missão da USM na Europa, publicada no “A Razão” (1962, N. 45, p. 6) quando os próprios funcionários administrativos ofereceram uma ágape no Restaurante Vera Cruz no retorno considerado exitoso (A RAZÃO, 1962, N. 65, p. 6).

Enfim, foram muitas homenagens e reconhecimentos internacionais, como o recebimento da “Grã-Cruz de Ouro da Áustria, em 1965, pelos relevantes serviços prestados à educação mundial”,¹²⁹ tanto que, mesmo depois de deixar a Reitoria da UFSM, participou de “congressos e eventos educacionais, nacionais e internacionais, e em inúmeros trabalhos continuou pregando os seus ideais de uma “Nova Universidade” (BARICHELLO, 1993, p. 23).

Na etapa do **comentário explícito**, Reuter (2007, p. 42) recomenda observar a personagem como narrador. Como médico, professor e jornalista provisionado, sabia se articular e motivar a comunidade, através de suas palavras, utilizando a mídia, tanto o jornal como o rádio, como instrumento legítimo para a divulgação de suas ações, tanto em conjunto com a ASPES ou individualmente.

As palavras empregadas pelo Jornal refletem um momento em que a sociedade estava lutando por um fictício motivado, é claro, por seus idealizadores - a ASPES, em ter ensino superior no interior do Brasil. Isto explica a importância do simbolismo aplicado nas narrativas, desde o movimento pró-Universidade até a instalação da USM, já que a língua expressa ideias carregadas de simbolismos que devem ser reconhecidas coletivamente, assim como a fala. Neste processo, a fala foi significativa pois também traz simbolismo, mas com características individuais de um sujeito. Como destaque do simbolismo da língua, os artigos redigidos pela personagem e as entrevistas do Reitor Mariano da Rocha Filho. Sua oratória, dito pelos entrevistados Oliveira (2016), Silveira (2015; 2016) e Maissiat (2015), tinham como característica a motivação.

¹²⁹ UFSM. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/marianodarocha/index.php/vida-e-obra>. Acesso em: 25 mai. 2018.

A identidade da instituição, no caso da universidade, como uma organização formal que, segundo Barichello (2014, p. 37) é um “sistema em interação constante com o meio que está sendo profundamente influenciado pelas rápidas mudanças deste século” deve ser construída nas práticas cotidianas. Mas, deve-se atentar para a sua estrutura hierárquica, com regras e regulamentos, amparada sempre por ações comunicacionais a fim de dar visibilidade aos atos legítimos, o que de fato foi bem explorado pela personagem. Por isso, no período de criação da USM, o chefe de Gabinete do Reitor Mariano da Rocha Filho era o jornalista Robinson Flores, do “A Razão” e, posteriormente, quando da criação do Gabinete de Imprensa da USM, no ano de 1962, o jornalista Napoleão Sacchis. Com isso, muitas ações realizadas pelo Reitor, como suas viagens de trabalho, já apresentadas na etapa da distribuição diferencial, eram relatadas no Jornal, como prática estratégica, mas naturalmente cotidiana.

A relevância do seu papel é percebida em algumas de suas elocuições que foram citadas em manchetes no ano de 1960, tais como: “Mariano Filho: - relevante papel das Faculdades do interior em benefício do Progresso Cultural Riograndense” (sic) (1960, N. 74, p. 8); “Prof. Mariano: - Universidade de Santa Maria é o início de uma nova era” (1960, N. 54, p. 8); e, “Prof. Mariano Filho - Universidade de Santa Maria será escrava da lei: sabemos das nossas responsabilidades” (1960, N. 62, p. 1). E, a entrevista com o seguinte posicionamento: “Prof. Mariano: - acusam-me de desejar mais uma universidade federal para o Rio Grande do Sul” (1960, N. 58, p. 1).

A linguagem auxilia na análise e compreensão do fenômeno, por meio de formas significantes, como sendo real do homem. Ou seja, nem todo indivíduo é igual ao outro, seja por suas características físicas, socioeconômicas, socioculturais, etc. Então, o que pode ser simbólico - e decifrado - para determinado grupo pode não ser para outro, inclui-se os fenômenos de sentido, a Semiologia dos Sujeitos (PERUZZOLO, 2004).

Pelas suas características, como foi apontado anteriormente neste estudo, tornou-se um protagonista, que escreveu uma série de artigos ao jornal “A Razão” intitulados “A Universidade de Santa Maria”, num total de quatro, publicados entre os meses de agosto a setembro de 1960. Nessa série fez um chamamento para o povo, especialmente, o santamariense, para participar do movimento de interiorização da cultura por meio da luta pelo ideal universitário, nitidamente percebido neste trecho do artigo de Mariano da Rocha Filho, da segunda publicação da série que:

Vivamos êsse ideal universitário: êle bem merece ser vivido e, bem merece de nós a maior dedicação. Imaginemos o que representará para Sta. Maria, para o RGsul, para o seu povo laborioso, para as classes humildes, para as nossas famílias, para nós

mesmos, o estabelecimento de uma Universidade em Santa Maria. Que cada um, dentro de suas possibilidades, lute para que seja conseguido esse ideal supremo que visa acima de tudo, a felicidade de um povo, para podermos afirmar sem medo de engano, que só há um caminho para a prosperidade e êsse caminho é o estudo, a conquista de novos conhecimentos, que nos permitam, pelo progresso, pela descoberta de novos meios, de darmos uma vida mais digna e mais feliz aos nossos cidadãos. Fora desse caminho, não há outro (sic) (1960, N. 200, p. 2).

Em 1965 também publicou, no jornal “A Razão”, uma série de dez artigos com o título de Metas do ensino universitário¹³⁰.

O jornal “A Razão” acompanhou as ações do professor Mariano da Rocha Filho desde a fase anterior da criação da USM até o período de sua gestão como Reitor, especialmente em coberturas rotineiras de viagens para as reuniões de reitores realizadas em Brasília, que culminavam, geralmente, em visitas ao MEC, com sede na cidade do Rio de Janeiro. As visitas frequentes visavam entendimentos financeiros com o governo federal para a construção da Cidade Universitária e a composição do quadro de pessoal, entre outros assuntos. Após o seu retorno, o Jornal noticiava acontecimentos favoráveis ao desenvolvimento da estrutura da Cidade Universitária e sua atuação no ensino superior.

Dois entrevistados, Oliveira (2016) e Ramos (2015), salientaram o potencial do Reitor Mariano da Rocha Filho como idealizador e a busca pela modernização, descrito no planejamento da “Nova Universidade”, de Mariano da Rocha Filho (1968), além de manter contatos e intercâmbios com outras instituições. Esse empenho, permitiu a colaboração e participação de docentes do exterior no ensino superior de uma cidade do interior já que:

O Reitor Mariano sempre procurou ter um intercâmbio muito grande com as universidades da Alemanha, dos Estados Unidos, da Itália, da Áustria, da França, de toda parte. Então ele trazia para Santa Maria professores para vir dar cursos, pra eventualmente ficar por um período dando aula, mas sempre procurou este intercâmbio. Ele, o Reitor Mariano, tinha uma visão fantástica sobre o ensino, sobre o desenvolvimento em si de Santa Maria, tanto é que projetou todo aquele campus lá que foi uma coisa extraordinária (RAMOS, 2015).

Talvez por isso que o Reitor Mariano da Rocha Filho foi considerado um sujeito de grande representatividade na área do ensino em outras capitais do Brasil, conforme comentou Oliveira (2016). Lembrou de um fato que ocorreu, durante sua passagem profissional pelo Rio de Janeiro e Brasília, durante visitas em locais frequentados pelo Reitor, que era corriqueiro perguntas sobre ele (sua pessoa), pois sempre foi lembrado com muito apreço pelos servidores

¹³⁰ UFSM. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/arianodarocha/index.php/vida-e-obra>. Acesso em: 24 maio 2018.

públicos. Outra qualidade salientada pelo entrevistado era a sua capacidade de motivação pela conquista do ideal do ensino superior no interior, tanto que:

Isto no ano de 1958 em 59, o Doutor Mariano já falava em todos os discursos no sonho dele de criar, aqui em Santa Maria, uma universidade, que seria a primeira universidade e foi a primeira universidade num estado do interior, pela nossa situação geográfica, pela facilidade. Imagina uma pessoa sair de Uruguaiana para fazer universidade em Porto Alegre, quer dizer limitava muito a participação da classe média, da classe operária (...). Ele tinha essa preocupação de democratizar o ensino superior, permitir que todas as camadas sócioeconômicas pudessem botar os seus filhos na universidade porque só rico podiam fazer universidade lá em Porto Alegre. Então ele tinha este sonho e ele passava isto em todas as ocasiões. E, nós como radialistas estávamos ali, ou transmitindo ou gravando, para transmitir depois ouvindo aquele discurso nós acabamos convencidos. O Doutor Mariano tinha um discurso persuasivo, poder tremendo de comunicação. E ele sensibilizava as pessoas no final todo mundo brigava pela universidade. Qualquer evento tinha um discurso pronto, ele podia introduzir o assunto do evento. Dali um pouco e passava a pregar o sonho dele. (...) E toda a imprensa participava deste sonho junto com ele (OLIVEIRA, 2016).

Para Oliveira (2016), o “sonho passou a ser nosso”, um sonho de toda a comunidade pois “falava em coisas concretas”, apesar de existir, inicialmente, poucas vagas disponíveis, porém, pelo seu discurso, o “Doutor Mariano”, como era conhecido, dirigia a palavra aos moços sobre a oportunidade de estar na universidade e, talvez por isso foi “impressionante a participação dos municípios da região geoeconômica aqui de Santa Maria, que vieram para compor as primeiras turmas”. Mas, esse reconhecimento de fato existiu em razão das suas ações, que de fato se concretizaram. Neste estudo, abordou-se o momento da criação da Universidade de Santa Maria e a sua instalação, abordando as suas primeiras atividades como Reitor, numa cidade interiorana que visava o desenvolvimento, que o professor José Mariano da Rocha Filho entendia que universidade estava associado a progresso da humanidade, citado em sua obra “A Nova Universidade” (2011).

Os indivíduos constroem sua memória coletiva utilizando a oralidade e os materiais em sua forma científica (monumentos/documentos) que permitem alcançar conquistas e o poder em um determinado calendário (tempo) que precisa ser respeitado na história. A materialidade manifesta-se em memória social de uma coletividade, que ora se retrai, ora se transborda (LE GOFF, 1994).

Como as **principais ações da personagem**, direta ou indiretamente, que neste estudo tem como ênfase a historicidade vivida em um determinado espaço e tempo, apresentado no contexto sócio-histórico, que Reuter (2007), diz estar diretamente ligada ao ser e ao fazer.

A estória dificilmente é finalizada numa única edição, cuja estratégia de repetição é muito utilizada, por exemplo, na política. A repetitividade dos acontecimentos ou fatos (já

divulgados) é determinada pela instância de produção, juntamente com seus atores, em razão de concepções ideológicas. A continuidade dos relatos através das narrativas, associado ao emprego de sistemas simbólicos, permite ao leitor lembrar os fatos e, portanto, construir a partir de suas tradições e sensações, a historização de sua memória que é fortalecida pelo critério definido por Ricoeur (2007, p. 42) como a “mesmidade de reaparecimento”.

Tal critério de Ricoeur (2007) possibilitou, conforme sugere Motta (2010; 2013) a classificação hierárquica das personagens jornalísticas a partir da identificação de suas ações por fases: no ano de 1960, as fases **movimento pró-Universidade (I)**, **ato de criação (II)** e **festividades (III)** e, em 1961, com o ato de instalação da USM e início da gestão do Reitor José Mariano da Rocha Filho, foram observadas quatro fases distintas: **Congratulações/ confraternização (IV)**; **Instalação oficial USM (V)**; **Ações de ensino (VI)**; e, **Cidade Universitária (gestão, ampliação e orçamento) (VII)**. No Quadro 5, apresenta-se duas ações, a IV e a V, juntamente com a frequência de narrativas jornalísticas, publicadas por tema:

Quadro 5 – Acontecimento de saudação da comunidade e do ato de instalação da USM

ANO 1961 / ATO DE INSTALAÇÃO DA USM			
IV - Congratulações/ Confraternização	Frequência de ocorrência	V - Instalação oficial USM	Frequência de ocorrência
USM (apoio Prefeitura Santa Maria)	1	Definição atos de instalação	4
USM (artigos)	11	Antecede e cria-se o selo comemorativo	3
Congratulações à USM/ Saudação	37 (desenho, charge)	Rádio amadores	1
		Preparativos para a instalação	7
		Instalação solene USM	6
		Transmissão Rádio Medianeira	1

Fonte: elaborado pela autora do trabalho

Como pode-se perceber no Quadro e, que existiram quatro ações distintas no ano de 1961, que foram transformados em valores-notícias a partir da participação e entusiasmo da comunidade durante o ato de instalação da USM. As ações foram definidas em: 1) definição dos atos de instalação; 2) preparativos dos atos de instalação; 3) ato solene de instalação da USM e toda a sua programação festiva; e, 4) congratulações. Constatou-se que o “A Razão” participou efetivamente, direta ou indiretamente, de todos os momentos da instalação da USM,

tanto que foram identificados um número maior de gêneros jornalísticos publicados em todo o ano de 1961, totalizando 129 narrativas jornalísticas, incluindo notas, notícias, reportagens, artigos, serviços, etc., especialmente no mês de março, data da instalação da USM.

Para compreender como a linguagem tem influência na vida cotidiana, parte-se do entendimento de Berger e Luckmann (2011) sobre construção de símbolos que, apesar de serem abstraídos, cada vez mais são empregados na linguagem diária, representando elementos da realidade. Tanto a linguagem simbólica, como o simbolismo, representado através do vocabulário, da gramática e da sintaxe, são essenciais para a diferenciação dos objetos que são enunciados em gênero ou em número, em ação positiva por uma ação de oposição, graus de intimidade social, etc. Desse modo, percebeu-se que o posicionamento do Jornal sobre as ações realizadas pela personagem, como as atividades de instalação de uma universidade na cidade de Santa Maria, adotando o emprego da voz narrativa nós. Esse elemento, recomendado por Reuter (2007) em estudos de análise da narrativa, citando Gérard Genette (1978), apresenta a tendência na forma de narrar, no entanto, não contemplado neste estudo.

Na notícia publicada no dia 16 de março de 1961, o Jornal afirmou que “O interêsse e animação por esse magistral acontecimento crescem de maneira a nos capacitar a afirmar que os atos celebradores do grande evento se desenvolverão com o máximo brilhantismo assinalando um período de gala para a nossa terra” (sic) (A RAZÃO, 1961, N. 131, p. 8), em que o elemento nos foi empregado para endossar o apoio as ações desempenhadas pela personagem e, ainda, participar como colaborador, que de fato ocorreu, no evento de instalação da USM.

Na ação 1, **definição dos atos de instalação**, foram selecionados os acontecimentos que apontavam a determinação da data do evento, os convidados e o significado para a comunidade, trazendo palavras como: “interesse”; “acontecimento que marcará época”; “excepcional festa de instalação”. Aqui acontece novamente uma previsão positiva e motivadora de como seria o evento de instalação, mas que ainda não tinha sido realizado. Outro acontecimento observado foi o quesito ‘empenho e otimismo’ foi a divulgação do concurso internacional radiomadorístico, idealizado pelo Reitor Mariano da Rocha Filho e pela União Santamariense de Radioamadores (USRA), em comemoração à fundação da USM. O Jornal considerou que o concurso iria “[...] orgulhar todos os santamarienses que honesta e sinceramente se preocupam pelo engrandecimento de sua cidade já que a ‘nossa Universidade’ seria conhecida em todo o mundo” (sic) porque:

[...] Durante trinta dias a USM tornar-se-á conhecida em todo o mundo como Centro Universitário e como a primeira cidade do Interland a ser instalada uma Universidade, graças ao idealismo de seus filhos e abnegação de todos quanto lutaram para que a nossa Universidade fosse transformada em realidade (A RAZÃO, 1961, N. 130, p. 8).

Outro fato que ganhou destaque pelo Jornal, foi a reunião promovida pela ASPES para a definição da programação do evento, com a participação de autoridades da cidade e professores universitários. Apesar de ser uma nota, foi publicada uma fotografia destacando o professor Mariano Filho e algumas autoridades, afirmando que a reunião “[...] decorreu num ambiente da mais perfeita união de visitas” (A RAZÃO, 1961, N. 116, p. 8).

Já na ação 2, dos **preparativos dos atos de instalação**, foram selecionados os acontecimentos preliminares ao ato solene, incluindo a definição do programa e o planejamento da realização das atividades propostas e a chegada dos convidados, sempre com a participação da personagem. Nesta etapa foram encontrados registros da participação efetiva dos jornalistas Napoleão Sacchis e Edmundo Cardoso do “A Razão”. Sacchis participou como presidente da comissão encarregada da elaboração e organização da programação da Concentração Escolar (A RAZÃO, 1961, N. 129, p. 1) e Cardoso envolveu-se com o Programa de Instalação da USM, cujo trabalho foi enaltecido pelo Jornal, afirmando que foi elaborado com “capricho e esforço pelo nosso colega de imprensa” (A RAZÃO, 1961, N. 131, p. 8). O jornalismo é visto como estratégia de comunicação para o Reitor José Mariano da Rocha Filho, tornando-se personagem, não somente como divulgação dos seus atos, mas como partícipes das ações.

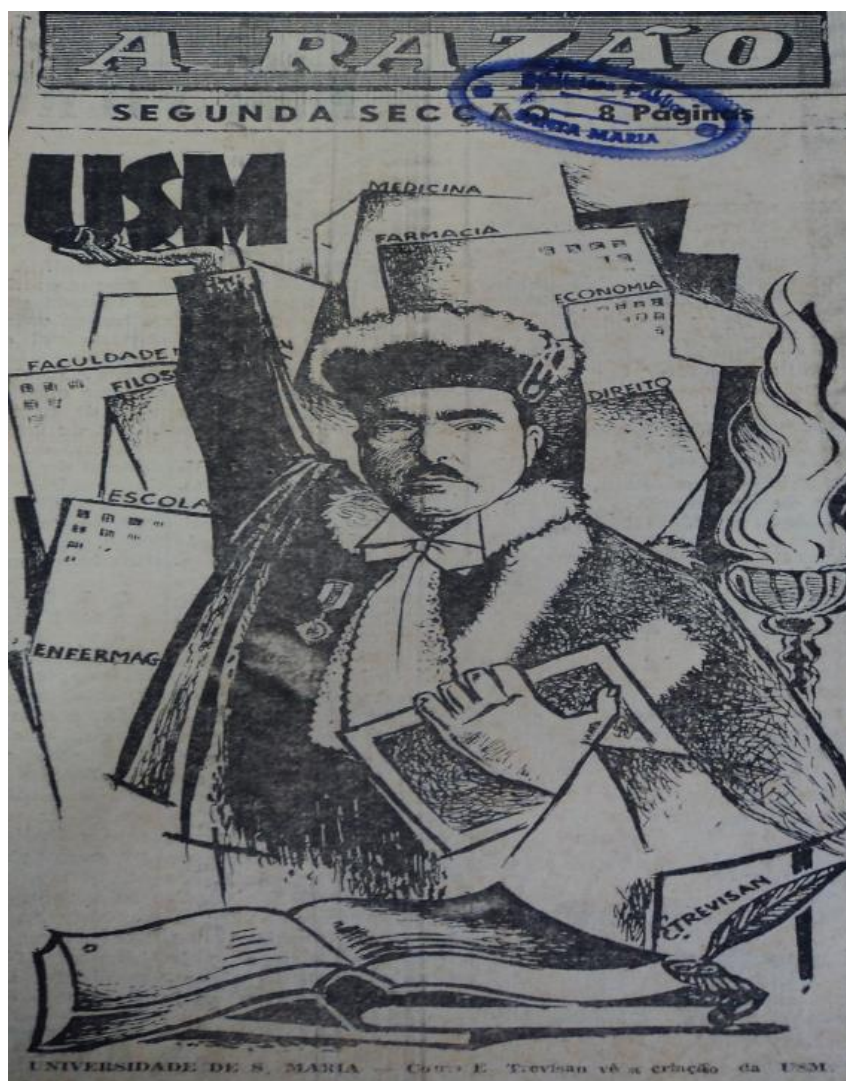
O ponto culminante foi a ação 3, **instalação solene USM**, ganhando destaque já na primeira página (capa) do Jornal, cujo evento foi, segundo o Jornal, “centrada na emoção” suscitada pelo narrador, como aponta Reuter (2007, p. 66) como função modalizante. Por isso, foram encontradas as seguintes passagens empregando a seguinte linguagem: “de interesse e vibração coletiva”; “de excepcional brilho e notável entusiasmo cívico”; “de grande evento com máximo de brilhantismo”. Com relação à personagem, pela importância do evento, apresentou imagens com as principais personalidades em momentos como a aula inaugural, cujo o Reitor Mariano da Rocha Filho foi a figura de maior destaque. Sua imagem foi divulgada em quatro momentos: fazendo sua oração; composição da mesa da sessão solene de instalação da USM, como o Reitor, o Deputado Tarso Dutra, o Senador Daniel Krieger, o Reitor Eliseu Paglioli; entregando o título de “*Honoris Causa*” para o Senador Krieger; entregando o título de “*Honoris Causa*” para o Deputado Dutra.

Quanto a ação 4, **congratulações/confraternização**, que ocorreu em razão da parabenização do ato solene, o reconhecimento pelo sucesso do acontecimento foi visível no

número de congratulações e saudações, publicadas num total de 49, com mensagens telegrafadas de apoio e admiração pelo empenho de toda a comunidade, sendo que a grande maioria endereçada ao Reitor José Mariano da Rocha Filho, como por exemplo: “[...] apresento meus cumprimentos, desejando feliz gestão no honroso cargo. Saudações cordiais. (As.) Eurico da Silva Bastos, diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo” (A RAZÃO, 1961, N. 141, p. 8). Além disso, foram publicados artigos, alguns de autoria da personagem, e também, desenho e charge, com a imagem de Mariano Filho segurando a Instituição USM.

A imagem é de autoria de Eduardo Trevisan, carregada de simbolismos, trazendo o professor, então Reitor José Mariano da Rocha Filho, além do ensino, com o surgimento dos prédios de cada faculdade, como a de Economia. Fazem parte, ainda, os livros e o fogo, que simboliza a luz. A luz, para o professor Mariano da Rocha Filho, conforme publicação no artigo “Universidade de Santa Maria”, segundo de uma série, significa o “valor positivo”. Em seu relato, contou a história ocorrida num congresso em que foi solicitada a iluminação com fósforo do ambiente, que ficou escuro propositalmente, após solicitação de um “pregador para provar o valor da fé”. A fonte luminosa era carregada de símbolos, visto na Figura 30, como o “sentido de cooperação”, ou seja, a “ação da luz sobre as trevas” (A RAZÃO, 1961, N. 134, p. 1).

Figura 30 – Instalação da USM.



Fonte: Jornal A Razão (1961, N. 134, p. 1)

A imagem traz o protagonista dessa estória, que é tomado com destaque por vencer as trevas do ensino do Brasil nesse período, concretizando a sua idealização da interiorização do ensino superior como alguém que se diferencia na comunidade. A sua “utopia” tornou-se realidade, é iniciado o planejamento da Cidade Universitária da USM. Passa a ser modelo para o desenvolvimento do ensino e do País, a partir da sua proposta de delimitação geográfica (Distritos Geo-educacionais)” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993).

No Quadro 6, apresenta-se a continuidade das ações de 1961, por tema, juntamente com a frequência de narrativas jornalísticas, observando a fase VI e a VII:

Quadro 6 – Acontecimento de ações de ensino e da Cidade Universitária.

ANO 1961 / ATO DE INSTALAÇÃO DA USM			
VI – Ações ensino	Frequência de ocorrência	VII – Cidade Universitária (gestão, ampliação e orçamento)	Frequência de ocorrência
Faculdade de Medicina - formatura	4	Reunião Reitor e autoridades (Rio de Janeiro/ Brasília)	15
Faculdade de Odontologia	5	Plano Quinquenal	2
Visitas ilustres (Dr. Levy Wengrover; Kuhn) e Reitor	1	Convênios	2
Conferência professor José Rios (Universidade Brasil)	1	Orçamento obras universitárias	6
Convênio (USM e Hospital Astrogildo Azevedo)	1	Visita Deputado Tarso Dutra em Santa Maria	2
Faculdade de Belas Artes	2	Construção do Restaurante Universitário (Governador Leonel Brizola)	2
Campanhas Tuberculose (emenda Tarso Dutra) e Câncer (Reitor JMRF)	2	Diretório Central dos Estudantes	4
Faculdade de Agronomia	5	Rádio amadores	1
Faculdade de Politécnica	1		
Faculdade de Veterinária	1		

Fonte: elaboração da autora do trabalho

As fases de Ações do Ensino (VI) e Cidade Universitária (VII) apontam indicativos de ações realizadas pela personagem principal, o Reitor Mariano Filho, com a colaboração das demais personagens, trazendo acontecimentos, hoje fatos históricos, ligados à criação de faculdades, campanhas e convênios necessários ao planejamento das ações de ensino superior, enfim atos que geraram o crescimento da Cidade Universitária.

Dessa forma, com relação as **ações da personagem**, especialmente de ensino, o “A Razão” divulgou a criação dos cursos e as primeiras atividades administrativas e didáticas, além dos primeiros resultados da concretização dos investimentos em ensino superior em Santa Maria, trazendo relatos das cerimônias de colação de grau das primeiras turmas formadas pelos cursos da USM. A partir dos acontecimentos do período, apresenta-se, de modo breve, as principais ações de ensino sempre com a participação da figura do Reitor, como personagem:

- **Faculdade de Medicina:** início das aulas da Faculdade de Medicina, divulgado por meio de nota, informando que as 50 vagas foram preenchidas. Ainda no mês de março, o Diretor Amaury Lenz fez um pronunciamento reiterando o compromisso de assumir a direção da Faculdade, dialogando com docentes e discentes, após convite do Reitor José Mariano da Rocha Filho. Nesta reportagem afirmou ainda ao Jornal que:

Sei das grandes responsabilidades assumidas por mim e das tremendas dificuldades que terei que enfrentar, muitas delas originadas pela falta de meios, porquanto neste ano de 1961 o orçamento da República já estava ultimado quando foi criada a Universidade de Santa Maria a 14 de dezembro de 1960 (LENZ, 1961, N. 129, p. 8).

Mas, a trajetória do professor Lenz como Diretor foi breve, tanto que no dia 7 de novembro foi divulgado a sua saída da direção da Faculdade de Medicina. Apesar do conflito, o discurso foi suavizado por palavras de elogios e de harmonização, como por exemplo, “figura de destaque nos meios universitários riograndense” (sic) e “tal crise ao que se acredita, marchava para uma solução harmonizadora” (A RAZÃO, 1961, N. 24, p. 8). Além desse discurso comedido, o fato não voltou a ser noticiado no período estudado, ano de 1961.

- **Faculdade de Odontologia:** já em fevereiro de 1961, após viagem do Reitor Mariano da Rocha Filho ao Rio de Janeiro e Brasília, informou do funcionamento da Faculdade de Odontologia, que foi concretizado com a divulgação, já no dia 7 deste mês, com o número dos primeiros inscritos no exame vestibular. A Faculdade de Odontologia foi considerada, pelo Diretor Lamartine Souza, de interesse da comunidade e, por isso entendia que a “semente foi lançada em uma terra fértil” (A RAZÃO, 1961, N. 125, p. 8), sendo concretizado com o início das atividades didáticas. A Aula Inaugural foi proferida pelo professor Daniel Jucowisk, com a participação do Diretor Lamartine Souza e do Reitor Mariano da Rocha Filho. Sua divulgação ocorreu no dia 26 de março, trazendo a seguinte manchete: “Brilantemente desenvolvida a primeira aula da Faculdade de Odontologia pelo prof. Daniel” (A RAZÃO, 1961, N. 40, p. 8).

- **Faculdade de Belas Artes:** o Deputado Tarso Dutra comunicou por meio de um telegrama a sua criação, após a aprovação do Senado, considerado pelo Jornal “uma notícia verdadeiramente auspiciosa” (A RAZÃO, 1961, N. 273, p. 4). O acontecimento foi novamente retomado, afirmando ser a “Satisfação nos meios universitários: Faculdade de Belas Artes de Santa Maria” em razão da sua criação (A RAZÃO, 1961, N. 274, p. 8). O seu primeiro concurso vestibular para a Cadeira de Piano da Faculdade de Belas Artes ocorreu em 18 de março de 1963 (A RAZÃO, 1963, N. 128, p. 6). A Aula Inaugural, com a presença da professora Madeleine Ruffier Gleich da Faculdade de Belas Artes da URGS, que abordou o tema “Integração da Música na Universidade”, ocorreu em maio de 1963. O Diretor da Faculdade era o professor Geraldo Maissiat, que comentou em reportagem estar satisfeito por “preencher sensível lacuna nos meios culturais e universitários não só na cidade como também de toda região” (A RAZÃO, 1963, N. 171, p. 8).

- **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:** foi criada junto com a Faculdade de Belas Artes, totalizando oito faculdades e quatro agregadas. Durante o ato de sanção da Lei de criação

dos cursos, entre outras determinações legais, o Presidente João Goulart fez o seguinte pronunciamento sobre o Reitor José Mariano da Rocha Filho: “É com imensa satisfação que sanciono a presente lei, que consagra a grande obra educacional que o sr. dr. Mariano da Rocha vem realizando no Rio Grande do Sul” (sic) (GOULART, 1961, N. 279, p. 8).

- **Faculdade Agronomia:** as atividades da Faculdade de Agronomia iniciaram em 1962, cuja direção foi designada ao engenheiro agrônomo, professor Ary Bento Costa, considerado pelos pelotenses como um “ilustre catedrático”, que segundo o Jornal é “obra do Reitor Mariano Filho com cobertura do Congresso Nacional, oferecido pelo Deputado Tarso Dutra e Senador Daniel Krieger” (A RAZÃO, 1961, N. 46, p. 1).

O funcionamento, com o ingresso da primeira turma, foi em 1962. Tal fato foi considerado pelo Jornal como “mais um motivo de orgulho para a <<Cidade Universitária>>”, chamando de novel Faculdade, com o “apoio do Reitor Mariano Filho” na instalação de um curso de Agro-técnico (A RAZÃO, 1961, N. 49, p. 6). Outro destaque foi a entrevista do professor Artur Primavesi, que ministrou a cadeira de Agricultura Geral e foi apresentado como “uma figura de destaque no mundo agrônômico” (A RAZÃO, 1961, N. 28, p. 8).

A informação sobre a liberação de verba de seis milhões de cruzeiros¹³¹ pela Comissão de Educação e Cultura para a Escola Agro-técnica, que incluía a Faculdade de Agronomia e Veterinária, o Jornal se posicionou conveniente com a sua criação. Salientou, inclusive, que “A criação da Universidade de nossa terra está assim, prestes a se tornar uma realidade esplendorosa” (A RAZÃO, 1964, N. 150, s. p.), visualizada na Figura 31.

¹³¹ Valor de Cr\$ 6.000.000,00.

Figura 31 – Obras da Cidade Universitária.



Fonte: jornal A Razão (1964, N. 150, p. 6)

- **Faculdade de Politécnica (Engenharia):** foi noticiado o evento de “grande expressão nos meios universitários, com o ato de posse dos novos diretores da Instituição, realizado pelo Reitor José Mariano da Rocha Filho, na sede da Reitoria da USM. Na ocasião foram nomeados o Diretor da Faculdade de Agronomia, professor Ary Bento Costa e o Diretor da Politécnica, o professor Edy Paulo dos Santos (A RAZÃO, 1961, N. 26, p. 8).

- **Faculdade de Veterinária:** o Jornal traz a notícia, publicada em dezembro, afirmando que “Podemos informar de fonte fidedigna” que “Funcionará no próximo ano a Faculdade de Veterinária”. Como diretor, mas sem confirmação, diz ser o veterinário, o professor Corinto Escobar (A RAZÃO, 1961, N. 61, p. 6).

O ensino, na opinião do “A Razão” e do Reitor José Maria da Rocha Filho, visava o aprendizado, mas também, o desenvolvimento da cidade, com a participação da sociedade, por isso o Jornal sempre noticiou os acontecimentos da USM, como a campanha contra o câncer, após participação do Reitor Mariano da Rocha Filho na II Jornada Brasileira de Câncer. A sua participação no evento oportunizou a vinda do Doutor Antonio Prudente e a esposa em Santa Maria para conhecer a Universidade (A RAZÃO, 1961, N. 15, p. 8). Ainda na saúde, o Jornal participou efetivamente da Campanha da Tuberculose, que era uma emenda do Deputado Tarso Dutra destinada ao prosseguimento das obras do Hospital Regional de Tuberculose de Santa Maria (A RAZÃO, 1962, N. 27, p. 3).

O Jornal divulgou, também, o empenho do professor e Reitor José Mariano da Rocha Filho em seus convites e, conseqüentemente, visitas como: Doutor Levy Wengrover, presidente da Campanha Nacional de Educação do Surdo Brasileiro; professor Richard Kuhn, Prêmio Nobel de Química; professor José de Almeida Rios, da Universidade do Brasil; professor Eliseu Paglioli, Reitor da URGs; Deputado Tarso Dutra; Deputado Fernando Ferrari; e, Senador Daniel Krieger. O Jornal, geralmente, realizava reportagens com os visitantes para opinar sobre o funcionamento da USM. No caso do professor José de Almeida Rios foi divulgado o conteúdo do telegrama endereçado ao Reitor Mariano Filho com palavras de agradecimento pelo convite “com o sentimento da mais elevada estima e distinta consideração”, ainda, elogiando o povo “pelo determinismo a construção de uma grande Nação” (A RAZÃO, 1961, N. 213, p. 6).

Enfim, o “A Razão” sempre se posicionou favorável à criação da USM, dando apoio às ações desenvolvidas após o ato de instalação, tanto que antes da sua criação, quando iniciaram os entendimentos para a efetivação do ensino superior em Santa Maria, o Jornal já noticiava, geralmente, todos os acertos. E, talvez por isso, em conformidade com determinações legais, a instituição privada Nestlé, comemorando o 40º aniversário, doou à USM um aparelho formado por um conjunto de coração-pulmão artificial ao Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da USM, a ser utilizado na clínica do Doutor Vinício Motti. A entrega foi realizada em 27 de fevereiro de 1962, durante um evento presidido pelo Reitor Mariano da Rocha Filho e demais docentes da USM (A RAZÃO, 1962, N. 102, p. 2). Na oportunidade foi inaugurado um monumento à “Mãe Brasileira” no saguão do Departamento de Pediatria (A RAZÃO, 1962, N. 107, p. 6).

Pensando na recuperação da memória, tudo começa com a narrativa, que é produzida apoiada em um determinado acontecimento apresentado em uma data ou, datas, já que pode ser repetido em outro momento. Motta (2013) diz que o tempo no relato jornalístico é anárquico, sem muita organização, com ou sem encadeamento de um ato, seja político, econômico,

cultural, etc. Ou seja, na maioria dos acontecimentos não tem uma sequência lógica e, por isso a necessidade de reagrupar as narrativas e realizar estudos específicos, como neste estudo, tomando a personagem para a construção da memória institucional.

A metanarrativa oportuniza a vivência do presente através de uma trama recortada que auxilia na recomposição do passado de uma comunidade. As fontes de informação reunidas em forma de uma estória podem ajudar na construção da memória coletiva de uma sociedade, por isso que Mota (2012) acompanha o que preconiza Motta (2013), quanto a necessidade de fazer a recomposição das significações das narrativas jornalísticas trazendo para o presente, rearticulando os sentidos da vida cotidiana e pública através do recurso da metanarrativa. Contudo, na reconstrução da estória deve-se considerar a realidade social em que os fatos aconteceram, incluindo todos os discursos sobre determinado acontecimento. Além disso, é preciso ponderar que “é por meio da metanarrativa que o Jornalismo, enquanto prática cultural estabelece relações com outras instituições sociais, e reelabora novos significados para as suas práticas” (MOTA, 2012, p. 210).

Ao reconstruir a estória a partir dos acontecimentos, tornando-se uma metanarrativa, foi realizada a interpretação e a elucidação dos fatos a partir das personagens, optando-se por analisar a personagem que idealizou e emprestou o seu nome a Instituição. Por fim, é preciso provar se são verídicas, isto é, se apresentam um fundo moral que permitem recuperar a memória de fato e, com isto, revelar a história.

5.3 O JORNAL COMO FONTE FIDEDIGNA: UMA DISCUSSÃO INTERDISCIPLINAR

A informação, que é fruto das ações de uma personagem é, afinal, a matéria-prima utilizada pela entidade que produz o jornal e, ao mesmo tempo a matéria-prima dos estudos da História, Jornalismo e CI (Arquivologia), empregado de modo distinto em suas pesquisas. Torna-se de interesse dessa pesquisa, portanto, a aplicação de procedimentos científicos para a comprovação do jornal como fonte de pesquisa, atentando para etapas que vão desde a produção do jornal até a recepção pelo leitor, assim como, mantê-lo preservado para auxiliar na construção da sociedade. No entanto, em qualquer estudo deve-se ter ciência que o sujeito que produz o discurso, ou seja, o sujeito com voz ativa é ao mesmo tempo emocional e ideológico. E, do outro lado, o receptor, que é o sujeito que escuta/leitor, também tem uma posição ideológica carregado de emoções. Por isso, Thompson (1995, p. 364) sugere considerar “[...] opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social”.

A reconstrução da estória permite contar acontecimentos temporalmente reordenada com princípio, meio e fim, através do reconhecimento das personagens e, deste modo a compreensão da mimese jornalística, como “atividade de representação realista difusa do real fático” (MOTTA, 2013, p. 99). A partir da *mimese* jornalística reconstruída, incluindo as ações, tem-se agora, para Ricoeur (1995), uma *mimese* histórica formada por diversos tipos de acontecimentos, em que é possível compreender como é:

[...] formadora e constituidora do pensamento contemporâneo em todas as dimensões dessa afirmação. A análise da narrativa jornalística é um meio caminho entre a análise da narrativa literária (ficcional) e a análise da narrativa histórica (fática, integrando elementos dessas duas vertentes em uma síntese narrativa nova e singular, que precisa da complexidade semiótica da comunicação jornalística [...]) (MOTTA, 2013, p. 100).

As narrativas de cunho cultural e antropológico, como é o caso aqui apresentado, chamados por alguns historiadores como a história do presente, somente é possível se for reconhecido a começar de um certo distanciamento temporal (RICOEUR, 1995; MOTTA, 2013). Mas, tal fato é ainda mais nítido em razão do advento das TICs com a expansão do cotidiano dos indivíduos, em que o “[...] presente adquiriu um sentido histórico (de passado), fez crescer a consciência histórica” e com isso, “passamos a viver simultaneamente a história e sua *mimese*, a vida e sua simultânea representação compondo instantes em que a realidade e ficção se distinguem cada vez menos” (MOTTA, 2013, p. 104).

Analisando a fonte de informação e a narrativa, pode-se perceber que existiu um discurso do Jornal visando a formação de um laço social, com significado e sentido, ou seja, um valor sociocomunicativo que faz do discurso um “fato social”. Discurso também pode ser aplicado ao fato histórico ocorrido na cidade, seguindo o pensamento de Michel Foucault, uma vez que é compreendida como “[...] uma prática social, com hábitos e instituições historicamente determinados, produzida em relacionamento com o ‘co-texto’” (SODRÉ, 2009, p. 143). Entretanto, para tornar-se um "fato social" é preciso confirmar a sua veracidade e tentar preencher as lacunas existentes, como dados que estão incertos ou duvidosos. Para facilitar, foram reunidos os principais acontecimentos publicados, no período de 1960, de acordo com as ações desenvolvidas pelas personagens, citando as principais fontes históricas que comprovam os acontecimentos publicados no Jornal, visualizada no Quadro 7.

Quadro 7 – A recuperação dos fatos históricos de 1960.

(continua)

ANO 1960 / CRIAÇÃO DA USM		
I. Movimento pró-Universidade	II. Ato de criação	III. Festividades/ Congratulações
<p>1. Acontecimento jornalístico: Data: 1960 Local: Santa Maria Movimento de apoio à criação da USM pela ASPES. Personagens (apoiadores do movimento): - <u>JMRF</u>; - Parlamentares Gaúchos, Senador Daniel Krieger e o Dep. Tarso Dutra (I.13; I.14); - Deputados: Fernando Ferrari (I. 10); Cezar Pietro, presidente da Comissão de Finanças; - Governador: engenheiro Leonel de Moura Brizola (I.1); - Prefeitos Municipais (I.30; I.31; I.32; I.33; I.34; I.35); - Reitor Elyseu Paglioli (URGS) (I.1; I.5); - Docente prof. Helios Bernardi (I.20); - Repres. Igreja: Bispo Dom Antonio Reis (I.4; 19 de jun. 60); - Repres. Exército: General Osvino Ferreira Alves (I.3). - Empresa Jornalística “A Razão” (I.2; I.3; I.12)</p>	<p>1. Acontecimento jornalístico: Data: dezembro /1960 Local: Santa Maria Criação Faculdade de Direito em 1º de agosto de 1958, oficializada através do Decreto nº 47.436, de 16 de dezembro de 1959, instalada em 14 de abril de 1960. Personagens: prof. Orlando Penna, Luiz Gonzaga Isaia, José Marques da Rocha, Oscar Monbach (Irmão Gelásio) lecionaram no primeiro ano (II.1).</p> <p>2. Acontecimento jornalístico: Data: novembro/dezembro/ 1960 Local: Santa Maria - Tramitação do Projeto de Lei de criação da USM (Dep. Tarso Dutra) para a: a. aprovação pela CCI; b. aprovação da Comissão de Educação e Cultura; c. aprovação da Comissão de Orçamento e Finanças; d. aprovação em plenário da Câmara dos Deputados Federal e do Senado Federal, criada em 14 de dezembro de 1960, pela Lei Federal nº 3.834-c. e. sanção Pres. JK em 18 de dez. de 1960. Participação caravana da ASPES. Personagens: Miguel Sevi Viero (Prefeito SM); Dr. José Dutra (Juiz Direito/Dir. Fôro); (Pres. ASPES) <u>JMRF</u>; Antonio Abelin (Câmara Municipal); Robinson Flores (Dir. A Razão); Pres.(s) dos Centros Acadêmicos José Moacir Ramos (Fac. Farmácia) e Hans Schren (Fac. Medicina)</p>	<p>1. Acontecimento jornalístico: Data: 18/dezembro/ 1960 Local: Santa Maria Comemorar a criação da USM e saudar a caravana das ASPES, que participou do ato de criação em Goiânia. Dia 18 de dezembro foi Data festiva no município de Santa Maria (<i>Projeto de Lei Municipal nº 927/1960 de José Fidelis Ramos Coelho, Vice-Prefeito de SM</i>). Multidão compareceu ao aeroporto de Camobi para saudar a chegada do primeiro Reitor da U.S.M. Personagens: empresários e personalidades publicaram mensagens de congratulações à USM e seu representante o <u>Reitor JMRF</u>: - Cônsul da Alemanha e o PTB (III.2); - Dep. Fernando Ferrari (III.6); - Dep. Sereno Chaise, repres. Leonel Brizola nos Atos (III. 9); - Prefeito municipal Miguel Sevi Viero SM (III.8) e autoridades do religioso, empresas, ensino, político (III.12; III.13); - reitores e ex-reitores da URGS: Alexandre Rosa (III.2); - representante da Igreja: Mons. Frederico Didonet (Palestra na Rádio Medianeira do Bispo Diocesano) em 23 de dezembro (III.7), (III.11); - representante do exército Gen. João Batista Rangel (III.5).</p>

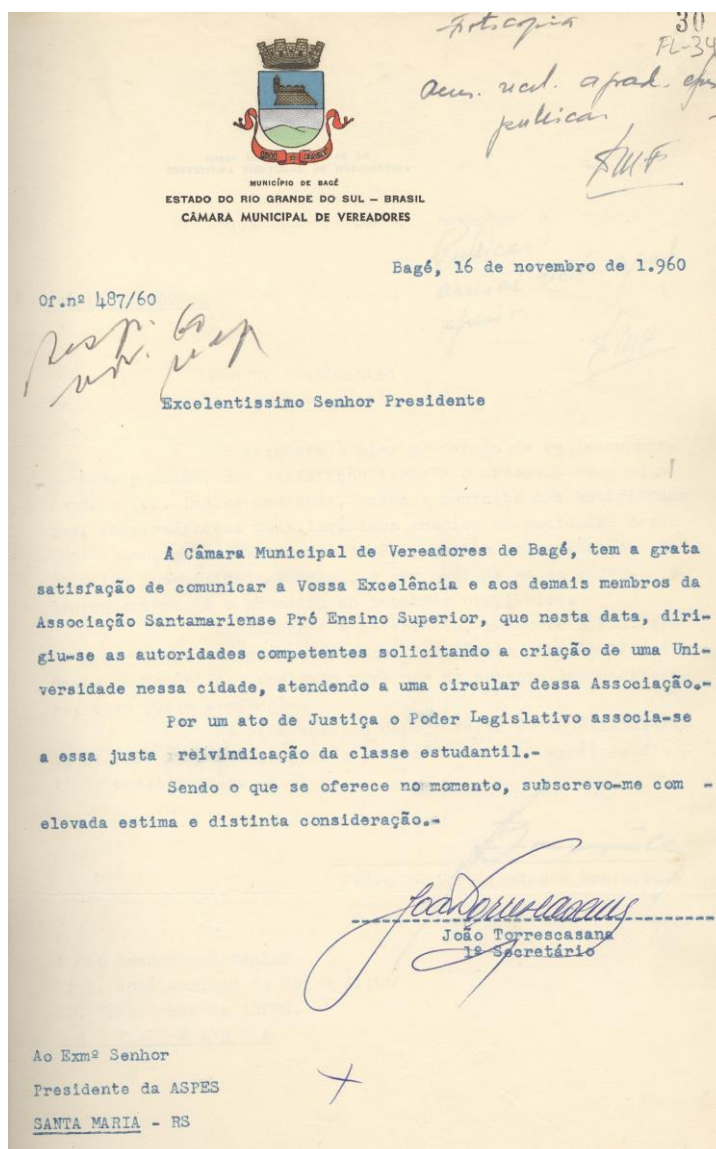
<p>Fontes: Estatuto da ASPES</p>	<p>Fontes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fac. Direito - Decreto nº 47.436, de 16 dezembro 1959. - Criação USM: Projeto nº 2.357-A de 1960 (Art. 15 – Fica igualmente criada a USM, no Estado do RS, e que será integrada no MEC – Diretoria do Ensino Superior”); - Telegrama Dep. Tarso Dutra informando sua criação. 	<p>Fontes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - caravana ASPES: fotografia dos participantes da caravana da ASPES em Brasília e chegada em Santa Maria (Reitor JMRF). - USM: telegrama Dep. Tarso Dutra sobre novas tratativas.
<p>2. Acontecimento jornalístico: Data: 1960 Local: Santa Maria Intensificação do movimento pró-Universidade pelo “A Razão” com publicação de artigos das personagens deste movimento. Personagens: JMRF, com artigos publicados nos dias 2, 3 e 19 de agosto e 24 de setembro de 1960, intitulados (A) Universidade de Santa Maria, sobre a criação e a importância da Universidade para a cidade e indivíduos de SM (I.15; I.16; I.17; I. 19). - Manifestação do Dep. Tarso Dutra favorável à criação da Universidade, idealizando como uma “Unidade local em torno da Universidade”, destacando a figura de JMRF.</p>	<p>3. Acontecimento jornalístico: Centro Politécnico - Data: 5/janeiro/1960 Local: Santa Maria Inauguração do Instituto Politécnico em Camobi, que integram o Centro Politécnico de Santa Maria. Colocação do primeiro bloco granítico pela esposa do Dep. Tarso Dutra. - Data: 30 jun./1960 Local: Brasília/DF Oficialização da criação, por Lei Federal, do Centro Politécnico por iniciativa do Pres. ASPES (prof. JMRF). Local: Santa Maria Solenidade de instalação do Centro Politécnico e Instituto Eletrotécnico (II.5; II.6; II.7; II.8; II.9) Personagens: Dep. Tarso Dutra e esposa (I.13; I.14); - <u>Prof. JMRF</u> (Pres. ASPES).</p>	
<p>Fontes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - movimento pró-Universidade: correspondências de apoio e concordância da instalação da USM. Correspondências de representantes de câmaras de vereadores, instituições e prefeituras do RS endereçada ao Pres. ASPES. 	<p>Fontes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - bloco: sem comprovação documental, apenas a narrativa; - Inst. Eletrotécnico: criação através da Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961. 	

Fonte: elaboração da autora do trabalho.

Siglas: Associação Pró Ensino Superior (ASPES); Faculdade (Fac.), Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Santa Maria (SM), Deputado (Dep.), José Mariano Rocha Filho (JMRF), General (Gen.), Santa Maria (SM)

Conforme pode-se observar no Quadro 7, a recuperação dos fatos históricos de 1960, todas as narrativas jornalísticas foram comprovadas com os seus respectivos documentos que a tornam como fonte fidedigna, como exemplos, a disponibilização do Decreto nº 47.436, de 16 de dezembro de 1959, da criação da Faculdade de Direito¹³² e, o apoio da Câmara Municipal de Vereadores de Bagé no movimento de criação da Universidade, visto na Figura 32.

Figura 32 – Decreto nº 47.436, de 16 dezembro 1959.

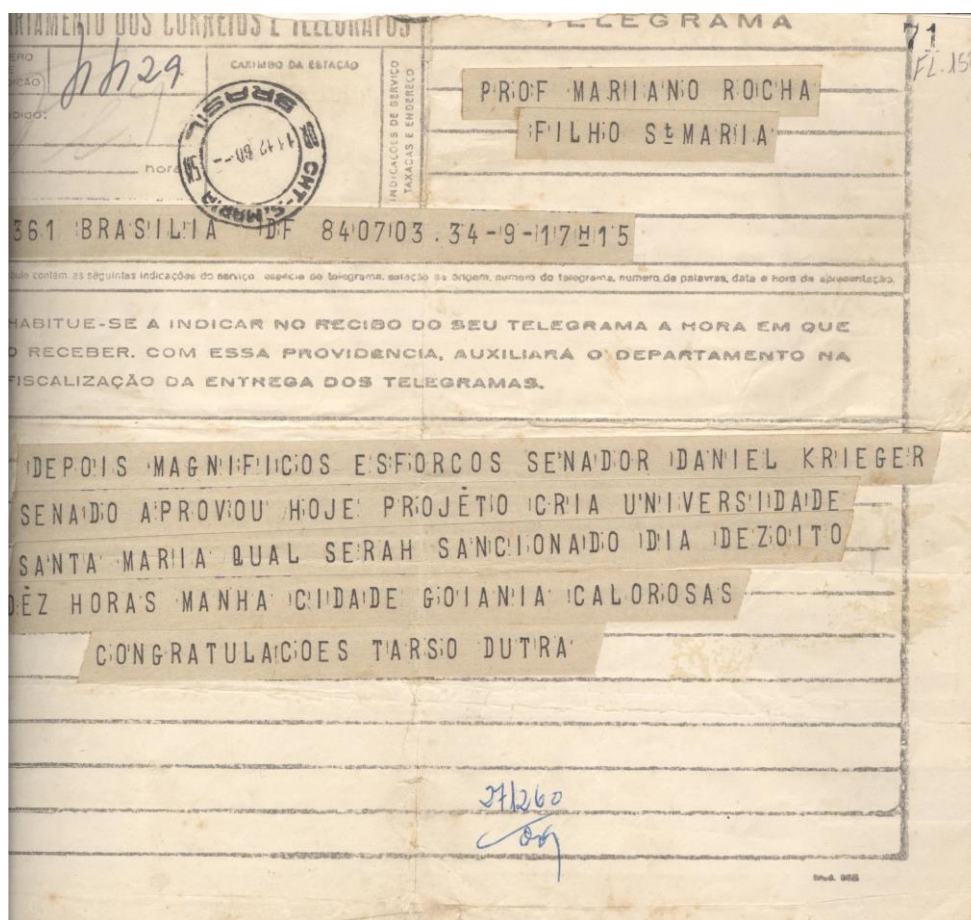


Fonte: DAG/UFSM

¹³² Portal Senado Federal. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=470006>
Acesso em: 8 ago. 2018.

O telegrama foi o meio de comunicação utilizado, com frequência, pelos sujeitos legitimados durante a tramitação do Projeto de Lei de criação da Universidade de autoria do Deputado Federal Tarso Dutra. Pode-se observar, na Figura 33, a mensagem de Tarso Dutra endereçada ao professor Mariano da Rocha Filho, trazendo a informação da aprovação do Projeto de Lei de criação da USM.

Figura 33 – Telegrama Tarso Dutra informando a aprovação do Projeto de Lei que cria a USM.



Fonte: DAG/UFSM

No item II, **ato de criação**, no acontecimento jornalístico número 3, um dos momentos marcantes, com o acompanhamento direto do jornal “A Razão”, foram todas as etapas do processo, desde a proposta do projeto até a sanção pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. O telegrama do Deputado Tarso Dutra, endereçado ao professor Mariano da Rocha Filho, confirma o acontecimento noticiado. O gênero documental telegrama era muito utilizado para o envio rápido de mensagem, tanto com caráter informativo, como foi o exemplo apresentado no registro fotográfico como de caráter de confraternização. Hoje, contudo, foi

substituído pelo documento eletrônico ou digital via *e-mail* ou outras plataformas digitais de comunicação.

Tanto Innis (2006) como McLuhan previram a evolução dos meios/suportes a partir do advento da tecnologia. Por isso, o telegrama passa a ser um documento histórico, devendo-se, portanto, sendo essencial preservá-lo. No caso da UFSM, de fato isto ocorre, mantendo-se organicamente reunido na documentação do Reitor José Mariano da Rocha Filho, cabendo aos profissionais arquivistas o seu tratamento documental.

Pela participação efetiva de Robinson Flores, Diretor do A Razão e, como Chefe de Gabinete do Reitor Mariano da Rocha Filho, o Diretor o Jornal em questão, tinha acesso direto aos documentos, facilitando a sua divulgação. Com isso, pode-se somar a relevância do valor-notícia universidade para o “A Razão”, talvez por isso, a maioria dos telegramas foi publicado pelo Jornal. Além disso, Robinson Flores participou efetivamente de vários acontecimentos ocorridos na Universidade, incluindo a etapa anterior da aprovação do Projeto de Lei e, após, no período de festividade/congratulações, item III.


A partir da sua oficialização, observou-se um aumento significativo na divulgação de mensagens de parabenização pela concretização do ensino superior na cidade de Santa Maria, em especial ao Reitor Mariano da Rocha Filho. Com isso, pode-se somar a relevância do valor-notícia Universidade para o jornal “A Razão”.

Toda essa documentação foi preservada como parte da história da criação da USM. Diante do interesse do Reitor, foi criado o cargo ou função de arquivista na USM no Hospital de Clínicas, no Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME), e nos demais departamentos e institutos da Universidade, observado no Plano de necessidades de Pessoal Docente, Técnico e Administrativo das Faculdades de Medicina, de Farmácia, de Odontologia e – do Instituto Eletrotécnico da Universidade de Santa Maria (s. d.)¹³³, como o exemplo do Departamento de Difusão Cultural, visto na Figura 34.

¹³³ BRASIL (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA) Plano de Necessidades de pessoal e Administrativo das Faculdade de Medicina, de Farmácia, de Odontologia e do Instituto Eletrotécnico da Universidade de Santa Maria, 196(?)

Figura 34 – Quadro de pessoal – arquivista.

FL 71
2.



UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA

Departamento de Difusão Cultural

- ✓ 1 - Diretor
- ✓ 1 - Chefe de Seção
- ✓ 1 - ~~Conservador~~ ^{Coordenador} do Patrimônio Histórico e Artístico
- a) - Serviço de Rádio Difusão
 - ✓ 1 - Chefe de Serviço
 - ✓ 2 - Escrevente Datilógrafo
 - ✓ 4 - Locutor
 - ✓ 2 - Documentarista
 - ✓ 2 - Arquivista
 - ✓ 2 - Revisor
 - ✓ 3 - ~~Preparador de Texto~~ - Redator
 - ✓ 1 - Servente
 - ✓ ~~Mensageiro~~
- b) - Serviço de Extensão Cultural
 - ✓ 1 - Chefe de Serviço
 - ✓ 2 - Escrevente Datilógrafo
 - ✓ 1 - Escriturário
- c) - Imprensa Universitária
 - ✓ 1 - Chefe de Serviço *Imprensa Universit.*
 - ✓ 2 - Redator
 - ✓ 2 - Revisor
 - ✓ 3 - Impressor
 - (✓ 3) - Compositores *Linotipista* -
 - ✓ 2 - Gravador
 - ✓ 2 - Documentarista
 - ✓ 2 - Arquivista
 - ~~2 - Estereotipista~~
 - ✓ 4 - Encadernador
 - ~~4 - Tipógrafo~~ *Tipógrafo 2*
 - ✓ 2 - Auxiliar de Arte Gráfica *artífice*
 - ~~5 - Aprendiz~~
 - ~~1 - Restaurador de Livros~~
 - ✓ 2 - Serviente.

Fonte: DAG/UFSM

Percebeu-se que reconhecia a relevância em estocar e tratar as informações, tanto que contava também com o auxílio do técnico bibliotecário. A personagem, além do seu empenho na interiorização do ensino superior, foi um inovador, já que nesse período ainda não existia a Faculdade de Arquivologia¹³⁴ na Instituição e, tampouco no Brasil. O Curso de Arquivologia da UFSM, segundo Castelan (2017, p. 15) foi “o primeiro em uma Universidade Federal”. O interesse da personagem, como sujeito legitimado da USM, em formar um quadro de pessoal diversificado, com cargos, até então, desconhecidos, aconteceu porque as instituições

¹³⁴ Curso de Arquivologia UFSM: “o Projeto de Implantação do Curso foi criado em agosto de 1976 e, neste mesmo ano, foi aprovado pelo Parecer nº 179/1976 no Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSM em 10 de agosto de 1976 (PEDRAZZI; CONSTANTE; PEREZ; KURTZ; FERREIRA, 2017, p. 11)

universitárias têm uma pretensa liberdade para trabalhar com a ciência e a técnica, por outro lado, como afirma Habermas (2004) trazem em si funções regulatórias que moldam os indivíduos, apesar dos traços de tradição e de natureza. Existe, portanto, uma liberdade que nasce com as pessoas, cuja identidade pessoal é moldada, porém, de acordo com a sua natureza, é resultado de um contexto de interação como parte de um processo de formação. A união da natureza e da cultura trazem os traços individuais de cada sujeito, apropriada de maneira crítica por cada um, ou seja, o “quem *somos*” e o “que nos *ocorre* em uma existência corporal”, como parte do processo de socialização (IBIDEM, 2004, p. 83).

No item III, **congratulações/confraternização**, no acontecimento jornalístico número 1, disponibilizado no Quadro 8, sobre o ato de criação em Goiânia, com a participação da caravana Santamariense da ASPES ficou um registro histórico. O corpo da personagem José Mariano da Rocha Filho, que era a sua real existência de fato, com a luta pela interiorização do ensino superior, transpareceu no exato momento de sua chegada ao aeroporto de Santa Maria, em seu gesto de vistoria e comemoração com a sociedade pela Universidade que passou a ser de todos, quando da oficialização da USM, visto na Fotografia 2.

Fotografia 2 – Saudação do novo Reitor da USM



Fonte: DAG/ UFSM

A Fotografia 2 registrou um momento histórico, que McLuhan (1964, p. 229) entende que, como meio, não apresenta somente o pictórico, vai mais além, o corpo e o espírito vão

"liberando os mundos da endocrinologia e da psicopatologia". E, que de fato aconteceu, pois de acordo com os relatos de Silveira (2016), ainda como acadêmico, foi uma experiência única, pois além da conquista com a concretização da USM, permitiu o conhecimento de um espaço novo, a cidade de Brasília. O corpo e a mente estão enraizados e fixados num documento fotográfico, que apresentou um momento vitorioso para uma cidade interiorana que tinha como meta o desenvolvimento.

No Quadro 8 são apresentadas as narrativas publicadas no ano de 1961 pelo jornal “A Razão”, em duas fases distintas, intituladas de Congratulações/Confraternização e Instalação oficial da USM, identificando as personagens e as fontes correspondentes aos acontecimentos. Para salientar as ações e a participação da personagem deste estudo foi utilizado o sublinhado.

Quadro 8 – A recuperação dos fatos históricos de 1961.

(continua)

ANO 1961 / ATO DE INSTALAÇÃO DA USM	
IV - Congratulações/ Confraternização	V - Instalação oficial da USM
<p>1. Acontecimento jornalístico: Data: dezembro/1960 Local: Santa Maria Festa de confraternização na USM. - Festividades de encerramento das atividades no setor de obras da USM com a participação de operários da construção das Faculdades de Farmácia e Medicina, Casa do Estudante e Centro Politécnico.</p>	<p>1. Acontecimento jornalístico: Data: março/1961 Local: Santa Maria Preparativos para a instalação oficial da USM, com a elaboração Programa de atos cívico-culturais. Pontos culminantes: ato de instalação, outorga dos títulos de <i>Doutor Honoris Causa</i> para o Senador Daniel Krieger e o Dep. Tarso Dutra (proferindo a Aula Magna).</p>
<p>Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM)</p>	<p>Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor da USM), Edmundo Cardoso (organizadores das festividades); <i>Aula inaugural</i> (Dep. Tarso Dutra)/<u>JMRF</u> (Reitor USM)</p>
<p>Fontes: sem comprovação, apenas a narrativa jornalística</p>	<p>Fontes: ata da 1ª sessão do Conselho Universitário (programa das festividades da instalação da USM)</p>
<p>2. Acontecimento jornalístico: Data: março/abril 1961 Local: Santa Maria Congratulações pela criação da USM Personagens: - Dr. Almir Marchiori (Pres. cirurgiões-dentistas); - Órgão legislativo: Câmara Municipal de São Borja; - Órgão executivo:</p>	<p>2. Acontecimento jornalístico: Data: março/1961 Local: Santa Maria - Nos dias 18 e 19 de março ocorreram as festividades da instalação da USM, o DIA DA UNIVERSIDADE, através da Resolução nº 1/61, como dia festivo em SM. A Rádio Medianeira transmitiu atividades e apresentou o trabalho “Universidade vitória de Santa Maria”. - Dia 20 mar.: homenagens às personalidades que contribuíram com a criação da USM.</p>

<p>- Estadual: Governador do Estado (Eng. Leonel Brizola), Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Habilitação (Dr. Gabriel Brenner), do prof. Clay Hardman de Araújo, Municipal - Dr. Miguel Sevi Viero (Prefeito SM); Prefeito Canoas, Prefeito Cruz Alta, Prefeito Horizontina, Prefeito Porto Alegre, Ministro da Educação e Cultura;</p> <p>- ex-reitores: Jorge Talana (Universidade de Bueno Aires), Eliseu Paglioli (URGS);</p> <p>- Associação Riograndense de Imprensa;</p> <p>- Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda;</p> <p>- instituições de ensino: Fac. de Arquitetura de Porto Alegre, Fac. de Medicina e de Filosofia da USP, Fac. de Medicina da Universidade de Juiz de Fóra, Fac. de Ciências Médicas de Minas Gerais, etc.</p> <p>- Bairro Nossa Senhora de Lourdes;</p> <p>- representante Exército: Major Walter Almeida;</p> <p>- empresa jornalística A Razão (I.2; I.3; I.12);</p> <p>- empresas: Schuch & CIA (VI.1), Casa Lang Ferragens Ltda; Divisão Médico-Científica do Brasil S.A. Philips do Brasil S.A., Hermmann & Cia Ltda, Casa Lohner, Livraria Emacil Editôra, A Soc. Springer, Caixa Econômica Estadual, Retificadora Pelzer Ltda, De Leo S. A., Instituto de Idiomas Yázigi, Pampeiro S.A.;</p> <p>- União Catarinense de Estudantes.</p>	<p>Personagens: eminentes figuras administrativas e do mundo científico do Brasil e do exterior nas festividades:</p> <p>- <u>JMRF</u> (Reitor USM);</p> <p>- Dom Luiz Sartori (Bispo de SM);</p> <p>- reitores: Eliseu Paglioli (URGS), Irmão Otão (PUC);</p> <p>- representante do Governador Estado RS (José Fidelis Coelho);</p> <p>- Ministro Pestana;</p> <p>- diretores de escolas e ginásios;</p> <p>- empresas bancárias;</p> <p>- empresas privadas: Central de Máquinas e Representações Ltda e Pampeiro S.A.;</p> <p>- Franklin Péres, Paulo Moreira (jornalistas do Diários Associados);</p> <p>- José Dutra (Juiz de Direito e Diretor do Fôro);</p> <p>- Miguel Sevi Viero (Prefeito SM);</p> <p>- representantes das unidades escolares;</p> <p>- repres. legislativo: Helvio Jobim, Tarso Dutra e Ariosto Jaeger (deputados PSD), Guido Mondin, Daniel Krieger (senadores);</p> <p>- representante do Exército: generais comandantes da 3ª Divisão de Infantaria e da Artilharia Divisionária;</p> <p>- representantes do ensino superior.</p>
<p>Fontes: telegramas de representantes de autoridades e empresários.</p> <p>- a própria narrativa jornalística.</p>	<p>Fontes: ata da 1ª reunião do Conselho Universitário¹³⁵ (espécie documental Ata).</p>
<p>3. Acontecimento jornalístico:</p> <p>Data: dezembro/1961</p> <p>Local: Santa Maria</p> <p>Churrasco de confraternização USM realizado no Centro Politécnico.</p> <p>Personagens: participação de funcionários e operários USM, <u>JMRF</u> (Reitor USM)/família e docentes.</p>	
<p>Fontes: fotografia</p>	

Fonte: elaboração da autora do trabalho.

Siglas: Associação Pró Ensino Superior (ASPES); Faculdade (Fac.), Santa Maria (SM), Deputado (Dep.), José Mariano Rocha Filho (JMRF), General (Gen.), Santa Maria (SM)

¹³⁵ Portal UFSM - Acervo da UFSM – Disponível em: <<http://www.ufsm.com.br>> Acesso em: 14 de julho 2014

A integração, proposta pelo Reitor José Mariano da Rocha Filho, é observada no elemento analisado **Congratulações/Confraternização**, visualizado no item IV, do acontecimento jornalístico de número 1, com os eventos internos da Instituição. Os eventos aconteciam com frequência, geralmente, como “churrascos de confraternização”, tendo como convidados servidores, acadêmicos e operários que estavam trabalhando na construção da Cidade Universitária.

De acordo com Maissiat (2015), Oliveira (2016) e Silveira (2015; 2016), a confraternização com a comunidade acadêmica, incluindo a participação dos operários, era uma marca do Reitor Mariano Filho, que foi oportunizada pelo Jornal, especialmente no final de dezembro, como festividade de encerramento das atividades.

Na Fotografia 3, é possível visualizar uma das festas de confraternização na USM, ocorrido na Estância do Minuano, com a sua participação juntamente com o Reitor Mariano da Rocha Filho. Segundo Silveira (2015), foram muitos eventos realizados pela Universidade, em alguns momentos com a participação da comunidade.

Fotografia 3 – Churrasco de confraternização



Fonte: Acervo pessoal de José Moacir Silveira Ramos

Congratulando-se com os fundadores, como o professor Mariano da Rocha Filho, e o povo santa-mariense, o Monsenhor Frederico Didonet, referenciou em 27 de dezembro de 1960, que a data de oficialização da USM, dia 18 de dezembro, tornou-se um dia marcante para a Santa Maria, por tornar-se a primeira cidade do interior a ter uma universidade pública e, portanto, referência no ensino. Exaltou também que "Se Santa Maria é a cidade ferroviária, a cidade militar, a cidade do coração do Estado, ela agora passa a ser a cidade universitária. Parabéns Santa Maria!" (DIDONET, 1960, N. 66, p. 2).

No caso da **Instalação oficial da USM**, visualizado no item V, do acontecimento jornalístico de número 2, traz informações sobre o "DIA DA UNIVERSIDADE" em razão dessa data ser relevante para toda a comunidade local e regional, confirmado pela tipologia documental identificada de Ata da 1ª reunião do Conselho Universitário¹³⁶. Um documento, como uma ata, traz o discurso da comunicação escrita oficial, já que é uma universidade pública.

A ata¹³⁷, como documento, traz o relato de um acontecimento, que serve para a comprovação de determinada(s) ação(ões) cumprida(s) ou a ser(em) cumprida(s). Por ser documento de arquivo, apresentam como características "a de ser prova e a de ser informação/testemunho" e, como característica identificadora o "[...] princípio de proveniência (vínculo ao órgão produtor/recebedor/acumulador) e o princípio de organicidade (a coerência lógica e orgânica no contexto de produção, o vínculo aos outros documentos do mesmo conjunto)" (BELLOTTO, 2014, p. 331).

Sendo assim, a ata traz, em forma de relato, as ações tomadas para o desenvolvimento e continuidade das atividades decididas pelos representantes das organizações. Pela sua relevância documental por trazer registros de fatos históricos, tanto para a UFSM como para as demais organizações, é um documento de valor secundário, e, portanto, sendo necessário a sua estocagem. Como prova e testemunho da criação da USM, o Departamento de Arquivo Geral (DAG/UFSM) adota procedimentos arquivísticos para a sua preservação.

A formação e a qualificação passam a ser relevante para o crescimento no Brasil na década de 1960, por isso o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira entendeu que seria oportuno investir na criação de uma universidade no interior, pois geraria desenvolvimento. Conforme aponta Innis (2011) o Estado tem um papel crucial na capacidade de tirar proveito,

¹³⁶ Portal UFSM - Acervo da UFSM – Disponível em: <<http://www.ufsm.com.br>> Acesso em: 14 de jul. 2014.

¹³⁷ Ata é um registro escrito sobre todos os acontecimentos e assuntos debatidos durante uma reunião ou outro tipo de assembleia. Configura-se como uma modalidade textual da linguagem escrita, utilizada principalmente no contexto profissional para manter o registro de decisões e argumentos que foram previamente apresentados durante as reuniões. Portal Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/ata/> Acesso em: 12 abr. 2017.

tanto do indivíduo como da entidade, devendo, porém, evitar o conservadorismo, como uma tendência das instituições educacionais. A inovação era uma marca desta personagem, como a continuidade da sua tradição no ensino, mas com o emprego da tecnologia e o uso correto do solo, por exemplo, uso de mecanismos adequados no remanejamento de plantios.

Talvez esse era o diferencial do Reitor José Mariano da Rocha Filho, pois sempre buscou a inovação, tanto nas suas aulas práticas, com o emprego de tecnologia, como em sua proposição de uma “Nova Universidade”, outro destaque era o seu entendimento de integrar a comunidade com a universidade, uma instituição para todos, sempre com uma visão de uma “universidade moderna”.

No Quadro 9 são apresentadas a continuação das narrativas publicadas no ano de 1961, em duas fases distintas intituladas de **ações de ensino e cidade universitária**, como resultado do desenvolvimento e crescimento da Universidade. Considerou-se a criação de novos cursos, a liberação de recursos financeiros, a contratação de servidores para o andamento das atividades de ensino e, por fim da etapa de construção da Cidade Universitária, em Camobi, na cidade de Santa Maria, RS. Para salientar as ações e a participação da personagem deste estudo foi utilizado o sublinhado.

Quadro 9 – A recuperação dos fatos históricos das ações de ensino e infraestrutura de 1961.

(continua)

ANO 1961 / AÇÕES DE ENSINO E EXPANSÃO NA USM	
VI – Ações ensino	VII – Cidade Universitária (gestão, ampliação e orçamento)
<p>1. Acontecimento jornalístico: Data: janeiro/1961 Local: Santa Maria Colação de grau, em janeiro de 1961. - 32 Médicos formados pela <u>Faculdade de Medicina</u> da USM.</p>	<p>1. Acontecimento jornalístico: Data: janeiro/1961 Local: SM/DF/RJ/SM Contatos com autoridades políticas, visando a organização da Universidade e o incremento no orçamento para a execução do plano de obras universitário, acompanhado de engenheiros.</p>
<p>Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM) e Eliseu Paglioli (Reitor da Universidade de Porto Alegre)</p>	<p>Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), Pres. JK, Jânio Quadros, Engenheiros Valdetaro Amorin (FOMISA), Paraguassu Flores, Rafael Pilar, Edy Paulo dos Santos (Dir. Instituto) e Floriano Dias, autoridades do MEC.</p>

<p>Fontes: fotografias¹³⁸; ata da 2ª sessão do Conselho Universitário DATA: 27 abr. 1961 (lembrando o passamento de dois ex-alunos da Fac. de Medicina, Dr. Ozy Machado Villanova (1ª turma) (sic). Data: 02 jan. 1961</p>	<p>Fontes: Termo de Convênio entre a Universidade de Santa Maria e o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, para a utilização de suas enfermarias no ensino das clínicas da Faculdade de Medicina. (Data: 02 jan. 1961) Obs.: não publicado no jornal</p>
<p>2. Acontecimento jornalístico: Data: março/1961 Local: Brasília/RJ Durante reunião com o novo Presidente Jânio Quadros ficou acertado o funcionamento da Fac. Odontologia. Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), Jânio Quadros, Engenheiros Valdetaro Amorin da Fomisa, Paraguassu Flores, Rafael Pilar, Edy Paulo dos Santos (Dir. do Instituto) e Floriano Dias.</p>	<p>2. Acontecimento jornalístico: Data: janeiro/1961 Local: SM/DF/RJ/SM Reitor JMRF na posse do Presidente Jânio Quadros (21 de janeiro) Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), Jânio Quadros, e Deputado Tarso Dutra</p>
<p>Fontes: a própria narrativa jornalística.</p>	<p>Fontes: ata da 1ª sessão do Conselho Universitário (Data: 16 mar. 1961 (entretanto não abordado o evento de posse)).</p>
<p>3. Acontecimento jornalístico: Data: fevereiro de 1961 Local: Santa Maria Vestibular para os cursos de Medicina, Farmácia, Direito, Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas, Ciências e Letras, Enfermagem e Odontologia (novo). Personagens: professores Amaury A. Lenz (Dir. Fac. de Medicina), Lamartine Souza (Dir. Fac. de Odontologia)</p>	<p>3. Acontecimento jornalístico: Data: abril de 1961 Local: Brasília/DF Jânio Quadros entregou o plano quinquenal para a conclusão da “Cidade Universitária” Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM) e o Pres. Jânio Quadros</p>
<p>Fontes: edital nº 1/1961 publicado no “A Razão”</p>	<p>Fontes: ata da 2ª sessão do Conselho Universitário (Data: 27 abr. 1961).</p>
<p>4. Acontecimento jornalístico: abril/1961 Local: Santa Maria Fundação do Diretório Central dos Universitários Santamarienses, em março de 1961. Personagens: Acad. José Moacir Silveira Ramos como Pres. Diretório Central Acadêmico da USM</p>	<p>4. Acontecimento jornalístico: abril/1961 Entrega da Proposta Orçamentária de 1962, do Pres. Jânio Quadros, ao Reitor da Universidade do Brasil visando conclusão Cidade Universitária Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM) e Ministro Brigido Tinoco (MEC)</p>
<p>Fontes: sem comprovação documental, apenas a narrativa jornalística.</p>	<p>Fontes: ata da 2ª sessão do Conselho Universitário (Data: 27 abr. 1961).</p>
<p>5. Acontecimento jornalístico: 1961</p>	<p>5. Acontecimento jornalístico: abril/1961</p>

¹³⁸ Acervo Arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://fonte.ufsm.br/index.php/farmacia-formatura-turma-1960-06>. Acesso em: 30 mai. 2018

<p>Local: Santa Maria e externo (Brasil).</p> <p>Realização de eventos</p> <p>- USM: junho/1961 - Conferência ministrada em SM, tratando sobre o ensino superior.</p> <p>-Santa Maria: julho/1961 - Exposição Cultural da obra de Rembrandt (apoio USM/A Razão) (VI.7)</p> <p>Personagem: <u>JMRF</u> (Reitor USM) e o palestrante, pelo prof. José de Almeida Rios da Universidade do Brasil e Chefe do Serviço de Segurança Nacional do MEC.</p>	<p>Local: Rio de Janeiro</p> <p>Em visita ao MEC, o Reitor em reportagem ao A Razão, mostrou entusiasmo com o êxito aos planos de trabalhos e o prestígio da USM. Com embaixadores, tratou sobre a viabilidade de concessão de bolsas de estudos para docentes da USM (VII.4). Acertou, em colaboração mútua com as Universidades Brasileiras a visitação do Prêmio Nobel de Química (V.8). Com a CAPES, entendimentos para a concessão de bolsas de estudos (Brasil/exterior). Liberação de verbas à ASPES, pelo empenho do Dep. Tarso Dutra, para dar continuidade nas obras CU. Exposição sobre a vida e obra de Rembrandt.</p> <p>Personagens: autoridades MEC e DASP, <u>JMRF</u> (Reitor USM), Dr. Almir Costa, Dir. CAPES, Dr. R. Hees, embaixador Estados Unidos e Dr. Bastian Knoppers, através do Adido Cultural da Holanda no Brasil.</p>
<p>Fontes :ata da 4ª sessão do Conselho Universitário¹³⁹ (Data: 13 jun. 1961 (Movimento universal para a Universidade)).</p>	<p>Fontes: bolsas: ata da 2ª sessão do Conselho Universitário (Data: 27 abr. 1961); - relatório primeiro ano das atividades USM.</p>
<p>6. Acontecimento jornalístico:</p> <p>Ano: 1961</p> <p>Local: Santa Maria e externo (Brasil).</p> <p>Realização de eventos com a participação do Reitor JMRF</p> <p>- Brasília: 20 jul. 1961 – Encontro dos reitores: reunião com Ministro Brigido Tinoco para discutir a Reforma Universitária e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil.</p> <p>Personagem: <u>JMRF</u> (Reitor USM) abordou participação do aluno, dinamização e vitaliciedade.</p> <p>- Porto Alegre: Palestra realizada na Fac. Odontologia sobre Reforma do Ensino Superior. Contato com Dep. Tarso Dutra para tratar assuntos de ordem orçamentária.</p> <p>- Rio de Janeiro: out. de 1961 – participação na II Jornada Brasileira de Câncer.</p> <p>- Brasília: 28 de nov. de 1961 – Encontro dos reitores (15 dias) (VII – 14)</p> <p>Personagem: <u>JMRF</u> (Reitor USM) - Dep. Tarso Dutra</p>	<p>6. Acontecimento jornalístico:</p> <p>Data: julho/1961</p> <p>Local: Santa Maria</p> <p>Reportagem: O Reitor JMRF concedeu entrevista ao “A Razão” após o Encontro dos Reitores, em seu destino DF/RJ/SM. Comentou sobre pontos debatidos no evento, já apontados no item VI.5. O Reitor enfatizou o interesse do Presidente Jânio Quadros pela solução dos problemas, mesmo diante de conjuntura nacional desfavorável, como aumento do número de alunos matriculados. Já o Quadro de Pessoal da USM, na ocasião, encontrava-se no MEC, para avaliação e aprovação.</p> <p>Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), Presidente Jânio Quadros e o Ministro Brigido Tinoco</p>

¹³⁹ Acervo Arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: http://fonte.ufsm.br/uploads/t/universidade-federal-de-santa-maria-brasil/1/1/11691/ATA_4_CONSU.pdf Acesso em: 18 jun. 2018.

Fontes: ata da 5ª sessão do Conselho Universitário (Data: 17 ago. 1961).	Fontes: a própria narrativa jornalística
<p>7. Acontecimento jornalístico: julho/1961 Local: Rio de Janeiro Reportagem: O Reitor JMRF concedeu entrevista à imprensa santa-mariense, após Encontro dos Reitores em seu destino DF/RJ/SM. Relatou pontos debatidos no evento como a dinamização do ensino superior, ou seja, levar “a Universidade ao povo”, e sobre vitaliciedade, seguindo o preceito constitucional, em que o professor deveria passar pelas fases de instrutor, assistente e livre docência, conseguida por concurso. Também a participação do aluno nos conselhos universitários, congregações, etc. Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM)</p>	<p>7. Acontecimento jornalístico: agosto/1961 Local: Brasília Por determinação do Presidente Jânio Quadros, tanto o Ministro da Educação como o Presidente da COSUPI, prof. Oliveira Junior, deveria efetuar estudos para liberação, no ano de 1962, das necessidades mínimas de funcionamento da USM, publicado no dia 4 de ago. No dia 15 de ago., o prof. Oliveira, em visita a USM, contatou o Reitor JMRF, a partir do interesse do Presidente Jânio Quadros, solicitando a elaboração do Plano Quinquenal para a conclusão da “Cidade Universitária”. Personagens: Presidente Jânio Quadros e prof. Oliveira Junior</p>
Fontes: a própria narrativa jornalística	Fontes: a própria narrativa jornalística
<p>8. Acontecimento jornalístico: Data: julho/1961 Local: Santa Maria Reportagem: Entrevista do Reitor JMRF ao “A Razão”, após Encontro dos Reitores, em seu destino DF/RJ/SM. Comentou sobre os pontos debatidos no evento, já apontados no item VI.5, enfatizando o interesse do Presidente Jânio Quadros pela solução dos problemas encaminhados, mesmo diante de uma conjuntura nacional desfavorável. O Presidente visava aumentar o número de alunos matriculados. Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), Presidente Jânio Quadros</p>	<p>8. Acontecimento jornalístico: Data: agosto/1961 Local: Santa Maria Investimentos financeiros na área médica nos hospitais: Central de Tuberculosos e Astrogildo de Azevedo (Campanha Nacional contra a Tuberculose do A Razão). Entrega das quatro primeiras parcelas da verba ao Orçamento da União (emenda Tarso Dutra) para a conclusão das obras, publicado no dia 10 de ago. Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), A Razão, Manoel V. de Oliveira (Provedor do Hospital Caridade), Dr. Riograndino Denardim (Diretor), Renan Pereiron (Vice-provedor).</p>
<p>Fontes: a própria narrativa jornalística; ata da 5ª sessão do Conselho Universitário (O Sr. Reitor fez um relato de sua viagem ao Rio de Janeiro e Brasília, bem como referente à reunião de Reitores na Capital Federal) (Data: 17 ago. 1961).</p>	<p>Fontes: recebimento de verba, seguindo o Termo de Convênio entre a Universidade de Santa Maria e o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo. (Data: 02 jan. 1961)</p>
<p>9. Acontecimento jornalístico: agosto/1961 Local: Santa Maria O prosseguimento das obras nos hospitais de SM serviu para suprir as necessidades no campo social e do ensino superior na área de medicina (VII.9). Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), Manoel V. de Oliveira (Provedor do Hospital Caridade), Dr. Riograndino Denardim (Diretor), Renan Pereiron (vice-provedor).</p>	<p>9. Acontecimento jornalístico: setembro/1961 Local: Brasília/DF Orçamento de 400 milhões para a USM para o ano de 1962 - em 16 de set.: divulgado a liberação de verbas pela Comissão de Orçamento da Câmara de Deputados, na solenidade do ato de sanção da criação da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras e criação de cargos de professor. Liberado um milhão e 500</p>

	<p>mil cruzeiros para o Hospital Regional de Alienados. Com o COSUPI foi assinado convênio de 4 milhões de cruzeiros.</p> <p>Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), Presidente João Goulart, Tancredo Neves (Primeiro Ministro), Dep. Tarso Dutra, Souto Mayor (Min. Saúde).</p>
Fontes: a própria narrativa jornalística	Fontes: Termo aditivo ao convênio entre USM e o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, para a utilização de enfermarias no ensino das clínicas da Faculdade de Medicina (Data: 30 out. 1961)
<p>10. Acontecimento jornalístico: Data: setembro/1961 Local: Brasília/Santa Maria Oito faculdades e quatro agregadas integram a USM: Presidente João Goulart sancionou a Lei nº 3.958, de 13 de setembro de 1961, de autoria do Dep. Tarso Dutra, criando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fac. Belas Artes; - Fac. Filosofia, Ciências e Letras; - cargos e funções, com 159 cargos de professor catedrático (USM) (VII.10). <p>Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), Dep. Tarso Dutra, Presidente João Goulart.</p>	<p>10. Acontecimento jornalístico: Data: outubro/1961 Local: SM/DF/RJ/SM Crédito de 100 milhões e quadro de pessoal O Reitor JMRF fez, durante viagem de rotina na capital federal e no RJ, a abertura de crédito de 100 milhões de cruzeiros, além de tratativas sobre a aprovação do Quadro de pessoal.</p> <p>Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM) e Presidente João Goulart.</p>
Fontes: Lei nº 3.958, de 13 de setembro de 1961 ¹⁴⁰ ; ata da 5ª sessão do Conselho Universitário (Data: 17 ago. 1961) ¹⁴¹ .	Fontes: a própria narrativa jornalística; ata da 7ª sessão do Conselho Universitário (Data: 24 nov. 1961).
<p>11. Acontecimento jornalístico: 1961 Local: Santa Maria Visitas de eminentes personalidades na USM.</p> <ul style="list-style-type: none"> - setembro: Prêmio Nobel de Química Richard Kuhn, Diretor da Masx Plant de Hyldelberg. Recebeu o Prêmio “Ordem do Cruzeiro do Sul” (VII.5); (VII.10); (VII.12) - outubro: convite ao médico Antonio Prudente e sua esposa, a jornalista Carmem Prudente para abordar o tema Câncer (ver data do Curso) (VI.6) <p>Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM), Richard Kuhn, Antonio Prudente, Carmem Prudente</p>	<p>11. Acontecimento jornalístico: outubro/1961 Local: Rio de Janeiro</p> <ul style="list-style-type: none"> - 27 de out.: entrevista do Reitor JMRF à imprensa carioca, o <i>Correio da Manhã</i> intitulada <i>Santa Maria em 1965 terá a sua Cidade Universitária</i>, durante a II Jornada Brasileira de Câncer (Cancerologia) (VI.11). <p>Temas: <u>padrão</u> (alto padrão de ensino nas aulas práticas da Medicina com o emprego de aparelhagem moderna, além da colaboração de docentes de diversos países do mundo); <u>reforma</u> (carreira do docente, com tempo integral para docente e acadêmico, concessão de bolsas de</p>

¹⁴⁰ Legislação Informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3958-13-setembro-1961-353689-publicacaooriginal-46673-pl.html>. Acesso em: 30 mai. 2018

¹⁴¹ Acervo Arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: http://fonte.ufsm.br/uploads/r/universidade-federal-de-santa-maria-brasil/1/1/11694/ATA_7_CONSU.pdf. Acesso em: 30 mai. 2018

	estudos para carentes); <u>pesquisa</u> (incentivo da sociedade, organizações estatais/ paraestatais via convênios) e SM (inauguração do 1º edifício CU, participação docentes externos - Prêmio Nobel Richard Kuhn). (VI.6; VI.11) Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM)
Fontes: - Kuhn: ata da 6ª sessão do Conselho Universitário (Discussão e aprovação título Prof. “ <i>Honoris Causa</i> ” USM) (Data: 14 set. 1961)	Fontes: a própria narrativa jornalística
12. Acontecimento jornalístico: Data: novembro/1961 Local: Santa Maria Em 23 de novembro foi publicada a notícia Autoridades militares em entendimento com USM , apontando alguns elementos de crescimento da USM: - novos métodos universitários, além da participação de docentes visitantes; - reaproveitamento do NPOR para práticas universitárias e ensino (Fac. de Agronomia). Personagens: prof. Artur Primavesi, Ministro da Guerra, Comandante do III Exército e 3ª. DI; Acadêmico Renan Kurtz (VI.30)	12. Acontecimento jornalístico: Data: novembro/1961 Afirmativa de Tarso: 1963 a USM terá orçamento de um bilhão – Em 7 de nov. foi publicado foto da reunião solene com o Dep. Tarso Dutra e ASPES. Na ocasião foi entregue o valor de vinte milhões de cruzeiros ganhos através de doações recebidas por Dutra e repassados à ASPES. Durante jantar, em sua homenagem, foi comunicado a previsão do orçamento de um bilhão para o ano de 1963. Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM); Dep. Tarso Dutra; prof. Luiz Gonzaga Isaia (Dir. Fac. Ciências Políticas); Prof. Miguel Sevi Viero; Manuel Vitorino de Oliveira (provedor do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo; Eng. Altair Alves (Centro Politécnico); Garibaldi Poguetti (Dir. Inst. Mun. Belas Artes; Edmundo Cardoso (Dir. Esc. de Teatro Leopoldo Fróes; José Marques da Rocha (Fac. de Direito)
Fontes: a própria narrativa jornalística	Fontes: sem comprovação documental, apenas a narrativa jornalística
13. Acontecimento jornalístico: Data: 7 de novembro 1961 Local: Santa Maria Na notícia intitulada Prof. Amaury A. Lenz demitiu-se da direção da Fac. de Medicina , informa a decisão do prof. Lenz (Diretor da Faculdade de Medicina), diante da crise surgida face à situação do Dep. de Clínica Médica - Crise: demissão do prof. Amaury Lenz, assumindo, em 9 de nov., o prof. Lamartine Souza, Diretor da Fac. Odontologia (nos documentos Lens) (VII.12 - AFIRMATIVA DE TARSO: 1963 A USM TERÁ ORÇAMENTO DE UM BILHÃO). Personagens: prof. Amaury Lenz, prof. Lamartine Souza	13. Acontecimento jornalístico: Data: novembro de 1961 Local: Porto Alegre - No dia 7 de nov.: notícia Presidente da FEUSM recebido por JG e LB em S. Borja: aprovação aos programas universitários , o acad. Renan Kurtz esteve em São Borja em contato com o Pres. João Goulart e o Gov. Leonel Brizola para tratar sobre a liberação de cinco milhões de cruzeiros destinados aos programas da FEUSM. Em 9 de nov.: traz o relato do encontro do acad. Kurtz com Brizola para a concessão e confirmação de verba ao Restaurante Universitário (RU) . – No dia 19 de nov.: traz a confirmação, por telegrama, do Gov. Brizola ao acad. Kurtz, autorização do depósito ao RU.

	Personagens: acadêmico Carlos Renan Kurtz; Governador Leonel Brizola.
Fontes: ata da 7ª sessão do Conselho Universitário (comunicação da posse) (Data: 24 nov. 1961). ¹⁴²	Fontes: telegrama concessão de verba ao RU (Data: 06 nov. 1961); ata da 7ª sessão do Conselho Universitário (Data: 24 nov. 1961). ¹⁴³
<p>14. Acontecimento jornalístico: Data: 9 novembro 1961 Local: Santa Maria Convênio da Universidade com a Casa de Saúde da Cooperativa dos Ferrovários com a participação de Tarso Dutra e repres. USM (foto). Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM); Dep. Tarso Dutra; Dr. Faustino Cauduro (CS) 8 de nov.: ocorreram os atos de posse: Fac. Agronomia (prof. Ary B. Costa), com grande reconhecimento em Pelotas*; Politécnica/Engenharia (prof. Edy P. dos Santos); Fac Odontologia e Fac. Medicina (prof. Lamartine Souza) (VII.13). Convênios aditivos assinados com <i>Hospital de Caridade “Astrogildo de Azevedo”</i> e <i>Escola de Enfermagem</i>. 11 de nov. divulgou a reportagem “Universidade de Santa Maria com grande tarefa a cumprir” com o prof. Artur Primavesi. Personagens: <u>JMRF</u> (Reitor USM); prof. Ary Bento Costa; prof. Edy Paulo dos Santos; prof. Lamartine Souza; prof. Artur Primavesi.</p>	<p>14. Acontecimento jornalístico: Data: novembro/dezembro 1961 Local: Santa Maria/Rio de Janeiro/Brasília Durante a ‘reunião de Reitores’ em Brasília o prof. JMRF tratou os seguintes assuntos: Quadro de Pessoal, já que havia sido suspensa a liberação do Quadro (*); liberação de verbas para a Fac. Medicina; Hospitais de Neurologia, Psiquiatria e Tuberculose; verba para a Escola Industrial Hugo Taylor. (*) apoio de vários prefeitos do RS. 19 de dez. - Reunião dos reitores: publicada reportagem (capa) “DASP apoia substancial aumento orçamentário para a Universidade de Santa Maria em 1962” e (verso) “Exitosa viagem realizou Reitor Mariano Filho ao Rio de Janeiro e Brasília” informando sobre os temas tratados: criação da Comissão Nacional de Reforma Universitária, presidida pelo Ministro da Educação e Cultura; aumento de vestibulares e matrículas nas universidades; e, a ampliação do orçamento 1962. (VI.6) Personagens: Pres. João Goulart, <u>JMRF</u> (Reitor USM)</p>
Fontes: ata da 8ª sessão do Conselho Universitário (aprova o Orçamento interno da USM, exercício 1962) (Data: 29 dez. 1961).	Fontes: ata da 8ª sessão do Conselho Universitário (aprova o Orçamento interno da USM, exercício 1962) (Data: 29 dez. 1961).
<p>15. Acontecimento jornalístico: Data: dezembro/1961 Local: Santa Maria - Criação da Fac. Agronomia (Dir. Ary Bento Costa) e Fac. Veterinária (Dir. Corinto Rodrigues Escobar), atividades acadêmicas funcionando a partir de mar. de 1962, conforme notícia de 7 de dez. intitulada “Faculdade de Agronomia já funcionará no próximo ano”. E, no dia 22 de dez., a notícia “Funcionará no próximo ano a Faculdade de Veterinária”.</p>	<p>15. Acontecimento jornalístico: Presidente da FEUSM recebido pelo Presidente João Goulart e Leonel Brizola em S. Borja: aprovação aos programas universitários – (Renan Kurtz tratando assuntos da FEUSM) Personagens: Renan Kurtz (acadêmico)</p>

¹⁴² Acervo Arquivístico da UFSM. Disponível em: http://fonte.ufsm.br/uploads/r/universidade-federal-de-santa-maria-brasil/1/1/11694/ATA_7_CONSU.pdf. Acesso em: 30 mai. 2018.

¹⁴³ Acervo Arquivístico da UFSM. Disponível em: http://fonte.ufsm.br/uploads/r/universidade-federal-de-santa-maria-brasil/1/1/11694/ATA_7_CONSU.pdf. Acesso em: 30 mai. 2018.

<p>- Faculdades federais preparam exames vestibulares para o ano de 1962.</p> <p>- 21 de dez: Fac. Agronomia e Fac. Veterinária formaram o Centro Agrotécnico planejado pelo engenheiro agrônomo Joaquim Mariano da Rocha, na notícia “Intensa atividade da novel Faculdade de Agronomia local”.</p> <p>Personagens: Dir. Fac. Ary Bento (reconhecimento em Pelotas/RS, na notícia de 3 de dez. 1961, “Repercute em Pelotas a criação da Escola de Agronomia”</p>	
<p>Fontes: ata da 9ª sessão do Conselho Universitário (Fac. Agronomia: posse do Dir. Corinho R. Escobar) (Data: 16 fev. 1962);</p> <p>- Decreto-Lei Federal nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961 (criação da Escola Agrotécnica de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul)</p>	<p>Fontes: não encontrada a comprovação documental</p>

Fonte: elaborada pela autora do trabalho.

Siglas: Federação de Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM), professor (prof), Santa Maria (SM), Faculdade (Fac), Governador (Gov.), Cidade Universitária (CU)

A formatura da primeira turma de Medicina, item VI de 1, ocorrida em janeiro de 1960, foi um evento de grande repercussão na cidade, como já salientado neste estudo sobre a tradição da medicina como curso de ensino superior. Como pode ser observado na Fotografia 4, o professor José Mariano da Rocha Filho, participou da cerimônia, porém como Reitor da USM.

Fotografia 4 – Colação de grau 1ª turma Medicina.



Fonte: DAG/UFSM

Conforme observado nos Quadros 6, 7 e 8, a personagem participou quase que em sua totalidade, exceto nas congratulações, item IV, número 2, citado indiretamente por receber os méritos da instalação da USM e, no item VI, nos números 2, 12 e 14, nas ações de ensino, por trazer narrativas jornalísticas sobre o funcionamento e direção de faculdades, como a Faculdade de Agronomia. Também não foi mencionado no item VII, Cidade Universitária, no número 7, referente ao presidente da COSUPI, o professor Oliveira Junior, e a proposição de liberação do ano de 1962, porém estava ligado indiretamente ao tema e, nos números 13 e 14, sobre o Restaurante Universitário e Federação de Estudantes Universitários de Santa Maria.

Esse registro fotográfico faz parte da história da USM e de sujeitos (médicos e docentes) legítimos e, portanto, de toda a sociedade, especialmente a santa-mariense, pois foi um acontecimento relevante para a cidade, tanto por ter sido um evento cultural, como pelo ingresso de novos profissionais para clinicar em seu campo de atuação, que naquele período era insuficiente, principalmente no interior do País. Por fazer parte da história de uma sociedade,

percebe-se que hoje, cada vez mais os indivíduos buscam reconhecer o contexto histórico onde vivem e trabalham, como é o caso de uma instituição de saber.

Na década de 1960, os professores eram reconhecidos e valorizados pelo seu intelecto e qualificação de ensino e titulação e, ainda como aponta Volpato (2009), pela sua capacidade administrativa. Acrescenta-se, ainda, como ocorreu com a personagem do médico e professor José Mariano da Rocha Filho, a sua habilidade em ser um articulador institucional de parcerias políticas educacionais. Porém, para entender qualquer período, Innis (2006) diz que é preciso conhecer o assunto através de pesquisas em materiais, por meio de uma perspectiva baseada nas interações comunicacionais, já que possibilitam o conhecimento da realidade social.

O jornal impresso, resultado das ações de uma entidade compósita, possibilita reunir as informações da vida cotidiana de uma sociedade, porém, compete ao campo da Comunicação apropriar-se do conhecimento teórico e prático das suas atividades jornalísticas. Portanto, o jornalismo viabiliza tais interações comunicacionais como campo intelectual que permite a concepção da história do cotidiano, que Matheus (2011) diz ser de forma linear. Isto é, as narrativas jornalísticas possibilitam a construção da estória a partir de registros diários, cujo objeto de investigação traz a relação tempo (cronológico) e espaço (territórios).

Mas, as narrativas jornalísticas somente podem servir como fonte histórica na reconstrução de estórias se, e somente se, os jornalistas não partiram de invenções, como aponta Charaudeau (2012), já que a profissão de jornalista deve realizar um serviço democrático e, portanto, comum a todos os cidadãos. Existe, contudo, na vida cotidiana uma realidade diferenciada para cada lugar, tanto que os indivíduos desempenham por meio de acordos substanciais suas atividades em distintas micro-relações sociais (MOTTA, 2013).

O processo de comunicação midiática começa na instância de produção, em que o próprio jornalista precisa verificar se a fonte de informação apresenta natureza tendenciosa. Para evitar suspeição, Charaudeau (2012) sugere que o profissional faça indagações sobre o valor de verdade do fato a fim de confirmar se é autêntico, se existe verossimilhança e se o acontecimento é pertinente. Respondendo estas questões, é necessário realizar a etapa de seleção da informação, já que é impossível transmitir todos os fatos. Por isso, nem todo acontecimento irá resultar em uma notícia.

Considera-se fonte de informação, no ato de comunicar, como um “[...] lugar no qual haveria certa quantidade de informações, sem que seja levantado o problema de saber qual é a sua natureza, nem qual é a unidade de medida de sua quantidade” (CHARAUDEAU, 2012, p. 35). Isto é, um fato ocorrido em determinado local sem, entretanto, trazer dados precisos da natureza do problema, nem a intensidade. Como exemplo, um evento de instalação de uma

instituição, como ocorreu na estória da USM, que mesmo sem muitos elementos precisos, de imediato, passa a ser fonte de informação de uma instância de transmissão para um receptor. Forma-se um circuito fechado, do emissor que codifica a mensagem para um receptor que irá decodificar essa mensagem.

Ao mesmo tempo, os fatos a serem narrados são subjetivos, sendo preciso criar mecanismos para assegurar a confiabilidade e o rigor científico na interpretação da objetividade. Os métodos são necessários porque os acontecimentos são “[...] construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiosincrasias” (PENA, 2012, p. 50).

Esse elo transparece na notícia, tanto no discurso como nos elementos gráficos e fotográficos utilizados como recurso ilustrativo na notícia, tornando-se difícil manter uma coerência discursiva do que é real e do que é imaginário, seja para assuntos públicos ou privados. Por outro lado, a forma de mosaico de um jornal traz, numa única edição um agregado de narrativas convergentes, incluindo edições subsequentes, por um determinado período. Essa lógica de produção das narrativas disponibilizadas em mosaico, definiu-se como **conectores narrativos**, que pode servir de paradigma para as três áreas abordadas neste estudo, Comunicação, História e CI (Arquivologia). Como parte do processo de produção das narrativas, o acontecimento publicado hoje - uma pedra numerária - deverá ser conectado ao do dia seguinte - outra pedra numerária - e, assim sucessivamente, formando um mosaico de narrativas de modo linear, que devem ser igualmente relacionados aos documentos comprobatórios de cada acontecimento, fechando o um ciclo da estória através das narrativas jornalísticas.

Recorrendo ao estudo do historiador Santos (2004) sobre a viabilidade do emprego das narrativas jornalísticas como fonte de pesquisa, considera-se que o jornal é classificado como fonte qualitativa diversa por trazer elementos comprobatórios de informação em determinadas sessões, sejam em notícias, reportagens, fotografias, anúncios publicitários, etc. E, se o jornal, incluindo o anuário, a revista e o almanaque são considerados fontes e objetos de estudos patrimoniais, categoriza-se como fontes impensas periódicas (MARTINS, 2015).

As fontes são consideradas primárias e secundárias. As fontes primárias - de primeira mão - são as fontes escritas (manuscritos e impressos), como os documentos oficiais, jornais, revistas, teses, filmes e depoimentos coletados no período em que está sendo realizada a pesquisa. Já as fontes secundárias - de segunda mão - são fontes escritas (manuscritos e impressos) oral e visual, cujo o tema a ser investigado é tratado de modo indireto, contemplando materiais complementares, como é o caso da literatura crítica (ABRÃO, 2002). Para Aróstegui,

contudo, esta definição é contraditória pois uma fonte pode ter duas características, como o exemplo de uma crônica, que pode ser documentação ou bibliográfica, por isso a necessidade do “exercício da crítica das fontes”, exigindo do historiador conhecer como o documento foi criado (2006, p. 497).

A fotografia, por exemplo, é um meio que favorece a identificação de “posturas, atitudes e gestos individuais e coletivos” (MCLUHAN, 1964, p. 220). Talvez por isso, consegue expressar com maior clareza os sentimentos dos indivíduos e sirva como um dos recursos mais empregados na mídia, especialmente nas capas de jornais e revistas.

Analisando o jornal, na visão de Santos (2003), verificou-se que no elemento corporificação, sobre a autenticidade do documento, a fonte de pesquisa pode ser considerada verdadeira uma vez que é produto final da instância de produção, juntamente com seus atores. Por outro lado, deve-se considerar que a mercadoria desenvolvida pela mídia traz um discurso midiático representativo do organismo de informação, isto é, um enunciado ideológico. Isto faz parte da máquina midiática, logo, na instância recepção cabe ao receptor fazer a interpretação do discurso a fim de confirmar ou não a veracidade das informações, mesmo acreditando que a mídia seja transparente, neutra ou factual. O mesmo deve ocorrer com o historiador, comprovar a veracidade da narrativa como fonte de pesquisa (CHARAUDEAU, 2012).

Como historiador precisa identificar e selecionar somente o discurso verdadeiro, na análise de contextualização do documento, para os elementos tempo (cronológico) e lugar (espaço), cultura e autoria deve-se empregar métodos propostos pelo ramo das ciências documentárias, chamada de diplomática (clássica e moderna ou tipologia documental, para comprovação de sua autenticidade e fidedignidade). Bellotto (2014) recomenda examinar a relação existente entre a natureza jurídica do ato (fato) e a sua forma probatória, observando os caracteres (intrínsecos e extrínsecos) como contexto, categoria e estrutura documental, mas sem atentar para o conteúdo do documento.

A diplomática moderna contempla o campo da arquivística, do direito e do direito administrativo, estudando “[...] a gênese, as estruturas e a transmissão dos documentos de arquivo, assim como as suas relações com os fatos/atos/ações neles representados e com o seu produtor, de forma a identificar, avaliar e fazer conhecer a sua natureza” (BELLOTTO, 2014, p. 412). Logo, pode-se afirmar como autêntico por trazer os acontecimentos (atos) em forma de discurso (narrativas) criado pela entidade produtora e seus atores. Outra questão a ser analisada é a origem (entidade produtora) e a utilização como documento de valor secundário (histórico), desde o tratamento até a sua custódia, seja em arquivos, bibliotecas ou centros de documentação. Partindo de sua origem, o jornal como produto resultante da atividade-fim de

uma empresa jornalística, é conceituado como documento arquivístico no arquivo corrente e, se relevante ao pesquisador é considerado um patrimônio documental em instituições de memória (arquivo permanente). É passível, portanto, de ser utilizado como fonte de pesquisa.

Por ser um patrimônio documental é crescente o emprego da fonte jornal em pesquisas e, conseqüentemente, interesse de acumulação em instituições de memória, sejam exemplares antigos, recentes ou mesmo de empresas que encerraram suas atividades. Mas, em razão de suas peculiaridades intrínsecas e extrínsecas é mantido como uma coleção, tratamento documental realizado pela biblioteca. Já no arquivo, seguindo os preceitos arquivísticos, os jornais devem ser organizados em série, dentro de determinado fundo, considerando que o documento arquivístico tem como característica a unicidade (BELLOTTO, 2014), que não se aplica ao jornal. Aliás, como o jornal não apresenta essa característica talvez, por isso, seja visto como coleção, sendo vinculada a hemeroteca, que é um setor especializado em tratar diários e outras publicações periódicas, sejam em bibliotecas ou arquivos.

Atualmente, o uso das TICs vem auxiliando no tratamento documental, por meio do emprego de ferramentas digitais, gerando catálogos *on-line* em portais eletrônicos, visando facilitar a busca pelos materiais (recortes de jornais, jornais, revistas, etc.). Rousseau e Couture (1998) reforça que o uso da tecnologia associado a normalização ou, melhor, a padronização dos instrumentos arquivísticos, favorece a recuperação da informação pela sociedade, no seu caso, a canadense.

Existe um porém na discussão do jornal como documento arquivístico, a sua produção, isto porque tem como tiragem múltiplas cópias, que é uma das características da Biblioteconomia e, não da Arquivologia, que tem na unicidade o elemento chave. Portanto, o correto seria considerar como documento a matriz produzida em chapas de metal onde é confeccionado o jornal, ou então, a cópia arquivada na empresa jornalística, pois o original é o arquivo que vai para a gráfica ou parques gráficos. O mesmo ocorre, hoje, com a mídia digital, em que deve ser considerado como documento o arquivo digital produzido pela empresa.

Ainda sobre o elemento contextualização do documento, referente à questão ideológica e cultural, Pena (2012) diz que os jornalistas selecionam as notícias a partir de critérios próprios, que são impensáveis em razão do meio cultural em que vivem. Existe assim, um interesse social na construção de um discurso, refletido no contrato de comunicação e perceptível dentro de um cenário que apresenta, conforme Charaudeau (2012, p. 67), “[...] restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico”. O discurso, assim, dá origem a um conhecimento que transparece a experiência social, cultural civilizacional do jornalista necessitando por isto, do emprego de instrumentos

científicos e técnicos, como o cálculo, o raciocínio e a análise do discurso de explicitação para a categorização (existencial, evenemencial e explicativa) desse conhecimento (IBIDEM, 2012).

A verificação do elemento identidade do documento depende do órgão produtor que pode ser público, como o Diário Oficial da União ou privado, como o extinto jornal “A Razão”, da cidade de Santa Maria, RS, porque ambos apresentam o elemento da escrita (SANTOS, 2003). A propósito, Innis (2011) já reconhecia que o conhecimento mecanizado era uma fonte de poder, como ocorre com o jornal. Amorim (2012) também, de certo modo, entende ser relevante o papel da imprensa numa sociedade democrática, considerada como o quarto poder porque consegue sugerir a opinião pública. Hoje, no entanto, a partir da influência da internet surgem novos desafios, pois a comunicação está cada vez mais interativa, oportunizando um canal de diálogo responsável pela mobilização das pessoas, principalmente, em processos políticos.

O jornal periódico impresso traz uma identidade própria de cada empresa jornalística, portanto necessitando a sua identificação por meio dos sistemas simbólicos empregados no discurso. Por outro lado, a mídia permite a recuperação de imagens do passado, cotidiano e mentalidades, como objeto de estudo específico. E, por isso, quando declarada como patrimônio cultural é fundamental que a fonte, tanto o suporte como o discurso, seja preservada. E, se de interesse público, por ser testemunho do passado, deve ser realizado um processamento técnico no documento, seja ele arquivístico ou caracterizado como coleção, disponibilizando as informações com o auxílio da automação como meio e veículo como extensão do homem, apontado por McLuhan (1964). As ferramentas empregadas, com o auxílio das TICs, viabilizam a rememoração dos fatos transformados em história exigindo o conhecimento em outras áreas. Na área de Arquivologia, para Rousseau e Couture (1998), já existe o entendimento de ser relevante formar profissionais arquivistas em um contexto de harmonização, convergente com outras disciplinas, como já ocorre com a Biblioteconomia, num movimento interdisciplinar.

Sobre esse movimento, é relevante a existência de um diálogo com outras áreas devido à complexidade simbólica das narrativas incorporando, para Orlandi (2012), as relações de poder de uma sociedade. Esse poder é percebido nas formas simbólicas empregadas nos discursos e, ainda, na distribuição das narrativas por toda a extensão do jornal, talvez por isso, McLuhan (1964) considerava um mosaico. Na arte, o mosaico é formado por pastilhas em materiais como a cerâmica, formando uma imagem. Na mídia impressa é formado por um conjunto de narrativas (com ou sem imagens) dispostas geralmente por temas numa única edição. Opta-se, portanto, pela concepção de **mosaico de narrativas jornalísticas** para o seu agrupamento final. A montagem é finalizada até o seu fechamento – o *deadline*. Além das

narrativas, o jornal de uma entidade não governamental traz, num único plano de perspectiva, o editorial, a publicidade e os classificados, as propagandas, etc.

De modo geral, para Matheus (2011), o jornal traz uma síntese espaço temporal, onde os acontecimentos diários são apresentados numa única edição, com data e páginas correspondentes. Mas, a questão é trazer a realidade com objetividade no Jornalismo, discorrendo os fatos do presente através de conexões, como uma colcha de retalhos, empregando uma linguagem dialógica, mas de modo imparcial e vocacionada ao interesse público (FONSECA, 2014). Já McLuhan (1964), diz ser como um mosaico¹⁴⁴ ou, ainda, uma galáxia na visão de McLuhan (1964), por entender ser uma forma participante.

A complexidade simbólica das narrativas apresentada na forma de mosaico de narrativas jornalísticas surge já no momento de seleção dos valores-notícia, isto porque, antes mesmo da sua produção o jornalista deve consultar os documentos que comprovam os acontecimentos. Porém, Traquina (1999, p. 168) explica que existe um “<<acordo de cavalheiros>> entre o jornalista e leitores” que permite dar confiabilidade a notícia, de tal modo que “[...] os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção”. Parte desse acordo está a fala, por isso a linguagem deve ser compreensível, num modo próprio de falar conhecido por jornalês (TRAQUINA, 2013).

Essa relação do imaginário com o real, a partir da linguagem, permite fazer a “ligação discursiva dos sujeitos”, privilegiando “[...] processos de significação, em que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Ideologia e Inconsciente, materialmente ligados” (ORLANDI, 2012, p. 75). Isto é, o corpo do sujeito traz em si, contudo permeado por uma memória vivenciada nas condições sócio-históricas, os sentidos materializados pela linguagem, que é formulada pelo elo sujeito ideológico e sentido inconsciente. Na materialização, através da mesmidade do reaparecimento, apontado por Ricoeur (2007), com o auxílio dos meios de comunicação, os fatos históricos permanecem na memória dos indivíduos.

O ciclo do processo de produção das narrativas jornalísticas é formado por um encadeamento de fenômenos vividos num contexto socioeconômico, cuja empresa jornalística é influenciada diretamente por fatores internos (instância de produção da informação a partir de um contrato de comunicação e dispositivos) e os externos (instância de recepção formada

¹⁴⁴ É originário de *mosaicon* que significa musa. Essa forma de arte já existe desde os Sumérios, há sete mil anos atrás, revestindo pilastras com cones de argilas coloridas formando uma decoração geométrica fixadas em massa. Os gregos e os romanos utilizaram a técnica do mosaico no auge de suas culturas em decorações de pisos e paredes. Disponível em: <https://www.infoescola.com/artes/mosaico/>. Acesso: 9 abr. 2018.

por sujeitos ideológicos). Parte-se, como ponto inicial desse ciclo, as ações publicadas após seleção dos acontecimentos, com as interferências externas e internas, como idiossincrasia do jornalismo. O ciclo é fechado com a publicação das narrativas nos jornais. Entretanto, diante das interposições, as narrativas somente terão condições de historicidade se for certificada a existência de fidedignidade, com a vinculação de provas documentais, que para Traquina (1999, p. 172) é pertinente e tutelado pela Lei da Imprensa, com a chancela de “não revelar a identidade da sua fonte de informação”.

Para a comprovação, recorre-se aos arquivos, testemunhas e sujeitos - autoridades e especialistas, que se identificam como **conectores narrativos de mantenedores de acervos**. Ou seja, os mantenedores do acervo da empresa jornalística se conectam com outros acervos, sejam organizacionais, institucionais ou pessoais, formando deste modo, um sistema de conectores narrativos facilitada, como apontam Rousseau e Couture (1998), pela gestão cotidiana, que correspondem as fontes de informação mantidas pelos acervos.

A partir dessas reflexões, pode-se afirmar que o jornal pode servir como fonte impressa periódica ao permitir recuperar imagens do passado, cotidiano e mentalidades, como objeto de estudo específico, de tal modo que a narrativa (e seu suporte) precisa ser preservada, quando declarada como patrimônio da cultura por “[...] seu potencial de representação de públicos específicos, visões de mundo e valores particulares da ampla segmentação social do país” (MARTINS, 2015, p. 296). E, se é de interesse público, por ser testemunho do passado, merece atenção especial no seu processamento técnico como documento, seja ele arquivístico ou caracterizado como coleção, disponibilizando as informações com o auxílio da automação como meio e veículo, como extensão do homem, já apontado por McLuhan (1964), como facilitador na recuperação dos acontecimentos que poderão ser transformados em história.

Pode-se afirmar que o jornal, ao ser usado como fonte de pesquisa, pressupõe ser um produto resultante de uma entidade (organismo) constituída por seus atores, cuja identidade ideológica é percebida em seu editorial e na definição dos valores-notícia, que é influenciada instintivamente pelos hábitos mentais dos membros dessa tribo jornalística. Portanto, para os pesquisadores, a matéria-prima utilizada na produção do jornal deve ser verdadeira, observando-se na metanarrativa a existência de uma relação orgânica - das narrativas - entre si. Inclui-se desde os recortes, que trazem acontecimentos do cotidiano ilustrados por imagens e por uma articulação discursiva com mentalidades idealizadas e simbólicas, até a real significação do discurso, tanto que uma personagem que se transforma em um mito, segundo Barthes (1993), poderá ser construído ou destruído a partir da fala (linguagem), compartilhada pelos seus membros em determinada cultura.

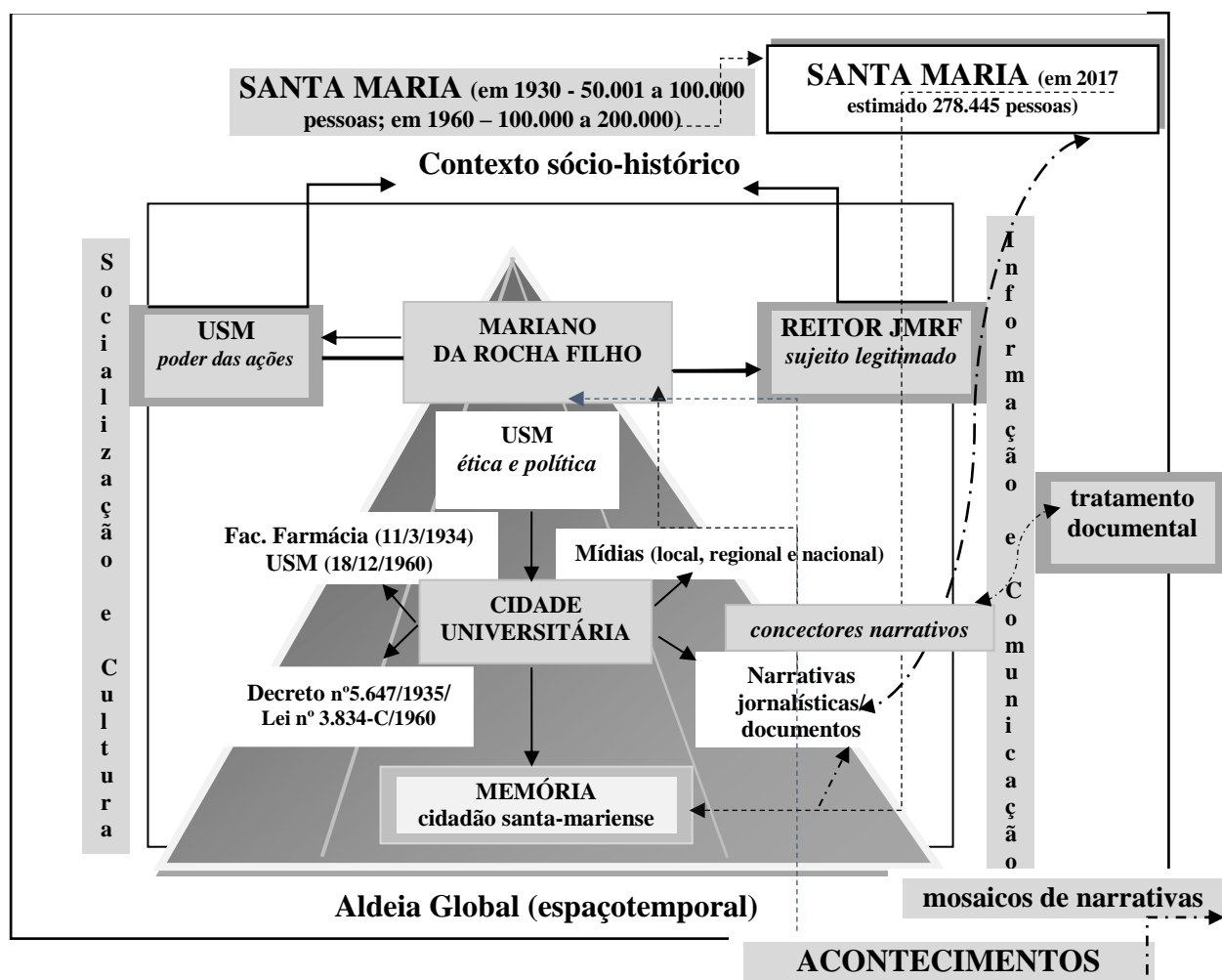
O surgimento de novos suportes de comunicação direcionou ênfases, ora na continuidade no tempo, ora na continuidade no espaço, associando ao poder da opinião pública do produtor, como ocorreu na Inglaterra, depois da Revolução de 1689, a Revolução Gloriosa, que fortaleceu a formação de um comércio editorial forte e, conseqüentemente, o monopólio da indústria editorial. Mas, em razão dos interesses, que surgem diante de um contexto sócio-histórico, geraram influência direta na produção dos jornais ou, a partir de outra mídia, como aconteceu com o rádio (INNIS, 2011). Pode-se afirmar que, no Brasil, ainda existe um monopólio da indústria editorial, mas com tendência espaçotemporal.

No caso analisado, através do estudo das narrativas jornalísticas do “A Razão”, talvez pelos diretores, em determinado momento, atuarem como jornalista na USM, percebeu-se uma fidelidade na narração dos acontecimentos do período de 1960 e 1961, observando, portanto, como recomenda Traquina (2005), baseado em Tuchman (1978), três procedimentos do valor da objetividade no jornalismo para o caso Universidade de Santa Maria, que são: 1º) o que diz respeito as provas, ou seja, se os fatos foram aceitos como verdadeiros, confirmando-se a fidedignidade das narrativas jornalísticas; 2º) o emprego das aspas, ou melhor, o uso de citações através de reportagens que endossam a notícia, que protege a voz do jornalista, que de fato foi utilizado, especialmente para a personagem deste estudo; e, 3º) a estruturação da informação em forma de pirâmide invertida, partindo da definição do *lead* pelo jornalista, que foi utilizada, porém com a adoção do recurso de distribuição em “L”, atualmente em desuso.

A personagem analisada neste estudo, como **sujeito legitimado**, fazia parte de um estado social, cujo estado decorre das ações de sujeitos, segundo Aróstegui (2016). Portanto, em decorrência dos acontecimentos, que geram mudanças, levam ao surgimento de um novo estado. E, em razão dos atos dos sujeitos são produzidas/recebidas fontes de informação que, através dos conectores narrativos, tornam-se a comprovação e a estocagem dos rastros de memória.

Deste modo, recorre-se a Figura 4, ilustração proposta a partir do estudo de concepção de memória institucional, para entender como funciona e se relacionam os elementos que, de fato, rememoram os acontecimentos que tornam-se fatos históricos de uma organização, como parte de sua memória institucional, aqui uma instituição de saber (Figura 35).

Figura 35 – Ações do sujeito x mudanças = novo estado



Fonte – Elaboração da autora do trabalho

Retornando ao ano de 1872, Santa Maria da Bocca do Monte¹⁴⁵, como estado social, tinha uma população inferior a 10.000 habitantes, que começou a despontar somente em 1920, já como cidade de Santa Maria, com uma população de 50.000 a 100.000 habitantes. E, a partir de 1960, a população passou de 100.001 a 200.000, sem alterações até a década de 1980¹⁴⁶. Em 2017 a cidade tem uma população estimada em 278.445 habitantes. Contudo, Santa Maria sofre reais transformações a partir de 1960, já que passa a ter “o título enobrecente de cidade universitária”, para Amaral (2008, p. 283) e, portanto, de um novo estado.

Conforme relato de Oliveira Mesquita (2008), em seu artigo “Ao correr da pena” de 1940, Santa Maria ficou conhecida como: cidade dos estudantes, pelos seus educandários, que eram bem conceituados; cidade dos militares, em razão de sua localização central e, portanto, estratégica, com uma considerável população de militares; e, cidade dos ferroviários¹⁴⁷, igualmente pela sua localização e pela população de ferroviários. Pelo papel relevante dos ferroviários, ficaram conhecidos como monumentos culminantes, pela sua arquitetura, a Escola de Artes e Ofícios da Cooperativa de Consumo, da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, e a União dos Caixeiros Viajantes (IBIDEM, 2008).

Para Callage¹⁴⁸ (2008, p. 189), na publicação intitulada “Através do Rio Grande do Sul (Aspectos e paisagens das regiões missioneira e serrana)”, de 1928, a Escola de Artes e Ofícios da Cooperativa de Consumo destacou-se tanto pela arquitetura como pela “excelência da Escola”, isto porque ensinava um ofício aos filhos dos operários da Viação Férrea. Além de aprenderem um curso elementar tinham, gratuitamente, vestuário, alimentação e cuidados médicos e dentários, inclusive medicamentos (farmácias).

Outros estabelecimentos, de grau secundário e profissional, no setor educacional de destaque em Santa Maria foram citados por Amaral (2008, p. 283), tais como: “Escola Complementar, tendo como diretora a conceituada professora Margarida Lopes; Ginásio Santa Maria, dos Irmãos Maristas; o Colégio Sant’Anna das Irmãs Franciscanas; o Colégio Fontoura Ilha; [...] e o Colégio Centenário, todos de reconhecido prestígio [...]”.

¹⁴⁵ Portal IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/historico> Acesso em: 13 jul. 2018.

¹⁴⁶ Portal IBGE. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980> Acesso em: 13 jul. 2018.

¹⁴⁷ A cidade é centro de três ramos principais da Viação Férrea do RS: “Santa Maria-Porto Alegre, Santa Maria-Marcelino Ramos, Santa Maria-Uruguaiana, em que se encontra o ramal Cacequi-Marítima” (SOUZA BRANDÃO, 1930, p. 198).

¹⁴⁸ Fernando Oliveira Callage: cronista, historiador, sociólogo e ensaísta, trabalhou como funcionário do Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo.

Para Canter¹⁴⁹ (2008, p. 274), a cidade destacou-se no ensino, cuja Universidade de Santa Maria foi a “conquista máxima, pela primeira vez no Brasil penetrando em cidade interiorana”, projetada “numa complexa atmosfera de cultura”. Destacou, no setor artístico e literário, as seguintes personalidades locais: Edmundo Cardoso, no teatro; Eduardo Trevisan, na pintura; Chico Ribeiro, na poesia; e, Fernando do Ó, na literatura (escritor espírita).

A concretização da finalização da primeira fase da Cidade Universitária, juntamente com a da Biblioteca Central “Manuel Marques de Souza – Conde de Porto Alegre”, ocorreu em 3 de setembro de 1972, com uma extensa agenda de solenidades inaugurais, com a participação de autoridades brasileiras e estrangeiras. Na ocasião foi apresentado o filme “Inauguração da 1ª fase do Campus da Universidade Federal de Santa Maria”.

No ensino, ainda hoje, a UFSM ganha destaque, como vem ocorrendo com o Colégio Politécnico da UFSM que, segundo o Diretor do Colégio, professor Valmir Aita (2017)¹⁵⁰, pelo “quinto ano consecutivo” é reconhecida como a melhor instituição de ensino médio do Rio Grande do Sul. O *ranking* é definido a partir das notas obtidas pelos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em 2017, o resultado foi baseado através do levantamento do jornal Folha de São Paulo, já que o Ministério da Educação não apresentou os resultados por escola.

Para entender o caso da USM, o estado social da cidade de Santa Maria tinha como característica uma cidade interiorana que buscava o desenvolvimento, porém sem muitas perspectivas diante da política centralizadora pelo investimento em grandes capitais, como São Paulo. Porém, diante da luta da ASPES, liderada pelo professor José Mariano da Rocha Filho e, oportunizado pela intenção do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira de reaproximação do interior com a capital, juntamente com a colaboração e participação efetiva de parlamentares gaúchos nesse intento, especialmente no ensino superior, os acontecimentos sucedidos foram transformando Santa Maria numa cidade de referência na educação.

Esses sujeitos legitimados nas narrativas da estória da USM participaram efetivamente dessa transformação e, portanto, deixaram lembranças rememoradas através de materiais, como conectores narrativos, que permanecem estocados em locais distintos, como o Arquivo Municipal de Santa Maria, o da própria Instituição, sob supervisão do DAG/UFSM, arquivos pessoas, etc. Por isso, se houve mudanças, mais fatos históricos permanecem na lembrança dos indivíduos, necessitando assim, da preservação, a partir do tratamento documental, da sua memória institucional, conforme relato de Ritzel:

¹⁴⁹ Rita Canter: professora, cronista e ensaísta.

¹⁵⁰ UFSM na mídia. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=42309> Acesso em: 24 jul. 2018.

Poucos como professor Mariano da Rocha construíram uma trajetória de realizações tão intensas que transformaram a vida para melhor de tantas pessoas. Quando ele nasceu, há exatos 103 anos, em 1915, Santa Maria tinha três mil habitantes e era apenas um centro ferroviário com um bom comércio. Hoje é um polo nacional de ensino, pesquisa e tecnologia com cerca de 300 mil pessoas e continua crescendo a olhos vistos. E a fagulha inicial de tudo isto foi a obstinação de um professor chamado carinhosamente de Marianinho¹⁵¹ (RITZEL, 1º fev. 2018).

Vivendo numa Aldeia Global, o professor Mariano da Rocha Filho, como sujeito legitimado, manteve-se atuante em sua luta por uma “Nova Universidade”, inclusive, buscando parcerias, contribuições e trocas com outros países. Desses entendimentos, especialmente com universidades europeias, convidou “[...] professores e visitantes que emprestassem conhecimento técnico-científicos, destacando, desta forma, os Cursos e a Universidade de Santa Maria” (ISAIA, 2006, p. 237).

Como professores convidados que lecionaram na Universidade, mesmo antes de sua criação, Isaia (2006) citou a vinda, no início de 1958, dos professores austríacos Richard Wasicky, que lecionava Bioquímica, e Robert Joachimovitz, que lecionava Farmacologia. O professor Mariano da Rocha Filho convidou o Doutor Wasicky¹⁵² para assumir a Direção do Instituto de Bioquímica e o Doutor Joachimovitz para a Direção do Instituto de Farmacologia. Manteve, também, diversos convênios entre UFSM e instituições alemãs, culminando com a “Conferência de Reitores ‘Alemães e Brasileiros’”, no início de maio de 1967, cujo acontecimento, de repercussão nacional e internacional “foi destacado pela mídia brasileira e alemã” (IBIDEM, 2006, p. 330).

Muitas dessas ações foram noticiadas em mídias, resultando em uma parceria com o “A Razão”. O jornal como documento, serviu como facilitador na reconstrução da estória da USM, partindo do entendimento de Berger e Luckmann (2011) sobre a distância - espacial e temporal - de realidades distintas no aqui e agora de uma comunidade típica de capital e outra interiorana a ser apresentado no contexto sócio-histórico. As experiências de ensino observadas em outros países, resultou no convite de José Mariano da Rocha Filho, em 1989, para “participar da administração da Universidade no cargo de Assessor de Assuntos Internacionais”, na gestão do Reitor eleito Tabajara Gaúcho da Costa (BARICHELLO, 1993, p. 23).

Em razão do sujeito legitimado, deste estudo, apresentar uma identidade forte (CANDAUI, 2012), cabe ao historiador retornar ao passado. O retorno é possível a partir da imaginação dos fatos, cujo presente é remetido ao passado, atribuindo-se significação dos fatos,

¹⁵¹ RITZEL, Ricardo, Portal APUSM. Os 20 anos da morte do fundador da UFSM. Disponível em: <https://www.apusm.com.br/2018/02/um-gigante-chamado-marianinho/> Acesso em: 13 jul. 2018.

¹⁵² Ex-Reitor da Universidade de Viena (Áustria) (ISAIA, 2006).

tais como: “continuidade/descontinuidade, ciclo/linearidade, distinção em períodos ou em eras” (RICOEUR, 2007, p. 165). Ou seja, os mortos de outrora, que agiram e sofreram, já foram vivos e o seu presente é que irá auxiliar no entendimento do futuro das gerações futuras, que é associado ao conceito de transmissão e/ou herança. Talvez por isso, segundo o teórico, é uma tarefa difícil para os historiadores se libertarem do fator espaço e, sobretudo, do tempo da memória (IBIDEM, 2007).

O mecanismo de extensão ocorre a partir de conexões entre os neurônios, as sinapses que são ligações, geralmente associações com o auxílio de dois ou mais sentidos, a partir das lembranças. Se, de fato, a lembrança for relevante para o indivíduo pela sua cultura, ideologia ou tradição, a memória de curto prazo pode ser transformada em memória de longo prazo no hipocampo. Existe a memória individual, que cada sujeito irá construir diante de suas vivências pessoais ou sociais, e a memória coletiva, construída de maneira grupal, cuja repetitividade, ou mesmo memorização de fatos, torna-se fundamental para a construção da *anamnese*.

A conjuntura apresentada em razão da criação e instalação de uma instituição com fins sociais, como a educação, somente é possível por ser efetivada pelas ações de sujeitos, que Habermas (2004) escreveu estar relacionada com sua natureza e tradição, que geram muitas informações armazenadas no sistema nervoso humano. Estas informações tornam-se lembranças que, por sua relevância, constituem-se em memória individual e coletiva, desde que não sejam apagadas e, sim armazenadas no hipocampo dos indivíduos, que Ricoeur (2007) chama de “rastros cerebral ou psíquico dos indivíduos”. E, caso as lembranças estejam em profundo estado letárgico, deve-se recuperar ao rastro escrito, recorrendo-se a conectores narrativos para a (re)construção da sua memória institucional.

A mídia passa a ser fundamental, associada ao emprego de recursos midiáticos, na concepção de fenômenos sociais e, por conseguinte na memorização dos fatos, por meio dos **conectores narrativos**. Logo, pode-se afirmar o jornal como autêntico, pois traz os atos (acontecimentos passados) em forma de narrativas (discurso e sistema simbólico) criadas pela entidade produtora e suas personagens. Outra questão a ser analisada para fins de pesquisa é sua origem (entidade produtora) e sua utilização como documento de valor secundário (histórico), desde o tratamento até a sua custódia, seja em arquivos, bibliotecas ou centros de documentação. Partindo de sua origem, os mosaicos de narrativas jornalísticas, o jornal, representado na Figura 42, confeccionado em suporte papel, é um produto resultante da atividade-fim de uma empresa jornalística. É um documento arquivístico no arquivo corrente e, se relevante ao pesquisador, um patrimônio documental no arquivo permanente sendo, portanto, passível de ser utilizado como fonte de pesquisa.

6 CONCLUSÃO

A educação, como parte dos campos sociais, é considerada um fenômeno social por favorecer, através da cognição, a compreensão e percepção de novos conhecimentos, habilitações e comportamentos em determinadas organizações ou grupos que vivem em sociedade. Quando amparada por legislação e políticas públicas, aliadas ao emprego de estratégias comunicacionais na formação e aprendizado técnico dos indivíduos, a educação favorece o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. Por isso, a transferência de saberes, já existentes ou novos conhecimentos resultantes de pesquisas científicas, serviços, assessorias, etc., possibilita o crescimento de indivíduos que buscam qualificação, trazendo benefícios e transformações à sociedade que são gerados pelo desenvolvimento científico e tecnológico local.

Neste estudo investigaram-se as narrativas jornalísticas do jornal “A Razão” sobre a Universidade de Santa Maria (USM) e a estória construída pelas ações das personagens da USM, como instituição do saber, localizada na cidade de Santa Maria, RS, como viabilidade da reconstrução da sua memória institucional de modo fidedigno. Localizada no interior do RS, na década de 1960, a cidade era conhecida como núcleo ferroviário e militar, com um grande potencial na formação educacional, no entanto, como no restante do Brasil, sem investimentos suficientes na qualificação dos profissionais. O médico e professor José Mariano da Rocha Filho, juntamente com um grupo de pessoas criou a Associação Santa-Mariense Pró Ensino Superior, a ASPES, para o fomento da interiorização do ensino superior. Pensando na concretização do seu ideal, Mariano da Rocha reuniu forças políticas, como o Deputado Federal Tarso Dutra e o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Era do interesse da comunidade o desenvolvimento socioeconômico da cidade que, como tantas outras interioranas desse mesmo período, viam o crescimento apenas na naquelas da parte central do Brasil, carecendo de melhorias na sua infraestrutura.

A mídia, especialmente o jornal, tinha um papel significativo na sociedade e, portanto, voz ativa através da linguagem, dita por Traquina (2013), como o jornalês, disseminando os acontecimentos cotidianos da comunidade em distintas situações espaçotemporais. O jornal “A Razão”, por visar o desenvolvimento de Santa Maria, também se posicionou favorável, por meio de seus editais, à criação de uma universidade. Além disso, oportunizou a divulgação de artigos dos cidadãos envolvidos no movimento pró-Universidade, como o de Oscar Mombach, conhecido como Irmão Gelásio. Seus jornalistas cobravam da comunidade um empenho nesse

movimento, em apoio à luta da personagem, como protagonista desta estória, o professor José Mariano da Rocha Filho.

A estória da USM começou a acontecer a partir de um encontro da ASPES, juntamente com o Reitor Eliseu Paglioli, da URGs, com o intento de trazer uma universidade para a cidade. Após o empenho de todos os membros, sob o comando do seu Presidente, José Mariano da Rocha Filho, a realidade ganhou força com o apoio de políticos da esfera estadual e federal, e da mídia, uma vez que a personagem deste estudo recorria aos jornais para divulgar ou cobrar o posicionamento de autoridades competentes sobre a questão do ensino superior em Santa Maria. O rádio também foi utilizado como recurso estratégico de comunicação pela personagem.

Existiram dois momentos de maior interesse do jornal “A Razão”, em número de narrativas jornalísticas divulgadas, e conseqüentemente, com o apoio da comunidade local e externa, como a comunidade científica: o da criação da USM e da sua instalação. O ideal começou a ser concretizado com a aprovação do Projeto de Lei, do Deputado Federal Tarso Dutra que, após passar por todas as instâncias do Legislativo, com o apoio do Senador Daniel Krieger, foi efetivado em 14 de dezembro de 1960, quando foi criada a USM, pela Lei Federal nº 3.834-c. A aprovação ocorreu em 18 de dezembro de 1960, durante cerimônia realizada na cidade de Goiânia, DF, quando da sanção do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Enquanto a sua instalação oficial ocorreu em 18 de março de 1961, numa solenidade conduzida pelo Reitor fundador da USM, Mariano da Rocha Filho, no Cine Glória de Santa Maria, RS.

Nesta estória muitas personagens tiveram destaque, inclusive na família do Reitor José Mariano da Rocha Filho, mas na história de uma sociedade, não há espaço para muitos, pois esses indivíduos apresentam características que são únicas, como liderança e qualificação, que no caso de uma instituição de saber, como a USM, são fatores determinantes na definição da protagonista dessa estória. Para o seu estabelecimento, optou-se pelo emprego dos critérios de memória da personagem jornalística, como proposta de análise, contemplando o “seu ser” e o “seu fazer”, recomendado por Reuter (2007) a partir de Hamon (1972).

Definiu-se deste modo, duas personagens de destaque, o Deputado Federal Tarso Dutra, como político atuante na área da educação, como característica do “seu ser”, que participou do movimento pró-Universidade, com a elaboração do Projeto de Lei de criação e, ativamente na concretização da criação da USM e, ainda, no seu ato de instalação. Mesmo após a efetivação da existência da Instituição, engajou na busca por novos investimentos e verbas para a construção da Cidade Universitária e tratativas para o seu funcionamento. Já pelo lado da Instituição, a personagem de destaque é o Reitor Fundador José Mariano da Rocha Filho, que

participou igualmente de todas as etapas, exceto as atividades legislativas de competência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No entanto, como um sujeito legitimado, buscou o apoio político em suas ações, fator na concretização do ideal de interiorização do ensino superior. É importante salientar que ele era a personalidade local que fomentou a criação da ASPES e das forças locais.

A escolha da personagem José Mariano da Rocha Filho deve-se por ser um sujeito legitimado pela comunidade política educacional e acadêmica, cujas lembranças passaram a ser petrificadas, tornando-se, portanto, memórias institucionais da USM a partir das ações da protagonista. A personagem Mariano Filho foi construída a partir das narrativas jornalísticas do “A Razão”, fazendo parte das memórias da sociedade santa-mariense e, como aponta McLuhan (1964), do sistema sensorial dos indivíduos. A personagem Tarso Dutra permaneceu recorrente nas narrativas jornalísticas por um certo período e, após, percebeu-se o esquecimento da sua contribuição e, assim, como personagem que fez parte da história da Instituição e, conseqüentemente, da cidade de Santa Maria. Recomenda-se, portanto, um estudo sobre o Deputado Federal Tarso Dutra, sob outra ótica de análise de interpretação.

Talvez o esquecimento da personagem Tarso Dutra seja porque parte das informações são perdidas diante de tantos acontecimentos diários na Aldeia Global, permanecendo na memória dos indivíduos somente informações que sofrem interferências, que Ricoeur (2007) diz ser a mesmidade de reaparecimento. É preciso, todavia, realizar um estudo para a sua confirmação e interpretação, partindo do entendimento que uma identidade é criada a partir das pedras numerárias (CANDAUI, 2016), cuja personagem reaparece, com ou sem regularidade, somando as interferências afetadas por um determinado contexto sócio-histórico, vivido pelo sujeito legitimado em sua trajetória na estória.

Já a protagonista deste estudo, permanece petrificada em documentos e monumentos, como parte da memória para Le Goff (1984). Recentemente, em 15 de dezembro de 2017, como reconhecimento pelo seu empenho na criação da USM, na entrada da Instituição e ao lado do brasão da Instituição, foi instalado o letreiro intitulado de “Cidade Universitária Prof. José Mariano da Rocha Filho”. Muitas foram as condecorações, tanto nacionais como internacionais, recebidas em forma de prêmios e honrarias. Por isso, provavelmente, surge um mito. Sugere-se a continuidade do estudo da personagem José Mariano da Rocha Filho, porém na categoria de mito, seguindo o entendimento de Barthes (1972), tanto na construção como desconstrução de sua imagem, servindo-se assim, de conectores narrativos contemplando até os dias atuais.

Os mosaicos de narrativas jornalísticas, cujos meios/suportes, incluindo também a fala, tornaram-se elementos integrantes na construção de um fenômeno social, num determinado

contexto histórico, dá forma à memória social e cultural de um grupo ou sociedade, resultando na estocagem de conectores narrativos de mantenedores de acervos, em que cada participação do sujeito legitimado é diferenciada numa esfera de ações distintas em razão do contexto sócio-histórico.

O silêncio pode ser entendido como o não querer lembrar, seja por um acontecimento trágico vivido pelo indivíduo ou em razão de condições desfavoráveis do uso dos sentidos, como o entorpecimento do sistema sensorial na captação de novos saberes. Entende-se deste modo, que os meios de comunicação contribuem para que o silêncio não seja permanente, pois disponibilizam fatos jornalísticos em diferentes mídias, trazendo os acontecimentos desconhecidos pelo indivíduo, seja ele leitor, ouvinte ou telespectador tanto na atualidade quanto nos arquivos. Constrói memórias fortes (CANDAUI, 2016), a partir de narrativas de cunho histórico, servindo para rememorar os fatos históricos e os mitos. E ainda oportunizam, sobretudo a mídia jornal, servir de fonte de pesquisa para os especialistas por divulgar os acontecimentos, numa organização espaçotemporal, dispostos como pedras numerárias (CANDAUI, 2016), cujas narrativas jornalísticas são distribuídas num modelo de mosaico (MCLUHAN, 1964), numa linearidade própria de quem tem papel histórico (MATHEUS, 2011).

Por isso, a aceitação do jornal como fonte de pesquisa, merece uma atenção especial na visão de algumas áreas, já que é preciso ter acesso aos documentos para ajuizar se a fonte é autêntica e, com isso, o testemunho do passado seja neutro. Para ser neutro, o jornalista também deve ser um ser igualitário, no entanto, como qualquer outro indivíduo é um ser ideológico. Na reconstrução da estória por meio de narrativas jornalísticas é necessário, portanto, a seleção das narrativas jornalísticas fidedignas, que podem ser consideradas como fontes de informação basilares para a recuperação da memória institucional a partir das personagens jornalísticas.

As narrativas jornalísticas podem, portanto, fazer parte da história de uma instituição, como um documento fidedigno, porém deve-se realizar estudos paralelos, como o apresentado nesta tese, para verificação das informações, se apresentam veracidade e, recorrer aos conectores narrativos como testemunho dos acontecimentos que se tornam, no presente e no futuro, fatos históricos. Se as lembranças estão registradas em suportes materiais, fica mais fácil a rememoração dos fatos através da linguagem, até porque com a evolução tecnológica, surge um novo perfil de indivíduo, o tecnoalfabetizado, conectado com as TICs. Esse indivíduo tem acesso diário e rápido a quaisquer informações, podendo se comunicar, em âmbitos espaçotemporais distintos e de modo simultâneo, apenas, conforme já previa McLuhan na década de 1960, a partir da projeção instantânea, mas sem filtros, do sistema nervoso central.

Pactuando com este pensamento, Pereira (2011) acrescenta, ainda, que as linguagens funcionam como meio de comunicação, porque possibilitam, a partir de uma ordem de informações, por meio da sintaxe e da semântica, a continuidade de uma cultura.

Mas, a cultura sofre constantes transformações em razão de ações dos sujeitos, como apontou este estudo. Santa Maria apresentava como característica estrutural de cidade interiorana na década de 1960. Chega ao ano de 2018 com uma estrutura de cidade de médio porte, de acordo com o censo IBGE 2017, sendo considerada a quinta cidade do Estado no quesito de número de habitantes. O crescimento e desenvolvimento da cidade ocorreu, especialmente, após a criação da USM, intensificando com os investimentos do Programa REUNI. A cidade é a quinta mais bem colocada em taxa de alfabetização¹⁵³ para maiores de 25 anos e taxa de escolarização, juntamente com o índice de educação do ano de 2010 dos municípios com mais de 100 mil habitantes, assim como, o *ranking* entre os mesmos.

Portanto, a personagem deste estudo traz a comprovação como fenômeno humano e social, como parte da memória da sociedade, permanecendo no sistema sensorial dos indivíduos, mas como aponta Innis (2006), em registros comunicacionais e documentais, num tempo e espaço que vai além do passado, com o auxílio das TICs, previstas de modos diferentes por McLuhan (1964), até mesmo pelo seu interesse na manutenção e estocagem dos arquivos.

A memória dos indivíduos ou da coletividade faz parte de um ciclo espaçotemporal que não cessa, se o indivíduo do presente passa a ser um agente da memória de outras gerações passadas. Estocando e preservando informações para a geração futura, contribuirá para uma dinâmica cultural socioeconômica, que permite manter a sua natureza e tradição, mesmo que ocorram transformações por razões adversas, como uma revolução. E, assim, com o auxílio de mecanismos de preservação, difusão e de acesso, a partir do emprego de tecnologias de comunicação, o ciclo não cessa. Deste modo, a memória institucional de uma instituição somente é possível de ser construída a partir da adoção de políticas de preservação de documentos que viabilizam a construção, a partir dos fatos integrados numa amplitude espaçotemporal, à história dessa instituição. A história é construída a partir das ações de sujeitos movidos por ideais. Assim, este trabalho abre caminho para novos estudos, onde as fontes como o jornal, por ser um objeto transdisciplinar, precisam ser revisitadas por novos olhares.

Apesar das transformações, os documentos, independente do suporte e do gênero documental, auxiliam na manutenção da identidade cultural dos indivíduos num lapso espaçotemporal, com a função institucionalizada de trazer ao público a informação. A sua

¹⁵³ <http://santamariaemdados.com.br/3-indicadores/indicadores-sociais/>

produção é planejada com composições discursivas dispostas em espaços determinados que, muitas vezes, são fabricadas de modo a inclinar-se para a forma mosaico, por oportunizar ao leitor ser participante (MCLUHAN, 1964).

Todo sujeito, como cidadão santa-mariense, seja de nascimento ou por opção, traz lembranças sobre os acontecimentos que foram vivenciados por uma coletividade, como parte dos rastros psíquicos ou cerebral (RICOEUR, 2007). No entanto, quando o acontecimento é registrado em jornais, como parte do rastro documental, fortalece a memória coletiva de uma sociedade.

Como conector narrativo, o jornal busca manter sua confiabilidade perante ao receptor, mesmo que com liberdade de expressão. Por isso, se possível, deve-se recorrer, de modo interdisciplinar, a comprovação dos fatos, com a apresentação dos documentos originais, seja fonte primária, secundária e/ou terciária. Deste modo, se carregado de verdade, isto é, o fato foi um acontecimento verdadeiro, a narrativa jornalística poderá ser empregada como uma fonte de informação, auxiliando na reconstrução de lapsos de memória.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Janete. **Pesquisa & História**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2002. 68 p.
- AMARAL, Átilla Duarte do. Santa Maria do meu tempo. In: **Santa Maria: relatos e impressão de viagem** José Newton Cardoso Marchiori; Walter Antonio Noal Filho (Org.) 2 ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Bauru: EDUSC, 2006, p. 303-354.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva** – 4ª ed. Revista ampliada, Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009. 218 p., il., 21 cm.
- BARBOSA, Marialva Carlos. **ALCAR – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia: uma dupla história**. Global Media Journal 1 Brazilian Edition, 2009, Vol. 1, n. 1 – Primavera, p. 1-10. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/gmj/article/view/545/379>.
- _____. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARICHELO, Eugenia Mariano da Rocha (Org.) **Visibilidade midiática, legitimação e responsabilidade social**. Santa Maria: Facos/UFSM. [Brasília]: CNPq, 2004. 366 p.
- _____. **Comunicação e Comunidade do Saber**. Santa Maria: Palotti, 2001, 196p.
- _____. **Universidade e Comunicação**. Santa Maria: FACOS UFSM: FAPERGS: CNPq, 1998, 115 p.
- _____. Introdução. In: **A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993. 120p.
- _____. **Relações comunicacionais entre a universidade e a sociedade**. Revista Iberoamericana de Educación. N. 33/5, ISSN: 1681-5653. Disponível em: http://rieoei.org/edu_sup28.htm Acesso: 3 abr. 2017
- _____. **A Comunicação da universidade: identidade, legitimidade e territorialidade na cena da nova ordem tecnocultural**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP5BARICHELO.PDF>. Acesso em: 27 março 2017.
- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.
- _____. **O Tempo dos Historiadores**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.
- BARTHES, R. **Mitologias**. Tradução Rita Buongermino [et al.] 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014
- BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: VOZES, p. 143-167, 2007.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 33 ed., Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Vozes: Petrópolis, 2011.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **The social construction of reality**: a triatise in the sociology knowledge. 33 ed., Middlesex, England: Penguin Books, 1991.

BERTOLLI FILHO, C. **História social da tuberculose e do tuberculoso**: 1900-1950 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 248p. Antropologia & Saúde collection. ISBN 85-7541-006-7.

BELTRÃO, Romeu. **Santa Maria**: o passado pitoresco, em prosa fluída! Silvia Carneiro Lobato Paranaense, Valter Antonio Noal Filho (Org.). Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2018.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. <<Mito, registro e ‘estórias’>>: explorando as qualidades narrativas das notícias>> In: TRAQUINA, Nelson (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e <<estórias>>*. Tradução Luís Manuel Dionísio. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Decreto nº 267, de 1º de dezembro de 1961. Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis que menciona. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=373367&id=14300323&idBinario=15664166&mime=application/rtf> Acesso em: 7 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 3834-C, de 14 de dezembro de 1960. Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3834-C.htm. Acesso em: 24 out. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 322 p.

_____. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980, 480 p. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1981_num_22_4_3455. Acesso em : 04 jun 2018.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutemberg à Internet. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CALLAGE, Fernando Oliveira. Através do Rio Grande do Sul (Aspectos e paisagens das regiões missioneira e serrana). In: **Santa Maria**: relatos e impressão de viagem José Newton Cardoso Marchiori; Walter Antonio Noal Filho (Org.). 2 ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008.

CANTER, Rita. Vida cultural de uma cidade. In: **Santa Maria**: relatos e impressão de viagem José Newton Cardoso Marchiori; Walter Antonio Noal Filho (Org.). 2 ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 100p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COOK, Terry. **What is Past is Prologue: a History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift.** *Archivaria* 43, Spring 1997, p. 17-63. Disponível em: <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12175/13184>

COOK, Terry. **Archives as Media of Communication.** Disponível em: <https://www.collectionscanada.gc.ca/innis-mcluhan/030003-4040-e.html>. Acesso: 30 março 2017

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães (1997) **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica.** Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf> Acesso em: 6 fev. 2018.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Org.) **Memória, Cultura e Sociedade.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; Jô Gondar (Org.) **Por que memória social?** 1. ed. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. 379 p.: il.; 23 cm. (Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial, ISSN 1676-2924; v. 9, n. 15)

DUARTE, Maria Izabel Mariano da Rocha. **José Mariano da Rocha Filho: fotobiografia.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014.

ERBOLATO, Mário L. **Jornalismo Gráfico: Técnicas de Produção.** São Paulo: Edições Loyola, 1981.

ERICSON, R., BARANEK, P., CHAN, J. **Visualizing Deviance: a Study of News Organization.** Toronto: University of Toronto Press, 1987.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social Memory: New Perspectives of the Past,** Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

FONSECA, Valéria de Castro; MOTA, Célia Ladeira **Memória e acontecimento jornalístico: o caso Malhões.** Disponível em: <https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/36958/Pages%20from%20Derechos%20Humanos%20Emergentes%20y%20Periodismo-1-19.pdf;sequence=1> Acesso em: 23 fev. 2017.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no *College de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/4456>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOETHE UNIVERSITÄT FRANKFURT Portal Memory Studies: Harold Innis, the Northern Frontier, and the Making of Cultural Memory in Canada. Disponível em: <http://www.memorystudies-frankfurt.com/events/harold-innis/> Acesso em: 8 jan. 2018

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1. ed., 13. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008, 323p.

GOMES, Nilo Sérgio **Em busca da notícia: memória do Jornal do Brasil de 1901.** In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Org.) **Mídia e Memória.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2004, 295 p.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. _____. *O futuro da natureza humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian <<A produção social das notícias: O mugging nos media>> In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e <<estórias>>**. Tradução Luís Manuel Dionísio. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAMON, Phillipe. **Pour un statut sémiologique du personnage**. In: *Littérature*, nº6, 1972. *Littérature*. Mai 1972. pp. 86-110; doi : 10.3406/litt.1972.1957 Disponível em:

http://www.persee.fr/docAsPDF/litt_0047-4800_1972_num_6_2_1957.pdf. Acesso em: 3 nov. 2017.

HEYER, Paul; CROWLEY, David. Prefácio. In: INNIS, Harold A. **O viés da comunicação**. Tradução e notas de Luiz C. Martino Petrópolis: RJ Vozes, 2011.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luis Carlos; FRANCA, Vera V. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 41-54.

INNIS, Harold A. **O viés da comunicação**. Tradução e notas de Luiz C. Martino. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

INNIS, Harold A. **The Bias of communication** University of Toronto Press: Toronto Buffalo London, 2006.

ISAIA, Luiz Gonzaga. **UFSM: memórias**. Santa Maria, RS: Luiz Gonzaga Isaia, 2006.

ISDF: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

JACQUES, João Cezimbra. **Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul**: precedida de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. 2ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014, 236 p.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008. 380p.

LAGE, Leandro. O acontecimento é o passado da notícia? In: ANTUNES, Bruno; VAZ, Paulo (Org.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

_____. *Jornalismo e o dever de memória*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiografia-da-midia/jornalismo-e-o-dever-de-memoria>> Acesso em: 28 maio 2015.

_____. **Jornalismo, memória e esquecimento: o massacre de Realengo na retrospectiva de Veja**. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/514/449>> Acesso em: 28 maio 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. [et al.] 3ª ed. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1994.

LUCA, Tania Regina de; PINSKY Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2014

KOMFUR, Fiona; TU, Sicong. **Health Check: can your brain be 'full'?** Disponível em: <https://theconversation.com/health-check-can-your-brain-be-full-40844> Acesso em: 30 jan. 2018.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio (Org.) **Santa Maria: relatos e impressões de viagem**. 2. Ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008.

MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **UFSM: a nova universidade**. Porto Alegre: ASPES/GLOBO, 2011.

_____. **A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993. 120p.

MARTINS, Ana Luiza; PINSKY Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.) **O Historiador e suas fontes**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINO, Luiz C. Prefácio à edição brasileira. In: INNIS, Harold A. *O viés da comunicação*. Tradução e notas de Luiz C. Martino Petrópolis: RJ Vozes, 2011.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: A formação do homem tipográfico** Tradução Leônidas de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

_____. **Os meios de comunicação: como extensões do homem (*Understanding media*)**. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1964.M

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **Guerra e Paz na aldeia global**. Tradução: Ivan Pedro de Martins, Rio de Janeiro: RECORD,1971

MELO, José Marques de, LAURINDO, Rosiméri, ASSIS, Francisco de (Org.) **Gêneros Jornalísticos: Teoria e práxis**. Blumenau: Edifurb, 2012.

MENDONÇA DE, Roseane Souza, PINTO, Fabio Assis. **Memória institucional por meio da organização documental de fotografias**. Revista Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 90-110, mar./ago. 2016.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. <<As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimento de Rotina, Acidentes e Escândalos>> In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e <<estórias>>**. Tradução Luís Manuel Dionísio. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

MOTA, Célia Maria Ladeira. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. Fábio Henrique Pereira, Dione Oliveira Moura e Zélia Leal Adghirni (Org.) In: **Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. LAGO, Cláudia; Benetti, Márcia (Org.) In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

_____. **Narratologia:** análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das musas, 2004.

_____. **Análise crítica da narrativa.** Brasília: Editora de Brasília, 2013.

_____. A narrativa como linguagem jornalística (entrevista realizada após o evento V Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação (SIPECOM, Santa Maria). Disponível em: <<http://site.ufsm.br/noticias/exibir/9266>> Acesso em: 23 fev. 2017.

NASSAR, Paulo. **Relações Públicas:** a construção da responsabilidade histórica e o resgate da memória institucional das organizações³. ed. São Caetano, do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro, RJ: Editora Senac Rio, 2012.

OLIVEIRA MESQUITA, Pedro Salles. Ao correr da pena. In: **Santa Maria:** relatos e impressão de viagem José Newton Cardoso Marchiori; Walter Antonio Noal Filho (organizadores). 2 ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; LAGAZZI, Suzy Rodrigues (Orgs.) **Introdução às ciências da linguagem:** Discurso e textualidade. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso:** Princípios & Procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Discurso em Análise:** Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, ENI Pulcinelli; LAGAZZI, Suzy Rodrigues (Orgs.) **Introdução às ciências da linguagem:** Discurso e textualidade. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015

ORRICO, Evelyn. **A memória da divulgação científica:** um discurso informal. Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas. Ano 09, n. 14, 2012

PERUZZOLO, Adair Caetano. **Elementos de semiologia da comunicação.** Bauru: Edusc, 2004.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA, Vinicius Andrade. **Estendendo McLuhan:** da Aldeia à Teia Global – Comunicação, Memória e Tecnologia. Porto Alegre: Sulina, 2011. 216 p.

REUTER, Yves. A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração/ Yves Reuter; Tradução Mario Pontes – Rio de Janeiro: DIFEL, 2007. 190 p.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e memória:** a produção dos sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A mídia e o lugar da história.** Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113010121113A%20midia%20e%20o%20lugar%20na%20historia%20%20%20Ana%20Paula%20Goulart%20Ribeiro.pdf Acesso em: 28 maio 201

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução: Alain François et. Al.. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação:** questão comunicacional e formas de sociabilidade. 3 ed. Editorial Presença: Lisboa, 2001, 224 p.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil.** Florianópolis, 2007, 280 p.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Tradução: Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RUST, Leandro Duarte. A “Terceira Geração dos Annales” e o exorcismo do tempo. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/855/335>. Acesso em: 21 set 2016

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <http://doczz.com.br/doc/553660/mem%C3%B3ria-institucional--uma-revis%C3%A3o-de-literatura---crb>. Acesso em: 06 fev. 2018.

SANTOS, Joél Abílio Pinto dos. **O acesso à documentação dos arquivos públicos como razão e contra-razão de estado e a produção do conhecimento histórico-social no mercosul**. 2003. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

SCOLARI, Carlos A. *Más allá de McLuhan: Hacia una ecología de los medios*. In:

SCOLARI, Carlos A. **Ecología de los medios**. Mapa de un nicho teórico. Quaderns del CAC 34, vol. XIII (1), junio 2010. p. 17-25. Disponível em: http://www.cac.cat/pfw_files/cma/recerca/quaderns_cac/Q34_Scolari_ES.pdf. Acesso: 13 abr. 2015

SEIXAS, Lia. **Gêneros jornalísticos: partindo do discurso para chegar à realidade**. In:

MELO, José Marques de; LAURINDO, Roseméri; ASSIS, Francisco de (Org.) **Gêneros Jornalísticos: teoria e práxis**. Blumenau: Edifurb, 2012.

SILVA, Antônio Sebastião da. **Mídia e Política: narrativas de Veja na construção do sentido político-ideológico sobre a América Latina, entre 2008 e 2012 (2015)** Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19041/1/2015_AntonioSebastiaodaSilva.pdf Acesso em: 23 fev 2017.

SILVA, Juremir Machado da. **Os suportes da comunicação: entre meio e o poder**. São Paulo, Ano 7, nº 1, jan./jun. 2013, p. 47-57. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/viewFile/430/pdf>. Acesso: 1 maio 2015.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: por uma teoria da comunicação linear e em rede**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 268 p.

_____. **Comunicação: um campo em apuros teóricos**. Matrizes, São Paulo, ano 5, n. 2, jan.-jun., 2012, p. 11-27.

_____. **O ethos midiaticizado**. In: Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. 4ª ed. Petrópolis: RJ Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Disponível em: <http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf> Acesso: 13 set. 2016

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e <<estórias>>**. Tradução Luís Manuel Dionísio. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3ª ed. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2013.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO) Portal Memory of the World. Marshall McLuhan: The Archives of Future. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-5/marshall-mcluhan-the-archives-of-the-future/> Acesso em: 8 jan. 2018.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Administração da Vida Científica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

WATSON, Alexander John. Prefácio à 2ª edição. In: INNIS, Harold A. **O viés da comunicação**. Tradução e notas de Luiz C. Martino Petrópolis: RJ Vozes, 2011

WEBER, Max. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada**. Os pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

JORNAIS

ACONTECIMENTO máximo da vida santa-mariense: Juscelino sancionará hoje em Goiania USM. **A Razão**, N. 58, Santa Maria, 18 dez. 1960, p. 8.

A CRIAÇÃO da U.S.M. foi o acontecimento máximo do ano. **A Razão**, N. 68, Santa Maria, 31 dez. 1960, p. 8.

A IMPORTÂNCIA da “Frente Interna” da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 155, Santa Maria, 14 abr. 1961, p. 6.

ALCANÇARAM grande brilhantismo as festas de instalação da USM. **A Razão**, N. 135, Santa Maria, 21 mar. 1961, p. 8.

AMANHÃ a instalação do Centro Politécnico. **A Razão**, N. 171, Santa Maria, 29 jun. 1960, p. 8.

AMANHÃ à noite a inauguração da Feira Internacional do Livro. **A Razão**, N. 7(?), Santa Maria, 16 out. 1966, p. 6.

APÓIO DE Jânio à esforço Universitário de Sta. Maria. **A Razão**, N. 239, Santa Maria, 29 jul. 1961, p. 4.

APOIO financeiro do Estado à Escola de Agronomia de Sta. Maria. **A Razão**, N. 47, Santa Maria, 4 dez. 1960, p. 9.

ASSINADO Convênio entre USM e o Hospital “A. de Azevedo”. **A Razão**, N. 224, Santa Maria, 12 jul. 1961, p. 6.

AULA inaugural: Faculdade de Belas Artes de Santa Maria. **A Razão**, N. 171, Santa Maria, 05 mai. 1963, p. 8.

- BELTRÃO, Romeu. Universidade de Santa Maria e o espírito universitário. **A Razão**, N. 134 (2ª secção), Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 1.
- BERNARDI, Helios. Santa Maria deve ter e terá a sua Universidade. **A Razão**, N. 246, Santa Maria, 30 set. 1960, p. 2.
- BRASIL lidera a campanha contra o câncer: prof. Mariano Filho. **A Razão**, N. 15, Santa Maria, 26 out. 1961, p. 8.
- BRILHANTEMENTE desenvolvida a primeira aula da Faculdade de Odontologia pelo prof. Daniel. **A Razão**, N. 140, Santa Maria, 26 mar. 1961, p. 8.
- CAIXA ECONOMICA ESTADUAL. Saudação. **A Razão**, N. 134 (2ª secção), Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 3.
- CAMPANHA em favor de verbas da Universidade recebe ampla cobertura do Congresso Nacional. **A Razão**, N. 192, Santa Maria, 31 maio 1963, p. 2.
- CIDADE Universitária. **A Razão**, N. 150, Santa Maria, 07 abr. 1964, p. 6.
- CHEGOU o Reitor Mariano da Rocha. **A Razão**, N. 14, Santa Maria, 25 out. 1961, p. 1.
- CHURRASCO de confraternização na U.S.M. **A Razão**, N. 68, Santa Maria, 31 dez. 1961, p. 8.
- CONCENTRAÇÃO Escolar dia 19 em homenagem à instalação da USM. **A Razão**, N. 129, Santa Maria, 14 mar. 1961, p. 1.
- CONCURSO Nacional de Piano está alcançando grande êxito. **A Razão**, N. 178, Santa Maria, 13 maio 1965, p. 6.
- CONFERÊNCIA do Reitor: Mariano Filho em Pôrto Alegre. **A Razão**, N. 259, Santa Maria, 23 ago. 1961, p. 8.
- CONGRATULAÇÕES com a U.S.M. **A Razão**, N. 141, Santa Maria, 28 dez. 1961, p. 8.
- DEPUTADO Tarso Dutra visitará Santa Maria no próximo dia 25. **A Razão**, N. 75, Santa Maria, 6 jan. 1961, p. 6
- DIA 18 de março a instalação da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 114, Santa Maria, 24 fev. 1961, p. 8.
- DIDONET, Monsenhor Frederico. Parabéns a Santa Maria! **A Razão**, N. 66, Santa Maria, 27 dez. 1960, p. 2.
- DOAÇÃO À USM. **A Razão**, N. 102, Santa Maria, 22 fev. 1962, p. 2.
- DUTRA, Tarso. Tarso: Breve o PSD gaúcho anunciará a sua definitiva pacificadora. **A Razão**, N. 108, Santa Maria, 17 fev. 1961, p. 8.
- DUTRA, Tarso. Tarso: Universidade, obra imensa em período de tempo tão reduzido. **A Razão**, N. 134, Santa Maria, 19 fev. 1961, p. 8.
- ELABORAÇÃO do Plano Quinquenal da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 253, Santa Maria, 15 ago. 1961, p. 8.
- EM FASE dinâmica de organização a Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 66, Santa Maria, 27 dez. 1960, p. 3.

ENTUSIASMO pela criação Instituto Politécnico. **A Razão**, N. 161, Santa Maria, 19 jun. 1961, p. 8.

EXITOSA viagem realizou Reitor Mariano Filho ao de Rio de Janeiro e Brasília. **A Razão**, N. 58, Santa Maria, 18 dez. 1961, p. 6.

FACULDADE de Belas Artes iniciará dia 18 seus exames vestibulares. **A Razão**, N. 128, Santa Maria, 19 jun. 1963, p. 6.

FACULDADE de Agronomia já funcionará no próximo ano. **A Razão**, N. 72, Santa Maria, 7 dez. 1961, p. 8.

FESTA de confraternização na Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 53, Santa Maria, 3 jan. 1961, p. 8.

FUNCIONAMENTO efetivo da Faculdade de Direito pelo Decreto Nº 47.436. **A Razão**, N. 47, Santa Maria, 15 jan. 1960, p. 8.

GENERAL ALVES, Osvino Ferreira. Vigorosas manifestações de apóio à criação da universidade local. **A Razão**, N. 71, Santa Maria, 19 fev. 1960, p. 8.

GOULART, João. Orçamento de 400 milhões para a Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 279, Santa Maria, 16 set. 1961, p. 8.

HOJE a fundação do Diretório Central de Estudantes da U.S.M. **A Razão**, N. 141, Santa Maria, 28 mar. 1961, p. 3.

HOJE a instalação solene da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 133, Santa Maria, 18 mar. 1961, p. 1.

HOMENAGEADO o Reitor Mariano Filho. **A Razão**, N. 62, Santa Maria, 29 dez. 1962, p. 6.

INAUGURADO O GABINETE DE IMPRENSA: USM. **A Razão**, N. 157, Santa Maria, 1º maio 1962, p. 8.

INÍCIO em breve das obras do Hospital das Clinicas da USM. **A Razão**, N. 248, Santa Maria, 22 ago. 1962, p. 6.

INSTALAÇÃO da Universidade de Santa Maria: Eminentes figuras da administração e do mundo científico deverão estar presentes. **A Razão**, N. 118, Santa Maria, 1º mar. 1961, p. 8.

INSTALAÇÃO da U.S.M. é o acontecimento máximo do ano. **A Razão**, N. 132, Santa Maria, 17 mar. 1961, p. 4.

INSTALAÇÃO da U.S.M. **A Razão**, N. 135, Santa Maria, 21 mar. 1961, p. 8.

INSTALADA solenemente ontem a Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 134, Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 8.

INSTITUTO Politécnico. **A Razão**, N. 72, Santa Maria, 5 fev. 1960, p. 1.

INTENSA atividade da novel Faculdade de Agronomia local. **A Razão**, N. 60, Santa Maria, 21 dez. 1961, p. 6.

INTERESSE pelos Atos de Instalação da Universidade a 18 de março. **A Razão**, N. 117, Santa Maria, 28 fev. 1961, p. 8.

IRMÃO GELÁSIO. Aspectos da Universidade. **A Razão**, N. 134 (2ª secção), Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 1.

ISAIA, Luiz Gonzaga. Universidade: fator de progresso. **A Razão**, N. 134 (2ª secção), Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 1.

J. M. SILVEIRA RAMOS, presidente do Diretório Central Acadêmico da USM. **A Razão**, N. 146, Santa Maria, 4 abr. 1961, p. 7.

MARIANO DA ROCHA FILHO, José. FACULDADE DE MEDICINA: Fala à reportagem de A RAZÃO o professor Amaury A. Lenz. **A Razão**, N. 129, Santa Maria, 14 mar. 1961, p. 8.

_____. Reforma do Ensino Superior é Inadiável: diz Reitor da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 237, Santa Maria, 25 jul. 1961, p. 8.

_____. Mariano Filho: - relevante papel das Faculdade do interior em benefício do Progresso Cultural Riograndense. **A Razão**, N. 74, Santa Maria, 23 fev. 1960, p. 8.

_____. Prof. Mariano: - Universidade de Santa Maria é o início de uma nova era. **A Razão**, N. 54, Santa Maria, 14 dez. 1960, p. 8.

_____. Prof. Mariano: - acusam-me de desejar mais uma universidade federal para o Rio Grande do Sul **A Razão**, N. 58, Santa Maria, 1960, p. 8.

_____. Prof. Mariano Filho - Universidade de Santa Maria será escrava da lei: sabemos de nossas responsabilidades. **A Razão**, N. 62, Santa Maria, 18 dez. 1960, p. 8.

_____. A Universidade de Santa Maria (1º de uma série). **A Razão**, N. 199, Santa Maria, 2 ago. 1960, p. 5.

_____. A Universidade de Santa Maria (2º de uma série). **A Razão**, N. 200, Santa Maria, 3 ago. 1960, p. 2.

_____. Universidade de Santa Maria (3º de uma série). **A Razão**, N. 213, Santa Maria, 19 ago. 1960, p. 2.

_____. A Universidade de Santa Maria (4º de uma série). **A Razão**, N. 242, Santa Maria, 24 ago. 1960, p. 5.

LIBERADA verba de 93 milhões para a U.S.M. **A Razão**, N. 188, Santa Maria, 26 mai. 1963, p. 1.

MENSAGEM dos jornalistas gaúchos ao Reitor da USM. **A Razão**, N. 166, Santa Maria, 12 mai. 1962, p. 6.

MISSÃO da USM na Europa. **A Razão**, N. 45, Santa Maria, 12 mai. 1962, p. 6.

NOMEADOS os primeiros diretores das faculdades de Agronomia e Politécnica. **A Razão**, N. 26, Santa Maria, 9 nov. 1961, p. 8.

O MAIOR acontecimento na vida santa-mariense: J.K. sancionará Universidade de Santa Maria próximo dia 18. **A Razão**, N. 53, Santa Maria, 13 dez. 1960, p. 8

ORÇAMENTO da USM no ano de 1965. **A Razão**, N. 175, Santa Maria, 8 mai. 1964, p. 6.

PAGLIOLI: mus aplausos a Santa Maria pela grande realização. **A Razão**, N. 134, Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 8.

PEDRA fundamental do Hospital dos Alienados: discurso do Reitor. **A Razão**, N. 27, Santa Maria, 9 nov. 1962, p. 8.

PERSONALIDADES asseguram sua presença nas festas da U.S.M. **A Razão**, N. 126, Santa Maria, 10 mar. 1961, p. 8.

PREPARATIVOS para instalação da USM. **A Razão**, N. 131, Santa Maria, 16 mar. 1960, p. 8.

PROBLEMA na instalação da Faculdade de Agronomia e Veterinária no próximo anos. **A Razão**, N. 229, Santa Maria, 07 set. 1960, p. 8.

PROF. AMAURY A. LENZ demitiu-se da Fac. de Medicina. **A Razão**, N. 24, Santa Maria, 7 nov. 1961, p. 8.

PROF. JOSÉ MARIANO participará da Reunião de Reitores: Brasília. **A Razão**, N. 223, Santa Maria, 11 jul. 1961, p. 8.

PROMOVIDA pela ASPES. **A Razão**, N. 116, Santa Maria, 26 fev. 1961, p. 8.

QUATRO faculdades da USM ameaçadas de fechamento por falta de verbas. **A Razão**, N. 179, Santa Maria, 15 mai. 1963, p. 6.

RÁDIO Medianeira no dia da Universidade. **A Razão**, N. 132, Santa Maria, 17 mar. 1961, p. 4.

REGRESSOU Reitor Mariano: plano de obras terá grande incremento. **A Razão**, N. 91, Santa Maria, 26 jan. 1961, p. 8.

REIS, Bispo Dom Antonio. A Universidade para S. Maria tem o vulto da fundação de uma nova cidade. **A Razão**, N. 73, Santa Maria, 21 fev. 1960, p. 3.

REITOR Mariano da Rocha avalia as atividades da U.S.M. no ano que passou. **A Razão**, N. 71, Santa Maria, 05 jan. 1962, p. 1.

REITOR Mariano Filho concedeu entrevista à imprensa carioca. **A Razão**, N. 16, Santa Maria, 27 out. 1961, p. 6.

REITOR da U.S.M. na posse de Jânio. **A Razão**, N. 93, Santa Maria, 28 jan. 1961, p. 3.

REPERCUTE em Pelotas a criação da Escola de Agronomia (U.S.M.). **A Razão**, N. 46, Santa Maria, 03 dez. 1961, p. 1.

RESULTADO objetivo da recente viagem do Reitor da Universidade de Santa Maria ao Rio e Brasília. **A Razão**, N. 98, Santa Maria, 3 fev. 1961, p. 8.

RIOS, José de Almeida. Telegrama de Agradecimento do prof. José Rios ao Reitor da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 213, Santa Maria, 28 jun. 1961, p. 6.

SÁBADO festivo em todo o município de Santa Maria. **A Razão**, N. 131, Santa Maria, 16 mar. 1961, p. 8.

SACCHIS, Napoleão. A grande meta visada por Santa Maria: A Universidade! **A Razão**, N. 219, Santa Maria, 26 ago. 1961, p. 2.

_____. A nova universidade (Boletim informativo da USM). **A Razão**, N. 222, Santa Maria, 06 jun. 1963, p. 2.

_____. Velho Tabu Quebrado. **A Razão**, N. 134, 2ª secção, Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 1.

SANTA MARIA deve e terá a sua Universidade. **A Razão**, N. 246, Santa Maria, 30 set. 1960, p. 2.

SANTA MARIA saudou a chegada do primeiro Reitor da U.S.M. **A Razão**, N. 63, Santa Maria, 24 dez. 1960, p. 6.

SANTOS, Helio Helbert dos. Meu filho, a universidade. **A Razão**, N. 134, 2ª secção, Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 2.

SATISFAÇÃO nos meios universitários: Faculdade de Belas Artes de Santa Maria. **A Razão**, N. 274, Santa Maria, 10 set. 1961, p. 8.

SÊLO comemorativo à Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 121, Santa Maria, 4 mar. 1961, p. 8.

SERÁ lançada hoje a pedra fundamental do Hospital de Clinicas da USM. **A Razão**, N. 58, Santa Maria, 18dez. 1962, p. 1.

SOLENIDADE na U.S.M.: entrega do coração-pulmão artificial. **A Razão**, N. 107, Santa Maria, 28 fev. 1962, p. 6.

TARSO DUTRA e a ASPES. **A Razão**, N. 24, Santa Maria, 07 nov. 1961, p. 8.

TARSO: - Breve O PSD gaúcho anunciará a sua definitiva pacificação”. **A Razão**, N. 108, Santa Maria, 17 fev. 1961, p. 8.

TARSO: - Universidade, obra imensa em período de tempo tão reduzido. **A Razão**, N. 134, Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 8.

TREVISAN, Eduardo. Universidade de Santa Maria. **A Razão**, N. 134 (2ª secção), Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 1.

UNIVERSIDADE: Todas as comissões aprovam o projeto Tarso Dutra. **A Razão**, N. 42, Santa Maria, 29 nov. 1960, p. 8.

UNIVERSIDADE **A Razão**, N. 62, Santa Maria, 18 dez. 1960, p. 1.

UNIVERSIDADE **A Razão**, N. 124, Santa Maria, 08 mar. 1961, p. 3.

UNIVERSIDADE de Santa Maria com grande tarefa a cumprir. **A Razão**, N. 28, Santa Maria, 11 nov. 1961, p. 8.

UNIVERSIDADE de Santa Maria: Programa festivo da Instalação. **A Razão**, N. 129, Santa Maria, 14 mar. 1961, p. 8.

VIAJA o prof. Mariano Filho levando importantes assuntos. **A Razão**, N. 41, Santa Maria, 28 nov. 1961, p. 8.

VIERO, Prefeito Miguel Sevi. Entusiasmo pela criação Instituto Politécnico. **A Razão**, N. 161, Santa Maria, 19 jun. 1961, p. 8.

APÊNDICES

Apêndice A – QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DE 1960 (PARCIAL)

Ano	Mês	I. Movimento pró-Universidade	II. Ato de criação	III. Festividades/ congratulações
1960 Criação da USM	janeiro		1. Funcionamento da Faculdade de Direito pelo Decreto nº 47.436 - <i>Irmão Gelásio assumiu a direção da Faculdade – Regressou do Rio - Encerramento de matrícula</i>	
			2. SANTA MARIA: COROAMENTO DE SUA FACULDADE DE MEDICINA (Exposição de Produtos Farmacêuticos)	
			3. INSTITUTO POLITÉCNICO – Nota - Solenidade de Medicina com inauguração do bloco do IP pelo Sr. Tarso Dutra	
			4. Nota - <i>Vagas de vestibular Direito</i>	
	fevereiro	1. GOVERNO E REITOR PAGLIOLI APÓIAM MOVIMENTO PRO UNIVERSIDADE DE SM (capa) - Universidade de Santa Maria apoio do Reitor Paglioli e do governador interino - <i>Porto Alegre, 16, Entrevista com o governador e Reitor URGs – apoio de A Razão</i>		
		2. AMPLA E SIMPÁTICA REPERCUSSÃO OBTÉM A IDEIA DA UNIVERSIDADE - <i>Grandes vantagens das Faculdades locais na concretização da oportuna iniciativa</i>		
		3. VIGOROSAS MANIFESTAÇÕES DE APOIO À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE LOCAL - <i>Manifestam-se de maneira incisiva o Comandante do III Exército, o Presidente da Assembléia do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Reitor da PUC</i>		
		4. A Universidade para SM tem o vulto da fundação de uma nova cidade - <i>Histórico pronunciamento de D. Antonio Reis, Bispo Diocesano sobre a campanha que vem despertando mais vivo interesse - foto</i>		

		5. Mariano Filho: relevante papel das Faculdades do interior em benefício do Progresso Cultural Riograndense - <i>Reitor Eliseu Paglioli possui uma admirável folha de serviços em favor da interiorização do ensino superior</i>		
		6. DESTINO UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA de Belmonte de Abreu – geografia central (espaço)		
		7. APOIO DO PRESIDENTE DA SOCIEDADE DE MEDICINA À CRIAÇÃO DA USM - Oportuno o pronunciamento do Prof. Coser		
março		8. O SENTIDO DA UNIVERSIDADE de Alberto Walter de Almeida da Faculdade de Economia de SM	5. CENTRO POLÍTECNICO: UMA OBRA DE EXPRESSÃO INTERNACIONAL (capa/foto) - Centro Politécnico de Santa Maria: uma obra de expressão internacional – <i>Avança a construção da primeira unidade de ensino e pesquisa, marco inicial de um grandioso empreendimento no setor de ensino</i>	
		9. DO MEU TUNEL... O ANJO GABRIEL DA UNIVERSIDADE de Romeu Beltrão		
		10. Universidade de Santa Maria merece o amplo apôio do povo riograndense – <i>Declaração de (Dep.) Fernando Ferrari sôbre assuntos da atualidade gaúcha e nacional...</i>		
abril		11.A universidade é uma imposição do progresso de SM! , de Napoleão Sacchis (descentralização do ensino)		
		12. Universidade de Sta Maria - Nota - Melhoria da mentalidade e esforço comum dos santamarienses em torno da causa abraçada. (que se traduz em benefícios práticos para nossa terra – A Razão).		

Apêndice B - QUADRO PROGRAMAÇÃO DO ATO DE INSTALAÇÃO

		DATAS		
HORÁRIO		18 de março	19 de março	20 de março
PROGRAMAÇÃO DO ATO DE INSTALAÇÃO DA USM	A partir das 6 horas	6:00 horas – Despertando a população com a Banda de Clarins da Polícia Militar Montada nas ruas centrais da cidade.	8:00 horas - Na Catedral Diocesana de SM foi realizada uma missa solene. Esquadilha da Força Aérea Brasileira (FAB) - Realização de uma série de evoluções sobre o céu da cidade de SM para homenagear a Universidade com suas iniciais (USM). 9:00 horas – Na Praça Saldanha Marinho ocorreu a concentração escolar com a apresentação de espetáculo cívico com as bandas de música do Colégio Manoel Ribas e Colégio Santa Maria. 10:30 horas - Solenidade de colocação de placa alusiva a instalação da USM no <i>hall</i> das Faculdades de Farmácia e de Medicina. Parada escolar em homenagem a USM. 11:00 horas – Homenagem ao Reitor no Gabinete da Reitoria.	
	A partir das 12 horas	12:00 horas – Almoço universitário oferecido pelos acadêmicos ao Reitor JMRF e autoridades como o Deputado Tarso Dutra, no Clube Caixerai. 15:30 horas – Chegada dos convidados ao aeroporto (avião especial ou de carreira). Recepcionados pelo Reitor, Prefeito de SM, jornalistas, acadêmicos/docentes e comunidade.	12:00 horas - Na Estancia Tradicionalista Minuano foi oferecido um churrasco pela USM para altas autoridades e interessados da comunidade local.	12:00 horas - No Colégio Santa Maria o Deputado Tarso Dutra foi homenageado. O evento foi idealizado pela direção do Colégio e da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas.
	Sem horário definido	Homenagem ao Senador Daniel Krieger (Reitoria).		
	A partir das 16 horas	Das 16 às 18 horas Realização de visitação pública nas Faculdades locais.	Das 16 às 18 horas Realização de visitação pública nas Faculdades locais. Das 18:30 às 20:30 horas - Reprodução da Retreta popular pelo 7º Regimento de Infantaria na Praça Saldanha Marinho.	Cocktail realizado pela União Santamariense de Estudantes recepcionando o Deputado Tarso Dutra.
	A partir das 20 horas		21:00 horas - Demonstração de cultura artística com a apresentação da peça Via-sacra de Henri Gheon, realizado pela Escola de Teatro Leopoldo Fróes no Auditório da Faculdade de Filosofia.	20:00 horas - Encontro dos ex-alunos da Faculdade de Medicina (1ª e 2ª turma) no Restaurante Vera Cruz. Convidados: JMRF, Dep. Tarso Dutra, Reverendo Dom Luiz Sartori e médicos homenageados.
	21 horas	21:30 horas - Realização da Assembleia Universitária no Cinema Teatro Glória.		